

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO ASSOCIADO EM
EDUCAÇÃO FÍSICA – UEM/UEL

ALEXANDRE PAULO LORO

**PRÁTICAS CORPORAIS,
LAZER DESVIANTE E
TERRITORIALIDADE**

Maringá
2017

ALEXANDRE PAULO LORO

**PRÁTICAS CORPORAIS,
LAZER DESVIANTE
E TERRITORIALIDADE**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação Associado em Educação Física – UEM/UEL, para obtenção do título de Doutor em Educação Física.

Orientador: Prof. Dr. Giuliano Gomes de Assis Pimentel

Maringá
2017

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

L875p Loro, Alexandre Paulo
Práticas corporais, lazer desviante e territorialidade / Alexandre Paulo Loro. -- Maringá, PR, 2017.
186 f.: il. col., figs. tabs. mapas

Orientador: Prof. Dr. Giuliano Gomes de Assis Pimentel.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências da Saúde, Departamento de Educação Física, Programa de Pós-Graduação Associado em Educação Física - UEM/UEL, 2017.

1. Esporte e lazer - Políticas públicas - Foz do Iguaçu, PR. 2. Territorialidade - Práticas sociais. I. Pimentel, Giuliano Gomes de Assis, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências da Saúde. Departamento de Educação Física. Programa de Pós-Graduação Associado em Educação Física - UEM/UEL. III. Título.

CDD 23.ed. 790.0135

MRPB-003613

ALEXANDRE PAULO LORO

**PRÁTICAS CORPORAIS, LAZER
DESVIANTE E TERRITORIALIDADE**

Tese apresentada à Universidade Estadual de Maringá, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação Associado em Educação Física – UEM/UEL, na área de concentração Práticas Sociais em Educação Física, para obtenção do título de Doutor(a).

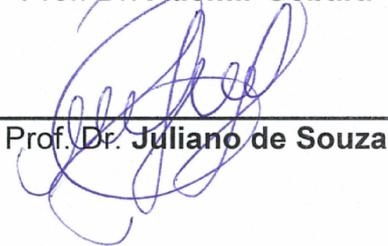
APROVADA em 18 de julho de 2017.



Prof. Dr. **Ademir Gebara**



Prof. Dr. **Rui Adelino Machado Gomes**



Prof. Dr. **Juliano de Souza**



Profa. Dra. **Larissa Michelle Lara**



Prof. Dr. **Giuliano Gomes de Assis Pimentel**
(Orientador)

Dedicatória

*Para Quelim,
companheira inseparável no longo período de
elaboração deste trabalho,
meu profundo amor.*

Agradecimentos

Ao Programa de Pós-Graduação Associado em Educação Física da Universidade Estadual de Maringá – Universidade Estadual de Londrina (PPGE/UEM-UEL).

Ao Orientador da tese, Professor Doutor Giuliano Gomes de Assis Pimentel.

Ao Professor Catedrático Doutor Rui Adelino Machado Gomes, Supervisor do Estágio Sanduíche na Universidade de Coimbra, Portugal, realizado de setembro/2015 a fevereiro/2016.

Ao membro externo da banca, Professor Doutor Ademir Gebara; e aos membros internos da banca, Professora Doutora Larissa Michelle Lara e Professor Doutor Juliano de Souza.

Aos professores do PPGE/UEM-UEL e membros do Grupo de Estudos do Lazer (GEL/UEM).

Aos amigos de Pós-Graduação: Alexandre Miyaki, Marcos Ruiz, Laura, Douglas, Silvana, Luana, Rosa e Érika.

Aos novos amigos da Tríplice Fronteira, colaboradores do estudo e instituições parceiras, especialmente universidades e Itaipu Binacional.

À esposa, Quelim, e familiares.

Muito obrigado.

LORO, Alexandre Paulo. **Práticas Corporais, Lazer desviante e Territorialidade**. 2017. 186f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Centro de Ciências da Saúde. Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2016.

RESUMO

A construção da Usina Binacional de Itaipu mudou as práticas sociais em torno do lazer em decorrência da criação do Lago de Itaipu. Nosso pressuposto foi que o estabelecimento desse atrativo gerou disputas em torno de qual seria o uso legítimo do território fluvial (o lago mais os rios e cachoeiras) para o lazer. Frente a isso, nosso objetivo geral foi analisar como esse acontecimento produziu práticas e discursos capazes de constituir lazeres desviantes em torno do território fluvial. Metodologicamente, combinamos as seguintes estratégias para a coleta de dados: pesquisa documental em um jornal de Foz do Iguaçu e na legislação de países limítrofes com o Brasil; aplicação de questionário virtual; observações de campo; e entrevistas. Na discussão do material empírico apropriamo-nos das noções de análise discursiva e dos constructos teóricos de Michel Foucault. O decurso das análises nos sugeriu a existência de uma relação de poder (correlação de forças) que coloca em disputa diferentes sujeitos na determinação de quais são as verdades do lazer no Lago de Itaipu e demais afluentes dos Rios Paraná e Iguaçu. Como não cabe socialmente que toda e qualquer atividade no tempo livre seja considerada legítima ou até legal, especialmente numa região de Tríplice Fronteira, a iluminação sobre um lazer canônico projeta dialeticamente resistências na forma de desvios. Em um jogo tensional e dinâmico de oposições, tolerâncias e alianças, entram em disputa diferentes discursos e práticas sociais envolvendo o lazer nos cursos d'água.

Palavras-Chave: Lazer. Lúdico. Políticas. Práticas sociais.

LORO, Alexandre Paulo. **Práticas Sociais, Lazer desviante e Territorialidade**. 2017. 186f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Centro de Ciências da Saúde. Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2016.

ABSTRACT

The construction of Usina Binacional de Itaipu changed the social practices around leisure as a result of the creation of Lago de Itaipu. Our presupposition was that the establishment of this attraction created disputes over what would be the legitimate use of the fluvial territory (the lake and the rivers and waterfalls) for leisure. In the face of this, our general objective was to analyse how this event produced practices and discourses capable to constitute deviant leisures around the fluvial territory. Methodologically, we combine the following strategies for data collection: documental research in a newspaper in Foz do Iguaçu and in the legislation of countries bordering Brazil; application of virtual questionnaire; field observations; and interviews. In the discussion of the empirical material we appropriate the notions of discursive analysis and the theoretical constructs of Michel Foucault. The course of the analysis suggested the existence of a power relationship (correlation of forces) that sets different subjects in dispute in determination what are the truths of leisure in Lago de Itaipu and other tributaries of the Rio Paraná and Rio Iguaçu. Since it does not fit socially that any activity in free time be considered legitimate or even legal, especially in a region of the Triple Frontier, the illumination on a canonical leisure projects dialectically resistances in the form of deviations. In a tensional and dynamic game of oppositions, tolerances and alliances, different discourses and social practices involving the leisure in the waterways go into dispute.

Keywords: Leisure. Playful. Policies. Social practices.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Principais pontos de observação e pesquisa	106
Figura 2 -	Rio Paraná: antes e depois da construção da Usina Binacional de Itaipu	108
Figura 3 -	Ponto de Pesca em São Miguel do Iguaçu – PR	130
Figura 4 -	Propriedade privada – acesso a um dos afluentes do Rio Iguaçu	144
Figura 5 -	Trilhas – população acessa a cascata	144
Figura 6 -	Cascata – destaque para a corda presa na árvore	144
Figura 7 -	Canoístas em direção ao Parque Nacional do Iguaçu	147
Figura 8 -	Momento de vivência	147

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Materiais consultados em <i>sites</i> oficiais	47
Quadro 2 -	Países limítrofes, categorias de análise e aspectos da legislação	79
Quadro 3 -	Fluxos de tolerância a práticas como manifestações do lazer	89
Quadro 4 -	Agentes entrevistados: retornos positivos e concessão de entrevista	100

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -	Consumir substâncias ilegais para fins recreativos	81
Gráfico 2 -	Fumar Narguilé com substâncias, senão o tabaco	81
Gráfico 3 -	Participação em festas raves	81
Gráfico 4 -	Ingerir bebidas alcoólicas	81
Gráfico 5 -	Beber em bancos e jardins privados	82
Gráfico 6 -	Apropriar-se de algo alheio para se divertir	82
Gráfico 7 -	Participar de racha automotivo	82
Gráfico 8 -	“Surfar” nos meios de transportes	82
Gráfico 9 -	Música alta na madrugada	83
Gráfico 10 -	Fazer pichação	83
Gráfico 11 -	Frequentar casa de shows eróticos	83
Gráfico 12 -	Participar de grupos de <i>swings</i>	83
Gráfico 13 -	Participar de clubes de luta	84
Gráfico 14 -	Soltar balão de fogo	84
Gráfico 15 -	Jogar no cassino	84
Gráfico 16 -	Jogo do bicho	84
Gráfico 17 -	Jogos que envolvem disputas e apostas com animais	85
Gráfico 18 -	Caçar animais silvestres em área protegida	85
Gráfico 19 -	Usar arma de fogo para fins recreativos	86
Gráfico 20 -	Pescar em área protegida	86
Gráfico 21 -	Saltar da ponte no rio	87
Gráfico 22 -	Banhar-se nos rios em área protegida ou proibida	87
Gráfico 23 -	Das práticas mencionadas que os participantes do questionário fechado achavam que eram corriqueiras na região de fronteira	88

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

UEM	Universidade Estadual de Maringá
UEL	Universidade Estadual de Londrina
PPGEF	Programa de Pós-Graduação em Educação Física
UC	Universidade de Coimbra
CES	Centro de Estudos Sociais
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
GM	Guarda Municipal
ECSS	<i>European College of Sport Science</i>
CAAE	Certificado de Apreciação Ética
UL	Universidade de Lisboa
UNILA	Universidade Federal de Integração Latino-Americana
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
PM	Polícia Militar
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
ADERE	Associação de Desenvolvimento de Esportes Radicais e Ecologia
PTI	Parque Tecnológico de Itaipu
IAP	Instituto Ambiental do Paraná
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
APP	Área de Preservação Permanente
ANA	Agência Nacional de Recursos Hídricos
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
JNT	Jornal Nosso Tempo

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	13
1. MARCO TEÓRICO-METODOLÓGICO	18
1.1 Tolerância, norma e prática desviante	18
1.2 Sociedade de risco, processos de controle e subjetivação no lazer	25
1.3 Tecnologias de subjetivação e dispositivos	33
1.4 Lazer desviante	37
1.5 Procedimentos do estudo	45
1.5.1 Legislação	46
1.5.2 Jornal	50
1.5.3 Questionário Virtual	51
1.5.4 Observação Direta	51
1.5.5 Entrevistas	52
1.6 Procedimentos da análise	52
2. O LAZER EM UMA CIDADE DE FRONTEIRA	54
2.1 O lazer canônico em Foz do Iguaçu	57
2.2 O lazer desviante em Foz do Iguaçu	63
2.2.1 Produção social dos desvios no uso recreativo do Rio Paraná e do Lago de Itaipu	66
2.2.2 O uso recreativo do Rio Iguaçu e do Parque Nacional das Cataratas às margens do lazer canônico	74
3. PERDIDO NA FRONTEIRA	76
3.1 Legislação e desvios	76
3.2 Inserir para fluir	90
3.2.1 As ações de controle dos agentes	95
3.2.2 Nadando contra a correnteza	98

4. O LAGO DE ITAIPU COMO ACONTECIMENTO NA PRODUÇÃO DE PRÁTICAS CANÔNICAS E DESVIANTES DE LAZER	107
4.1 Os discursos oficiais dos agentes de Itaipu	112
4.2 Movimentos de agregação ou segregação?	115
4.3 A Formação do Lago de Itaipu e a disputa do rio: a geração de novos dispositivos	126
4.4 Nas águas e paraguaias e argentinas	137
4.5 A apropriação das águas	143
4.6 Descubram-me ou paguem-me	149
4.7 A resignificação das águas	154
5. CONCLUSÃO: HORA DO MERGULHO	162
REFERÊNCIAS	167
APÊNDICES	177

APRESENTAÇÃO

Alice abriu a porta e viu que dava para uma pequena passagem, não muito maior que um buraco de rato: ela ajoelhou-se e avistou o mais adorável jardim que jamais vira. Como ela gostaria de sair daquela sala escura e passear por entre aqueles canteiros de flores viçosas e aquelas fontes geladas... mas ela nem mesmo conseguiria fazer passar sua cabeça pela porta; “e mesmo que a minha cabeça passasse”, pensou a pobre Alice, “teria pouca utilidade sem meus ombros. Oh! como eu desejo poder encolher como um telescópio. Eu acho que poderia, se ao menos soubesse como começar” (Lewis Carroll, em “Alice no País das Maravilhas”).

A ocorrência do lazer pressupõe a existência de desvios, pois não procede socialmente que toda e qualquer atividade no tempo livre seja considerada lícita. Como lembra Parker (1978), esse é um fenômeno carregado de julgamento de valor, mesmo no plano acadêmico. Para tanto, precisamos compreender as fronteiras que demarcam o que seja lazer, cuja raiz etimológica é *licere*, aquilo que é lícito, ou seja, permitido.

As imprecisões e as indefinições conceituais sobre o lazer podem gerar contradições, senão problemas. Nesse sentido, propomos uma reflexão sobre a compreensão de lazer, ao ampliar as suas possibilidades de ressignificação, uma vez que “o lazer é uma necessidade humana e uma dimensão da cultura, representando, portanto, uma prática social complexa que precisa ser historicamente situada” (ELIZALDE; GOMES, 2012, p. 81).

No senso comum, é recorrente que lazer signifique prazer ou, como pondera Gutierrez (2001), a busca pelo prazer. Nessa perspectiva, o lazer desempenha, na sociedade, uma liberação controlada das emoções e pode ser compreendido como uma busca por excitação e prazer (ELIAS; DUNNING, 1992). Porém, na vida cotidiana, excitação e prazer nem sempre podem ser manifestados abertamente. A produção da excitação e a destruição da rotina estão sujeitas às formas de controle social instituídas. Para conter esses impulsos, são criados mecanismos capazes de exercer o controle

sobre os sujeitos. Entretanto, o processo de disciplinamento consegue frear parcialmente as práticas consideradas transgressoras, nunca as extinguir.

Formalmente, o lazer é resultado de uma dupla revolução (DUMAZEDIER, 1979) – quando os trabalhadores conquistam o direito ao tempo livre e, concomitantemente, quando a Modernidade canalizou esse tempo para a recuperação da força de trabalho e o consumo. Vejamos, portanto, que não é toda experiência lúdica aceitável como lazer.

De forma simplificada, o lazer é identificável pela conjunção de dois parâmetros: um objetivo, de caráter social – o tempo/espaço; e outro subjetivo, de caráter individual – a atitude (SILVA *et al.*, 2011). Tomamos esses elementos como fronteiras do lazer: o tempo e o prazer permitidos para o lúdico. O que concretamente passa a ser lazer nesse paradigma sofre ajustes históricos e socioculturais, gerando normas. Toda prática que não está enquadrada nessas referências torna-se indizível no plano social e, assim, é remetido ao silenciamento.

A partir disso, o tema desse estudo remete àquelas experiências que estão para além das margens do lazer canônico. De fato, ao ouvirmos que algum indivíduo desfrutará do tempo livre para o lazer, possivelmente, imaginaremos práticas como: a caminhada, a contemplação da fauna e da flora, o andar de bicicleta, o exercício físico, a participação em círculos de música, esportes, jogos e brincadeiras, entre tantos outros lazers “normais”, que são realizados em um determinado tempo/espaço. Entretanto, a prática de certos tipos de lazers que escapam à normatividade nem sempre é aceitável ou consensual, pois poderá ser percebida negativamente, decorrente do rompimento de convenções sociais.

É nessa imbricada relação entre limite e transgressão que os modos de operar dos mecanismos de poder implicam o uso da territorialidade como estratégia de regulação e/ou de desvio. A premissa básica, a ser problematizada, é a de que haveria, nesse território, uma ambiência singular entre norma e lei nas práticas de lazer. Onde há poder, há resistência e, para cada norma, são produzidos desvios. Há, pois, um lazer desviante, que opera do outro lado do “espelho” com uma territorialidade fronteira que estimularia a liberação para vivenciá-lo, seja o anormal ou até mesmo o ilegal, os quais perderiam força coercitiva ao se atravessar para outro país.

Essa reflexão nos reporta à célebre obra literária de Carroll, em “Alice no País das Maravilhas”, em que a personagem não se contentou em andar pelo jardim e brincar com as flores (lazer canônico). Ao perseguir um coelho branco de jaleco, Alice cai na sua toca, donde é transportada para um mundo fantástico, povoado por estranhas criaturas. Obra da ficção, essa clássica literatura não soa como totalmente absurda. Alice rompe repetidas vezes com uma série de convenções sociais, com uma força que faz, quase de maneira naturalizada, o indivíduo sempre obedecer. Do contrário, quando as experiências rompem com a previsibilidade do sistema convencional, tornam-se desviantes, são punidas socialmente.

As experiências desviantes de lazer levantam questões sobre o que é aceitável e inaceitável. A demarcação desses limites pode ser usada como parâmetro para limitar quais são as experiências possíveis de serem vivenciadas. O que hoje é reconhecido e denominado como lazer é uma construção, cujo surgimento provém de circunstâncias e contextos sociais específicos. O que chamamos de normalidade não é puramente uma discussão teórica, mas é parte da nossa experiência, uma categoria instável, que depende de critérios diversificados: sociais, culturais, ideológicos e econômicos.

A relação normalidade/anormalidade pode ser interpretada como um instrumento divisor do poder, sendo que a dinâmica do seu funcionamento, não raro, é acionada de maneira arbitrária e institui demarcações aparentemente dicotômicas: lazer canônico e lazer desviante. Nessa lógica, abordagens sociológicas caracterizam o lazer como apêndice do trabalho, analisado como prática presa à dicotomia “lazer *versus* trabalho”.

Na contramão desse tradicional maniqueísmo, assumimos, nesse estudo, uma perspectiva pós-moderna em diálogo com Rojek (2005, 2011) e Pimentel (2010), os quais têm desenvolvido trabalhos a partir de temas que estão à margem da “normalidade social” no aspecto das práticas socioculturais do lazer, como o “lazer desviante”. Este é caracterizado por condutas transgressoras às normas e aos princípios morais da sociedade, nos quais os indivíduos procuram experiências que não são permitidas de serem vivenciadas no cotidiano. Para aprofundamento desse assunto, recorreremos aos caminhos abertos pelos estudos de Foucault (2001, 2005)

como auxílio para refletir sobre as transgressões no lazer, as quais escapam da normalização, desafiando aquilo que é demarcado como proibido.

Assim, as experiências obtidas como docente em diferentes Instituições de Ensino Superior, localizadas na região de fronteira, a participação em projetos de extensão e de pesquisa, somados aos trabalhos¹ apresentados e publicados desde meados de 2009 permitiram perceber que estudos empíricos na fronteira são diminutos², sendo tímida a produção sociocultural no campo da Educação Física e Lazer na óptica que estamos dispostos a abordar. Nessa empreitada, o desprendimento, o desconforto e a inquietação acentuam-se quando direcionamos o olhar para o lazer desviante, que exige disponibilidade em adentrar em uma seara também pouco conhecida, na qual emergem constantes interrogações.

Não se trata de um objeto fácil. Como interdito do lazer, sua localização é flutuante, requerendo capturas sempre rápidas e/ou parciais. Ante o exposto, podemos inferir o lazer desviante como uma ruptura de fronteira. Não por menos, para além da analogia, parece-nos rico pensar na condição particular de um território urbano de três Estados-Nações (Brasil-Argentina-Paraguai), que propicia condições potenciais de transposição do lazer.

No território da Tríplice Fronteira, destacamos a construção da Usina Binacional de Itaipu e a conseqüente criação do Lago de Itaipu, o que desencadeou disputas pelos espaços de lazer a partir do estabelecimento daquele novo atrativo. Temos, portanto, como objetivo geral desse estudo, analisar como um acontecimento específico – a criação do Lago de Itaipu – produziu práticas e discursos capazes de constituir lazers

¹ Conferir em Loro (2011, 2013a, 2013b, 2015), Loro; Gebara (2013, 2014), Loro; Pimentel (2014a; 2014b, 2014c, 2014d, 2015a, 2015b; 2015c).

² No início dos estudos (2014), ainda na fase de elaboração inicial do projeto, realizamos o “Estado da arte” e pesquisamos os unitermos “fronteira” e “lazer” nas publicações das revistas *Licere* (nacional), *RBCE* (nacional), *Motriz* (nacional), *Leisure Studie* (Reino Unido) e *Revista Educación física y deporte* (Colômbia), porém não obtivemos êxito na busca. Nos “Periódicos CAPES”, encontramos 68 trabalhos – artigos, dissertações de mestrado e teses de doutorado publicados nas seguintes áreas: administração, psicologia, turismo, ecoturismo, economia, geografia, geologia, urbanismo, história, letras e política. Posteriormente, ampliamos a busca, utilizando os termos (subtópicos) “esporte”, “turismo” e “cultura”. No refinamento da busca, encontramos 30 trabalhos que vinculavam a fronteira com o esporte; 89 trabalhos com o turismo; e 660 trabalhos com a cultura. Entretanto, essas produções não discutiam especificidades fronteiriças, sendo periférica a análise e a problematização das suas relações sociais, bem como as suas interfaces com a área da Educação Física e Lazer.

desviantes em torno do território fluvial³. Os objetivos específicos consistiram em descrever as práticas de lazer desviante a partir do Lago de Itaipu; e discutir quais as condições desse território específico para as práticas de lazer.

Para tanto, organizamos essa tese em cinco capítulos. No primeiro deles, apresentamos o “*Marco Teórico-Methodológico*” como elementos indissociáveis. Posteriormente, para fins de aprofundamento, enunciamos os procedimentos adotados no estudo e as categorias que fundamentam as análises do campo empírico.

No segundo capítulo, “*O Lazer em uma cidade de fronteira*”, destacamos a cidade de Foz do Iguaçu. Para o levantamento de dados sobre o lazer canônico e desviante, recorremos ao Jornal “Nosso Tempo” (JNT). Por meio dele, obtivemos informações que dizem respeito a diversos setores da sociedade na década de 1980.

Em “*Perdido na Fronteira*”, terceiro capítulo, discutimos os resultados parciais alcançados por diferentes procedimentos metodológicos. A partir das informações obtidas, percebemos a premente necessidade de redirecionamento do estudo, pois a realidade revelou novos aspectos, sendo necessário análises mais profundas.

No quarto capítulo, em “*O Lago de Itaipu como acontecimento na produção de práticas canônicas e desviantes de lazer*”, centramos os esforços nas águas da região fronteira como possibilidade indissociável de lazer canônico e desviante, tendo como principal foco analítico o Lago de Itaipu. Por fim, no quinto e último capítulo, destinado às conclusões, produzimos uma tecitura em torno das práticas corporais no território fluvial em uma região fronteira – momento de erigir nossa Tese sobre como o entrelaçamento dessas variáveis está associado ao lazer desviante.

³ Compreendemos por território fluvial “o espaço ou paisagem dominada por um rio, incluindo os seus leitos, o corredor ribeirinho e a planície de inundação. É um espaço considerado amplo, contínuo, inundável e sujeito à erosão, compatível com a utilização deste pelos humanos não defendidos nem urbanizados” (PACHECO; PEREIRA 2013, p. 08).

1. MARCO TEÓRICO-METODOLÓGICO

1.1 Tolerância, norma e prática desviante

O estudo tem como variáveis o Lago de Itaipu como acontecimento⁴ e a franja fronteira como cenário para produção do lazer desviante. Começando com o tema da região de fronteira, os ilegalismos nos parecem um conceito-chave. Isso se explica porque postulamos que as relações de poder não são efeitos da legislação, e sim dos infinitos jeitos de adaptação do corpo legal às situações diversas que surgem em um âmbito social determinado. No “Vocabulário de Foucault” (CASTRO, 2009), localizamos a sua funcionalidade:

Só uma ficção pode fazer crer que as leis foram feitas para serem respeitadas; a polícia e os tribunais destinados a fazê-las respeitar. Só uma ficção teórica pode fazer crer que nós aderimos, de uma vez por todas, às leis da sociedade a que pertencemos. Todo o mundo sabe bem que as leis foram feitas por alguns e impostas aos outros. Mas, parece que podemos dar um passo bem adiante. A ilegalidade não é um acidente, uma imperfeição mais ou menos inevitável. É um elemento absolutamente positivo do funcionamento social, cuja função está prevista na estratégia geral da sociedade. Todo dispositivo legislativo dispôs espaços protegidos e proveitosos onde a lei pode ser violada; outros, onde pode ser ignorada; outros, finalmente, onde as infrações são sancionadas. No limite, diria, à vontade, que a lei não foi feita para impedir um ou outro tipo de comportamento, mas para diferenciar as maneiras de desviar a própria lei (FOUCAULT, 2012, p. 224-225).

Nessa citação, evidenciamos que a imposição de limites e a transgressão se implicam mutuamente, afinal, a regularidade também cria o desvio, uma vez que a luz e a sombra compõem a teia social (MAFFESOLI, 2005)⁵. Nesse sentido, há uma ligação, uma relação de interdependência, que não se extingue nunca. Isto é, para cada conduta “anormal”, novos dispositivos são criados pelos agentes de controle para reprimir a transgressão (e vice-versa). A transgressão é um gesto que concerne ao

⁴ O pensador francês Foucault (2009a) entende por acontecimento o conjunto das condições que tornam um discurso possível – como a irrupção de uma nova regularidade discursiva que coloca em jogo o acontecimento discursivo com acontecimentos não-discursivos.

⁵ O autor destaca em “A Sombra de Dionísio” o ressurgimento das emoções e a queda do racionalismo das sociedades do século XXI, caracterizadas por indivíduos que vivem da abertura à alteridade. Dionísio representa o sujeito contemporâneo que exerce vários papéis, que impera a convivência de valores contrários. Independentemente de quais sejam os seus valores, os demais não precisam adotá-los.

limite, como se fosse um jogo⁶. Podemos dizer o mesmo das instituições de controle, pois são ambíguas – ao mesmo tempo em que reprimem, também produzem os desvios.

A transgressão é um gesto relativo ao limite; é aí, na tênue espessura da linha, que se manifesta o fulgor de sua passagem, mas talvez também sua trajetória na totalidade, sua própria origem. A linha que ela cruza poderia também ser todo o seu espaço. O jogo dos limites e da transgressão parece ser regido por uma obstinação simples; a transgressão transpõe e não cessa de recomeçar a transpor uma linha que, atrás dela, imediatamente se fecha de novo em um movimento de tênue memória, recuando então novamente para o horizonte do intransponível. Mas esse jogo vai além de colocar em ação tais elementos; ele os situa em uma incerteza, em certezas logo invertidas nas quais o pensamento rapidamente se embaraça por querer apreendê-las (FOUCAULT, 2009b, p. 32).

Ou seja, mesmo com todos os mecanismos de regulação, ainda assim será possível o desenvolvimento de uma linguagem transgressiva como constituinte do sujeito, não havendo oposição entre limite e transgressão, mas uma ligação, uma relação em espiral, que não se extingue nunca (MOTTA, 2012).

Na obra “Vigiar e Punir”, Foucault (2002) menciona que as sociedades são constituídas pela normalização (processo de regulação da vida dos indivíduos e das populações), espaços onde se cruzam, articuladamente, a norma da disciplina e a norma da regulação. Em outras palavras, o poder na sua forma moderna é exercido cada vez mais em um domínio que não é o da lei, e sim o da norma e, por outro lado, não simplesmente apenas reprime uma individualidade já dada, mas, positivamente, constitui-a. Assim, as relações de poder nos formam como sujeitos.

A normalização refere-se ao processo de regulação da vida dos indivíduos e das populações, pois as sociedades modernas não são sociedades de disciplinamento, mas de normalização. Aqui a alusão ao clássico Panóptico do século XVIII de Bentham, como um mecanismo de controle social, ainda é válida, pois o modelo penitenciário da época ainda expressa o modelo vigente de poder moderno, que demonstra a interdependência entre formas de conhecimento, técnicas de poder e sujeitos.

⁶ O mesmo raciocínio é também abordado por Foucault (2009b) em “Prefácio à transgressão”, escrito em 1963, inspirado em *Bataille*.

Ao fazermos alusão ao Panóptico na região de fronteira, é questionável até que ponto ocorre o controle efetivo da população. Castro (2009) destaca que o conceito de população surge a partir do século XVIII e comporta dois elementos: as relações de coexistência que se estabelecem entre os indivíduos que habitam um mesmo território e suas condições de existência, bem como a relação número de habitantes/território. Para o autor, nas descrições arqueológicas de Foucault, “[...] o território é uma noção geográfica, mas, antes de tudo, uma noção jurídico-política (designa o que é controlado por determinado tipo de poder)” (CASTRO, 2009, p. 414).

Essa discussão ajuda a justificar a busca pela legislação e pelos agentes de controle, pois o controle da população comporta, nesse cenário, não apenas a relação número de habitantes/território, mas as relações de coexistência que se estabelecem entre os indivíduos que habitam um mesmo território e suas condições de existência, sendo oportuna a análise das práticas sociais⁷ a partir de um tema central – o Biopoder (FOUCAULT, 2002).

Uma das faces do Biopoder é a sua força sobre a vida, exercendo forte regulamentação sobre os corpos (tecnologia do poder sobre a população). As ações provindas dessa forma de poder (como modalidade de poder exercida sobre o corpo vivo da população) materializam discursos reguladores e disciplinares (neste texto, mencionamos as legislações). O corpo, segundo Foucault (1987), é apresentado como superfície e cenário de uma inscrição corporal – é a superfície inscrita pelos acontecimentos, engendrados por uma ordem discursiva que regula os prazeres e expressões, deixando-o sempre à deriva; é suficientemente estável para servir como base de autorreconhecimento ou de compreensão genérica das outras pessoas, evidenciando a constância da inscrição cultural que se abate sobre o mesmo. Segundo Peres (2011), pela arqueologia de Foucault, é possível identificar o Biopoder no

⁷ Foucault passou parte de sua vida acadêmica analisando o papel essencial e constitutivo de práticas sociais: nos anos sessenta do século XX, concentrou os estudos nas práticas discursivas da ciência e nas regularidades que lhe eram imanentes; nos anos setenta, estudou as práticas de poder e as formas de conhecimento que as sustentavam; na última fase de seu pensamento, estudou como as pessoas eram capazes de moldar a si mesmas por meio de práticas éticas e exercícios que chamou de técnicas de si.

adestramento, na utilidade e na docilidade do corpo pelos procedimentos das disciplinas.

Os efeitos das linhas duras resultam na produção de identidades fixas e acabadas, definindo papéis sociais, sexuais e de gêneros fechados em si mesmos e restritos às expressões autorizadas pelo Biopoder, são efeitos de manutenção aos processos de normatização que produzem indivíduos em série, cristalizados pelas ações de saberes e poderes que os disciplinam, regulam e controlam (PERES, 2011, p. 73).

O Biopoder, o poder disciplinar e a governamentalidade organizam um espaço social analítico e tornam todas as dimensões do mundo social, assim como do mundo pessoal, disponíveis e acessíveis à gestão produtiva, por parte de instituições e por parte de governos. As práticas de governamentalidade constituíram a subjetividade ocidental, pois governar consiste em conduzir condutas (o governo de si e dos outros).

A noção de governo pode ser analisada a partir de dois eixos (CASTRO, p. 190): 1) o governo como relação entre sujeitos (controle social); e 2) o governo como relação consigo mesmo (autocontrole). No primeiro sentido, o governo é um conjunto de ações sobre ações possíveis. Ele trabalha sobre um campo de possibilidades no qual vem inscrever-se o comportamento dos sujeitos que atuam: induz, desvia, facilita, dificulta, limita, obriga ou impede absolutamente. O governo é sempre uma maneira de atuar sobre um ou vários sujeitos atuantes na medida em que atuam, ou são suscetíveis de atuar, isto é, “uma ação sobre ações”. No segundo sentido, é também da ordem do governo o estabelecimento e manutenção da disciplina no domínio dos prazeres e desejos. Os modos de objetivação-subjetivação são pontos cruciais para a análise dos mecanismos de controle (dispositivos) e repressão, especialmente em regiões onde estados possuem mecanismos diferenciados para tal efeito.

Nos últimos séculos, foram criados inúmeros discursos, proliferados e consolidados historicamente em regime de verdade. Esses discursos são legitimados por instituições seculares a partir e em torno de dispositivos⁸, conforme apresentado na

⁸ O uso desse termo em Foucault refere-se à disposição de uma série de práticas e mecanismos com o objetivo de fazer frente a uma urgência e de obter um efeito. Trata-se de um conceito bastante amplo e multilinear, que articula estrategicamente campos de saber, relações de poder e modos de subjetivação. O dispositivo, uma vez constituído, poderá permanecer como tal ou sofrer reajustes, num processo

obra “Historia da Sexualidade”. Nessa produção, Foucault (1999) descreve a “*Scientia Sexualis*” (desvelamento do ato, usando da confissão e outras ciências, como médica, psicológica e religiosa, com a intenção de refrear as práticas sexuais), enquanto mecanismo de controle⁹ da sexualidade, por meio do discurso descritivo científico, principalmente no ocidente, onde a confissão é central na produção de saberes do sexo, existindo certa obrigação internalizada de desvelar os segredos, explicitado na confissão do prazer (ao sacerdote, ao médico ou ao psicólogo).

Ao centrar a atenção na “História da Sexualidade” e seus mecanismos de repressão, deparamo-nos com duas rupturas: a primeira ocorreu no século XVII, marcada pelo nascimento das grandes proibições, das relações matrimoniais, dos imperativos da decência, do controle da linguagem e das ações corporais; a segunda ruptura, de menor proporção, ocorreu no século XX, no momento em que os mecanismos da repressão estavam em processo de afrouxamento.

Segundo Foucault (1999), nas sociedades modernas, o poder não regeu a sexualidade ao modo da lei e da soberania, mas no prazer que esse poder, esse “saber sobre” proporcionava. No lugar das interdições sexuais impostas, teríamos uma relativa tolerância no que diz respeito às relações pré-nupciais e extraconjugais. Nessa última fase, teria ocorrido atenuação das chamadas perversões sexuais, eliminando, em parte, sua condenação pelos mecanismos da lei. Para além da espiritualidade cristã, mas a partir dela, a técnica de converter o desejo em discurso foi retomada por outros

perpétuo de preenchimento estratégico. Ele traduz como o movimento e a estrutura do mundo, em termos das redes de poder e dos seus regimes de visibilidade, atualizam-se (FOUCAULT, 1999).

⁹ Paralelismo temático pode ser encontrado no prefácio do livro de Marcuse (1975) “Eros e a Civilização”. O autor, ao referenciar Freud, enfatiza que a civilização se constitui a partir da repressão dos instintos. Em outras palavras, quer dizer que o princípio de prazer é limitado por determinadas condições, consideradas necessárias à constituição da sociedade. Uma vez que os impulsos são recalçados, concomitante a esse processo, forma-se o princípio de realidade da civilização. Marcuse acrescenta à repressão postulada por Freud um conceito de Marx – a partir do princípio de desempenho da sociedade industrial, é imposta a repressão para a manutenção da forma vigente de constituição social. Nesse raciocínio, a realidade do indivíduo moderno é moldada pelo princípio de desempenho e as exigências do mundo seriam responsáveis pela constituição da subjetividade alienada e patológica, que resultaria na criação de sujeitos voltados para a lógica de mercado. Em síntese, a repressão é um mecanismo de manutenção da própria civilização, que impossibilita a revolução e a procura da liberdade autêntica. Importante destacar que a crítica ao “freudo-marxismo” e a “hipótese repressiva” tem seu principal representante em Foucault, com trabalhos permeados pela questão político-sexual, os quais são tratados de um ponto de vista diferente da perspectiva freudiana.

mecanismos de poder e passa a ser algo administrado, inserido nos sistemas de utilidades.

O mesmo exercício de analogia procede na análise da história da loucura (FOUCAULT, 1978), que teve diversas mudanças conceituais e interpretativas com o passar do tempo¹⁰. A criação de novos procedimentos de adestramento do comportamento engendra o problema daqueles que escapam da normatividade – o enclausuramento torna-se justificado pela necessidade de corrigir e melhorar. A partir da figura do “indivíduo a corrigir”, é possível a germinação daquilo que, no final do século XIX, emergirá em meio aos domínios disciplinares como o saber sobre o crime: a criminologia. Este trabalho longitudinal é valioso por desnaturalizar a loucura, historicizando-a, bem como por apresentar o conceito como um “constructo social variável”, sendo possível projetar esse exercício na leitura de outros fenômenos sociais e certas experiências culturais; assim, como alguns dos seus elementos essenciais, continua presente em nossas experiências.

No decorrer de sua investigação histórica e teórica, acerca da constituição dos poderes, Foucault (2008) discute os mecanismos e o conjunto de procedimentos que se articulam com as transformações econômicas, políticas e sociais, as quais assumem a função de gerir a vida produzindo forças, nutrindo-as e fazendo-as crescer, para organizá-las e ordená-las, mais do que ceifá-las ou destruí-las. Nesse percurso, o soberano-pastor precisará conduzir e manter o “rebanho” alimentado, assegurando-lhe a “salvação”. O poder pastoral se exerce menos sobre um território fixo e mais intensamente sobre uma multidão que se desloca rumo a um determinado objetivo. Esse tipo de poder é introduzido no Ocidente pelo cristianismo e se institucionaliza em um pastorado eclesiástico: o governo das almas (indispensável à salvação de todos).

Nos séculos XV e XVI, o governo pastoral entra em crise em função da busca por novas modalidades de direcionamento espiritual, por outras maneiras de “governar”

¹⁰ No século XVII – a loucura escapa ao que era essencialmente humano e passa a ser associada à necessidade de confinamento; no Renascimento – a loucura é parte constituinte da vida cotidiana; no Período Clássico, séculos XVII e XVIII – a loucura foi encarcerada e ocultada; no final do século XVIII – surgimento do asilo psiquiátrico (entende-se que a loucura é uma doença e não um defeito moral). Nesta última, restrições externas ao corpo como correntes e barras foram substituídas por mecanismos mais sutis de punição, que tinham como alvo a mente (FOUCAULT, 1978).

territórios e estratos populacionais surgidos com o fim do feudalismo e com a emergência de novas formas de relações econômicas, sociais e estruturas políticas. Os princípios das ‘artes de governar’, redigidas nos séculos XVI e XVII, eram fundamentados nas virtudes tradicionais (sabedoria, justiça, respeito às leis e aos costumes) ou mesmo nas habilidades perceptivas (prudência, cercar-se de bons e sábios conselheiros). No século XVIII, aspectos da formação da governamentalidade política estão ligados ao surgimento da “razão de Estado” e transformam-se em uma arte de governar produzida para ser aplicada em um modelo específico de estado, no qual o soberano deve exercer seu poder governando os homens. Eis que uma nova percepção emerge – os estados vão à guerra uns com os outros para manter a sua integridade territorial. Os estados começam a investir no conhecimento e desenvolvimento de tecnologias políticas e militares, que assegurem a soberania e, ainda, em um poder de “polícia” que possa intervir dentro do próprio território. Estas duas ações coordenadas, aliadas ao crescimento do comércio e a circulação de dinheiro entre os estados, compõem o ideário da nova razão governamental.

Até a Revolução Industrial, existiam sociedades de soberania, nas quais o poder era totalmente visível e a sua força dependia de sua visibilidade. Nas sociedades disciplinares, predominou o ‘confinamento’ do indivíduo nas diversas disciplinas nas quais se insere: família, escola, fábrica, quartel, hospital, prisão, que constituem dispositivos encarregados de produzir e de regular os costumes, os hábitos e as práticas produtivas (FOUCAULT, 2002).

O poder nas sociedades disciplinares perde visibilidade quando comparado às sociedades de soberania, afinal, já não se tem um ponto central de poder com tanta força como antes, mas vários pontos (disciplinas) de confinamento dos sujeitos. Os estados começam a investir no conhecimento/desenvolvimento de tecnologias políticas e militares, que assegurem a soberania e, ainda, em um poder de ‘polícia’ que possa intervir dentro do próprio território. Estas duas ações coordenadas, aliadas ao crescimento do comércio e à circulação de dinheiro entre os estados, compõem o ideário da nova razão governamental. Passamos das sociedades de soberania para as sociedades disciplinares e, posteriormente, para as sociedades do controle.

No curso intitulado “Segurança, território e população” (1977-1978), Foucault (2008) analisa a gênese de um saber político voltado para o controle da população por mecanismos de regulação matizados no Biopoder, com estratégias de um saber político que tem no cerne de suas preocupações a regulação da população, colocando em evidência a governamentalidade. Por meio da análise específica dos dispositivos de segurança, é possível analisar o aparecimento dos problemas específicos da população e, observando-os, chegaremos ao problema de governo.

1.2 Sociedade de risco, processos de controle e subjetivação no lazer

A região da Tríplice Fronteira é caracterizada pela diversidade cultural, um dos seus mais importantes traços identitários. Neste território¹¹, brasileiros, paraguaios e argentinos transitam diariamente. Somam-se aos fronteiriços turistas e imigrantes de diversas partes do mundo, atraídos principalmente pelo turismo e pelos negócios. Tais indivíduos, ao deslocarem-se em um território, mudam os seus referenciais, exigindo nova “re-territorialização”. Enquanto não ocorrer efetivamente esse processo, dificilmente terão o sentimento de pertença e vínculo, pois ocorreu “des-territorialização”. Nesse percurso, os indivíduos tendem a reproduzir aspectos da forma de vida anterior, cultural, econômica e política. Interpretar a territorialização da região fronteiriça demanda verificar os mecanismos de “des-re-territorialização”, pois esses processos são concomitantes, sendo a natureza exterior ao indivíduo um dos componentes importantes.

Essa leitura vai ao encontro da interpretação de determinadas práticas de lazer, pois elas podem ser “des-territorializadas”. Parece-nos, portanto, justificável discutir essas práticas como uma forma de responder aos riscos percebidos nas sociedades

¹¹ Dentre as múltiplas abordagens que contemplam as relações entre as diferentes dimensões sociais do território, utilizamos as concepções de Saquet (2007) sobre os processos de territorialização, des-territorialidades e re-territorialidades, os quais estão ligados e complementam-se incessantemente. “Na descontinuidade, há re-produção de elementos/aspectos inerentes à vida diária dos sujeitos sociais, material e ideologicamente” (SAQUET, 2007, p. 69).

contemporâneas, pois nelas emergem tipos de lazeres pouco convencionais, considerados desviantes (o pornolazer, os lazeres de risco e os bizarros, dentre outros).

As práticas de lazer desviante passam por alterações e podem causar riscos aos praticantes, embora também possam significar banalização ou fuga do risco, criando um paradoxo: ao mesmo tempo em que existe condescendência/aceitação, do outro lado, ocorre o alarme social. A coexistência desses dois polos expressa, concomitantemente, a noção de transgressão e risco. Por esse motivo, faz-se necessário discutir sobre o centro de gravidade do controle normativo das práticas desviantes de lazer e seus processos de subjetivação em uma sociedade de risco.

Salvas raríssimas exceções, os indivíduos possuem alguma noção dos perigos. No entanto, assimilamos e convivemos com os riscos diariamente, pois existe a possibilidade de ação sobre os riscos, mesmo que essas práticas sejam classificadas como desajustadas. Dos vários aspectos possíveis de serem descritos sobre o assunto, Pais (2005) discute coletivamente o fenômeno das manifestações de “desenquadramento social” da juventude portuguesa, que tem adquirido relevância pública, cuja ressonância principal é a ideia de que os jovens vivem situações emergentes de múltiplos riscos, associados às condições precárias de vida; novas formas de vivência e experimentação sexual; manifestações de intolerância; apelos consumistas geradores de “pânico social” (alavancadas pelo consumo de drogas); condutas e culturas “rebeldes”, bem como lazeres explicitados por “excessos” e “transgressões”. O autor parte dos traços de vida dos jovens para compreender as trajetórias de risco, os contextos de exclusão e/ou desenquadramento social, no sentido de depurar as condições ou determinantes sociais.

Para analisar os “traços” de risco, Pais (2005) centrou seus trabalhos no público juvenil, com muitas das suas práticas realizadas à noite. Com base na amostragem, foi possível constatar: 1) o consumo de drogas leves: surge, na maioria das vezes, na adolescência, período da vida em que os jovens estão em pleno desenvolvimento e definição de sua trajetória escolar e pessoal. A plasticidade, característica desse período, predispõe os jovens à experimentação de novos papéis e novas ideias; 2) a cultura urbana criada na noite: as múltiplas possibilidades de apropriação da noite

resumem desejo, prazer e diversão, diferente do contexto diurno, em que alguns tentam reproduzir sonhos e outros carregam energias para o dia seguinte. A prática de sair à noite aparece ligada a novos modos de comportamento, com estilo de vida e consumos culturais específicos, funcionando como uma prática de resistência aos padrões convencionais, em um jogo paradoxal entre a liberdade e o regramento.

As emoções das atividades de risco envolvem consciência, exposição voluntária ao perigo e expectativa mais ou menos consciente de ultrapassá-lo. Ao tratar desse assunto, Henriques (2002) utiliza a expressão “risco cultivado” de Giddens, para explicar que as atividades de risco convergem com algumas orientações, dentre elas: a capacidade de perturbar a fixidez das coisas e abrir novos caminhos. A autora concluiu em um dos seus estudos¹² que os riscos voluntariamente corridos diferem daqueles que derivam dos constrangimentos da vida social ou de outros estilos de vida adotados. Contudo, essa diferenciação é pouco nítida, já que a adoção ativa de certos tipos de risco pode passar pela valorização desses riscos em si mesmos, demonstrando “certa coragem”. Em síntese, no risco cultivado, a coragem tem conotação de qualidade posta à prova, pois se confronta deliberadamente com o perigo. O resultado disto é a busca de emoções fortes, de sensações de poder e, sobretudo, de contraste com a rotina.

A busca por esse tipo de experiência gera ilusória liberdade das convenções sociais, pois os indivíduos continuam presos à realidade, por mais que resistam. Segundo Elias e Dunning (1992, p. 108), o lazer corresponde ao domínio das atividades miméticas ou de jogo, em que os indivíduos podem participar como espectadores ou intervenientes. A progressiva assimilação dessas atividades transformou-as em formas de excitação controladas que funcionam como catarse, capaz de compensar os constrangimentos impostos às rotinas cotidianas. O lazer mimético atende, assim, a uma demanda que serve como espécie de válvula de escape das energias transgressivas, de controle flexibilizado.

Habitualmente os sentimentos são animados e a excitação é favorecida/dinamizada, por meio da criação de tensões nas atividades de lazer: perigo imaginário, medo ou prazer mimético são produzidos e possivelmente resolvidos no

¹² A autora pesquisou o consumo de substâncias psicotrópicas (*ecstasy*).

quadro dos divertimentos (ELIAS; DUNNING, 1992, p. 71). As atividades de lazer que envolvem algum tipo de risco podem “ter um efeito libertador, catártico, mesmo se a ressonância emocional ligada ao desígnio imaginário contiver, como habitualmente acontece, elementos de ansiedade, medo ou desespero” (p. 79). Assim, o limite do risco é primordial para uma série de atividades corporais, sendo que numerosos tipos de lazer integram um elemento de risco como uma das suas características principais.

Além dos riscos reais, merece ênfase o risco imaginado – uma das formas mais disseminadas na atualidade nas práticas de lazer. Nas práticas de lazer, esse fenômeno é crescente, principalmente nas grandes metrópoles. Vamos tomar como objeto de discussão o risco imaginado provocado pelos jogos virtuais. Durante a prática desses jogos, os indivíduos vivem a experiência, durante um determinado tempo, do risco imaginado (guerra, fuga, tensão...). Em alguns casos, os jogos virtuais mesclam ficção e realidade, por meio de recursos acentuadamente interativos e sensório-perceptivos. Em uma avaliação básica, o risco imaginado é um mecanismo de desterritorialização, quando o sujeito é provocado pelas tecnologias de simulação, as quais geram a percepção do lugar físico como um lugar de passagem. As relações com as pessoas que estão a distância substituem as relações com pessoas que estão fisicamente próximas, mesmo que os vínculos estabelecidos com as comunidades virtuais possam ser flutuantes e efêmeros.

Um fenômeno similar ocorre na região fronteiriça em relação aos frequentadores dos cassinos. A prática do jogo é considerada “jogo de azar”, no Brasil, portanto, ilegal, mas ela é regulamentada no Paraguai e na Argentina. Se um brasileiro desejar jogar nestes estabelecimentos, não terá complicações perante as leis. Neste caso, o risco é imaginado, o que nos leva a perceber que o temor gerado nada mais é que uma imitação da vida. O lazer desviante, no caso, os jogos de azar, dramatizam de forma atenuante uma realidade existente, embora não existam consequências reais, diferente do “jogo do bicho” – uma prática ilegal e reprimida pela polícia, em que o nível de risco do agente envolvido é real, pois existe uma economia paralelo-subterrânea nesta prática. Entretanto, para o apostador do jogo do bicho, o risco é muito mais imaginado que real. A tensão, sentimento imperativo atrelada à tal prática, desempenha um papel

de extrema importância, pois libera uma variabilidade de emoções (LABRONICI, 2012). A paixão pelo jogo provoca “gradiente de emoções”, em que o risco pode oscilar do êxtase ao desespero, emergindo experiências de outra densidade, mais porosa e tensa.

Talvez tenhamos que ter como princípio questionar se toda formação histórica realmente diz tudo o que pode dizer e vê tudo o que pode ver. No século XVII, quando Foucault abordou a história da loucura, analisou sob qual luz ela poderia ser vista e em quais enunciados ela poderia ser dita. Do entrelaçamento de forças entre o poder e o saber, que constituem mistos concretamente inseparáveis, surge a subjetivação como uma distinta dimensão. Segundo Deleuze (2009)

[...] não se trata mais de formas determinadas, como no saber, nem de regras coercitivas, como no poder: trata-se de *regras facultativas* que produzem a existência como obra de arte, regras ao mesmo tempo éticas e estéticas que constituem modos de existência ou estilos de vida [...] (DELEUZE, 2009, p. 123).

Para o autor, a subjetivação não foi um retorno teórico ao sujeito, mas a busca prática da produção de outros modos de existência e estilos de vida. Os processos de subjetivação são inteiramente variáveis conforme as épocas e contextos. Eles fazem-se segundo regras específicas que, em todo momento, o poder não para de recuperá-los e de submetê-los às relações de força, exceto que renasçam inventando outros modos, indefinidamente. Também não podem se confundir com um sujeito, a menos que este se destitua de toda a sua interioridade e identidade.

Na perspectiva foucaultiana, o corpo humano se apresenta como o local das operações de poder. Nele, novas modalidades de subjetivação são criadas constantemente por meio de técnicas¹³, utilizadas pelos indivíduos sobre si e sobre a sua ação. Os indivíduos são preparados e educados para satisfazerem condições impostas pela identidade social, ampliando as possibilidades de escolhas individuais, em que as esferas da vida doméstica e privada assumem papel central na sociabilidade

¹³ Referimo-nos às “técnicas de si”, conceito cunhado por Foucault em “História da Sexualidade”, que designa a um dispositivo de autogoverno, exercido continuamente sem a necessidade de haver quem governe diretamente a conduta de cada um. São práticas de reflexão voluntária por meio das quais os indivíduos procuram transformar a si próprios, fixar regras de conduta e modificar a sua singular forma de ser. São mecanismos de autorregulação e autocontrole das práticas, realizadas sob tutela de um regime de verdade.

e criação das subjetividades. Mas, com as profundas mudanças da sociedade, seja da sociedade de produtores para as sociedades de consumo ou das sociedades das disciplinas para as sociedades de controle, novas subjetividades foram produzidas.

Para Foucault, o fio condutor da articulação entre “subjetividade e verdade” (tema do Curso de 1981)¹⁴ é o “cuidado de si”. No entanto, seria um engano pensar ser o sujeito constituído nas escolas filosóficas antigas somente pelo conhecimento de si. Em “A hermenêutica do sujeito” (Curso de 1982), destaca-se a possibilidade de delinear os processos de subjetivação entre os quais o indivíduo não é “constituente”, mas constituído para si e para os demais. Para tanto, é desenvolvida a noção de “cuidado de si” a partir de uma análise histórica da cultura ocidental, iniciada a partir da retomada da filosofia de Sócrates. As significações multiplicaram-se e deslocaram-se, passaram pela descrição e análise das sociedades disciplinares, com atenção especial à emergência do Estado e suas intervenções biopolíticas sobre o corpo do indivíduo e da população em geral.

Na obra *História da Sexualidade III (O Cuidado de Si)*, Foucault retoma com detalhes aquilo que os gregos procuravam desenvolver, por exemplo, um determinado tipo de existência pautado na escolha estética e política, que pode ser compreendido como um modo de subjetivação. Os modos de subjetivação podem tomar as mais diferentes configurações e, com isso, os modos de subjetivação sofrer variadas transformações. Nessa perspectiva, faz-se necessário compreender a problemática da produção do sujeito na atualidade.

As instituições que constituíam a sociedade disciplinar produziam o grande confinamento e a delimitação rígida dos espaços em que as subjetividades se produziam. Contudo, a influência das instituições tradicionais (escola, igreja, família, prisão, exército) dispersou-se pelo tecido social, e a diferenciação institucional foi substituída pela indiferenciação que funciona por redes flexíveis, ponto em dúvida o até então evidente paradoxo existente entre o trabalho e o lazer. Agora “[...] a liberdade, a livre escolha e a autodeterminação podem ser vividos em outros contextos que não os do lazer, bem como o constrangimento, a alienação e a heterodeterminação podem ser

¹⁴ Obra ainda não traduzida para a língua portuguesa.

impostos em outros espaços que não apenas do trabalho, da família e da comunidade” (GOMES, 2007, p. 22).

Esse é o resultado da invenção das tecnologias da subjetividade, um conjunto de técnicas de trabalho ético sobre si mesmo que tem na própria noção de subjetividade seu principal efeito. A prática de um determinado esporte, por exemplo, exige autogoverno e autocontrole – um rigoroso trabalho de domínio de si, construído por dispositivos que atuam na constante autorregulação do indivíduo.

As tecnologias da subjetividade no contexto do treino e da prática de exercícios físicos têm demonstrado que o corpo é um lugar de discursos, afinal “[...] os indivíduos não existem fora dos processos sociais, sobretudo os de ordem discursiva que produzem como seres livres e autônomos” (GOMES, 2008, p. 150). Por este motivo é refutada a premissa de uma suposta subjetividade original do indivíduo, afinal, as atividades não são socialmente neutras, pelo contrário, são formas de regulação social. De maneira geral:

As populações, em seu conjunto, são sujeitas a um controle administrativo, mas simultaneamente as estatísticas introduzem na reflexividade social um pensamento individualizado sobre o risco e a responsabilidade individual em seu controle. A prevenção e a redução de riscos passam a ser empresa da responsabilidade individual (GOMES, 2008, p. 155).

Em um contexto racionalizador, os indivíduos são submetidos a um grau exacerbado de monitoração dos riscos e induzidos às práticas de tipo prudencial. Entretanto, tal política, supostamente “preventiva”, pode não se desenvolver dessa forma em suas versões contraditórias. Ao mesmo tempo em que se procura regular os indivíduos e minimizar os riscos, muitas vezes, o risco é procurado deliberadamente pelos indivíduos, sem deixarem-se assediados pelo oferecimento de supostas ‘escolhas’. Para melhor compreender esse dilema, que anda na contramão das práticas convencionais e que são caracterizadas como desviantes, importa fazer a análise alargada das formas de articulação das relações de poder social com os processos de subjetivação e a reflexividade.

Em síntese, podemos pensar que o controle normativo das práticas desviantes de lazer está centrado na zona de autogoverno, com um peso crescente. Embora

coexistam zonas externas de vigilância e autogoverno do indivíduo, é possível pressupor que ocorre um deslocamento ascendente da zona de vigilância para a zona de autogoverno – como se a autogestão social se inclinasse aos mecanismos formais de vigilância do Estado. Isso quer dizer que o autocontrole dos indivíduos é grande, pois eles precisam se utilizar de técnicas de astúcia, sutileza, percepção e adaptação às circunstâncias. Essa adaptabilidade provoca mudanças de comportamentos que, por sua vez, acabam por não se confrontar com as regras jurídicas, mesmo daqueles que praticam o lazer desviante.

Os dispositivos de repressão não são de exclusividade policial (típicos das sociedades disciplinares), que vigiam e punem. Eles podem estar centrados, segundo Foucault e Deleuze, nas “tecnologias da subjetividade”, pois remetem ao autogoverno do sujeito o autocontrole da relação daquilo que é socialmente aceito, o que é uma norma irregular e ilícita. Em um modelo foucaultiano de análise, na sociedade disciplinar criam-se dispositivos de vigilância, por exemplo, o Panóptico. Entretanto, na sociedade de controle, novos mecanismos são desenvolvidos – as tecnologias de subjetividade e o autogoverno, os quais contornam os mecanismos sociais de censura no consumo de determinados tipos de lazer. Nas sociedades de controle, o tempo e o espaço dedicados ao lazer são fundamentais, pois se apresentam como campos propícios para os indivíduos se abrirem para a fruição/satisfação dos desejos (SANT'ANNA 2002).

Os mecanismos de censura social podem ser intersticiais e regulados na relação direta entre os agentes de desvio na região fronteira, decorrentes da transferência de governo. Parece-nos, portanto, ser importante encontrar a origem e as alterações de um determinado discurso securitário das forças de segurança sobre os lazeres desviantes. Para tanto, é importante verificar o marco temporal dessas alterações (se é que elas existiram), identificar quais são os dispositivos de vigilância e o grau de autopercepção do fenômeno (se ele está localizado na zona da vigilância ou na zona do autogoverno), bem como conhecimento, avaliação e atitudes da população (condescendência, indiferença, ilicitude, aceitável...); bem como analisar qual a censura implícita em relação a essas práticas.

1.3 Tecnologias de subjetivação e dispositivos

As práticas de lazer geram contextos favoráveis à criação de um repertório de experiências de si, com relação direta com o desenvolvimento de subjetividades. As formas como são construídas essas subjetividades e as técnicas utilizadas pelos indivíduos na sua reflexão sobre si e sobre as suas ações podem ser pensadas a partir das “ferramentas” disponibilizadas pela arqueologia foucaultiana. Para tanto, utilizamos como método de análise das fontes de pesquisa a história arqueológica construída no decorrer das suas primeiras obras, especialmente a “Arqueologia do saber” (2009a), que abrange elementos centrais de análise discursiva.

O método arqueológico compreende, na sua unidade de análise, as funções de sujeito, as funções de objeto e as funções de conceito, sendo que cada uma dessas unidades compõe o espaço discursivo. A análise arqueológica requer averiguação dos efeitos no momento presente (uma história do momento presente), sem ter que procurar a origem do discurso recuado no tempo.

Os discursos são sempre discursos-práticas – um binômio de domínio simultâneo, ou seja, uma prática sempre com um discurso implícito, inexistindo práticas sociais fora do discurso. É na capacidade de produzir discursos que reside o exercício do poder. Nesse terreno, está em disputa a produção de um conhecimento “verdadeiro” sobre um segmento da realidade social. A tentativa de dominar o campo do discurso e tentar fixar um sentido confronta com a pluralidade de discursos produzidos na região fronteira, decorrentes de acontecimentos e condições singulares de sua existência, os quais são compelidos à negociação de diferentes opiniões. Em outras palavras, no espaço social de construção de multidiscursos¹⁵, que provêm de diferentes campos de conhecimento e dão origem a interpretações múltiplas, é disputada a legitimação do que é definido como lazer.

¹⁵ Sobre essa temática, conferir a obra de Gomes (2005), intitulada “O Governo da Educação em Portugal”, designado o Capítulo III no aprofundamento sobre “O método: das estruturas aos discursos”.

O modo de conceber a articulação e a montagem dos discursos levou Gomes (2005, p. 153) a concluir que “[...] nem as estruturas sociais, nem as subjectividades são absolutamente fixas ou absolutamente não fixas”. A instabilidade das formações discursivas nos coloca diante de um cenário de descontinuidade e de transformações que, em certos momentos, pode colonizar outras formações discursivas e criar uma relação hegemônica, na qual os discursos contraditórios são hierarquizados e rearticulados para produzirem uma única narrativa, mesmo assim, incapaz de anular os discursos que têm uma existência exterior ao campo discursivo.

Analisar a construção das subjetividades, por intermédio das práticas de lazer, é de fundamental importância para saber quais são as técnicas utilizadas pelos indivíduos na sua reflexão voluntária sobre si e sobre a sua ação. A construção das “técnicas de si”, apresentadas por Foucault (2006) como o conjunto de tecnologias e experiências do processo de (auto)constituição e transformação do sujeito, influencia na definição dos indivíduos de maneira ativa, não por técnicas inventadas por ele mesmo, mas por esquemas que lhe são propostos e encontrados nas culturas ou que lhe são impostos pelos grupos sociais. Sobre a particularidade desse assunto, referenciamos Gomes (2009):

As técnicas de si são práticas de reflexão voluntárias através das quais os indivíduos se procuram transformar a si próprios, fixar-se regras de conduta e modificar-se na sua singular forma de ser. Sendo mecanismos de autorregulação, as tecnologias de si mobilizam práticas de experimentação, compreensão e julgamento da conduta própria. Tais práticas são realizadas sob tutela de um regime de verdade, seja ele pedagógico, psicológico, terapêutico ou familiar. Em cada um desses campos o que está em causa é a relação de reciprocidade entre o corpo de conhecimento e de práticas e a produção mesma do *self*. Trata-se de um dispositivo de autogoverno dos indivíduos, que se exerce continuamente sem necessidade que haja quem governe directamente a conduta de cada um (GOMES, 2009, p. 32).

A citação faz parte do contexto de análise que discorre sobre “a política da vida e a transparência do corpo”. Nessas mesmas discussões, estão presentes elementos que foram estudados por Foucault, ao se referir a quatro dimensões da construção de novas tecnologias de subjetivação:

Primeira dimensão: refere-se ao julgamento ético pessoal, à análise que cada um realiza de si próprio com os principais critérios de relevância. Por exemplo, os indivíduos que procuram uma prática desviante de lazer podem ter necessidades distintas, como aventura, obtenção de algum tipo de ganho material ou simbólico.

Segunda dimensão: orienta os modos de sujeição moral, manifestada no pensamento do indivíduo em caráter dual (normas sociais *versus* autenticidade das opções individuais). É nesta gangorra que emergem novas possibilidades para o agir moral ou para a corrupção. O indivíduo pode reconhecer suas obrigações morais, mesmo ciente de que certas práticas sejam inconvenientes.

Terceira dimensão: trata-se das formas de elaboração do trabalho ético que cada um efetua na busca do seu eu verdadeiro (*self*). Relacionada às diversas formas de lazer, assume as seguintes formas: 1) conhecimento de si – assentadas no reconhecimento próprio (reflexão e interpretação do significado pessoal sobre a prática de lazer); 2) cuidado de si – as técnicas ou condutas corporais que monitoram as funções e ações dos indivíduos; e 3) domínio de si – praticado por intermédio de um controle regular da conduta do sujeito, que visa a um estado de aperfeiçoamento ou de realização na utilização de tecnologias.

Quarta dimensão: incorre naquilo que permite a cada um manter o domínio de si e suas condutas, com a finalidade de obter algum tipo de aperfeiçoamento.

A noção de tecnologias de subjetividade pode ser utilizada na interpretação da realidade que queremos observar, especificamente com diferentes dispositivos de monitoramento: ópticos, discursivos, morais e de domínio (GOMES, 2009, p. 35-37), operacionalizados e utilizados na construção de subjetividades, na fabricação da imagem de si e no controle de práticas desviantes de lazer no território fluvial fronteiro:

- a) Dispositivos ópticos (aprender a ver-se) – orientados para a auto-observação e para a autovigilância, na qual se determina o que é visível do indivíduo para si mesmo. Esses mecanismos de observação determinam o que o indivíduo deve ver se si próprio e como pode ver. O dispositivo óptico pode ser um recurso tecnológico mecânico (filmadoras) ou humano (no caso das

denúncias anônimas). Um exemplo de dispositivo óptico são os “olheiros” (informantes) a serviço dos vendedores ambulantes ilegais. A dinâmica é praticamente a institucionalização de um jogo de perseguição, em que o perseguido desenvolve técnicas de astúcia e sutileza para fuga.

b) Dispositivos discursivos (aprender a dizer-se) – orientados para o estabelecimento daquilo que o sujeito deve dizer acerca de si mesmo e como pode dizê-lo. O indivíduo, ao praticar um lazer desviante, poderá assumir uma narrativa pouco explícita de si (silenciada), decorrente do julgamento legal, ou exacerbada, quando estiver entre os seus pares.

c) Dispositivos morais (aprender a julgar-se) – são mecanismos de avaliação que fornecem as normas e os valores segundo os quais o indivíduo julga a si próprio. Através da reflexão e ação, o indivíduo é induzido a corrigir-se; as críticas e, em alguns casos, as notícias veiculadas na imprensa podem ser exemplos de dispositivos morais.

d) Dispositivos de domínio (aprender a sujeitar-se) – estabelecem o que o indivíduo pode e deve fazer consigo mesmo; pela norma indicativa torna-se disponível para as experimentações. Aqui podemos pontuar a incorporação/internalização das normas sociais pelo indivíduo, exemplificada pela difusão de campanhas de conscientização ou alertas dos impactos (econômicos, fisiológicos, ambientais, entre outros) que são gerados por determinadas práticas desviantes. Não é a regra em si mesma dispositivo de domínio, mas a sua incorporação pelo indivíduo.

A excessiva regulação da vida suscita nos indivíduos a assimilação de dispositivos de domínio, incorporando as regras da trama social e, não raro, alargando o controle gerado por esses dispositivos na vida privada ao ponto de, quando houver

algum tipo de descompasso das regras, se elas forem transgredidas, soar um alarme do sistema de segurança interior.

Os mecanismos são incorporados desde a tenra infância. Uma vez interiorizada e invisibilizada a norma no cotidiano da vida, a passagem da prática do lazer convencional para a prática do lazer desviante, além de estratégias de invisibilidade, exige do indivíduo qualidades como: desprendimento, perspicácia e enfrentamento. Estamos a tratar de práticas de lazer que nem sempre são declaradas publicamente, a menos que os indivíduos se sintam fortalecidos por movimentos sociais generalizados e politizados de grande proporção ou fortalecidos pela necessidade de declarar rupturas e fazer enfrentamentos. Entretanto, a pressão e o julgamento moral/legal podem se diluir em meio ao grande grupo, levando os indivíduos a ficarem à vontade para vivenciá-los ou explicitá-los (como a “Marcha da Maconha”, que ocorre no Brasil e em diversos países do mundo).

As infrações dos indivíduos são movimentos de astúcia e criatividade, pois sabem quais são os limites e, mesmo assim, criam estratégias para contornar os sistemas de vigilância. No caso do uso das águas para as práticas de lazer, os praticantes observam a vigilância para que não sejam apanhados; exige-se observar o melhor momento, os lugares, os períodos e os agentes de controle (quando a vigilância é menor ou inexistente).

1.4 Lazer desviante

No Império Romano, os cristãos combatiam animais selvagens nas arenas até a morte. Durante a Revolução Francesa, e após o século XVIII, até a segunda metade do século XX, a guilhotina foi utilizada em praças públicas para executar criminosos. Nestes dois casos, respectivamente, os “espetáculos” de gladiar e decapitar ocorriam em locais públicos e faziam parte da rotina – era lazer para muitos acompanhar as execuções.

As touradas, entretenimento tradicional nos países de colonização espanhola, que perduram ao longo do tempo, enfrentam resistência em algumas localidades do

mundo para a sua continuidade, decorrente de inúmeros protestos de ativistas¹⁶. Tal movimento representa uma fase de transição – do aceitável para o inaceitável. No contexto brasileiro, as touradas não são permitidas, mas ocorre uma prática que se assemelha a elas, que pode levar o animal à exaustão e/ou morte – a “farra do boi”, legado de tradição portuguesa ilícita no país desde 1998, embora ainda recorrente no litoral do estado de Santa Catarina. Podemos, ainda, citar as competições de “rinha de galo” e a prática de soltar “balão de fogo”, lazeres outrora permitidos, atualmente criminalizados no país.

Em algumas sociedades, no difícil exercício de convívio social, o excesso e o obscuro podem se tornar ofensivos. Determinadas práticas de lazer que apresentam tais características poderão ser aceitas, mas, em outras, não têm a mesma conotação. Na China, algumas situações têm demonstrado que os conteúdos podem ser regulados a partir do uso do poder, como dançar publicamente, assistir a um filme ou fazer uma leitura *online*¹⁷. Ou seja, nesses casos, não são as práticas em si, mas os seus conteúdos que são regulados a partir de formas ditatoriais de controle do uso do corpo e controle em geral.

Por outro lado, fenômeno inverso também ocorre – práticas marginalizadas de lazer tornam-se aceitáveis. O skate é uma atividade que passou por uma constante ascensão no país até chegar a ser um esporte e um conteúdo da Educação Física Escolar, gerando modificação nas representações. Outro exemplo é a Corrida de Jericos¹⁸, um veículo automotor usado nos trabalhos da lavoura que passou a ser atração de corridas. A diversão dos expectadores e competidores deve-se à grande quantidade de lama e obstáculos que envolvem as provas.

¹⁶Referimo-nos especificamente à Colômbia. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/explosao-antes-de-protesto-touradas-deixa-30-feridos-em-bogota-20949839>>. Acesso em: 07 jun. 2017.

¹⁷ Mencionamos um fato, em que homens e mulheres aposentados se reuniam para dançar em praça pública, provocando irritação da vizinhança por motivo da música alta. Diante da situação, o governo começou a regular as danças públicas e impor a visão do Partido Comunista sobre o que é Cultura Popular. Atividades como assistir a um vídeo ou pesquisar certos termos em plataformas de busca na internet podem ser censurados ou direcionados automaticamente para *sites* equivalentes. O controle do conteúdo em circulação visa criar uma barreira de proteção, bloqueando o acesso aos conteúdos considerados indesejados. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2015/04/1611759-china-impoe-regras-a-vovos-dancantes.shtml>>. Acesso em: 30 out. 2015.

¹⁸ Conferir “Arrancadão de Jericos”, evento típico em Serranópolis do Iguçu-PR. Disponível em: <www.arrancadaodejericos.com.br>. Acesso em: 25 jul. 2016.

Dessa forma, verifica-se que algumas práticas de lazer estão no limiar da normalidade, dependendo do contexto em que ocorrem. O *parkour*, prática que consiste na transposição de obstáculos em qualquer ambiente, pode ser compreendido como uma transgressão (tentativa de dano daquilo que é patrimônio público); por outro lado, também pode ser considerado um tipo de lazer¹⁹, quando praticado, por exemplo, durante a comemoração em final de campeonato de futebol.

Os estudos do lazer desviante são incipientes, mas as suas práticas não são nenhuma novidade, novas práticas de lazer estão sempre a surgir. Muitas das práticas desviantes podem ser bizarras²⁰, pois não se adaptam à ordem vigente, como o *kitesurf*²¹ (adaptado), em que a pipa é substituída por uma moto que puxa o praticante por uma corda, proporcionando o deslizamento dentro de um canal urbano (ao invés do mar). Essa situação evidencia que as normas específicas são criadas na dinâmica do território onde elas acontecem.

A vida social dos indivíduos e o desenvolvimento dos seus comportamentos são dirigidos pelas normas emanadas de uma determinada cultura. O convívio em sociedade requer a aprendizagem e a interiorização de elementos socioculturais, normas e valores que se integram à estrutura da personalidade dos indivíduos. Na ruptura desta conformidade, o desvio pode ser conceituado como um comportamento disfuncional em relação ao grupo onde ocorre (LAKATOS; MARCONI, 2010).

¹⁹ Lazer selvagem (ROJEK, 2011).

²⁰ O lazer bizarro engloba o impulso lúdico pelo inusitado, fugindo aos padrões ético-estéticos dominantes, como: a corrida de cortadores de grama (Estados Unidos) – são retiradas as lâminas dos cortadores de grama, os participantes sentam em cima da máquina e a pilotam; a regata de abóboras gigantes (Canadá) – os participantes retiram o miolo de uma gigantesca abóbora, que servirá como barco para navegar; o boxe xadrez (Alemanha) – uma mistura das duas modalidades, com *rounds* de boxe, alternados com *rounds* de xadrez; a escalada de pães (Hong Kong) – várias pessoas escalam uma torre e tentam coletar o maior número possível de pães ao longo do caminho; o pólo de elefantes (Nepal) – semelhante ao pólo com cavalos, somente que os participantes montam em elefantes; o carregamento de esposas (Finlândia) – os maridos carregam as suas esposas em um percurso determinado, quem chegar primeiro, vence; o Buzkashi (Afeganistão e Quirguistão) – uma espécie de pólo, que usa uma carcaça de animal no lugar da bola e, no lugar dos tacos, o jogador pega a carcaça com a mão e joga para o gol; o rolamento de queijo (Inglaterra) – um queijo redondo é atirado ladeira abaixo e os participantes correm atrás na tentativa de agarrar o queijo para cruzar a linha de chegada com ele; e o sexo imaginário (Japão) – consiste em homens simulando sexo com uma parceira invisível.

²¹ Disponível em: <<http://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2016/12/jovem-se-arrisca-surfando-dentro-de-canal-de-santos-e-video-viraliza-na-web.html>>. Acesso em: 27 dez. 2016.

A criação de novas práticas e, concomitantemente, novas narrativas individuais na busca da satisfação do desejo, por vezes, são consideradas perversas pelos não-praticantes, pois “[...] nem sempre existe clareza quanto ao processo de classificação de determinadas ações humanas, fazendo com que algumas sejam naturalizadas e aceitas e outras gerem perplexidade e rejeição” (ELIZALDE; GOMES, 2014, p. 578).

Nas práticas de lazer, desenha-se o sistema de relações reguladas, designadas enquanto tempos socialmente condicionados, cuja liberdade e flexibilidade existem em relação a determinados contextos. Toda e qualquer atividade de lazer estabelece relações sociais complexas, que envolvem tensões entre interesses e agentes com posições que, por vezes, são bastante paradoxais.

A prática do lazer desviante pode decorrer da motivação subjetiva e realizada individualmente, mas outra perspectiva deverá ser considerada – a articulação grupal. Os sujeitos não apenas recorrem às práticas desviantes de lazer, mas também se vinculam às comunidades de lazer desviante, caso considerada a problemática da frequência e recorrência desse estilo de vida. No sentido proposto por Blass e Pais (2004), os indivíduos integram-se a grupos de referência mais próximos dos seus ideais, distanciando-se de determinados padrões de comportamento aceitos socialmente. A emergência destas formações sociais decorre de algum tipo de reagrupamento, entre quem procura uma proximidade com outros que lhe são semelhantes, estabelecendo vínculos identitários.

Para Estanque (2008), a construção da juventude como categoria social e as recentes tendências de incerteza e imprevisibilidade marcam as subjetividades juvenis, bem como as experiências e vivências dos jovens universitários; marcam também alguns setores minoritários de estudantes, associadas à boemia e que decorrem, sobretudo, da esfera informal do cotidiano. Sobre esse assunto, podemos analisar o ritualismo estudantil ligado à Universidade de Coimbra (UC) - Portugal, como os casos da praxe acadêmica e as festas “Latada”²² e “Queima das Fitas”²³, bem como um

²² A “Festa das Latas e Imposição de Insígnias”, também conhecida como “Latada”, é uma tradicional festa universitária que acontece todo início de semestre letivo (outubro). São vários dias de festa de recepção aos novos acadêmicos da Universidade de Coimbra, que envolvem cortejos, serenatas e shows.

variado conjunto de atitudes, práticas e orientações subjetivas dos estudantes perante a Universidade. Percebemos que essas festas são exemplos de como uma universidade secular, de tradição ritualista e reprodutora de hierarquias, convive com formas de conduta e modos de vida marcados pela rebeldia e sentido transgressivo dos seus estudantes.

A ação reguladora pode dar lugar a novas formas de expressão que não são meramente adaptativas em face dos mecanismos institucionais, subvertendo muitas vezes os objetivos de integração. Estanque (1995, 2005)²⁴, ao analisar as tendências contraditórias de adaptação e resistência das práticas recreativas, centra-se nos lazeres populares e nas práticas recreativas das classes subordinadas, captando a transformação a partir dos efeitos contrários que derivam, por um lado, das tendências reguladoras e homogeneizantes e, por outro, das práticas culturais de resistência. Ao mencionar os diferentes modelos de uso e estilo de vida dos principais segmentos sociais, o autor salienta que a diversidade de formas em que se multiplicam os usos do lazer, pelos lugares, temporalidades e práticas respeitantes a diferentes vivências, torna, por vezes, difícil até mesmo proceder a classificações.

A abordagem proposta por Rojek (1995) apresenta uma face complexa do lazer, ao reavaliá-lo criticamente em uma perspectiva sociológica e propor um redirecionamento do olhar, deslocando o entendimento do lazer, em sentido restrito, para um contexto mais amplo em que ele é produzido, reproduzido e praticado. Para melhor compreender essas características do lazer, é necessário observar, inicialmente, o lazer no meio de produção industrial e do trabalho assalariado.

O caminho traçado por Rojek (1999), para explicar tal fenômeno, apresenta aspectos das relações de trabalho idealizadas daqueles que estão excluídos, por estarem momentaneamente impossibilitados de trabalhar. Apesar de tal condição, estes buscaram, por meio da produção independente, o acesso ao mesmo lazer daqueles

²³ A “Queima das Fitas” é uma semana festiva que acontece todos os anos durante o mês de maio. O queimar das fitas é um ato simbólico, cujo significado assenta no término do curso, solenidade da última jornada universitária.

²⁴ O autor analisa o contexto das práticas recreativas das classes populares, ao considerar que as culturas populares têm dado provas de resistência à assimilação da ideologia da classe média, enfatizando que somente em parte o capitalismo conseguiu “civilizar” as ocupações de lazer do mundo operário.

que produziam, por meio de mecanismos compreendidos como comuns à sociedade. Neste espaço de acontecimento, inseriam-se e também manifestavam novas possibilidades de vivenciar esse lazer. Nessa inadequação social, surgem manifestações de uma classe de lazer não-usual, que traz consigo algumas implicações. Uma delas é a autonomia em relação ao meio de produção, que aparenta ter incorporado possibilidades de lazeres também mais autônomos²⁵.

As atividades transgressivas na mudança social têm sido impulsionadas, como observadas por Machado, Marchese e Vilela Junior (2011), ao se aproximarem das discussões de Rojek, quando estas afirmam que o “lazer alternativo”, ainda que aparente trazer a marca da criticidade e da criatividade, é explorado pela indústria cultural²⁶, diretamente atrelada ao prazer necessário para a manifestação do lazer pleno – crucial para a manutenção e crescimento do estigma de marginalidade. A noção de consumidor ideal acaba traçando indiretamente um perfil daquilo que se espera que seja vivenciado nos momentos de lazer em conformidade com a estrutura social na qual ele está inserido. Isto é, qualquer manifestação, desprendida daquilo que possa ser entendido como lazer vivido em consenso aos valores da sociedade, tramita entre a iniciativa de apropriação de um lazer que busca suprir *déficits* do cotidiano do ator social e aquilo que fica socialmente compreendido como cultura marginal, porque está à margem dos valores morais.

As reflexões proporcionadas pelos novos significados do lazer vislumbram uma base preliminar para rever o entendimento sobre o tema na sociedade atual. Em função de uma visão ortodoxa, os estudos do lazer tendem a acentuar apenas o lado positivo da experiência, entretanto “[...] o relaxamento de regras e inibições associadas às várias formas de lazer é um sinal de que há um processo eletivo entre o lazer e uma atividade desviante” (COSTA; UVINHA, 2010, p. 147).

²⁵ Tradicionalmente o trabalho ocorre em contextos de vigilância, ao contrário do lazer (onde o controle é menor). Embora no tempo presente, o grau de variação dessas características oscila.

²⁶ Essa expressão foi criada por Adorno para enfatizar o caráter forjado do movimento das massas em direção ao consumo. Entretanto, a conotação é diferente das expressões “cultura de massas” ou “cultura popular”, cujos comportamentos são tecidos pela população. A necessidade dos consumidores não é a principal inspiração para a produção da indústria, mas um foco de manobra e adaptação às mercadorias produzidas.

Em estudos recentes²⁷, Rojek (2011) enfatiza que é no tempo livre que as pessoas se libertam das restrições que governam o seu comportamento, usufruem de maior autonomia e flexibilidade para agir conforme suas escolhas. Por esse motivo, acabam se envolvendo com práticas de lazer consideradas negativas por estarem relacionadas com a transgressão de regras e de convenções sociais. As pessoas que buscam essas práticas estão vulneráveis a desenvolver “culturas de dependência”, frequentemente relacionadas às necessidades de liberação de aspectos restritivos do cotidiano, o que expressa um forte senso do sujeito sobre si mesmo como diferente e afastado da sociedade. Entretanto, elas possuem uma sucessão de elementos que justificam a motivação subjetiva por fazê-las.

Parker (1978) também dialoga com esse tema, utilizando outra nomenclatura – “o lazer quadrado” (para lazer canônico) e o “lazer transgressor” (para o lazer desviante). Para ele, existe uma relação entre a fuga do convencional e a busca da identidade, que implica entre as escolhas de lazer e as necessidades de conformar-se ou rebelar-se contra os hábitos sociais convencionais.

Além desses dois aspectos, uma série de questões merece investigações que não só lhe torne legível, como possa também afastar a dimensão “demonizada” e maléfica que lhe tem sido associada sistematicamente: violência, insegurança e medo, sendo necessário relativizar os julgamentos morais (BECKER, 2008).

As “formas anormais de lazer”, terminologia lapidada pelo britânico Rojek (2005), surgiram a partir do questionamento acerca dos desvios de conduta, geralmente estudados por especialistas em distúrbio de personalidade (psiquiatria ou genética) ou por juristas (criminologia). Isto é, diferentes práticas não são consideradas lazer porque são taxadas com características de patologização (doências) ou criminalização (perspectiva jurídico-normativa).

A concepção de lazer patológico e/ou ilegal levou Rojek (2005) a desenvolver e aprofundar uma classificação: invasivo, mefítico e selvagem e a constatar que, em uma sociedade urbano-industrial, o elemento lúdico é central nos tipos “anormais” de

²⁷ A fundamentação do autor está balizada por pesquisas que abordam principalmente questões relacionadas às drogas ilícitas.

práticas, sendo muitas delas compatíveis com o relaxamento, envolvendo a separação do indivíduo da sociedade e a cristalização de atitudes e práticas antissociais.

O tipo invasivo (individual) é uma prática de lazer doméstica, caracterizada como fuga individual da realidade e recuo das redes sociais (isolamento e separação). Esse tipo de lazer pode estar relacionado ao consumo de drogas e álcool, considerado autoprejudicial, pois coloca o usuário em risco através de roubos, furtos em lojas e prostituição.

O tipo mefítico está relacionado à autoimagem de libertação e rejeição de regras sociais, que provoca satisfação lúdica ao externar impulsos agressivos e sexuais por meio de atividades violentas de grupo, a exemplo do vandalismo das gangues, dos deslocamentos no território para fins sexuais (turismo sexual²⁸), dos trotes universitários e da prática do pichamento. Uma das características é o pouco respeito ou confiança em outras pessoas, transformando-as em objetos (mercadorização).

A forma selvagem do lazer é um fenômeno de multidão. Refere-se aos momentos esporádicos de liberação das normas sociais, que mexe com o desafio e a emoção do indivíduo, evidenciado principalmente em eventos propícios e tolerados para o afrouxamento das repressões (Carnaval, no Brasil; Tomatina, na Espanha). Momentos de desordem pública são propícios para violar leis, o que favorecem formas esporádicas de crime, como furtos de veículos e lojas, nudez pública e insulto às autoridades. As formas de lazer selvagem não são sempre públicas, a exemplo da invasão de *hackers* a computadores.

Nesse contexto, Pimentel (2010a) questiona a interpelação clássica (e falsa) do lazer ser correspondente ao prazer; e o lúdico, ser algo puro e bom, uma vez que condutas absurdas e improváveis podem ser lúdicas e serem escolhidas como opção de lazer. Isso, todavia, não significa que a sociedade aceite qualquer prática como lúdica e a chame de lazer. Determinar quais são as práticas consideradas virtuosas para serem vivenciadas e quem são os beneficiários do tempo livre é resultado de

²⁸ Utilizamos a terminologia “turismo sexual”, embora o seu uso não seja consensual. O turismo se apresenta como uma atividade que gera desenvolvimento e custos nos núcleos receptores onde se instala e é visto como um grande mercado a ser explorado no século XXI. Dentre os custos sociais apresentados pelo desenvolvimento da atividade turística, a prostituição é destacada (GIRALDI; MARTINEZ, 2014).

disputa generalizada, não por causa de gostos individuais, mas motivada por interesses antagônicos de diferentes grupos sociais. Em outras palavras, Pimentel (2010b) entende que o lúdico pode se manifestar com vitalismo descontrolado e, assim, impossível de ser assimilado em apenas uma faceta da vida ou de adotar um sentido funcionalista. Conseqüentemente, o lúdico, no lazer, pode assumir diferentes possibilidades, incluindo revelar-se sociojuridicamente desviante, à medida que os sujeitos se deslocam em outra direção.

O lazer frequentemente está correlacionado ao lúdico, considerado socialmente como algo positivo e saudável. No entanto, o lazer não é um dado natural, mas uma construção social, sujeita à valoração e mudança conforme a moralidade no tempo e espaço. O que estamos a sinalizar são outras possibilidades de interpretar o lazer, ressignificando-o no conjunto de suas diversidades e contradições. Esses tipos de lazer, socialmente problemáticos, revelam a diversidade de práticas que são lúdicas para certos grupos, mas que, conforme os parâmetros do comportamento e da legalidade, são vistos como formas de lazer desviante.

1.5 Procedimentos do estudo²⁹

Os procedimentos adotados nesse estudo, organizados em distintos momentos, não foram inicialmente alicerçados em categorias pré-definidas. Por esse motivo, foram necessários “mergulhos” em profundidades diferentes: um superficial e outro profundo. No primeiro momento, fomos ao encontro do “espelho d’água”, fizemos as primeiras aproximações. Os dados que constituíram essa leitura mais abrangente levaram-nos a organizar pré-categorias (provisórias). Posteriormente, no segundo momento, foi necessário atravessá-lo, reorganizando/criando categorias que a realidade fez reelaborar. Os instrumentos utilizados não têm o mesmo peso e a mesma validade; alguns deles foram abandonados posteriormente (embora tivessem importância

²⁹ O projeto de pesquisa foi submetido à Plataforma Brasil, Ministério da Saúde, sob o título: “As práticas de lazer da população fronteiriça no Sul do Brasil”, sendo certificado pelo Comitê de Ética da Universidade Estadual de Maringá – Parecer de aprovação liberado em 26 de setembro de 2015, n. 43510114.8.0000.0104.

específica, pois serviram para redefinir procedimentos).

Para viabilizar tecnicamente esse estudo, utilizamos uma combinação de técnicas para a coleta de dados, por meio das seguintes “ferramentas”: como fonte o “Jornal Nosso Tempo” (JNT) e pesquisa em documentos – legislação de países limítrofes com o Brasil; aplicação de questionário virtual³⁰; observações de campo (participante e não-participante); e entrevistas. A população e a amostra envolvida em cada uma das etapas foram compostas por residentes na região da Tríplice Fronteira, tendo como critério para participar apenas a idade (ser maior de dezoito anos).

1.5.1 Legislação

Sem a pretensão de fazer um estudo comparativo das leis (Direito Comparado), verificamos como algumas práticas recorrentes na região de fronteira (caça/pesca, jogos de azar, drogas e prostituição) podem se tornar desviantes ao serem regidas pela legislação de diferentes países. Essas categorias de análise são evidentes nos meios de comunicação sociais e circulares entre a população. Ao fazer uma leitura transversal, tentamos identificar dispositivos jurídicos que pudessem estimular o desvio. Para obter informações, realizamos pesquisa em documentos (leis e decretos) que tiveram como fonte principal da legislação brasileira o *site* da Casa Civil do Governo Federal; além dos sites oficiais de outros sete países sul-americanos limítrofes ao Brasil: Uruguai, Argentina, Paraguai, Bolívia, Peru, Colômbia e Venezuela.

A legislação, como parte da sociedade, poderá ter a sua interpretação em movimento. Portanto, leis e decretos podem sofrer alterações e/ou ser revogadas no decorrer desse estudo, da mesma forma que os Tribunais podem modificar a sua jurisprudência.

³⁰ Questionário virtual e entrevistas aplicadas mediante aceitação do “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), Apêndice A.

Quadro 01 – Materiais consultados em sites oficiais³¹

PAÍS	AÇÃO	LEI	FONTES
Brasil	Crimes ambientais (caça e pesca)	Lei 9.605 de 12 de fevereiro de 1988	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9605.htm
	Prostituição e atividades relacionadas	Código Penal Decreto-Lei 2.848 de 07 de dezembro de 1940	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm
	Drogas	Lei 11.343 de 23 de agosto de 2006	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11343.htm
	Jogos de azar	Lei das contravenções penais – Decreto-Lei 3.688 de 03 de outubro de 1941	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3688.htm
Argentina	Crimes ambientais (caça e pesca)	Pesca – Lei nº 24.922 de 12 de janeiro de 1998 Lei Fauna Silvestre – Lei 22.421 de 5 de março de 1981	http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/45000-49999/48357/textact.htm http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/35000-39999/38116/norma.htm
	Prostituição e atividades relacionadas	Código Penal Argentino. Lei 11. 179, atualizado em 1984	http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/15000-19999/16546/textact.htm
	Drogas	Código Penal Argentino. Lei 11. 179, atualizado em 1984 Lei 23.737 de 21 de setembro de 1989	http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/15000-19999/16546/textact.htm http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/0-4999/138/norma.htm
	Jogos de azar	Código Penal Argentino. Lei 11. 179, atualizado em 1984 Regulamentação dos cassinos – Lei 18.226 de 17 de maio de 1969	http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/15000-19999/16546/textact.htm http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/55000-59999/58038/norma.htm
Paraguai	Crimes ambientais (caça e pesca)	Lei 716 de 02 de maio de 1996	http://www.bacn.gov.py/MjQyNg==&ley-n-716
	Prostituição e atividades relacionadas	Código Penal Paraguai, Lei 1.160/97	http://www.bacn.gov.py/MzQ5Nw==&ley-n-1160
	Drogas	Lei 1.340 de 22 de novembro de 1988	http://www.bacn.gov.py/MjU2Mg==&ley-n-1340
	Jogos de azar	Lei 1.016 de 30 de junho de 1997	http://www.bacn.gov.py/ampliar-leyes-paraguayas.php?id=3130
	Crimes ambientais (caça e pesca)	Código Penal Boliviano	www.justicia.gob.bo/index.php/.../97-codigo-penal-y-codigo-de-procedimiento-penal
		Regulamento pesca: Lei 938 de 03 de maio de 2017	http://www.gacetaoficialdebolivia.gob.bo/index.php/normas/descargar/155268
		Regulamento caça: Decreto-Lei 12301 de 1975	http://www.gacetaoficialdebolivia.gob.bo/index.php/normas/descargar/11351

³¹ As fronteiras do Brasil com o Suriname e a Guiana não foram inseridas nas discussões em decorrência da inacessibilidade de fontes confiáveis e das dificuldades em acessar documentos oficiais de maneira virtual. Ao contarmos Embaixadas e Consulados, nem sempre obtínhamos as informações necessárias. Ademais, a fronteira do Brasil com o Suriname é uma região extremamente isolada, inexistindo cidades ou conurbações urbanas. A Guiana Francesa, país latino-americano, também não foi incluída no trabalho pela carência de fontes. Por ser um “Departamento Ultramarino da França (*Département d'outre-mer*), está subordinada à legislação daquele país.

Bolívia	Prostituição e atividades relacionadas	Código Penal Boliviano	www.justicia.gob.bo/index.php/.../97-codigo-penal-y-codigo-de-procedimiento-penall
	Drogas	Lei de Regime da coca e substâncias controladas - Lei 1.008 de 19 de Julio de 1988	http://www.gacetaoficialdebolivia.gob.bo/index.php/normas/descargar/21344
	Jogos de azar	Decreto Supremo n. 22.858 – regulamentação Lei de 08 de outubro de 1913 – proíbe jogos de azar não regulamentados	http://www.gacetaoficialdebolivia.gob.bo/index.php/normas/descargar/16878 http://www.gacetaoficialdebolivia.gob.bo/index.php/normas/descargar/41087
Colômbia	Crimes ambientais (caça e pesca)	Pesca e caça ilegal - Código Penal – lei 599 de 2000 Lei 13 de 1990, Estatuto Geral de Pesca Lei 84 de 1989 – Estatuto Nacional de Proteção aos animais	http://www.alcaldiabogota.gov.co/sisjur/normas/Norma1.jsp?i=6388 http://www.suin-juriscal.gov.co/viewDocument.asp?id=1569656 http://www.suin-juriscal.gov.co/viewDocument.asp?id=1628319
	Prostituição e atividades relacionadas	Lei 679 de 2001 – proteção contra prostituição infantil Código Penal – lei 599 de 2000	http://www.suin-juriscal.gov.co/viewDocument.asp?ruta=Leyes/1665974 http://www.alcaldiabogota.gov.co/sisjur/normas/Norma1.jsp?i=6388
	Drogas	Código Penal – Lei 599 de 2000 Projeto de regulamentação da maconha	http://www.alcaldiabogota.gov.co/sisjur/normas/Norma1.jsp?i=6388 https://www.minjusticia.gov.co/Portals/0/Proyectos_Decretos/ResRegTecCannJun617.pdf
	Jogos de azar	Código Penal Lei 599 de 2000	http://www.alcaldiabogota.gov.co/sisjur/normas/Norma1.jsp?i=6388
Peru	Crimes ambientais (caça e pesca)	Decreto Legislativo 635 de 1991 – Código Penal – procedimentos e métodos ilícitos Decreto-Lei 25977 Lei Geral de Pesca Decreto Supremo 013-99	http://spij.minjus.gob.pe/libre/main.asp http://spij.minjus.gob.pe/CLP/contenidos.dll/CLPlegcargen/coleccion00000.htm/tomo00432.htm/a%C3%B1o69024.htm/mes72945.htm/dia73235.htm/sector73236.htm/sumilla73240.htm?f=templates\$fn=document-frame.htm\$3.0#JD_salas441 http://spij.minjus.gob.pe/CLP/contenidos.dll/CLPlegcargen/coleccion00000.htm/tomo00432.htm/a%C3%B1o98628.htm/mes100488.htm/dia100804.htm/sector100807.htm/sumilla100808.htm?f=templates\$fn=document-frame.htm\$3.0#JD_salas3595
	Prostituição e atividades relacionadas	Decreto Legislativo 635 de 1991 – Código Penal	http://spij.minjus.gob.pe/libre/main.asp
	Drogas	Decreto Legislativo 635 de 1991 – Código Penal Decreto-Lei 22095	http://spij.minjus.gob.pe/libre/main.asp http://spij.minjus.gob.pe/CLP/contenidos.dll/CLPlegcargen/coleccion00000.htm/tomo00432.htm/a%C3%B1o34246.htm/mes34302.htm/dia34307.htm/sector34308.htm/sumilla34309.htm?f=templates\$fn=document-frame.htm\$3.0#JD_DL22095
	Jogos de azar	Decreto Legislativo 635 de 1991 – Código Penal Lei 27.153, que regula a exploração de cassino e máquina caça-níquel	http://spij.minjus.gob.pe/libre/main.asp http://spij.minjus.gob.pe

Venezuela	Crimes ambientais (caça e pesca)	Regulamentação – Lei 37.727 de 08 de julho de 2003	http://www.gobiernoenlinea.ve/home/archivos/024.pdf
	Prostituição e atividades relacionadas	Prostituição de menores – Código Penal Lei orgânica sobre o direito das mulheres a uma vida livre de violência	http://www.gobiernoenlinea.ve/home/archivos/CodigoPenal.pdf http://www.derechos.org.ve/pw/wp-content/uploads/11.-Ley-Org%C3%A1nica-sobre-el-Derecho-de-las-Mujeres-a-una-Vida-Libre-de-Violencia.pdf
	Drogas	Código Penal Lei Orgânica de Drogas, de 2010 (levantamento realizado pelo Ministério da Justiça brasileiro)	http://www.gobiernoenlinea.ve/home/archivos/CodigoPenal.pdf http://www.justica.gov.br/noticias/senad-divulga-levantamento-sobre-legislacao-de-drogas-nas-americas-e-europa/leis-e-previa-final-sem-acordao.pdf
	Jogos de azar	Código Penal	http://www.gobiernoenlinea.ve/home/archivos/CodigoPenal.pdf
Uruguai	Crimes ambientais (caça e pesca)	Lei 9.481 de 04 de julho de 1935 – Fauna indígena	https://parlamento.gub.uy/documentosyleyes/codigos?page=1
	Prostituição e atividades relacionadas	Código Penal Uruguai de 29 de junho de 1934 Lei n. 17.515 de 09 de julho de 2002	https://parlamento.gub.uy/documentosyleyes/codigos?page=1 https://parlamento.gub.uy/documentosyleyes/leyes?Ly_Nro=&Ly_fechaDePromulgacion%5Bmin%5D%5Bdate%5D=&Ly_fechaDePromulgacion%5Bmax%5D%5Bdate%5D=&Ltemas=PROSTITUCION&tipoBusqueda=T&Searchtext
	Drogas	Código Penal Uruguai de 29 de junho de 1934 Lei 19.172 de 07 de janeiro de 2014	https://parlamento.gub.uy/documentosyleyes/codigos?page=1 https://parlamento.gub.uy/documentosyleyes/leyes?Ly_Nro=&Ly_fechaDePromulgacion%5Bmin%5D%5Bdate%5D=&Ly_fechaDePromulgacion%5Bmax%5D%5Bdate%5D=&Ltemas=DROGADICCION&tipoBusqueda=T&Searchtext
	Jogos de azar	Código Penal Uruguai de 29 de junho de 1934 Lei 13.921 de 30 de novembro de 1970	https://parlamento.gub.uy/documentosyleyes/codigos?page=1 https://parlamento.gub.uy/documentosyleyes/leyes?Ly_Nro=&Ly_fechaDePromulgacion%5Bmin%5D%5Bdate%5D=&Ly_fechaDePromulgacion%5Bmax%5D%5Bdate%5D=&Ltemas=JUEGOS+AZAR&tipoBusqueda=T&Searchtext=

Fonte: elaborado pelo autor.

1.5.2 Jornal

No final da década de 70 e nos primeiros anos da década de 80, Foz do Iguaçu vivia dias agitados. A construção da Usina Binacional de Itaipu atraía milhares de famílias dos mais diversos cantos do país. No compasso da expansão urbana, também surgiram inúmeros problemas sociais (habitação e saneamento, por exemplo) e a supressão dos direitos civis e políticos, pois a cidade estava sob intervenção Federal (Área de Segurança Nacional). Nesse cenário conturbado, em um contexto político nacional de mudanças, os veículos de imprensa vieram a se constituir em importantes instrumentos no registro da história, documentando os acontecimentos da região.

Entretanto, sabemos que a utilização de periódicos como fonte primária de pesquisa requer observação dos interesses que estão vinculados. Afinal, a elaboração de uma narrativa jornalística nunca é neutra.

O JNT circulou semanalmente por mais de dez anos. Com a promulgação da Constituição de 1988 e abertura democrática, o JNT tornou-se, paulatinamente, um veículo comercial, mantendo a mesma linha editorial definida em sua fundação, agora com publicação de *releases* dos governos (municipal e estadual). Com o passar do tempo, a tiragem foi diminuindo. Em 1992, o JNT foi vendido e as atividades foram mantidas até 1994, quando encerrou suas atividades³².

Por meio de entrevista, contatamos que os jornalistas do JNT tinham um posicionamento crítico ao governo militar, pois consta em seus perfis históricos de repressão política devido à militância de confronto contra a ditadura e ativismo no movimento estudantil. A documentação obtida por meio do JNT representa a fase de transição pela qual passou a cidade, com impacto na forma de agir da população, pois retratava a realidade pouco harmoniosa do período, os conflitos entre os interesses do Estado e daqueles que se viam prejudicados com a construção da Usina.

Ao considerar o viés esquerdista e o recorte histórico do JNT, buscamos estabelecer relações com o objetivo de pesquisa. O que procurávamos nem sempre estava explicitado em sessões específicas, mas diluído, o que exigiu constante atenção e interpretação do pesquisador. Também centramos esforços nas manifestações de lazer canônico, embora periférico no estudo, para localizar o lazer desviante, principalmente quando o tema envolvia a utilização dos recursos hídricos, para posterior categorização.

Ao utilizarmos a imprensa como fonte, recorreremos à elaboração da ficha de análise (Apêndice B), embasados pelos trabalhos de Hime (2002, 2003, 2005). Entretanto, diferente da autora, que utilizou vários periódicos, limitamo-nos a um único jornal. As reportagens selecionadas foram submetidas a uma ficha de análise³³ (adaptada), composta pelos seguintes itens: título do artigo/matéria; data (dia, mês, ano

³² Disponível em: <<http://www.nossotempodigital.com.br/o-jornal/>>. Acesso em: 02 ago. 2016.

³³ Semelhante ao trabalho realizado na Dissertação de Mestrado em Educação de Josgrilbert (2015).

e número do jornal); localização da matéria (coluna e página); objetivo; referentes; conclusões; e frases-chave. Somadas às fichas de análise, capturamos imagens dos jornais digitalizados para efetuar revisão e checagem de dados.

As matérias do JNT não eram muito extensas, se comparadas aos jornais a que temos acesso na atualidade (continham geralmente vinte páginas). Mesmo faltando algumas edições, foi possível localizar 381 números, publicados no decorrer de dez anos (1980-1989), assim distribuídos: 1980 – 04 edições; 1981– 36 edições; 1982 – 14 edições; 1983 – 42 edições; 1984 – 51 edições; 1985 – 50 edições; 1986 – 45 edições; 1987 – 46 edições; 1988 – 47 edições; e 1989 – 46 edições.

1.5.3 Questionário Virtual

Desenvolvemos e aplicamos um questionário virtual³⁴, composto por vinte e cinco perguntas fechadas e três abertas, disponibilizado no *site* da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)³⁵, instituição parceira. Pretendíamos, dessa forma, saber se os objetos eram muitos ou não, além de averiguar as normas, os mecanismos de autogoverno e o nível de censura social. Porém, desconfiávamos que a aplicação do questionário *online* pudesse não ter penetração suficiente. Embora as tecnologias e o acesso à internet tenham se popularizado, pairava a dúvida em relação à participação da população. As perguntas poderiam inibir os participantes, deixando-os receosos ou, ainda, pensar que estivessem sendo monitorados.

1.5.4 Observação direta

Nesse tópico, trazemos recortes do trabalho de campo com o propósito de estabelecer algumas recorrências no que diz respeito à realidade da região de fronteira, a qual carrega as mesmas relações de poder com o desvio, mas, ao mesmo tempo, é singular, dada a complexidade do atravessamento de culturas e legalidades que

³⁴ Aplicado em abril/2016. Disponível em: <<https://docs.google.com/forms/d/1I7nr5LuxuX2rxteeEJkMOipj-QWgeNRLvgW9mf8-xbo/edit?copiedFromTrash>>. Acesso em: 14 mar. 2017. Conferir Apêndice C.

³⁵ Disponível em: <<https://www.unila.edu.br/edicao-147>>. Acesso em: 14 mar. 2017.

constituem o sujeito. As incursões realizadas na Tríplice Fronteira para o trabalho de campo³⁶ permitiram constatações prévias, as quais consistiam em um plano de trabalho composto por visitas a espaços públicos e privados, observação *in loco* nos principais acessos (pontes), acompanhamento das manchetes de noticiários locais (mídia impressa e televisiva) e tentativa de estabelecer um primeiro contato com a população em geral. Os instrumentos de pesquisa utilizados foram: observação participante e não-participante, registradas em diário de campo³⁷; e, posteriormente, na segunda inserção, incluímos às observações entrevistas (gravação e transcrição).

1.5.5 Entrevistas

A intenção foi localizar os agentes e ter acesso às informações, que pudessem ajudar na construção das dimensões de indicadores. Porém, era desafiador encontrá-los e observá-los. Conseguir entrevistá-los³⁸ e interagir com esses sujeitos, durante duas inserções em campo, realizadas no período de duas semanas (meses de julho e outubro de 2016), não seria uma tarefa simples. Com as entrevistas e, conseqüentemente, com a obtenção de informações complementares sobre o tema, pretendíamos avançar para encontrar o empírico. A análise dos conteúdos das entrevistas foi realizada com dimensões e indicadores construídos *a posteriori*, pois é o material empírico que forneceu informações concretas para o seu delineamento.

1.6 Procedimentos da análise

Transformar a abordagem conceitual das “tecnologias da subjetividade” em instrumento de pesquisa é sempre um imenso desafio. Por este motivo, a pesquisa está centrada na relação articulada entre conceitualização, metodologia e instrumentos de

³⁶ Utilizamos-nos de uma abordagem exploratória, realizada de 08 a 11 de junho de 2015, em Foz do Iguaçu (Brasil), *Ciudad del Este* (Paraguai) e *Puerto Iguaçu* (Argentina).

³⁷ Os conteúdos descritos no diário contextualizaram as atividades desenvolvidas no campo, de caráter descritivo-analítico (TRIVINOS, 1987). As anotações realizadas facilitaram a observação, a descrição e a reflexão das rotinas do dia de trabalho, que continham: data, horário, local, planejamento, ação, objetivos da ação, sujeitos envolvidos, desenvolvimento da atividade e avaliação.

³⁸ “Modelo de entrevista”, Apêndice D.

coleta de dados. Essa tríplice metodologia articula as informações de diferentes atores sociais para esboçar um retrato, o qual sabemos que sempre será incompleto. Nesse percurso, os instrumentos são como pontes de acesso aos indivíduos para que seja possível verificar o nível de transgressão e identificar/analisar os diferentes discursos. Uma vez feitos esses procedimentos, não corremos o risco de resvalar das práticas de lazer desviante para as práticas desviantes em geral, tampouco fugir da especificidade da Educação Física – as práticas corporais.

Abordar a temática do lazer desviante requer que consideremos os povos, os lugares e as realidades locais, sem perder de vista o contexto mais amplo. Quaisquer que sejam os procedimentos de análise, sobre as práticas desse tipo de lazer, eles não podem ser universais e globalizantes. Por esse motivo, utilizamos um conjunto de procedimentos e decidimos subdividir os dados e apresentá-los nos capítulos seguintes, organizados a partir do diálogo com a análise do discurso foucaultiana e categorias nativas daquilo que o campo revelava.

Isto significa que o contexto fronteiriço apresenta uma realidade que transborda concepções pré-definidas. Os procedimentos do estudo (pesquisa em documentos, questionário virtual, observações e entrevistas) nos ajudaram a dar novos passos no delineamento da pesquisa. À medida que o trabalho passava por reestruturação, vislumbramos as dimensões do lazer nos cursos d'água após a formação do Lago de Itaipu, bem como a existência de diferentes discursos no uso das águas na região, aspectos fundamentais para procedimentos de análise.

2. O LAZER EM UMA CIDADE DE FRONTEIRA

É recorrente a utilização do conceito de fronteira pelo senso comum como metáfora, para simbolizar coisas distintas. Apresenta-se, ainda, como sinônimo de limite ou tipo de definição que reporta ao traçado ou linha divisória entre dois países. Entretanto, existem diferenças essenciais entre limite e fronteira – é fundamental destacar que o significado de fronteira é amplo.

Para Machado (1998), estudiosa do assunto, o conceito de limite é de origem latina, criado para designar o fim daquilo que mantém coesa uma unidade político-territorial, ou seja, sua ligação interna; o conceito de fronteira não se reduz aos mapas, pois transcende a conotação do aspecto físico-geográfico; deriva do antigo latim *fronteria* ou *frontaria*, designava originalmente à margem do mundo habitado, os limites do conhecido, a parte do território situado *in fronte* – seu significado estava associado com algo que está à frente, conforme sugere a própria etimologia da palavra (nas margens), consignando uma qualidade e não uma entidade. Em síntese,

A fronteira está orientada “para fora” (forças centrífugas), enquanto os limites estão orientados “para dentro” (forças centrípetas). Enquanto a *fronteira* é considerada uma fonte de perigo ou ameaça porque pode desenvolver interesses distintos aos do governo central, o *limite* jurídico do estado é criado e mantido pelo governo central, não tendo vida própria e nem mesmo existência material, é um polígono. O chamado “marco de fronteira” é, na verdade, um símbolo visível do limite. Visto desta forma, o *limite* não está ligado à presença de gente, sendo uma abstração, generalizada na lei nacional, sujeita às leis internacionais, mas distante, frequentemente, dos desejos e aspirações dos habitantes da fronteira (MACHADO, 1998, p. 42).

Na Constituição da República Federativa do Brasil (1988), Artigo 20, Inciso XI, § 2º, a designação “faixa de fronteira” corresponde à faixa de até 150 quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres, considerada fundamental para defesa do território nacional, sendo a sua ocupação e utilização reguladas em lei.

Entretanto, para compreender o lazer em uma cidade de fronteira latino-americana, teremos que avançar para além da etimologia e dos referenciais de fronteiras fortificadas. Propomos, portanto, dialogar com um modelo de análise que nos auxilia a pensar nas questões mais amplas relativas a situações fronteiriças. Para tanto,

identificamos em Turner (1996) argumentos que nos ajudam a abordar o tema, pensados especificamente no interior dos fluxos fronteiriços que originam áreas de contato e efeitos concentrados. A contribuição do autor é fundamental para percebermos que o movimento de migração americana³⁹ pode ser tomado como referência para os estudos em região de fronteira no Brasil, como em Foz do Iguaçu.

Admitindo a existência de outros processos no continente americano, bem como a complexidade e a diversidade das configurações fronteiriças, gostaríamos de enfatizar a peculiaridade da fronteira onde este estudo se realiza. A Tríplice Fronteira (Brasil-Paraguai-Argentina) é uma região turística, com atrativos como a Usina Hidrelétrica de Itaipu Binacional⁴⁰ (Brasil-Paraguai) e as Cataratas do Iguaçu⁴¹ (Brasil-Argentina), mais especificamente delimitada na cidade brasileira de Foz do Iguaçu, localizada no extremo Oeste do Paraná, que faz limites ao Norte com o município de Itaipulândia, ao Sul com *Puerto Iguazú* (Argentina), a Leste com os municípios de Santa Terezinha de Itaipu e São Miguel do Iguaçu, bem como a Oeste com *Ciudad del Este* (Paraguai).

Foz do Iguaçu está situada em uma localização privilegiada, no centro geográfico do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), e lidera uma jovem metrópole regional. Destaca-se por ser um centro econômico, turístico (nacional e internacional) e militar (com posição geográfica e estratégica). A cidade comporta a Polícia Federal, Polícia Civil, Polícia Militar, Receita Federal, “Segurança” da Itaipu, 34º Batalhão de Infantaria Motorizado, Capitania dos Portos (ligada à Marinha) e Destacamento de Controle do Espaço Aéreo, além de outros órgãos de controle, como a Agência Nacional de

³⁹ Turner, ao utilizar a metáfora da “onda” para retratar o movimento de colonização nos Estados Unidos que adentra o país, auxilia-nos a compreender os avanços da fronteira americana no movimento da colonização. “As instituições americanas foram compelidas a se adaptarem às mudanças de um povo em expansão (para a travessia de um continente; o desbravamento de terras selvagens; as condições econômicas e políticas da fronteira); desta forma, a fronteira seria “o pico da crista de uma onda”, o ponto de contato entre o mundo selvagem e a civilização” (GEBARA; LORO, 2013, p. 150).

⁴⁰ No ano de 1973, técnicos percorreram o Rio Paraná de barco em busca do ponto mais indicado para a construção da Itaipu Binacional. Uma vez definido o local, iniciou-se a construção da usina. Somente em 05 de novembro de 1982, com o reservatório já formado, os presidentes do Brasil (João Figueiredo) e do Paraguai (Alfredo Stroessner) acionam o mecanismo que levanta automaticamente as 14 comportas do vertedouro e liberaram a água represada, inaugurando oficialmente a Hidrelétrica.

⁴¹ O Parque Nacional do Iguaçu foi criado em 1939 pelo Decreto n. 1.035 e abriga o maior remanescente de floresta Atlântica da região Sul do Brasil.

Vigilância Sanitária (ANVISA) e a Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (ADAPAR), bem como operações especiais da “Força Nacional”.

Foz do Iguaçu é a segunda cidade do Brasil que mais recebe turistas estrangeiros depois do Rio de Janeiro; e é o sexto maior polo hoteleiro do país, com 26 mil leitos em 171 meios de hospedagem, segundo dados do Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Foz do Iguaçu (Sindhotéis)⁴².

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁴³, Foz do Iguaçu é a cidade de fronteira com maior população do Brasil, com 263.647 habitantes. Os dados socioeconômicos⁴⁴ demonstram que a população iguaçuense apresenta um perfil com características peculiares, em decorrência dos dois últimos ciclos econômicos (construção de Itaipu e turismo de compras), que proporcionaram uma explosão populacional – esses dois ciclos atraíram migrantes oriundos de inúmeras partes do país e imigrantes de várias partes do mundo, com distintas qualificações profissionais.

A presença de diferentes grupos étnicos faz de Foz do Iguaçu uma das cidades mais cosmopolitas do Brasil, sendo uma de suas características a diversidade cultural, uma vez que ela abriga cerca de oitenta das 192 nacionalidades existentes no mundo, dentre elas, oriundas do Líbano, China, Paraguai e Argentina. Os processos (i)migratórios ocasionaram o alargamento das fronteiras, ampliando os fluxos entre as cidades. Nesse território, ocorre, portanto, muitos hibridismos, propício para fundição de nações e disputas políticas e econômicas entre países com desenvolvimento econômico desigual, em constante desequilíbrio de poder e relações de interdependência, refletidas nas microrrelações sociais entre os moradores (ALBUQUERQUE, 2011).

Dentre as cidades com mais de cem mil habitantes do estado do Paraná, Foz do Iguaçu destaca-se pelas Políticas Públicas para o esporte e lazer, com propostas bem definidas e com alto grau de complexidade burocrática. Nesta estrutura, Mezzadri, Starepravo, Basso e Guimarães (2006) demonstraram que a relação da distribuição do quadro funcional, no interior das Secretarias, tem relação direta com o Produto Interno

⁴² Disponível em: <<http://www.sindhoteisfoz.com.br/>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

⁴³ Dados obtidos a partir de consulta na Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais (2014).

⁴⁴ Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu – Secretaria Municipal da Administração (2011) – Departamento de Informações Institucionais. Disponível em: <<http://www.pmfi.pr.gov.br>>. Acesso em: 12 ago. 2015.

Bruto (PIB), sendo uma das cidades com índice mais elevado. Em 2005, Foz do Iguaçu constituía uma equipe de 225 profissionais no setor: sete cargos de confiança, 18 cargos administrativos (cedidos pela prefeitura), 80 professores (em parceria com o terceiro setor), 120 bolsistas (90 estudantes de Educação Física e 30 que realizam Pós-graduação na área de Lazer). Atualmente, em Foz do Iguaçu, não existe o Conselho Municipal de Esporte e Lazer, mas está em discussão a sua criação⁴⁵.

2.1 O lazer canônico em Foz do Iguaçu

O canônico caracteriza aquilo que está de acordo com o estabelecido ou convencionalizado socialmente. O lazer canônico é compreendido como um tipo de lazer que adverte a promessa de liberdade (tempo livre), embora, paradoxalmente, diga como os indivíduos deverão exercer essa liberdade. Nesse estudo, podemos situar a correlação de forças entre norma e lei no exercício do lazer, especificamente a força da primeira sobre a segunda em Foz do Iguaçu, sendo possível identificar práticas de lazer desviantes coexistentes ao lazer canônico. Para avançarmos nessa discussão, reportamo-nos ao Jornal “Nosso Tempo” (JNT), com a intenção de obter dados sobre esses tipos de lazer. Identificar os diferentes discursos midiáticos na década de 1980 é fundamental para a compreensão dos seus desdobramentos a partir da construção da Usina de Itaipu.

Concomitante a essa tarefa, entrevistamos um dos membros fundadores do JNT, Alúcio⁴⁶, jornalista aposentado, que relatou algumas das suas lembranças no contexto da região. Ele conta que, ao chegar pela primeira vez em Foz do Iguaçu, em 1966, a cidade era pequena – arremedo de cidade do faroeste, com ruas de “chão batido” e poucas casas, a maioria fabricada em madeira. Na região central, existia um pequeno varejo. Não havia prédios; as edificações tinham, no máximo, dois andares. A população era composta majoritariamente por brasileiros, entre os quais havia muitos

⁴⁵ As associações esportivas de Foz do Iguaçu defendem a criação do Conselho Municipal do Esporte. Matéria disponível em: <<http://www.radioculturafoz.com.br/associacoes-esportivas-de-foz-do-iguacu-defendem-a-criacao-do-conselho-municipal-do-esporte/#.WtvupuyvIU>>. Acesso em 10 jun. 2017.

⁴⁶ O jornalista Alúcio aceitou conceder entrevista, sem referência a pseudônimo.

gaúchos. O comércio ainda era muito tímido, embora a população vivesse basicamente dele. A principal avenida da cidade – a Avenida Brasil – era constituída por árabes e poucos paraguaios: começava o comércio fronteiriço. As exportações começavam a se intensificar na “boca” da Ponte da Amizade. O Paraguai produzia pouco, portanto, muitos produtos eram exportados do Brasil, no atacado e no varejo: corda, barbante, papel higiênico e café. “Para quem chegava de fora, era tudo muito estranho, era outra realidade, outra culinária, outro gosto musical, outra cultura”.

Depois de 13 anos fora da região, maior parte desse tempo no exílio, ao retornar em 1979, Aluísio se depara com um contexto diferente e complexo. A densidade populacional aumentava, pessoas de todos os cantos do Brasil estavam em Foz do Iguaçu, motivadas pelas obras da Usina Binacional de Itaipu, que começava a crescer e, junto com ela, somavam-se a construção de edifícios, o asfaltamento nas ruas centrais e o comércio forte. Durante a construção da usina, o comércio fronteiriço tornou-se exuberante, a região da Ponte da Amizade começava a ficar movimentada, muita gente a comprar, indo e vindo. A cultura paraguaia não é mais predominante, “já tem muita gente estranha”, a identidade de Foz do Iguaçu é outra – é multifacetada e multicultural. As mudanças foram rápidas e, com elas, as contradições visíveis. A pequena cidade não era acostumada com esse ritmo. A nova e célere dinâmica, alavancada pelas obras de Itaipu, gerou estranheza na população conservadora, que demorou certo tempo para interagir com os forasteiros.

A fala de Aluísio complementa as informações obtidas nas edições dos jornais, que denunciavam a falta de espaços públicos para o lazer cotidiano dos residentes, na medida em que era fomentado o turismo como opção de lazer. Para promover e ampliar o potencial turístico de Foz do Iguaçu, os gestores municipais discutiam quais seriam as melhores estratégias. Para tanto, investiam em melhorias nos principais pontos turísticos, como o “Marco das Três Fronteiras”, além de montar *stands* informativos em outras cidades também turísticas, no caso em Camboriú - Santa Catarina (JNT, 25/02/1981, n. 12, p. 14). Além dessas iniciativas, constata-se que acadêmicos do Curso de Turismo lançavam projeto com o objetivo de levar crianças para conhecer os pontos turísticos da cidade (JNT, 08/05/1987, n. 259, p. 15). O *Rallye* das Cataratas era

um evento que objetivava atrair o público para conhecer um pouco mais sobre esse ponto turístico (JNT, 17/07/1987, n. 269, p. 13). O “Troféu Cataratas” homenageava os melhores representantes do setor de turismo de Foz do Iguaçu (JNT, 02/06/1989, n. 358, p. 04). A Empresa Paranaense de Turismo (PARANATUR) divulgava detalhes dos resultados de uma extensa pesquisa sobre a demanda turística de Foz do Iguaçu, fazendo menção ao crescente número de pessoas que ali chegavam a passeio e/ou para momentos de lazer (JNT, 14/10/1988, n. 330, p. 10).

O JNT registrou momentos importantes, como a inauguração da Ponte Tancredo Neves (Brasil-Argentina) sobre o Rio Iguaçu pelos presidentes Sarney e Alfonsín (JNT, 22/11/1985, n. 196, p. 02). A ponte facilitou os deslocamentos que eram feitos, até então, através de embarcações que saíam de Porto Meira (Brasil), localizado próximo ao Marco das Três Fronteiras. A expectativa era fomentar o comércio e o turismo com a conclusão da Ponte da Fraternidade, na medida em que enunciava um discurso vocacional de Foz do Iguaçu como o “polo turístico e cultural mais importante da América do Sul” (JNT, 04/10/1985, n. 189, p. 10).

Os esportes também eram temas recorrentes. As reportagens cobriam as modalidades esportivas no âmbito local e nacional, como os campeonatos de futebol dos bairros, o futsal estudantil (JNT, 10/06/1981, n. 25, p. 37), o Campeonato Amador (JNT, 17/05/1985, n. 169, p. 18) e os torneios de futebol (JNT, 09/08/1985, n. 242, p. 15). Eram detalhadas, na sessão, a classificação e as campanhas dos clubes (ABC, Floresta, entre outras equipes). Além dos campeonatos, havia espaço no JNT para a divulgação de outros torneios esportivos, como os “Jogos da Primavera”, passeios ciclísticos, campeonatos de xadrez (JNT, 04/02/1981, n. 09, p. 06) e eventos hípicas, como o “Torneio de Salto das Cataratas” (JNT, 12/10/1984, n. 140, p. 20).

Reportagens destacavam as provas de automobilismo, sua classificação, resultados e festas de confraternização dos pilotos em torno da competição (JNT, 24/08/1984, n. 133, p. 16). Foz do Iguaçu também sediou o “Rally das Cataratas” – a primeira etapa do Campeonato Nacional e a segunda etapa do Campeonato Paranaense de Rally (JNT, 17/03/1989, n. 347, p. 14).

Ainda sobre os eventos, eram destaque as práticas corporais com participação transnacional, como a “Corrida de garçons” (JNT, 26/08/1983, n. 83, p. 18), em que os paraguaios sagraram-se campeões; a 1ª Meia Maratona Internacional das Três Fronteiras (JNT, 09/06/1986, n. 219, p. 03). Aspecto também observado nas artes marciais, que revelavam campeões em torneios internacionais de Taekwondo, no caso, o torneio de Puerto Rico - Argentina, que reuniu atletas do Brasil, Argentina e Paraguai (JNT, 22/11/1985, n. 196, p. 04). Não se deve ao acaso a cidade sediar o “XII Campeonato Sulamericano de artes marciais” (JNT, 17/03/1989, n. 347, p. 14). Se essas iniciativas não eram regulares, ao menos em registro, não se pode desconsiderar a recorrência dessas experiências envolvendo a rivalidade de cidades vizinhas em uma dimensão que fluidamente extrapolava para emulações entre nacionalidades diferentes.

Filmes em cartaz, no cinema, eram anunciados ao público (JNT, 25/03/1981, n. 16, p. 08). Breves notas convidavam a população para se entreter no cinema da cidade, o “Cine Iguazu” (JNT, 30/03/1984, n. 112, p. 18). Pequenas reportagens incentivavam os leitores a conhecerem o museu (JNT, 08/02/1986, n. 202, p. 10), a prestigiarem o show de violão com vários grupos étnicos (JNT, 25/03/1981, n. 16, p. 14), ao concerto de piano (29/07/1981, n. 31, p. 12), à exposição de artes no museu (JNT, 30/09/1981, n. 32, p. 13) e ao teatro (JNT, 05/09/1986, n. 230, p. 16), bem como convidavam a população para prestigiar a encenação da Sexta feira Santa, a “Paixão ao vivo”, em Foz do Iguazu (JNT, 13/04/1984, n. 114, p. 03).

A Administração de Foz do Iguazu demonstrava preocupação em relação à cultura institucionalizada, pois eram “escassos os espaços para shows e eventos”. Mas com a assinatura de um projeto, a cidade previa erguer um barracão para a realização de eventos e o setor começava a ganhar terreno (JNT, 28/04/1989, n. 353, p. 18).

As notícias da Coluna Social destacavam festas de aniversário (JNT, 18/11/1981, n. 39, p. 19), festas comemorativas, como a Primeira Festa do Trabalhador (JNT, 29/04/1982, n. 47, p. 16) e as festas étnicas, como a Festa da Comunidade Paraguaia em Foz (JNT, 15/01/1983, n. 58, p. 02).

O campeonato de karaokê era uma “curtição” que empolgava a noite iguaçuense, ao ponto de serem promovidos campeonatos. Segundo uma matéria, muita

gente prestigiou a etapa final, lotando o ambiente da casa proponente (JNT, 03/05/1986, n. 214, p. 07). Ainda para aqueles que gostavam do lazer noturno, quando lançada a abertura da casa noturna “Trevão”, a população era convidada para as danças de salão e a “passar horas agradáveis” no “melhor bailão show do sul do país” (JNT, 24/06/1981, n. 27 p. 04). A publicidade de lazer noturno (lícito) era recorrente e enfatizava as discotecas e os seus atrativos, sendo evidentes anúncios com propagandas da Korppus discoteka e do Whiskadão – “discoteque, samba, variada e lenta” (JNT, 15/04/1981, n. 19, p. 17) e menção à *Broodway* discoteca.

Alguns hotéis da cidade também disponibilizavam entretenimento aos hóspedes e ao público em geral com suas discotecas. O Mirante Hotel Discotheque (JNT, 30/03/1984, n. 112, p. 18) e a Discoteca Salvatti eram “pontos de encontro” de jovens (JNT, 15/04/1981, n. 19, p. 06). No Hotel Salvatti, ocorriam variados eventos, como o concurso para a escolha da “Rainha das Piscinas” (JNT, 07/03/1986, n. 206, p. 11).

Novos hotéis instalavam-se em Foz do Iguaçu, em discurso promissor. Quando anunciada a construção do Thermas Internacional do Iguaçu, a proposta era de ser um grande complexo de lazer e turismo. Os diretores da empresa responsável pelo empreendimento previam a sua entrega em dois anos (JNT, 15/01/1988, n. 292, p. 02). Em algumas edições posteriores (JNT, 12/02/1988, n. 296, p. 02), era divulgada a assinatura do contrato para a construção da obra. O presidente, o arquiteto e os diretores do Thermas pronunciavam que a estrutura seria “um verdadeiro oásis da natureza” – um lugar aprazível, apenas a quinhentos metros da entrada do Parque Nacional do Iguaçu. Os diretores do grupo apresentavam o projeto aos convidados e os recebiam com churrascada no local onde seria construído o complexo de lazer (JNT, 13/10/1989, n. 377, p. 10).

A década de 1980 também foi um período de lazer intenso para os amantes dos clubes sociais. Muitos deles foram criados nesse período: um clube para o “alto escalão da Itaipu, na vila B” (JNT, 18/02/1981, n. 11, p. 07), o Centro Cultural Árabe Brasileiro (JNT, 28/04/1981, n. 06, p. 11), o terceiro *Rotary Club* de Foz do Iguaçu (JNT, 28/11/1986, n. 242, p. 13) e o Clube Porto Dourado, destinado ao lazer de várias idades (JNT, 24/02/1989, n. 344, p. 11). Os clubes eram locais apropriados para a promoção

de atividades esportivas, culturais e sociais. O Esporte Clube Pacaembu, por exemplo, sediou concursos de beleza, como aquele que escolheu a rainha e as princesas do Turismo do Paraná. No mesmo anúncio, convidava para as “aulas de educação física gratuitas as quartas-feiras” e se divertir ao “som discoteque aos sábados (noturno)” (JNT, 08/04/1981, n. 18, p. 04). O Country Clube sediava o Jogo de Tênis Brasil X Argentina (JNT, 25/03/1981, n. 16, p. 14). Alguns anos depois, era realizado, na cidade, o primeiro torneio da modalidade, aberto à comunidade em geral – o Torneio Itaipu de Tênis (JNT, 28/05/1983, n. 70, p. 05). No mesmo ano, um concerto de piano marcaria passagem do 22º aniversário do Country Clube (JNT, 02/06/1983, n. 71, p. 19).

Dos clubes em geral para os clubes náuticos, encontramos a divulgação dos eventos. O Clube de Caça e Pesca Maringá, por meio de sua subsede de Foz do Iguaçu, promovia o Campeonato de tiro-ao-alvo e Trap Americano (JNT, 26/08/1983, n. 86, p. 14); o Oeste Paraná Clube promovia festas temáticas, a exemplo da Noite dos anos 60 (JNT, 08/04/1988, n. 304, p. 13); e o Clube Aquático Recanto dos Pinheiros fazia publicidade para atrair novos sócios (JNT, 02/12/1981, n. 41, p. 11).

Naquele período, as primeiras escolas de samba estavam sendo criadas. A primeira delas, a “Clara Guerreira”, era patrocinada por “bicheiros”. As festas de carnaval promovidas pelos clubes eram expressivas e atraíam multidões. As edições de início de ano do JNT sempre divulgavam os inúmeros festejos de carnaval, fossem realizados em salões ou nas ruas. As matérias registravam os desfiles dos blocos e a atuação das escolas de samba, muitas delas promovidas no Clube Floresta e no Country Clube; este se autointitulava o criador do carnaval infantil na cidade. Durante o carnaval, o consumo de lança-perfume e cigarros de maconha (baseado) consumidos fora dos clubes era denunciado. Já, dentro dos clubes, havia um controle rigoroso (JNT, 11/03/1981, n. 14, p. 03).

O JNT divulgava atividades de lazer que ocorriam em diversas cidades na região. Com certa regularidade, a cidade de Cascavel era noticiada nas edições, como no anúncio da construção de um belvedere para contemplar a natureza (JNT, 19/04/1984, n. 115, p. 13) e posterior inauguração do Parque Ecológico de Cascavel (JNT, 23/11/1984, n. 146, p. 15); a formação do lago artificial nas regiões afetadas pela

criação de uma usina (JNT, 20/02/1984, n. 106, p. 09), a chegada de uma cobra sucuri no “minizoológico”, capturada por pescadores da região (JNT, 05/10/1984, n. 139, p. 09); a abertura (JNT, 13/07/1985, n. 176, p. 13) e a realização dos Jogos Abertos do Paraná (JNT, 18/10/1985, n.191, p.14).

O JNT publicou matérias sobre as primeiras edições da Feira de Artesanatos e Alimentos (FARTAL) de Foz do Iguaçu, organizada e supervisionada pela Itaipu Binacional, visitada anualmente por mais de trinta mil pessoas (JNT, 07/06/1981, n. 26, p. 15). As atividades de lazer regional eram, em maior parte, convites para a população participar de eventos festivos: Rodeio Crioulo de Tiro e Laço de Matelândia (JNT, 27/04/1984, n. 116, p. 2); rodeio de Guaraniaçu (JNT, 15/02/1985, n. 156, p. 20); Exposição de Artes Plásticas (JNT, 13/04/1984, n. 114, p. 03), Festa Nacional do Porco Assado no Rolete de Toledo (JNT, 12/10/1984, n. 140, p. 19) e Festival de Inverno de Toledo (JNT, 28/07/1985 n. 175, p. 12); 7ª Festa Nacional do Boi no Rolete (JNT, 11/07/1986, n. 176, p. 223), 1ª Etapa de Ciclismo (JNT, 30/03/1983, n. 63, p. 05) e 5ª Etapa do Campeonato Paranaense de Motocross de Marechal Cândido Rondon (JNT, 27/06/1983, n. 131, p. 10); Exposição Comercial e Industrial de Medianeira (EXPOMED) (JNT, 27/06/1983, n. 131, p. 11); Semana Cultura de Missal (JNT, 02/08/1986, n. 226, p. 13); IX Festival de Interpretação da Canção de Realeza (JNT, 13/07/1985, n. 176, p. 12); 2ª Festa das Flores de Corbélia (JNT, 25/08/1985, n. 183, p. 2); e o I Encontro da Pesca Amadora em Curitiba (JNT, 03/03/1989, n. 346, p. 11).

Em síntese, as informações do JNT que diziam respeito ao lazer canônico referiam-se predominantemente aos setores ligados ao turismo, aos esportes, a promoções culturais, a eventos em hotéis e discotecas, a práticas noturnas, a atividades em clubes sociais (étnicos e aquáticos), ao carnaval, ao cinema e à divulgação de eventos regionais (festas, feiras e festivais).

2.2 O lazer desviante em Foz do Iguaçu

Se, por um lado, o lazer canônico era fomentado pelas políticas públicas e pela iniciativa privada, conforme destacado pela imprensa, por outro, também podemos

identificar algumas práticas de lazer que emergiam como desviantes. Em 1985, foi realizado, em Santa Helena, o I Rodeio Crioulo em comemoração ao aniversário do município. O evento, realizado em parceria com o Centro de Tradições Gaúchas (CTG), promoveu provas de tiro de laço e gineteada. Porém, a grande atração anunciada era o “futebol da coragem”, que consiste na disputa de uma partida de futebol dentro da pista de rodeio com gado bravo, algo que exigia aceitação dos riscos pelos participantes (JNT, 05/04/1985, n. 163, p. 07).

A emoção provocada pelo risco parecia extravasar os limites das arenas, manifestando-se fora das canchas do CTG. Em Medianeira, os moradores denunciavam os “boys” que faziam “racha” de carro na madrugada, pois expunham as pessoas aos riscos e perturbavam o sossego alheio (JNT, 21/06/1985, n. 174, p. 19). Assim, a região convivia com práticas de lazer com variação gradativa: canônico – conflitivo (nível intermediário) e desviante, como os “jogos de azar” e o pornolazer⁴⁷.

O Jogo do Bicho, apesar de ser contravenção, segundo a Legislação Penal brasileira de 1941, continuava a ser praticado em larga escala nas ruas das principais cidades do Brasil, na década de 1980. No Paraná, a cidade de Cascavel, a “capital regional do jogo bicho”, movimentava milhões com as atividades do jogo, que não se circunscreviam aos limites do município, mas atingiam outras cidades em um raio de noventa quilômetros (JNT, 10/05/1985, n. 168, p. 18). Em função disso, o governador exigia do Secretário de Segurança a tomada de medidas necessárias para conter tal problemática (JNT, 31/08/1984, n. 134, p. 08). Em Foz do Iguaçu, apesar da repressão das autoridades (JNT, 12/03/1983, n. 44, p. 05), as apostas ocorriam intensamente. Na “Nova República”, existiu uma proposta de estatizar o jogo do bicho para acabar com a corrupção policial e aumentar a renda do Estado (JNT, 17/05/1985, n. 169, p. 08). Essa situação ainda não está resolvida até os dias de hoje e o jogo é considerado “jogo de azar”.

Somavam-se ao jogo do bicho também os cassinos, prática proibida, sendo a possibilidade de liberação considerada uma “depravação” (JNT, 29/03/1983, n. 45, p.

⁴⁷ Compreende-se por pornolazer “[...] o sexo como objeto lúdico, culturalmente administrado sobre diferentes nuances” (PIMENTEL, 2014, p. 283).

02), mas nem todos pensavam assim. Um vereador de Foz do Iguaçu chegou a pedir liberação de cassinos no município, tendo o pedido negado (JNT, 31/12/1984, n.151, p. 08). Por outro lado, a loteria, atividade legalizada, era considerada pelos editores “uma traição contra o povo” (JNT, 10/06/1981, n. 25, p. 18). A matéria afirmava que, no Brasil, jogava-se na loteria como em poucos países no mundo; com isso, tentava-se conscientizar a população de que a loteria era um “jogo de azar”, que transmitia a ilusão semanal de enriquecimento fácil. Os bingos⁴⁸ ainda eram permitidos, sendo possível encontrar anúncios (Bingo São José) e denúncias de “chuncho no bingo”, travestido de evento beneficente (JNT, 15/06/1982, n. 48, p. 13).

O pornolazer, em Foz do Iguaçu, estava em ampla expansão. Na coluna “Paiva Lazer e Prazer”, constatamos a diversidade de prestação desse tipo de serviços (JNT, 31/07/1987, n. 271, p. 13). Em notas, eram oferecidos serviços completos de relax em saunas *for man* (para homens) como as Saunas Presidente, Villa Romana e Relax Center. O Hotel Internacional promovia “show das misses”, o Le Club Coxa’s apresentava-se como uma “opção de lazer” e a casa noturna Água na Boca Drink’s apresentava a nova temporada de shows de *strip-tease*, acrobacias e travestis que faziam dublagens (JNT, 12/10/1984, n. 140, p. 20).

O pornolazer também era apreciado por meio da indústria cultural de massa: o Cine Iguaçu colocava em cartaz o filme pornográfico “Vanessa”, um dos primeiros a serem produzidos no Brasil (JNT, 08/04/1981, n. 18, p. 03); anúncios com propagandas de motéis eram divulgados; e o famoso artista de televisão Chacrinha e as sensuais dançarinas, as Chacretes, apresentava o seu programa em Foz do Iguaçu no Clube Floresta (JNT, 01/04/1981, n. 17, p. 06-07). O cinema e a televisão em cores começavam a surgir. Esta novidade motivava a população a ficar em casa, assistindo ao Programa do Chacrinha, entretenimento popular naquela época. A Secretaria de segurança Pública liberava o *topless* para o carnaval de 1981, somente para recintos fechados, ao passo que alertava que o lança-perfume continuava proibido (JNT, 25/02/1981, n. 12, p. 17).

⁴⁸ No dia 20 de fevereiro de 2014, era publicada a Medida Provisória 168/04 no Diário Oficial, que proibia o funcionamento de casas de bingo e máquinas caça-níqueis em todo o país.

A construção da Itaipu alavancou o pornolazer, criando condições favoráveis para o estabelecimento de novas casas noturnas na cidade. As “Muquifas se espalham pela cidade trazendo a prostituição” e a população, com o apoio do JNT, chamava a atenção das autoridades para que fossem fechados esses recintos, disfarçados de hotéis e pensões (JNT, 14/01/1981, n. 06, p. 14). Supostamente, a vizinhança reclamava da excessiva algazarra, que atrapalhava e tirava o sossego dos moradores, bem como dos “bang-bang” que ocorriam nas saídas dos bailes (JNT, 11/02/1981, n. 10, p. 08). Com tal incômodo, a vizinhança ameaçava fazer um abaixo-assinado, pois o “comércio do amor” perturbava-os com o volume alto e a “disputa” pelos clientes (JNT, 20/05/1981, n. 23, p. 03).

Com o passar do tempo, houve o deslocamento da atividade para o interior do município a partir da maciça dispensa de empregados em Itaipu e da proliferação de prostíbulo no centro da cidade. Assim, começou o processo de declínio irreversível. Na região de Três Lagoas, o setor teve o seu apogeu e entrou em decadência. Em ritmo acelerado, a prostituição saía do confinamento e se diluía na cidade, onde bares e hotéis disfarçavam seu caráter de “zona” e poderiam ser mais rentáveis e menos molestadores (JNT, 05/04/1983, n. 163, p. 05).

2.2.1 Produção social dos desvios no uso recreativo do Rio Paraná e do Lago de Itaipu

A criação da Usina de Itaipu e, conseqüentemente, a formação do imenso Lago de Itaipu impactou em diversos setores, abrindo várias frentes de investimentos. No setor turístico, criavam-se novas demandas, sendo necessário criar um terminal turístico de visitação da Itaipu Binacional⁴⁹. Em anexo ao centro de convenções, seria construído um parque infantil e um zoológico. Este, além de abrigar a fauna evacuada pelo alagamento das águas do rio Paraná, reteria turistas por mais dias na cidade (JNT, 28/01/1981, n. 08, p. 04). Com o objetivo de proporcionar atrativos suficientes para interessar às pessoas por um tempo maior, a Itaipu Binacional divulgava abertura da

⁴⁹ A imprensa questionava se pessoas simples e grupos de estudos conseguiriam visitá-la uma vez que, para ingressar, teriam que pagar quinhentos cruzeiros, preço considerado abusivo (24/12/1980, n. 04, p. 09). As visitas tornaram-se gratuitas com o passar dos anos (05/08/1983, n. 80, p. 09).

subestação de Furnas para visitação (JNT, 25/05/1984, n. 120, p. 13) e o funcionamento do Ecomuseu como atração turística (JNT, 31/10/1986, n. 238, p. 11).

Contraditoriamente, a população local de Foz do Iguaçu parecia carecer de áreas de lazer. Por esse motivo, um candidato a vereador apresentava propostas de desapropriação de uma determinada área para esse propósito e um debate público sobre o possível impacto ecológico que isso resultaria (JNT, 10/09/1983, n. 53, p. 16). Com o novo campo de lazer em aberto, avançaram duas frentes: a iniciativa privada e a iniciativa pública.

Avançava o projeto de construção do Centro de Lazer Aquático Itaipu na prainha do Lago de Itaipu, considerado, à época, o maior centro aquático da América do Sul (JNT, 21/02/1987, n. 248, p. 15). A Câmara de Vereadores autorizava a prefeitura a doar área de 60 mil metros quadrados, às margens do Lago de Itaipu, às empresas para a construção de uma área de lazer privada. No entanto, naquele momento, as empresas desistiram do projeto e a doação foi tornada sem efeito (JNT, 04/12/1987, n. 289, p. 16).

Na esfera pública, em 1985, é anunciada a conclusão da praia artificial de Foz do Iguaçu como uma nova opção de lazer (JNT, 18/10/1985, n. 191, p. 02). À medida que o empreendimento se estruturava, os banhistas se beneficiavam dos novos serviços, como o início do trabalho de caráter preventivo dos Salva-vidas na Prainha de Três Lagoas (JNT, 17/02/1989, n. 343, p. 03).

A população, inicialmente, aderiu bem às praias artificiais do lago. Dentre elas, uma das mais famosas era a de Santa Terezinha de Itaipu. Com a criação de praias artificiais, a cidade teve a maior praia do lago de Itaipu (JNT, 12/08/1983, n. 81, p. 07). Mesmo quando não estava efetivamente aberta, a população já ia ao local para se refrescar (JNT, 26/10/1984, n. 142, p. 04). Santa Terezinha de Itaipu esperava, com a criação do ponto turístico, minimizar os prejuízos causados pela usina, já que as melhores terras da região foram afetadas pela barragem (JNT, 13/03/1984, n. 112, p. 04). A expectativa em torno da obra era grande, pois esta poderia ser “a redenção do município” (JNT, 11/10/1985, n. 190, p. 09-10). A expectativa veio a se confirmar com o crescente número de visitantes à praia artificial de Santa Terezinha, que não parava de

crescer em decorrência do aprimoramento do Terminal Turístico Alvorada de Itaipu. Quinze mil pessoas estiveram presentes na sua inauguração, que contava com área de *camping* e prática de esportes (JNT, 27/03/1987, n. 253, p. 03). Linhas de ônibus foram inauguradas, transmitindo a ideia de oferecer maior conforto, segurança e comodidade aos visitantes (JNT, 02/05/1987, n. 258, p. 04).

A criação do Lago de Itaipu foi um acontecimento que, por mais planejado que tenha sido, acarretou em uma série de desdobramentos ambientais e socioculturais. Guaíra dava adeus as Sete Quedas (JNT, 20/08/1982, n. 50, p. 05). A área do município de Foz do Iguaçu foi seccionada e distritos foram elevados a municípios, como é o caso de Santa Terezinha de Itaipu em 1982 (JNT, 02/09/1983, n. 52, p. 20). Quando o lago começou a subir, milhares de animais pereceram – um atentado à biodiversidade (JNT, 09/12/1982, n. 56, p. 07). Após as inundações geradas pela construção da Usina de Itaipu, ocorreu alteração do clima (JNT, 29/10/1983, n. 55, p. 02). As transformações climáticas da região desencadearam fortes chuvas e inundações (JNT, 21/04/1983, n. 66, p. 09) e, por esse motivo, trouxeram estagnação à dezena de vilas (JNT, 19/05/1983, n. 69, p. 03).

A criação do lago gerou nova dinâmica para as rotas de contravenções. Uma reportagem descrevia que um Sargento da Polícia Militar havia sido assassinado pelos “bandidos do lago”. O confronto ocorreu quando o policial se embrenhou na mata próxima ao lago de Itaipu em busca de trilhas, por onde os contrabandistas passavam os carros para o Paraguai (JNT, 20/01/1984, n. 102, p. 07). Em nome da segurança, a Itaipu Binacional se precavia tomando algumas medidas. Uma das decisões foi a de proibir os acampamentos às margens do lago de Itaipu. A nova e já proibida prática seria fiscalizada pelo setor de segurança da empresa. Não se permitia mais a instalação de acampamento para qualquer finalidade às margens do Lago de Itaipu, fosse para mero lazer, ou para pesca. Algumas medidas de repressão contra pescadores profissionais foram tomadas. Merece destaque o ocorrido com pescadores oriundos de São Paulo, instalados em Porto Mendes (Município de Marechal Cândido Rondon), que foram reprimidos pelas equipes do setor de segurança da empresa enquanto vistoriavam toda área que margeia o lago. O que se permitiu foi o acesso até

a água, “mas somente por onde há estrada e dependendo da autorização de cada lindeiro que firmou contrato com a Binacional para ocupar a terra com reflorestamento ou outra cultura” (JNT, 01/06/1984, n. 121, p. 08). Esse era um dos tantos dilemas que surgiram nessa nova configuração. A respeito do patrulhamento do lago, a própria Itaipu, o Exército e a Polícia Federal não conseguiam entrar em consenso inicial. Para resolver o impasse, após audiência, o estado do Paraná tornou-se responsável.

No início dos anos 1980, membros da Associação dos Pescadores Profissionais de Foz do Iguaçu reuniram-se com as autoridades locais para tratar da criação da sede da colônia de pesca, a partir da doação de um terreno que estaria localizado à beira do Rio Paraná. A negociação preocupava os pescadores, pois, na área prevista para a construção do empreendimento, existia uma favela que, supostamente, seria deslocada para outra região com a construção de 480 casas populares. Os pescadores há muitos anos vinham sendo vítimas de problemas. Um deles era criado pela própria Usina de Itaipu, que os proibia de subirem o rio. Do “Porto Mordomia” para cima somente poderiam pescar pessoas autorizadas pelos executivos da obra de Itaipu.

Outra crítica encontrada nos jornais era em relação aos pescadores amadores, que tomavam conta das barrancas, inclusive com seus clubes e utilizações de instrumentos de enorme capacidade de pesca, a fazer uma concorrência desleal. “Estamos ficando sem acesso ao rio”, declarava um pescador profissional (JNT, 06/05/1981, n. 21, p. 12). Segundo os pescadores da “Colônia Z 12”, composta por cerca de duzentos membros, os pescadores amadores prejudicavam a atividade, pois na época da safra tomavam o Rio Paraná com barcos motorizados e equipamentos sofisticados, estabelecendo uma concorrência desleal, pois eles acabavam com o comércio. Como possuíam boas condições financeiras, não precisavam viver disso, vendiam os peixes a baixos preços e, assim, enchiam os restaurantes e hotéis da cidade (JNT, 12/03/1983, n. 46, p. 11).

Os pescadores profissionais também declaravam que o Serviço de Segurança de Itaipu proibia a pesca em um trecho de mais de dois mil quilômetros à jusante da barragem, justamente onde a pesca seria mais abundante. Todavia, devido à grande concentração de peixes que rumavam rio acima, estes eram detidos pela barragem. O

fato de os funcionários de Itaipu, os mais bem pagos pela empresa, pescarem no trecho interdito, como se o Rio Paraná tivesse passado à sua jurisdição, causava revolta. A segurança de Itaipu, em constante vigilância, atendia às imposições de manutenção da ordem e disciplina emanadas das normas e regulamentos, ao ponto de “atirar em pescadores nas margens do lago” (CATTÁ, 2002, p. 115).

Tradicionalmente, povos que vivem às margens dos rios sobrevivem da pesca. Os pescadores tentavam se ajustar, mas era inevitável que entrassem em rota de colisão com o sistema que se estabelecia:

Os pescadores que furam os esquemas de proibição de pesca recebem ordem de se retirar da área proibida e às vezes veem seus equipamentos apreendidos pelos guardas da Binacional. A retenção do material é expediente utilizado para intimidar e complicar a vida do pescador. O material apreendido sempre é devolvido, mas isso custa muitas idas e vindas, além de dias parados para o pescador (JNT, 12/03/1983, n. 46, p. 11).

O prejuízo aos pescadores profissionais não se limitava às novas regras impostas pelas demarcações do lago. Outro fenômeno ganhava força no início da década de 1980: a organização dos campeonatos de pesca. A pesca ao lambari, no Rio Tamanduá, estava a recém na segunda edição e a imprensa divulgada a listagem dos classificados das provas, bem como a confraternização dos envolvidos no evento (JNT, 24/12/1980, n. 04, p. 19). Diferente da pesca ao lambari, a pesca ao dourado, no Rio Paraná, era um evento consolidado. Isso acontecia, inclusive, com tempo para os participantes encontrarem estratégias de burlar normas da competição, conforme denúncias de fraudes que recaíam sobre a equipe vencedora (JNT, 07/10/1981, n. 36, p. 02-03).

As inscrições para a competição eram amplamente divulgadas (JNT, 21/10/1983, n. 91, p. 07), atraindo um público crescente. Nas primeiras edições, os idealizadores expressavam preocupação dos rumos que a competição tomava, pois a última edição foi considerada um “massacre”, com a captura de aproximadamente três toneladas de peixes. Outros fatores também pareciam conduzir a isso: a criação da barragem de Itaipu, a pesca predatória e a poluição (JNT, 17/11/1984, n. 145, p. 09).

Em meio à ascensão do Lago de Itaipu como praça esportiva e manancial de água, dando início à urbanização em seu entorno, o tema de degradação de suas águas foi logo aventado. Mesmo com esses agravantes, a prova internacional de pesca ao dourado, promovida pela Associação Cataratas late Clube, não parou de crescer ano após ano, atraindo pescadores e turistas de várias partes do país (JNT, 11/09/1987, n. 277, p. 14). A comissão organizadora da XVIII prova estimava 250 participantes (JNT, 23/09/1988, n. 327, p. 11), mas as expectativas diante da festa foram frustradas, com poucas atrações (JNT, 30/09/1988, n. 328, p. 09).

No ano seguinte, mais de duzentas equipes eram esperadas para a XIX Prova Aberta Internacional de Pesca ao Dourado e XVI Copa Desafio, ambas realizadas no Rio Paraná (JNT, 08/09/1989, n. 372, p. 05). A prova novamente teve poucos peixes. A escassez era prevista, considerando a “crescida do Rio Paraná e o torneio ter ocorrido fora da época mais apropriada à pesca do dourado (JNT, 07/10/1989, n. 376, p. 04).

Para qualquer efeito, o Departamento de Meio Ambiente Aquático da Diretoria de Coordenação de Itaipu realizava experiência na criação de dourado em cativeiro, para que depois fosse comparado com o comportamento dos peixes criados soltos. Se tudo ocorresse bem, dourados crescidos seriam soltos para observação (JNT, 17/02/1989, n. 343, p. 08). Assim, como medida compensatória⁵⁰, Itaipu começa o repovoamento de alevinos no lago. Além dos experimentos com dourados, o reservatório recebia outras espécies nativas de peixes, dentre elas, cerca de duzentos mil alevinos de pacu. A expectativa dos técnicos de Itaipu era de que o repovoamento artificial mantivesse o equilíbrio ideal da fauna aquática (JNT, 14/04/1989, n. 351, p. 06).

Os experimentos com peixes, somadas às exigências de disciplinas mais rígidas para as competições de pesca (JNT, 20/09/1985, n.187, p. 07) e informativos públicos de vistorias ou inspeções das embarcações solicitadas pelo Ministério da Marinha (JNT, 04/08/1989, n. 367, p. 19) denotaram uma fase de transição dessa prática.

⁵⁰ As atuais ações desenvolvidas estão vinculadas ao Programa “Cultivando Água Boa” e podem ser encontradas disponíveis em: <<http://www.cultivandoaguaboa.com.br/>>. Acesso em: 01 fev. 2017.

Com a finalização das obras, o Lago de Itaipu se tornaria uma grande atração⁵¹. Algumas práticas eram transformadas, enquanto outras surgiam – era impulsionada a criação de novas modalidades no lago. Em 1982, algumas pessoas que passavam pela Ponte da Amizade poderiam ficar assustadas ao ver um grupo de rapazes sentados em câmaras de ar, flutuando na correnteza do Rio Paraná. O grupo estava a se divertir com o mais novo esporte da região, que estava sendo chamado de "boia-cross".

Todos os fins de semana esse grupo de jovens ecologistas da cidade se reúne com o propósito de 'curtir' a natureza. Com as câmaras de ar, coletes salva-vidas, eles vão até o Porto Belo, perto das obras de Itaipu, e de lá descem até o Marco das Três Fronteiras, num percurso de quase 30 quilômetros. Logo no início, quando um deles comentou sobre a sua vontade de experimentar a descida, houve quem perguntasse: 'mas será que isso é permitido?' A pergunta foi respondida por outra: 'pô, mas será que nem o rio não é mais do povo?' E lá se foram faceiros conquistar o que já era deles. 'A sensação, dizem, é incrível, pois somente pulando dentro deste rio é que se tem uma idéia exata do seu tamanho e da sua potência' (JNT, 29/04/1982, n. 47, p. 07).

O percurso durava aproximadamente três horas e os aventureiros relatavam que "muita coisa que nunca havia sido notada vai sendo percebida": a diferença da paisagem das duas margens (o lado brasileiro muito mais desmatado); e a ausência da preocupação das autoridades brasileiras com o paisagismo da margem do rio. A cada final de semana que passava mais câmaras apareciam. O grupo declarava que planejava promover uma competição. Aparentemente, a prática perdurou. Uma nota destacava que um grupo de amigos, "a turminha do Boia-Cross", passaram dois dias e uma noite acampados na área do futuro lago de Itaipu (JNT, 15/06/1982, n. 48, p. 25).

Somava-se ao boia-cross outro novo esporte que vinha a agradar aos participantes, bem como ao público que o assistia: as competições com barcos à vela às margens do Lago de Itaipu. Inicialmente, um pequeno público se fez presente e gostou de ver o esporte desenvolvido no lago. Para o final de semana seguinte, a expectativa era de um número maior de curiosos. Um dos participantes entrevistados

⁵¹ Fenômeno semelhante ocorreu com a criação da represa do Guarapiranga. O imenso lago que se formara em Santo Amaro - São Paulo tornou-se imediatamente uma grande atração, que possibilitou aos moradores da região a prática de esportes náuticos, como os barcos à vela e a remo. Era um local apropriado para fazer piquenique, contemplar a natureza e descansar. Clubes e casas de veraneio começavam a aparecer nas margens da represa (JORGE, 2016).

pelo JNT declarava: “velejar é uma coisa que eu sempre sonhei e hoje parece que esse sonho começa a se concretizar. No começo, foi tudo difícil, ninguém queira participar porque não sabia o que estava perdendo”. O praticante também relatava que no início havia proibição da Polícia Rodoviária de transportar o equipamento em cima do carro (JNT, 19/08/1983, n. 82, p. 07).

A regata foi uma das novas práticas de lazer proporcionadas pela criação do novo lago que deu certo. Com a participação de vinte veleiros, inclusive do Paraguai, realizava-se a “I Regata Cidade de Foz do Iguaçu”, no Lago de Itaipu, idealizada pelo Clube de Vela de Foz do Iguaçu, coordenada pela Capitania dos Portos do Rio Paraná e apoio da Prefeitura (JNT, 29/06/1984, n. 125, p. 05).

Em pouco tempo, o Clube de Vela junto com o Clube de Regatas Alto Paraná e Country Clube de Foz do Iguaçu promoviam a primeira travessia do lago da Itaipu com barcos à vela. O evento também contou com o apoio de empresas locais e dos governos municipais de Foz do Iguaçu e Presidente Stroessner (atual Cidade do Leste), que pretendiam incentivar o esporte além de oferecer mais uma atração aos turistas.

Naquela ocasião, também ocorreram provas de *bicicross*, torneios de vôlei, demonstração de barco a remo e competições de tiro ao prato (JNT, 07/06/1985, n. 172, p. 19). O evento se consolidou, sendo promovido posteriormente o Campeonato de Regata no late Clube do Lago de Itaipu, com a participação de atletas provenientes do Brasil, Argentina e Paraguai (JNT, 04/09/1987, n. 276, p. 17). A 5ª Regata Travessia do Lago de Itaipu ocorreu no Clube Regatas Alto Paraná, no Paraguai (JNT, 30/06/1989, n. 362, p. 14).

O início do funcionamento no lago de novos passeios turísticos, como “o *tour* completo de lancha e pescaria” representou um inovador serviço. Até então, se chegassem turistas em Foz do Iguaçu e quisessem pescar ou fazer um passeio de lancha pelos rios Paraná e Iguaçu, não existiam essas especialidades (JNT, 31/03/1989, n. 348, p. 09).

2.2.2 O uso recreativo do Rio Iguaçu e do Parque Nacional das Cataratas às margens do lazer canônico

As festividades em homenagem à Iemanjá é parte do calendário turístico de Foz do Iguaçu, o que acontece no mês de fevereiro desde 1976. A homenagem conta com procissão de embarcações que partem do Porto Meira⁵². Os devotos lançam flores, perfumes, alimentos, espumantes e presentes ao rio, em meio aos cantos e às danças, encerrando na confluência das águas dos Rios Iguaçu e Paraná, demarcando as Três Fronteiras. Os umbandistas, ao saírem dos terreiros, tomavam conta da foz do Rio Iguaçu com suas “vestimentas brancas e ritmo contagiante” (JNT, 04/02/1981, n. 09, p. 20). O evento tornou-se atração turística, embora a primeira edição tenha sido realizada dentro de um contexto de perseguição (JNT, 11/02/1981, n. 10, p. 14).

Nos finais de semana, ocorriam operações especiais do Pelotão Policial, que apreendia arsenal de caça e pesca no Parque Nacional do Iguaçu. Pescadores, caçadores e saqueadores de palmito deixavam para trás materiais de pesca e caça, bem como carne de animais no ambiente (JNT, 02/09/1988, n. 324, p. 07). Nesse mesmo parque, motoqueiros de Foz do Iguaçu queriam derrubar uma portaria do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), que proibia a sua entrada depois do portão de entrada para as Cataratas. A proibição se devia ao perigo de acidentes e, conseqüentemente, incêndio na floresta; em outra ocasião, o argumento foi porque no parque existem muitas picadas e trilhas, o que tornava fácil para adentrar à floresta. Em outro momento, a justificativa da proibição era porque esse tipo de locomoção causava muita poluição sonora e atrapalhava os animais (JNT, 11/02/1981, n. 10, p.14).

No interior do Parque Nacional do Iguaçu, existem especificidades que poucas pessoas conhecem. Uma reportagem editada em outubro de 1989, intitulada “Usina velha do Parque Nacional está sendo recuperada” (JNT, 27/10/1989, n. 379, p. 12-13) relatava um pouco da história da primeira Usina Hidrelétrica de Foz do Iguaçu, instalada no Rio São João, a duzentos metros do Rio Iguaçu, e desativada em meados da

⁵² Porto Meira é um bairro de Foz do Iguaçu, localizado às margens do Rio Iguaçu. Nesse local, era feita a travessia de barco para a Argentina, antes da conclusão da Ponte da Fraternidade.

inauguração da Itaipu Binacional. A reportagem destacava como surgiu a ideia de elaboração do projeto de recuperação da Usina Velha. Consta no jornal que um engenheiro da Itaipu Binacional, “[...] certo dia, em 1985, foi passear no parque e, desobedecendo à proibição à entrada de pessoas estranhas, desceu a escadaria de pedras que sob a mata conduz até a casa de força e se viu diante de um achado”.

Histórias como essas nos fazem pensar em práticas que foram silenciadas, que nunca viraram notícia por não merecerem sequer uma referência. Cabe a reflexão de Sant’Anna (1994, p. 69), ao tratar sobre a “verdade” do lazer (aquilo que ele deveria ser), que prescreve e confere “[...] legitimidade à verdade dos discursos sobre ele, ao mesmo tempo em que o discurso verdadeiro (aquele que falava em nome do melhor lazer e dos legítimos programas de lazer) passava a constituir a verdade de seu objeto, que é o próprio lazer”.

O que merece ou não ser noticiado em um jornal? Os discursos daquilo que é ou não é lazer tendem a se autossustentar na busca de uma definição e de uma prática que se deseja como “verdadeira” para os usos do tempo livre. Retirar os usos do tempo livre do espaço da indefinição implica o enquadramento de certas práticas de lazer. Dias e Monteiro (2009) complementam esse raciocínio ao refletirem sobre o lazer:

Ele é o resultado do esforço de organização dos tempos livres na perspectiva das elites, associada a modelos de comportamento disciplinadores e aliados ao desejo de formação de uma subjetividade comprometida com uma racionalidade produtivista. É a articulação da valorização axiológica de certas práticas em detrimento de outras. É, portanto, em si mesmo, um juízo de valor; um tempo-espaco inspirado em ideais de controle e domesticação (DIAS; MONTEIRO, 2009, p. 83).

Para os autores, os usos correntes do conceito de lazer e muitas das teorizações decorrentes dele é uma categoria de pensamento que exprime e reflete os gostos e as convicções de uma elite dirigente e que por isso não deve ser estendida nem projetada para outros grupos. Contrariando essa lógica, encontraremos indivíduos que irão discordar, contradizer e resistir às armaduras impostas pelos padrões de intenção planejados, levando-os a viver na subversividade. Nesse sentido, não pensamos em tipos ideais de lazer, mas em processos.

3. PERDIDO NA FRONTEIRA

3.1 Legislação e desvios

Para entender o exercício de ler o lazer na particularidade da América Latina⁵³, faz-se necessário avançar na construção de referentes que permitam dar conta da complexificação do lazer nas faixas de fronteira, uma vez que esses territórios são dotados de características próprias (BEDOYA; FERNÁNDEZ 2012). A aproximação existente entre os países que compõem a faixa de fronteira na América do Sul, especificamente do Brasil, com os países vizinhos, coloca como central a territorialidade – tema recorrente nas análises sobre espaços delimitados no mundo globalizado.

Os impactos dos processos de globalização afetam as cidades e redefinem as territorialidades urbanas, em especial, as cidades latino-americanas, as práticas sociais e os jogos políticos dos atores, atravessados por uma trama de ilegalismos, que passam a compor e a redefinir as configurações sociourbanas (AZAÏS; KESSLER; TELLES, 2012, p. 07).

Em um sentido amplo, para além da conotação físico-geográfica ou político-administrativa, Santos (2005) esclarece que vivemos a noção de território herdada da Modernidade (incompleta e de um legado de conceitos puros). Por ser uma forma impura e híbrida, carece de constante revisão histórica. Para o autor, não é o território em si mesmo que faz dele objeto da análise social, mas o seu uso.

A região de fronteira pode ser percebida como isolada e propícia ao ilícito em geral, onde a legalidade e a ilegalidade são partes constitutivas da vida cotidiana (GRINSON, 2000). Partindo dessa premissa, pesquisamos a legislação de países latino-americanos limítrofes com o Brasil, na tentativa de identificar alguns dispositivos jurídicos que permitem aos indivíduos oscilarem do lazer canônico para o lazer desviante, sendo possível vislumbrar alguns pontos de convergência/divergência que dizem respeito à caça/pesca, jogo de azar, drogas e prostituição. Algumas práticas são

⁵³ Compreende-se como América Latina a região do continente americano que engloba os países onde são faladas, primordialmente, línguas derivadas do latim (no caso, o espanhol, o português e o francês). Na América do Sul, são exceções a Guiana (inglês) e o Suriname (flamengo), que são países de línguas germânicas.

proibidas pela legislação, embora nem todo lazer desviante seja ilegal⁵⁴; tudo depende do local e do contexto. Paradoxalmente, as mesmas práticas podem ser belas e até aceitáveis, quando desfrutadas em outros países, uma vez que a percepção popular e a legislação expressam outra faceta.

No Brasil, a pesca é uma atividade lícita e regulamentada. No entanto, caçar e perseguir animais silvestres caracteriza delito ambiental. A penalização para este tipo de conduta é detenção de seis meses a um ano e multa. Em todos os países pesquisados (Uruguai, Argentina, Paraguai, Bolívia, Colômbia, Venezuela e Peru), a caça e a pesca são práticas lícitas e regulamentadas, com penalidades distintas, conforme o tipo de infração.

No Brasil, os jogos de azar são penalizados, bem como o estabelecimento e a sua exploração: prisão simples (03 meses a 01 ano), mais multa e perda dos móveis do local. Na Argentina, os jogos são considerados ilícitos, porém é permitida a instalação de cassinos em alguns departamentos. Em Buenos Aires, não são proibidos; atualmente, apenas falta regulamentação e contrato com a Loteria Nacional. Nos demais países, o que chamamos de “jogos de azar” é uma atividade lícita e regulamentada, geralmente, funciona em ambientes amplamente decorados.

As ações relacionadas às drogas no Brasil são criminalizadas exaustiva e extensivamente em vários verbos pelo Código Penal e na “legislação extravagante”. As penas variam (03 a 10 anos e 03 a 15 anos, mais multa), conforme a infração. Por exemplo: tráfico internacional – a pena aumenta de 1/6 a 2/3; a posse ou o porte de drogas para consumo pessoal é criminalizado com “penas” diferentes: I - advertência sobre os efeitos das drogas; II - prestação de serviços à comunidade; III - medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo. Cada país estabelece

⁵⁴ A Lei Complementar n. 7, de 18 de novembro de 1991, que dispõe sobre a utilização dos logradouros públicos no Município de Foz do Iguaçu, o bem-estar, a ordem, os costumes e a segurança pública, estabelecem normas de proteção e conservação do meio ambiente, observadas as normas Federais e Estaduais relativas às matérias, e revoga a Lei n. 1780/80. Em dois dos seus artigos consta: Artigo 34: “Não serão permitidos banhos nos rios e córregos ou lagos do Município, exceto nos locais designados pela Prefeitura como próprios para banhos ou esportes náuticos. Não será permitida também a lavagem de veículos e similares nos locais designados pela Prefeitura como próprios para banhos ou esportes náuticos”; Artigo 57, § 1º: “Somente se poderá patinar, utilizar “skate”, carrinho de rolimã e semelhantes nos logradouros destinados para tal”. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a1/codigo-de-posturas-foz-do-iguacu-pr>>. Acesso em: jul. de 2016.

quais são as substâncias ilícitas. A relação dessas substâncias é constantemente modificada, conforme surgem novas drogas. Mas percebemos que existe a tendência na regulamentação do uso da maconha. Na Argentina, está sendo discutida a descriminalização da posse para consumo; o Uruguai legalizou o seu cultivo e uso. Nesse país, o Estado controla e regula as atividades e quantidades permitidas, além do quanto se pode gastar. Uruguaios ou residentes no país, maiores de 18 anos, que tenham se registrado como consumidores para o uso recreativo ou medicinal da maconha poderão comprar a erva em farmácias autorizadas. Também poderão ter acesso a ela por meio de autocultivo pessoal e participação em clubes de culturas. No entanto, aquele que comercializar em desacordo com a regulamentação comete delito.

Na Bolívia, a lei diferencia a coca em estado natural, que não produz efeitos maléficos à saúde humana, da coca quimicamente transformada. O uso tradicional da coca pelas populações andinas é protegido. Há regulamento para o plantio, inclusive delimitando zonas de produção (populações andinas). O que a lei proíbe é o uso, a produção e o comércio de drogas. Pune o cultivo, a fabricação e o tráfico de drogas com prisão e multa, aumentadas em caso de reincidência. Pune a posse para uso pessoal com internação e tratamento forçado. A Colômbia pune o cultivo, a produção, a fabricação, a im/exportação, o comércio, o uso e a posse, regulamentando tais atividades para fins médicos e científicos. Um projeto de lei recente discrimina o porte para uso, seguindo a tendência jurisprudencial. No Peru, a utilização tradicional de folhas de coca não é penalizada e existe uma empresa estatal de regulação do uso e distribuição, ou seja, a posse de drogas para uso pessoal não é algo possível de sanções. O microcomércio tem pena reduzida e penaliza a coação ao consumo de drogas. O tráfico é penalizado com detenção e multa. Neste caso, a legislação é muito severa, com quebra automática de sigilo bancário e tributário dos investigados.

A prostituição⁵⁵ é uma prática lícita em todos os países pesquisados, portanto a prostituição não é criminalizada. No entanto, em todos eles, lenocínio é crime. No Brasil, a penalidade é prevista em cinco artigos do Código Penal: I - mediação para

⁵⁵ A prostituição é compreendida nesse estudo como lazer para aqueles indivíduos que utilizam dos serviços dos(as) profissionais do sexo. Para estes(as), trata-se de uma relação comercial.

servir a lascívia de outrem (reclusão de 01 a 03 anos; e multa, caso caracterizar finalidade de lucro – art. 227); II - favorecimento da prostituição ou outro tipo de exploração sexual (reclusão de 02 a 05 anos e multa – art. 228); III – manutenção de casa de prostituição (reclusão de 02 a 05 anos e multa – art. 229); IV - rufianismo (reclusão de 01 a 04 anos e multa – art. 230); e V – promoção do tráfico internacional de pessoas com fins sexuais (reclusão de 03 a 08 anos – art. 231). Não existe regulamentação da prostituição como profissão, com exceção do Uruguai. O Código Penal colombiano chama atenção ao estabelecer que o proxenetismo seja crime; mas para esta mesma sentença, a jurisprudência estabelece a possibilidade de contrato de trabalho quando o indivíduo trabalha para outrem por vontade própria.

As informações supracitadas podem ser resumidas da seguinte forma:

Quadro 2 – Países limítrofes, categorias de análise e aspectos da legislação

PAÍS	CAÇA/PESCA	PROSTITUIÇÃO	JOGOS DE AZAR	DROGAS			
Uruguai	Lícita e Regulamentada	Lícitos e Regulamentados		Ilícitas, mas são legalizados o cultivo e o uso de maconha para fins medicinais e recreativos			
Argentina		Lícita	Ilícitos, mas permitida a instalação de cassinos em alguns departamentos	Ilícitas			
Paraguai			Lícitos e Regulamentados	Ilícitas (uso, produção e comércio); diferencia a coca em estado natural da quimicamente transformada; o uso tradicional da coca pelas populações andinas é protegido – regulamenta o plantio			
Bolívia					Ilícitas, mas regulamentadas para fins médicos e científicos		
Colômbia						Ilícitas, com alguns atenuantes culturais	
Peru							Ilícitas
Venezuela							
Brasil							

Fonte: elaborado pelo autor.

O proibicionismo e/ou a censura de determinadas práticas de lazer tornam-se alvos de coibições e processos de disciplinamento como, por exemplo: a delimitação de uma área restrita e definição de espécie (caça), períodos, espécies e medidas (pesca), discricção dos locais – guetos (prostituição), loteria oficial do governo federal (jogos de azar) ou a permissão do livre comércio de tabaco e álcool (drogas).

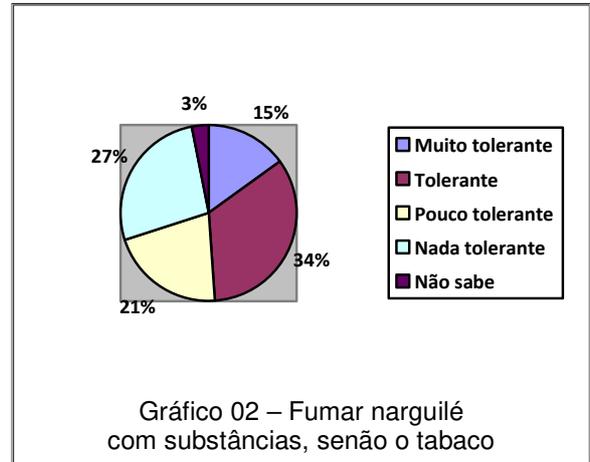
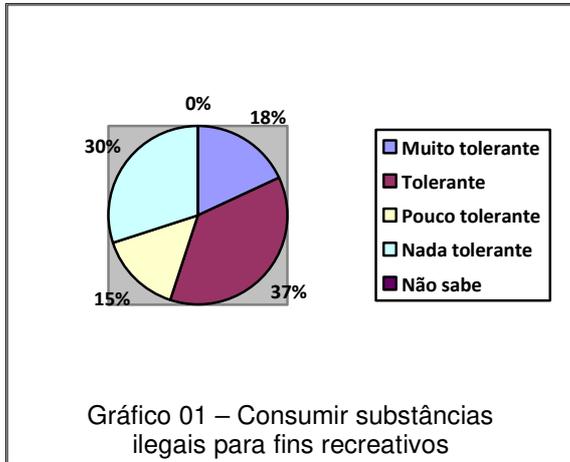
Outra fonte adicional utilizada na pesquisa para a construção de indicadores foi resultante da aplicação de um questionário virtual, que contribuiu para a análise do objeto de estudo. O questionário foi respondido por trinta e três pessoas, público constituído predominantemente por estudantes (acadêmicos do Ensino Superior).

As primeiras quatro questões diziam respeito ao perfil sociodemográfico dos participantes: 39% dos participantes são do sexo feminino e 61% do sexo masculino; 82% são de nacionalidade brasileira e 18% de outros países do Mercosul; 70% cursaram o Ensino Superior completo e 30% têm o Ensino Superior incompleto; 94% residem na zona urbana e 6% na zona rural.

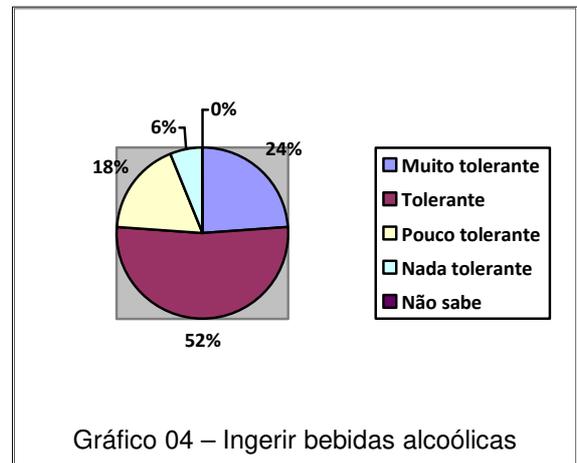
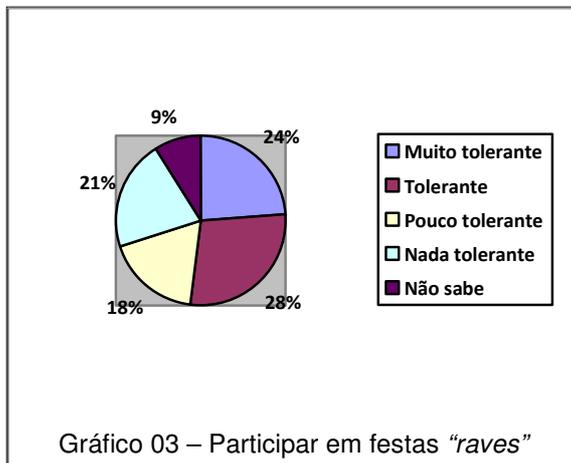
As demais perguntas eram fechadas e objetivavam identificar o grau de tolerância em relação a determinadas práticas potencialmente desviantes. Adotamos como gradiente decrescente: muito tolerante; tolerante; pouco tolerante; nada tolerante, deixando por última uma resposta neutra: não sabe.

Para além de deduzir que pudessem existir de forma velada essas práticas na região, esperávamos que reações massivas de rejeição ou tolerância a algumas das categorias elencadas fornecessem alguma direção para estudos de profundidade *in loco*.

A categoria “consumo de substâncias ilegais para fins recreativos” (gráfico 01) é uma prática muito tolerada (18%); tolerada (37%); e pouco tolerada (15%) – números que são expressivos. Há que se considerar o fácil acesso a essas substâncias na região. Um percentual de 30% dos participantes afirmou ser nada tolerante. Os números são muito próximos, quando comparados com as substâncias utilizadas no “narguilé, senão o tabaco” (gráfico 01).

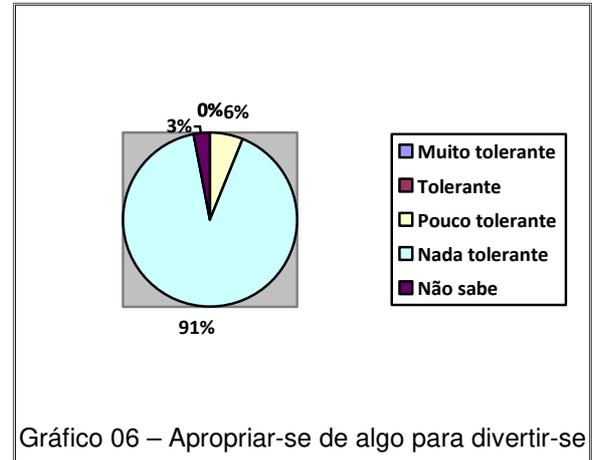
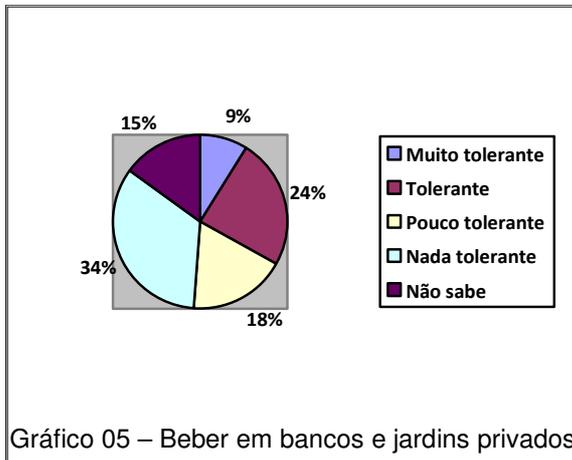


Na região de Foz do Iguaçu, as festas *raves* ganharam força e reúnem um público principalmente jovem. As festas acontecem geralmente longe dos centros urbanos, em sítios ou galpões, animadas com música eletrônica. Além de agregar DJs e artistas (plásticos, visuais e performáticos), reúnem, também, um público consumidor potencial de drogas e álcool em excesso. Sobre a questão “participar em festas *raves*” (gráfico 03), 24% dos indivíduos toleram muito essa prática; 28% toleram; e 18% toleram pouco. O “consumo de bebidas alcoólicas” (gráfico 04), lícito no país, representou ser uma prática pouco tolerada: 18%; e nada tolerada: 6%.

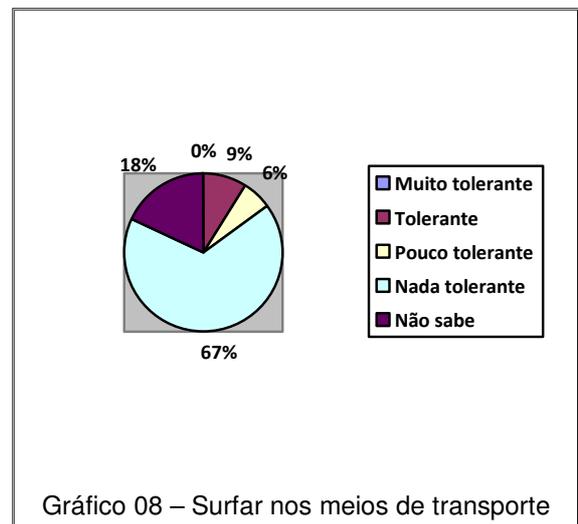
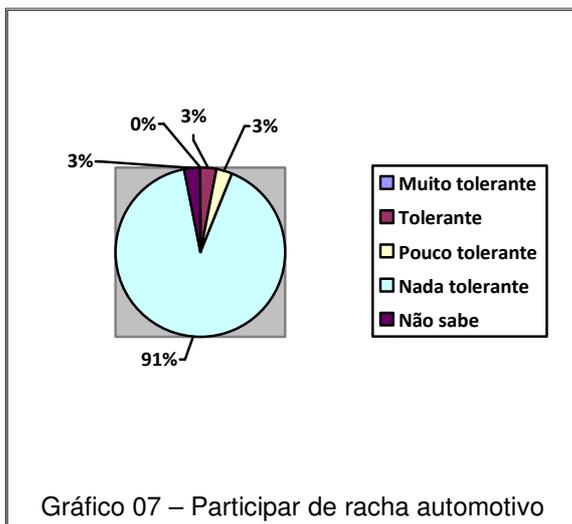


Ingerir bebidas alcoólicas é algo tolerado ou muito tolerado (total de 76%). Entretanto, quando o consumo de bebidas alcoólicas ocorre em espaços “privados” (gráfico 05), como escadarias de edificações, bancos e jardins, o percentual decresce, correspondendo a 9% daqueles que toleram muito essa atitude; 24% toleram; e 18%

toleram pouco. É importante observar que a “apropriação daquilo que é alheio para divertir-se”, embora apareça com 91% como algo nada tolerante (gráfico 06), contradiz com o exemplo anterior.

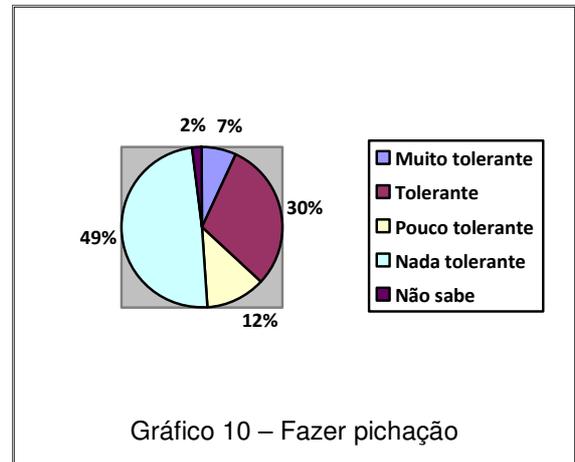
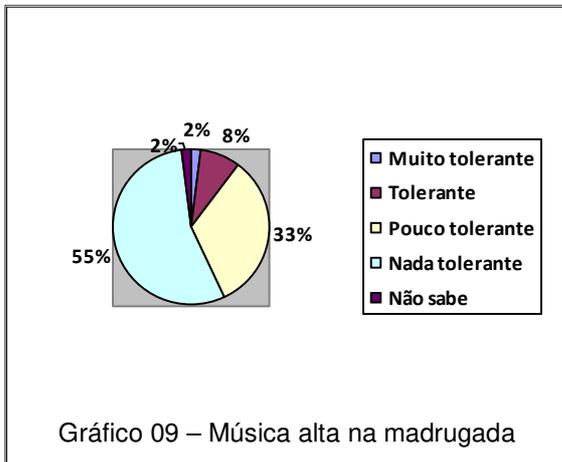


A “participação de racha automotivo” (gráfico 07), prática que, na maioria das vezes, é ocasional, é majoritariamente uma prática nada tolerada (91%), assim como “surfear nos meios de transporte” (61%) (gráfico 08), prática que consiste em manter o equilíbrio sobre um veículo em movimento, geralmente, caminhão ou ônibus: 18% dos participantes não sabem e 9% toleram.

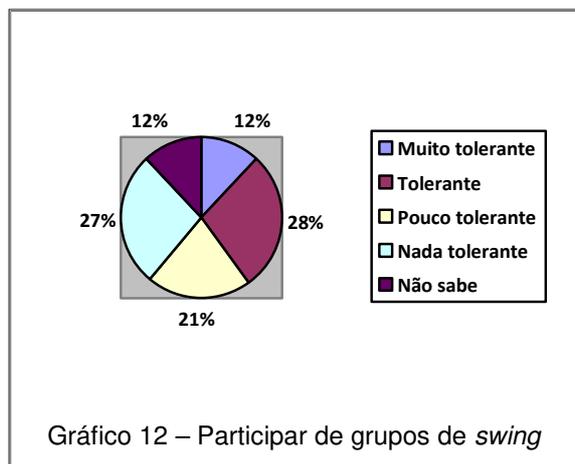
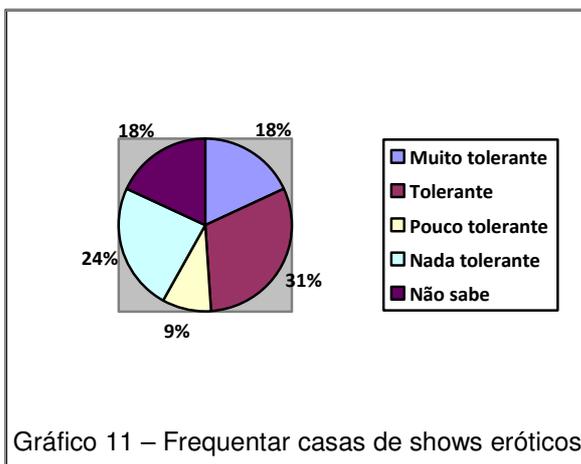


“Ouvir música alta na madrugada” (gráfico 09) pode gerar desconforto e reclamação da vizinhança. Mais da metade das respostas vai ao encontro dessa premissa: 55% compreendem como algo nada tolerante; 33% são pouco tolerantes; e

8% toleram. Em relação à “pichação” (gráfico 10), criminalizada no Brasil, menos da metade tolera muito (49%); 30% toleram; 12% toleram pouco; 7% são muito tolerantes; e 2% não sabem.

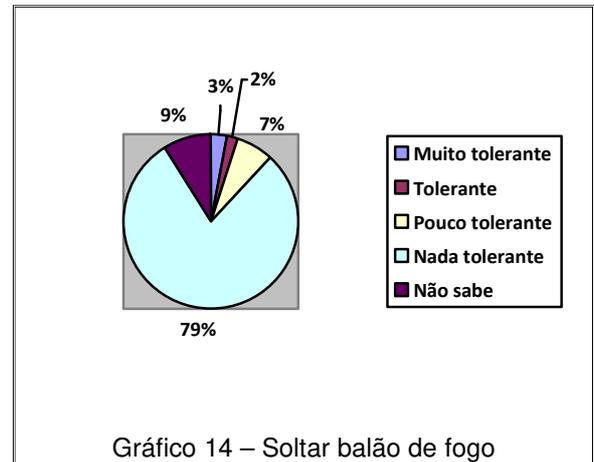
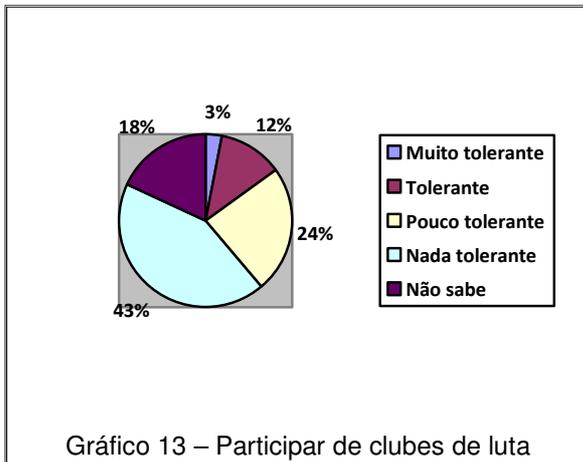


As atividades de lazer que envolvem o pornolazer, como “frequentar casas de shows eróticos” (gráfico 11) e a “participação de grupos de *swing*” (gráfico 12) apresentaram-se com maior grau de tolerância. Na primeira situação, apenas 24% são nada tolerantes em relação a essa prática, enquanto os demais têm algum grau de tolerância ou não sabem; na segunda situação, apenas 27% são nada tolerantes, enquanto os demais possuem algum grau de tolerância ou não sabem.

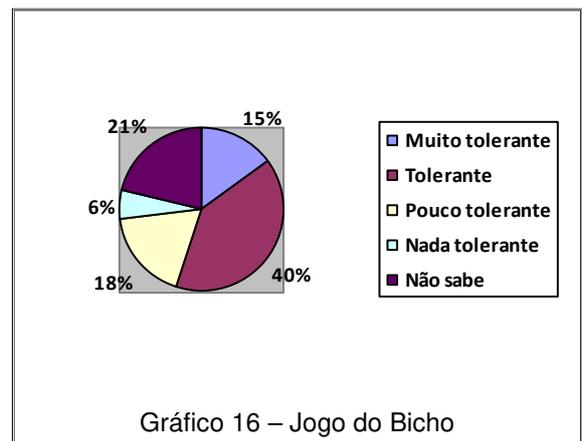
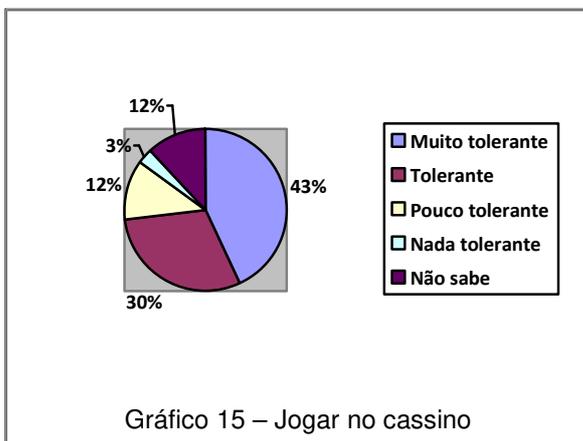


“Participar de clubes de luta” (gráfico 13), atividade que ocorre em arenas que funcionam clandestinamente, envolvendo apostas, é uma prática nada tolerada (43%); ou pouco tolerada (24%); não sabem (18%); toleram (12%); e tolera muito (3%). Em

relação a “soltar balão de fogo” (gráfico 14), uma prática popular que foi criminalizada (caracterizada como crime culposo, que se enquadra na Lei 9605/98 de Crimes Ambientais – artigo 42), é uma prática nada tolerada (79%).

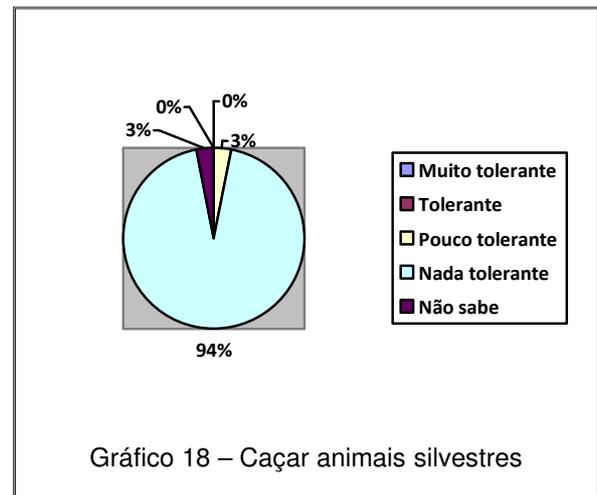
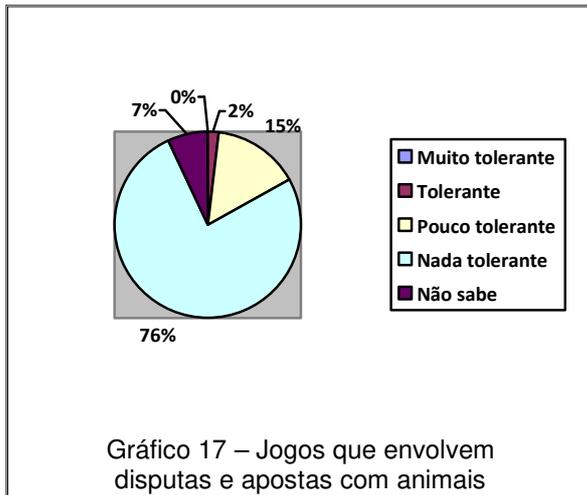


Quando o assunto tratado são os “jogos de cassino (no exterior, em casas oficiais)”, observa-se que os participantes são tolerantes ou muito tolerantes (total de 73%); 12% são pouco tolerantes; 3% nada tolerantes; e 12% não sabem (gráfico 15). Lembramos que esses jogos são relativamente de fácil acesso e regulamentados na Argentina e Paraguai. Contraditoriamente, o “jogo do bicho”, proibido no Brasil, tem grande aceitação social: 40% toleram; 15% toleram muito; e 21% não sabem; enquanto que 18% são pouco tolerantes; e 6% são nada tolerantes (gráfico 16).



Ainda no assunto “jogos”, os participantes demonstraram ser pouco ou nada tolerantes (total de 91%) em relação àqueles “jogos que envolvem disputas e apostas

com animais”, como a “rinha de galo” ou “briga de cães”, por exemplo; 7% não sabem e 2% toleram (gráfico 17). Quando se trata de “caçar animais silvestres em área protegidas”, 94% são nada tolerantes em relação a essa prática; 3% são pouco tolerantes; e 3% não sabem (gráfico 18).



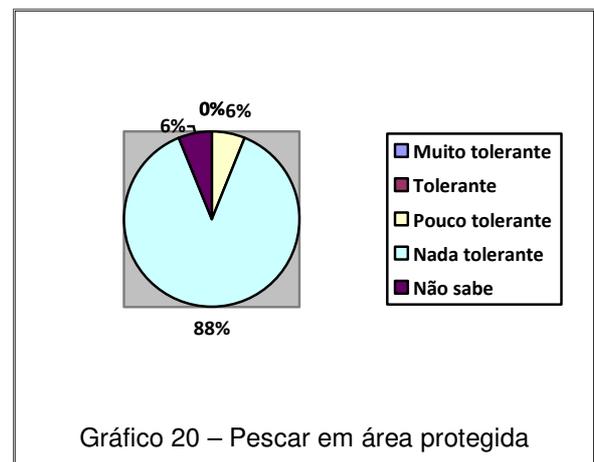
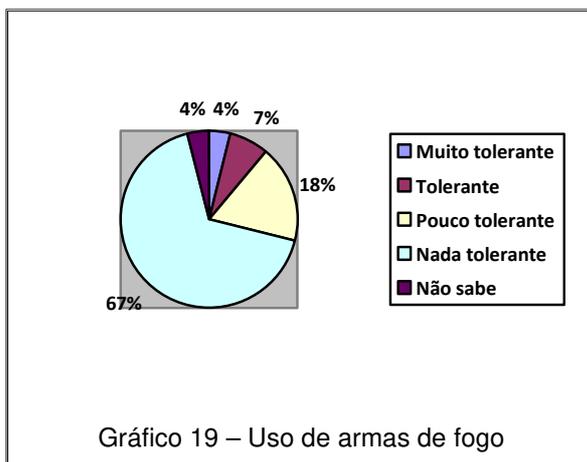
As polícias têm realizado inúmeras operações especiais, muitas delas conjuntas em parceria com os institutos de proteção/conservação ambiental. Dentre os objetivos está o combate à pesca e à caça no interior dos parques. No início de 2017, a imprensa local⁵⁶ noticiou que dois caçadores haviam sido presos por esse motivo. A reportagem noticiava que a Polícia Ambiental prendeu cinquenta e sete caçadores na região do Parque Nacional do Iguaçu e que as patrulhas identificaram a ação de clubes de caça na reserva formados por caçadores dos três Estados do Sul do país.

Apesar da Polícia Ambiental, em parceria com o Ministério Público e instituições de preservação, trabalhar na tentativa de resolver o problema, a caça dentro do Parque Nacional do Iguaçu é uma atividade tradicional. É importante lembrar que, durante a década de 1960 e início de 1970, as matas do Parque Nacional do Iguaçu ocupavam a área localizada ao longo da estrada das Cataratas (em direção à cidade). Essa configuração de área nativa tornou-se, para muitos, um espaço privilegiado para caçadas, pois as autoridades não conseguiam controlá-la, em função das grandes

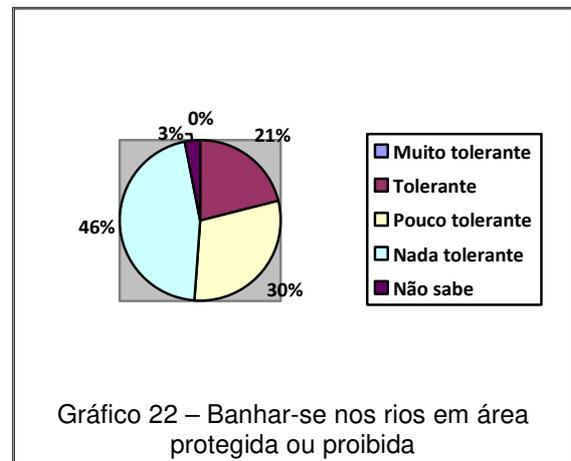
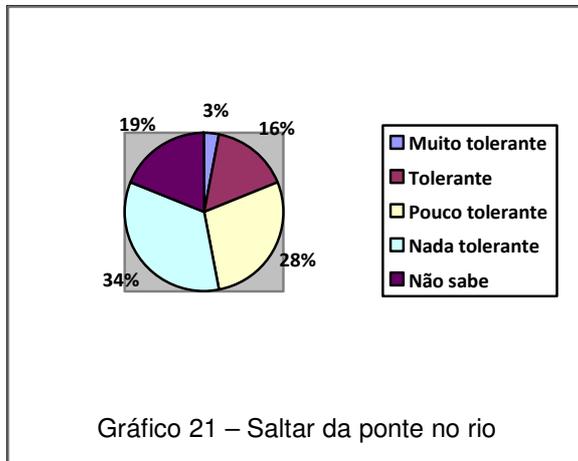
⁵⁶ Notícia veiculada no portal de notícias G1. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pr/oeste-sudoeste/noticia/2017/02/policiais-e-cacadores-trocam-tiros-no-parque-nacional-do-iguacu-no-parana.html>>. Acesso em: 15 mar. 2017.

dimensões. Assim, “uma das atividades de lazer praticada pela população, em geral masculina, era a caçada nas matas virgens do Parque Nacional do Iguaçu, nos fins de semana e nos dias de folga” (CATTA, 2002, p. 45).

O “uso de arma de fogo como prática recreativa”, que não se limita apenas às caçadas, pois pode também ser utilizada em clubes de tiro, demonstrou-se como uma prática nada tolerada (67%) e pouco tolerada (18%). Um fato que chama a atenção é que a soma daqueles que não sabem, dos que toleram e são muito tolerantes, chegou a 15% (gráfico 19). Embora a pescaria seja uma prática intensa em uma região com inúmeros rios e afluentes, ela é nada tolerada (88%) ou pouco tolerada (6%) quando ocorre em área ambiental protegida (gráfico 20).

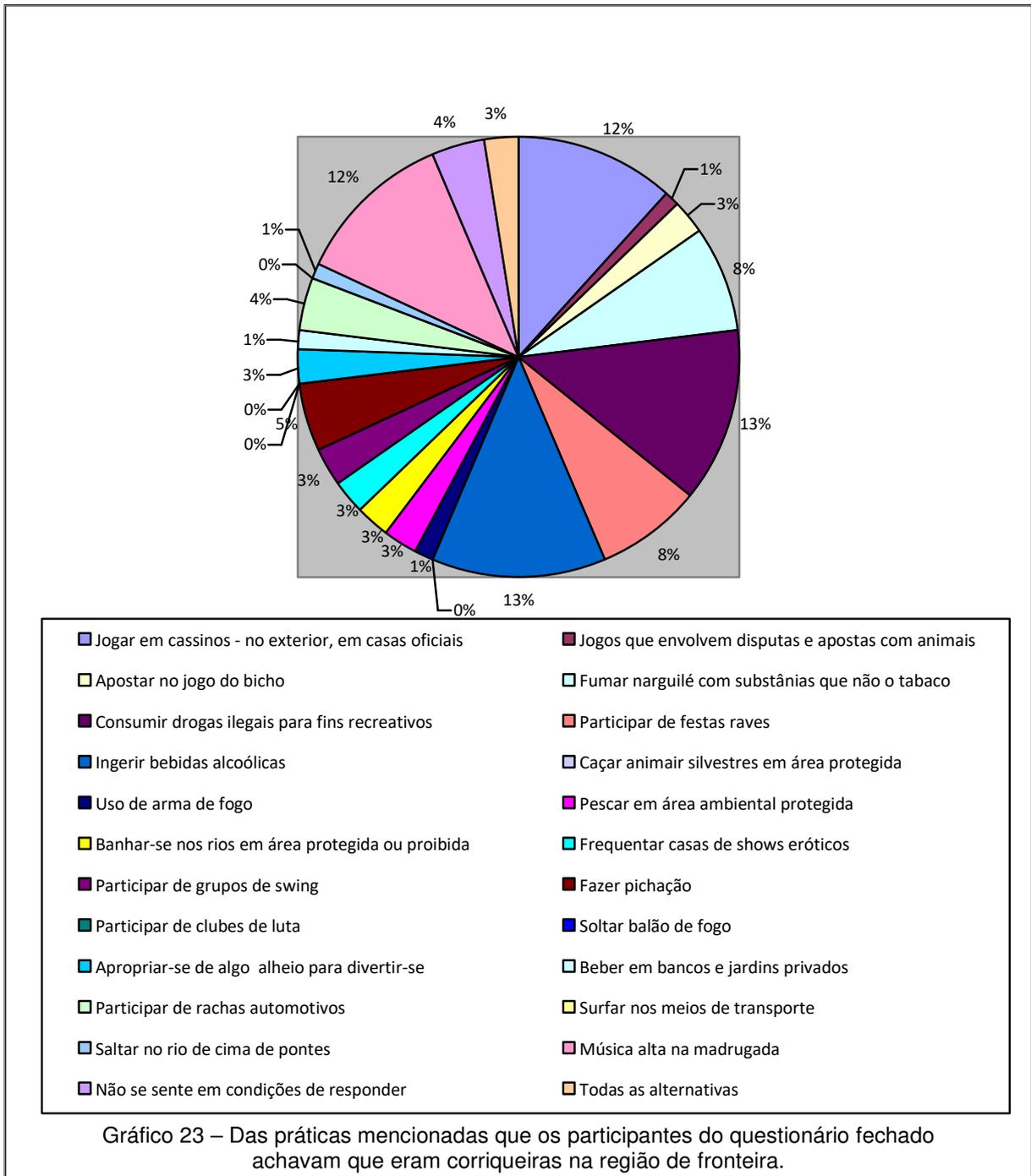


No gráfico 21 constatamos que “saltar no rio de cima de uma ponte” pode ser uma prática relativamente aceitável para quase metade dos participantes: para 28% essa é uma prática pouco tolerada; para 16% é tolerada e para 3% é muito tolerada. Em relação ao assunto: “banhar-se nos rios em área protegida ou proibida” (gráfico 22) Quase a metade do grupo considera essa prática nada tolerante (46%) e um pouco mais da outra metade tolera pouco (30%); 21% toleram; e 3% não sabem.



Na segunda parte do questionário, as perguntas abertas possibilitavam a manifestação dos participantes sobre a temática. A primeira pergunta indagava quais das práticas mencionadas no questionário fechado eram mais corriqueiras na região de fronteira (gráfico 23). Pelo que constatamos, nas observações cotidianas da cidade, emergiu, em maior escala, o consumo de bebidas alcoólicas (13%) e as drogas ilegais para fins recreativos (13%), o jogo em cassinos no exterior (12%); ouvir música alta na madrugada (12%); e a participação em festas *raves* (8%). O mesmo raciocínio cabe quando o assunto é “surfear” nos meios de transportes, soltar balão de fogo, participar de clubes de luta (0%), pois, em nenhum momento, identificamos essas práticas nas incursões em campo. Entretanto, a inexistência de conhecimento sobre caçar animais silvestres em área protegida (0%) causou estranheza, bem como o baixo indicador sobre pescas em área ambiental protegida (3%) e banhar-se nos rios em área protegida ou proibida (3%).

Na opinião dos participantes, os principais motivos que levam os sujeitos a se envolverem nas práticas anteriormente elencadas é a necessidade de provar algo para si mesmo ou chamarem atenção de um grupo, bem como a diversão/adrenalina que a experiência proporciona. A “falta de oferta e de lugar apropriado para o entretenimento em Foz do Iguaçu” e o desejo de transgredir, por se tratar de atividades pouco convencionais ou toleradas, são mencionadas como fator motivacional, porém, em menor escala.



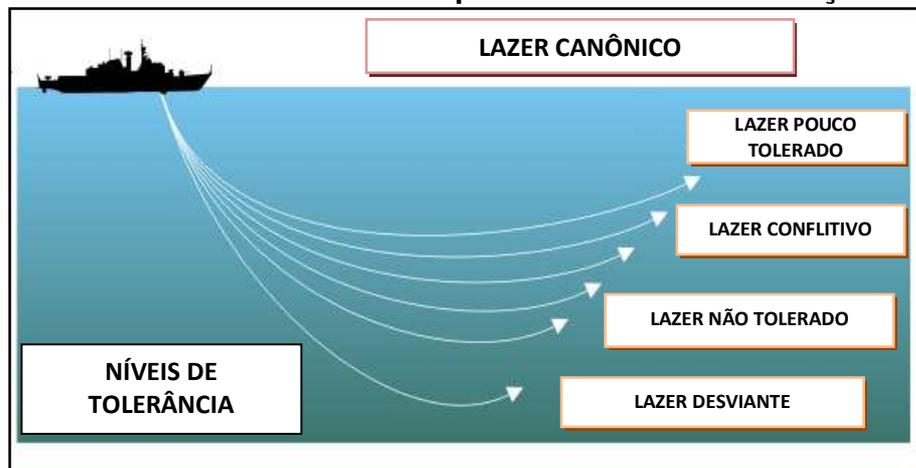
Verificamos que a maioria dos participantes afirma desconhecer outras práticas pouco convencionais, além daquelas que foram mencionadas no questionário fechado, existentes na região da fronteira, que pudessem ser consideradas por eles como lazer,

embora destaquem as saunas gays, os grupos de suruba, as práticas radicais regulamentadas, o movimento de torcidas organizadas e as festas que ocorrem aos finais de semana, no terminal de transporte urbano da cidade.

Não temos a pretensão de uniformizar as práticas de lazer desviante. Porém, alguns aspectos ligam todas as práticas que constam nos gráficos. As diferentes visões de lazer estão sintetizadas no interior de cada indivíduo, com diferentes matizes. Elas se alteram entre um ideal liberal de lazer – tolerantes às práticas endereçadas, sobretudo, a si próprios (indivíduos), em que os riscos são assumidos, não causando maiores consequências à comunidade; e um ideal conservador de lazer – por meio de práticas que podem ou causam ameaças a terceiros.

Os dados revelam parte de uma realidade que também apresenta elementos para analisarmos a existência de diferentes níveis de tolerância, que oscila entre o lazer canônico e o lazer desviante, conforme o quadro:

Quadro 03: Fluxos de tolerância a práticas como manifestações do lazer



Fonte: Google imagens; adaptado pelo autor.

Dentro desse esboço das camadas de tolerância entre a superfície do aceitável e o abissal desviante, vimos que existe uma gradação de práticas com maior ou menor rejeição entre os respondentes. Questionamos se esses dados refletem realmente e com coerência o que a população local produz em seu tempo livre e se as práticas não-toleradas estão interditas.

Esses discursos são vindos de um grupo respondente universitário. Mesmo sabendo que a quantidade de respondentes não possui poder estatístico generalizável, o questionário virtual ajudou-nos a repensarmos nas estratégias que vínhamos utilizando e a limitar o que iríamos analisar no trabalho de campo daqui para frente. Percebemos a necessidade premente de avançarmos na dimensão exploratória para transformar as dimensões (de construção de novas tecnologias de subjetivação) em indicadores observáveis. Para isto, era necessário utilizar estratégias que levassem o pesquisador ao campo das práticas, nas suas contradições e coerências com o modelo de níveis ora esboçado.

3.2 Inserir para fluir

Nas incursões, obtivemos as primeiras impressões do campo. Na expectativa de encontrar pessoas que nos auxiliassem na investigação das práticas sociais de lazer desviante, andamos em direção às escolas, universidades, igrejas, hotéis, comércios, instituições públicas, imprensa, agências e pontos turísticos, situando as rotinas existentes no centro, na periferia e no interior.

Ao chegarmos ao Terminal Rodoviário de Foz do Iguaçu, percebemos que estavam afixados, nos guichês das empresas de transportes, informativos que advertiam para o limite de bagagem, bem como uma lista extensa de produtos proibidos de serem transportados, o que nem sempre é cumprido, pois sabemos que, por mais que sejam criadas estratégias de controle, a população cria novos mecanismos para burlá-las. Essas ações de controle podem ser observadas em situações cotidianas, perceptíveis no transporte público de Foz do Iguaçu. Complementam esse raciocínio os adesivos afixados nos vidros das janelas dos ônibus circulares da cidade com os seguintes dizeres: “Senhores passageiros: é proibido utilizar, dentro do ônibus, aparelhos sonoros como rádios, celulares, *walkmans*, *diskmans*, Ipods, mp3, mp4 e similares. Use fone de ouvido. O infrator fica sujeito às penas de Lei (Lei 4.064 de 20/12/2012)”. Ouvir som com volume alto pode caracterizar um lazer desviante, uma vez que o excesso de som no interior dos ônibus, provocado por aparelhos sonoros,

tem gerado desconfortos aos demais usuários do transporte público da cidade.

O desconforto gerado pelo som alto ocorre não somente nos transportes públicos. Segundo informações da Polícia Militar (PM), o alto som automotivo tem levado a inúmeras ocorrências, geralmente à noite. A PM tem realizado um trabalho incisivo de repressão para controlar os locais “barulhentos” – os postos de gasolina e as vias de acesso. Alguns postos de combustíveis proibiram a prática e deixam em local visível as placas de advertência.

Com a repressão policial, as festividades não cessam, mudam de endereço – os condomínios. As principais autuações da PM são decorrentes das reclamações dos vizinhos, transtornados com o excesso de barulho das festas particulares que ocorrem no interior dos edifícios residenciais após as vinte e duas horas.

Aqueles que chegam pela primeira vez a Foz do Iguaçu identificarão com facilidade as agências de turismo, as quais oferecem roteiros de lazer canônico, compostos por pacotes de passeios que os levarão aos principais pontos turísticos, atividades de aventura, hotéis, restaurantes, shoppings, entre tantas outras. No Paraguai e na Argentina, os roteiros também incluirão os *Free Shops*, as casas de shows e os cassinos. Na tentativa de compreender melhor o aspecto sociocultural da região, fomos conhecer uma escola Libanesa-Brasileira, instituição que joga com o controle dos corpos ao reproduzir tradições e costumes por meio de inúmeros dispositivos. A visita decorre do fato de Foz do Iguaçu agregar a segunda maior colônia árabe do Brasil (a maior está em São Paulo, proporcionalmente é a maior país). A diretora explicou, em linhas gerais, o funcionamento da instituição. A inserção da criança, nesse meio, ocorre na educação infantil, quando meninos e meninas têm aulas juntos até o sexto ano do ensino fundamental, cujo período coincide, aproximadamente, com o final da infância. Posteriormente, a seriação das turmas ocorre por diferenciação de sexo.

Ao conversarmos com a diretora, compreendemos que é um costume das mulheres libanesas usarem o *Hijab* (véu que cobre os cabelos e o colo), típico entre as muçulmanas. Segundo ela, o *Hijab* não é um acessório, mas algo de significado maior, religioso, uma tradição ainda pouco compreendida pela sociedade ocidental.

Paulatinamente, as mulheres obtiveram algumas conquistas. Por exemplo, elas podem fazer documentos oficiais com o “lenço”, além de mudanças no regulamento dos jogos escolares municipais, permitindo a sua participação nas modalidades com o lenço.

Em relação ao comportamento desviante das crianças e adolescentes, salienta-se a conduta dos adultos quando os alunos infringem as normas ou as tradições. Diferente da cultura ocidental, em que “a formação incentiva a fazer várias escolhas na juventude”, os alunos são inseridos na tradição do mundo árabe e são ensinados a seguir orações e costumes. “Tudo é permitido, desde que não rompa ou agrida a tradição islâmica”, afirmou a diretora. “O resultado é a formação de um adulto mais fiel aos ensinamentos religiosos” (Ramadã, Alcorão), tornando-se rara a desobediência.

Esse diálogo fez-nos pensar sobre como o sujeito não é uma fonte autônoma e transparente de saber, mas é construído em redes de práticas sociais que sempre incorporam relações de poder e exclusão (OKSALA, 2011). Existe, portanto, um efeito circular nas relações de poder instituídas e formas de conhecimento capazes de criar sujeitos. Alguns eixos constroem a experiência subjetiva, mas nem sempre são identificados por si mesmos de maneira transparente. Assim, todo o exercício de controle dos corpos existentes corresponde a uma rede de proteção ao potencial risco das atitudes lúdicas desviantes no ambiente exterior.

As formas de exercer o poder nas sociedades modernas podem ser analisadas em termos de estratégia, identificadas por um conjunto de técnicas ou táticas utilizadas para fazer funcionar ou manter uma estrutura (FOUCAULT, 2014). A estratégia funciona em cadeia e é marcada por relações de dominação e poder, exercida através de uma complexa teia de relações de forças, na qual os indivíduos sempre estão sob a possibilidade de sofrê-lo ou de exercê-lo.

Dando continuidade ao percurso, durante as observações de campo também visitamos um Centro Especializado de Atendimento à Pessoa de Rua (*CREAS*) de Foz do Iguaçu, instituição que atende dependentes químicos (predominantemente de crack). A Assistente Social mencionou que as drogas são muito acessíveis na região, fator que tem atraído usuários de outras cidades. Embora a repressão do Estado ao tráfico seja ostensiva, “as polícias não dão conta, pois as demandas são elevadas, o

efetivo policial não é suficiente e os usuários criam mecanismos para driblar a fiscalização”. Consideramos que esse tipo de repressão é diferencial. Em Foz do Iguaçu, a oferta de drogas na rua para o cidadão comum é menos visível. Há um conjunto de meios que passa a impressão de um ambiente asséptico e estetizado, seguro para o comércio e turismo, diferente do Paraguai, onde tem uma possibilidade explícita de compra, logo ao atravessar a ponte.

As informações da Assistente Social devem ser consideradas, uma vez que, ao consultar o *site* oficial⁵⁷ da Secretaria da Segurança Pública e Administração Penitenciária da Polícia Civil de Foz do Iguaçu, no Relatório Estatístico Criminal de 2014, averiguamos que, de todos os delitos apurados no estado do Paraná, a região de Foz do Iguaçu lidera na apreensão de entorpecentes. Dentre os listados, a maconha está no topo. Na sequência, estão: a cocaína, o crack, o *ecstasy* e o LSD (Dietilamida do Ácido Lisérgico).

Uma forma discreta de consumo de substâncias psicoativas, especificamente maconha e/ou bebidas alcoólicas, prática cada vez mais difusa entre os jovens da Tríplice Fronteira, é por meio do narguilé – um cachimbo de água utilizado para fumar tabaco aromatizado, criado no oriente. O narguilé é legalizado somente para maiores de idade, pois, no estado do Paraná, a Lei 16758/2010 proíbe a venda para menores. A maneira como esse instrumento está sendo utilizado preocupa os agentes de controle, uma vez que os usuários têm ressignificado a sua utilização.

Segundo moradores de Foz do Iguaçu, há alguns anos, o narguilé não era comercializado nas lojas da cidade. Para adquiri-lo, era necessário ir para o outro lado da fronteira. Com a abertura de lojas especializadas em Foz do Iguaçu, a aquisição foi facilitada. Essas evidências demonstram que, mesmo com a criação de dispositivos específicos de controle, os consumidores criam estratégias.

As ocupações das fronteiras estão vinculadas ao surgimento de regras modernas que gerenciam as práticas transgressoras, notadamente vinculadas à gestão

⁵⁷ Estado do Paraná – Secretaria da Segurança Pública e Administração Penitenciária. Relatório estatístico criminal: quantitativo de drogas apreendidas no estado do Paraná, 2014. Disponível em: <http://www.seguranca.pr.gov.br/arquivos/File/Reletorio_Drogas_PR_2014_atualizado.pdf>. Acesso em: 15 set. 2015.

burocrática e centralizadas, como é o caso da criação das casas de jogos (cassinos) nos países sul-americanos, enquanto inexistem cassinos no Brasil. Porém, é dada a relevância da criação da loteria no território brasileiro.

Queremos pontuar com isso que as práticas de lazer não podem ser naturalizadas, pois são construídas socialmente. Desnaturalizar o lazer, expor outros modos de pensá-lo e percebê-lo, é chamar a atenção para os modos de viver, as relações de poder e as identidades que emergiram de uma rede de práticas humanas contingentes. Quando tomamos como parâmetro as concepções e as experiências sexuais, percebemos que elas são o resultado de convenções culturais e mecanismos de poder normalizador que, em geral, reprimem, excluem ou rejeitam os sujeitos. A prostituição, por exemplo, não recebe o mesmo tratamento em diferentes sociedades⁵⁸. A vivência do ato sexual pode ser potencializada na região da Tríplice Fronteira, decorrente do aspecto econômico e do público “flutuante” que a região recebe, por outro lado, as condutas sexuais também são controladas e reprimidas, uma vez que elas são regidas por normas locais (tradições religiosas, étnicas e morais) e legislações distintas (a prostituição, no Brasil, na Argentina e no Paraguai, não é criminalizada, mas obter vantagens sobre ela é crime, com penalizações que variam conforme a gravidade do fato).

A decorrência desses mecanismos de controle sugere que as práticas de lazer desviante, envolvendo a prostituição, podem ser ainda mais liberais, uma vez que é possível o trânsito de estrangeiros com o visto provisório, com possibilidade de prorrogação de permanência no Brasil. Corroborar para essa análise o raciocínio de Pimentel (2010a, p. 105), ao tratar da subversão do lúdico e das práticas desviantes do lazer, ao mencionar que “[...] mesmo se não houvesse um sistema de normas formais e

⁵⁸ Ao participarmos do 19º *Annual Congress of the European College of Sport Science*, Amsterdã - Holanda, em julho de 2014, observamos *in loco* o “Distrito da Luz Vermelha” (*De Wallen*), local onde a prostituição é uma profissão legalizada, com ampla oferta de entretenimento adulto. Para os residentes que circulam nos arredores, as mulheres que estão nas vitrines são parte da paisagem do bairro, mas, para os não residentes, é uma “atração turística”. Ainda, nessa região, é possível encontrar lojas de produtos eróticos, museus do sexo e espetáculos eróticos. Nesse contexto, a descriminalização da prostituição tornou a prática mais segura. A mesma lógica vale para o uso de algumas substâncias psicoativas no país, vendidas em estabelecimentos credenciados. O governo holandês criou uma política que tolera o uso de maconha em alguns termos e condições específicas. Essa política tem funcionado para comercialização da maconha e do haxixe, que são vendidos nos cafés (*coffeeshop*).

legais para seu controle e punição, poder-se-á identificar mecanismos de poder no modo como as pessoas restringem seus lazeres e condenam moralmente os excessos lúbricos e outros desvios da normalidade instituída pela ideia de lazer”.

As práticas desviantes de lazer sexual são inibidas por um conjunto de normas que objetivam controlar e punir os indivíduos, associados a outros mecanismos de poder. Por outro lado, há que se considerar a ambiguidade das instituições, pois elas não apenas reprimem as práticas desviantes, mas também as produzem e encorajam os indivíduos a criarem e inventarem os desvios.

3.2.1 As ações de controle dos agentes

A região da Tríplice Fronteira é um território fértil para problematizar as formas desviantes de lazer, onde diferentes agentes favorecem e/ou reprimem os desvios. Para alcançar a conformidade ou a adaptação do indivíduo aos postulados normativos, a sociedade está subordinada a instâncias de controle social informal (família, profissão, opinião pública, entre outros) e formal (Justiça, Administração Penitenciária, Polícia, entre outras). Ao visitar a Delegacia de Polícia Federal de Foz do Iguaçu, fomos informados⁵⁹ por um agente sobre as prisões efetuadas: somente nos meses de julho a dezembro de 2014, foram presas 312 pessoas (260 homens e 52 mulheres) – 250 do Brasil, 52 do Paraguai, 6 da Argentina, 3 da Turquia e 1 do Uruguai. Deste quantitativo, 117 pessoas foram presas por contrabando ou descaminho; 72 por tráfico de drogas; 72 por importação ilegal de medicamentos; e 28 por tráfico ou porte de arma ou munição. Também há presos por desobediência, desacato, receptação, falsidade ideológica, uso de radiocomunicador e porte de moeda falsa, entre outros, mas em menor quantidade. No ano de 2015, dos meses de janeiro a maio, foram registradas 223 prisões em flagrante (196 homens e 27 mulheres) – 168 do Brasil, 48 do Paraguai, 5 da Argentina e 2 de Gana. Deste quantitativo, 73 pessoas foram presas por contrabando, 46 por descaminho, 41 por tráfico de drogas, 38 por importação ilegal de

⁵⁹ Informação fornecida via e-mail, em julho de 2015, pela Polícia Federal de Foz do Iguaçu – PR, pois inexistente um *site* específico para pesquisar as apreensões.

medicamentos e 25 por porte/tráfico de arma ou munição, além de outras prisões por outros crimes, menos frequentes (não informado). Na questão do contrabando, o produto mais apreendido é o cigarro. Também há vários casos de apreensão de pneus e baterias usadas. Na questão do descaminho, a Polícia Federal apreendeu eletrônicos, brinquedos, vestuários, perfumes, cosméticos e ferramentas, entre outros. Em relação às drogas, foram apreendidas: maconha, cocaína, *crack*, haxixe, *ecstasy*. A maioria das armas apreendidas são pistolas, revólveres e espingardas, de vários calibres. Em relação aos medicamentos, são apreendidos vários anabolizantes ou suplementos que possuem substâncias proibidas, além de remédios abortivos, estimulantes sexuais e controladores de apetite. A importação ilegal de medicamentos também é crescente. Esta é uma ação grave, mais danosa que o contrabando e o descaminho, com penalidades rigorosas, segundo o Decreto-Lei n. 2.848/40 (falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais – Artigo 273 do Código Penal, Redação dada pela Lei n. 9.677, de 02/07/1998).

Dentre os medicamentos, aumentaram as apreensões de anabolizantes e suplementos, vendidos para particulares e/ou academias. Novas substâncias químicas surgem de maneira célere, e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) tem prazos para divulgar/atualizar a lista com as substâncias e produtos permitidos. Geralmente, quando os agentes de controle prendem em flagrante, os indivíduos que portam esse tipo de mercadoria geralmente alegam desconhecer a legislação brasileira e a lista de substâncias proibidas da ANVISA, mas acabam enquadradas no Código Penal.

Segundo o agente da Polícia Federal, o papel dos “Laranjas”⁶⁰ diminuiu nos últimos dez anos, sendo difícil encontrá-los carregando sacolas na Ponte Internacional da Amizade. Eles ainda agem, porém com cargas de menor volume e de maior valor (celulares, *tablets*, computadores portáteis, remédios, armamento). Com o passar do

⁶⁰ Denominação popular que se atribui a quem atua como intermediário para trazer bens do Paraguai para o Brasil, em seu nome, para outras pessoas. Pelo serviço prestado, o Laranja normalmente recebe uma determinada quantia em dinheiro. Esta prática é ilegal e a Fiscalização Aduaneira pode instaurar Procedimento Especial de Controle Aduaneiro para identificar o real adquirente das mercadorias, ficando os bens retidos até a conclusão do procedimento. Os viajantes enquadrados como Laranjas não têm direito à cota e têm os produtos apreendidos pela Receita Federal (BARROS, 2008).

tempo, o descaminho e o contrabando de mercadorias tornaram-se mais refinados, com características de organização criminosa.

Ao ingressar no Paraguai, percebemos que os vendedores ambulantes vendem sem inibição, nas ruelas, uma infinidade de produtos: roupas, armamento/munição, perfumes e estimulantes sexuais; já, no lado brasileiro, os controles formais são exercidos de forma mais ostensiva pelos órgãos públicos que atuam na esfera criminal. Os agentes da Polícia Federal destacam que as pontes dos Rios Iguazu e Paraná são os “corredores” oficiais de pessoas e mercadorias entre os países, embora os grandes gargalos das contravenções na atualidade sejam os rios, que são difíceis de serem monitorados. Neles circulam expressivas quantidades de mercadorias que ingressam ilegalmente, no Brasil.

Os agentes do desvio resistem e excedem às normatizações do Estado e acabam por criar ou promover práticas determinadas ilícitas, segundo a legislação. Por sua vez, os agentes do controle social estão presentes no cotidiano dos indivíduos e tratam de condicioná-lo e discipliná-lo por meio de um largo e sutil processo de controle, que inicia nos núcleos primários (família), perpassa pela escola, pela profissão, pelo local de trabalho e culmina com a obtenção de sua conformidade, interiorizando no indivíduo as pautas de conduta transmitidas e aprendidas (processo de socialização).

As políticas de repressão nos remetem ao questionamento da eficácia dos dispositivos de controle. Os discursos transmitem a ilusão da segurança, pois é evidente a sua vulnerabilidade. A institucionalização dos discursos visa à hegemonia normativa, portanto é preciso perceber a normalidade pré-construída e atentar para aquilo que é excluído, bem como para os motivos de sua segregação (FOUCAULT, 2014). Aquilo que consideramos como processos naturais são processos sociais – constituem-se no curso da história e da cultura humana e não podemos descartar a possibilidade de inversão de papéis (ora podemos ser agentes de controle, ora de desvio). Nesse sentido, o que chamamos de lazer desviante na atualidade poderá não sê-lo amanhã (e vice-versa).

Se os discursos criam sujeitos, parece-nos fundamental, portanto, captar a heterogeneidade das práticas para além das tensões do binômio legal *versus* ilegal,

problematizar o contexto em que foram constituídos e analisar como determinadas relações de poder se sobrepuseram em torno das práticas de lazer. Schemberger (2003) demonstrou, em seu estudo sociológico, como um evento esportivo⁶¹ pode refletir vários setores de interdependências, ligados intrinsecamente e extrinsecamente aos valores educacionais e de cidadania da sociedade envolvida. Ao traçar um perfil histórico do esporte paranaense, nos últimos 30 anos, e as suas novas perspectivas para o final do século XX e início do século XXI, o autor analisou o inter-relacionamento entre um evento esportivo de espetacularização, com o projeto de desenvolvimento político educacional na Costa Oeste do Paraná, enfatizando as necessidades de ajustamento social à nova dimensão da atividade física que estava em fase de configuração.

O estudo avaliou o impacto dos jogos, no aspecto motivador educacional sobre os escolares e professores atingidos durante o evento, em um conjunto de modalidades que envolviam esportes da terra (ciclismo, escalada, golfe, hipismo, orientação com arco e *triatlon*), do ar (balonismo e paraquedismo) e das águas (canoagem travessia, canoagem *slalom*, *rafting*, pesca e vela). Os jogos tinham como um dos seus princípios mais importante do que a disputa entre os atletas mostrar que os indivíduos podem viver em contato com a natureza. Somadas às atividades desenvolvidas no meio ambiente e à participação nas escolinhas de formação, nas modalidades realizadas nos jogos, notou-se a presença da competição, advinda da iniciação básica direcionada aos esportes. Esses aspectos revelam que o esporte e a educação são introjetados um ao outro, não somente como formação corporal ou lazer, mas também como espetacularização pela comunidade.

3.2.2 Nadando contra a correnteza

Estávamos dispostos a dialogar com qualquer pessoa que pudesse falar sobre o assunto. Por esse motivo, inúmeras foram as tentativas de estabelecer contato com

⁶¹ Trata-se da realização dos Jogos Mundiais da Natureza, evento esportivo realizado de 27 de setembro a 05 de outubro de 1997.

interlocutores potenciais que poderiam contribuir com a pesquisa, com o intuito de estabelecer uma relação recíproca de confiança com os possíveis entrevistados e obter informações que permitissem o acesso a um grupo representativo. Entramos em contato com mais de cinquenta pessoas, público diversificado composto por líderes religiosos, estudantes e professores universitários, professores da Educação Básica, agricultores, comerciantes, ativistas, psicólogos, jornalistas, policiais (Federal, Civil, Militar, Ambiental) e Marinha do Brasil, comerciantes, agentes do Parque Tecnológico de Itaipu e Cataratas do Iguaçu, advogados, hoteleiros, representantes de movimentos sociais, agentes políticos e de turismo.

O primeiro passo era tentar identificar os informantes, localizá-los, para estabelecer contato, geralmente por meio eletrônico. Caso não houvesse retorno da mensagem, o segundo passo era um telefonema. Caso tivesse sinalização positiva, tentávamos agendar entrevista – o estágio mais difícil. Mesmo com uma lista de pessoas indicadas para entrevista, não encontrávamos pessoas com muito interesse em conversar, tivemos dificuldade de inserção. As entrevistas com os agentes não funcionavam exatamente como o esperado. Geralmente, quando solicitada a entrevista, ocorria terceirização, ou seja, diziam ter um amigo/vizinho/parente/colega de trabalho que poderia ajudar. Amigos indicavam amigos que poderiam contribuir com aspectos mais diretos. E, assim, sucessivamente, a aproximação era dificultada. Insistimos, pois essa era a nossa maior aposta em termos de foco do estudo.

O tema gerava desconforto, os indivíduos nem sempre se sentiam à vontade para se expressar, pois a temática é, por vezes, carregada de juízos morais e determinismos legais. Nesse sentido, a pesquisa poderia ser sensível e perigosa. Os grupos são geralmente fechados, às margens da legalidade ou da moralidade, fator que dificultava a inserção e o estabelecimento de uma relação de confiança. Paulatinamente, conseguimos encontrar sujeitos que concordaram em participar das entrevistas:

Quadro 4 – Agentes entrevistados: retornos positivos e concessão de entrevista⁶²

Entrevistados	Referência
1. Gustavo	Assessoria do PTI
2. Mateus	Assessoria do PTI
3. Joel	Agente político
4. Lauro	Agente político
5. Lilian	Agente Jurídica
6. Eusébio	Professor universitário
7. Camila	Estudante universitária
8. João	Professor – Paraguai
9. Aluísio	Jornalista
10. Suzana	Jornalista
11. Gabriel	Agricultor
12. Nadir	Agricultor
13. Carmem	Comerciante
14. Marcos	Líder comunitário
15. Carlos	Presidente de Associação
16. Luisa	Agente de turismo – Argentina
17. Patrícia	Polícia Ambiental – Argentina
18. Laura	Psicóloga
19. Yara	Canoísta
20. Daniel	Canoísta
21. Francisco	Canoísta

Fonte: elaborado pelo autor.

O óbice em localizar agentes e as suas recusas em conceder entrevistas representa a ciência de que certas práticas de lazer estão às margens do tolerado ou do legal e, portanto não podem ser amplamente divulgadas. Por esse motivo, consideramos o número de pessoas entrevistadas um avanço expressivo. Continuamos a insistir nas tentativas de aproximação e começaram a retornar alguns e-mails:

[...] seu problema me deixou em uma situação estranha, pois nunca observei com atenção isso. Mas vamos pensar em algumas coisas. [...] Algumas práticas de lazer comum entre os jovens da fronteira: 1) atravessar a fronteira para jogar nos cassinos na Argentina e Paraguai; 2) frequentar os bares na Argentina e no Paraguai, inclusive em períodos de Lei Seca (véspera de eleições); 3) circuitos de bandas underground que perpassam pelas relações de fronteira. Todas estas práticas envolvem ilegalismos e não são enquadradas por políticas públicas. Existem práticas de ecoturismo, de pescaria, que são promovidas por moradores locais e que não são controladas pelo Estado. Além disso, é evidente que há práticas como as indicadas. Em Foz do Iguaçu, postos de gasolina e locais públicos são utilizados pelos jovens para ouvir som, beber e paquerar. Já banhos em rio e pipa são práticas que ocorrem nos bairros mais pobres, mas posso conseguir contatos pra ti sobre tais práticas (EUSÉBIO, Professor Universitário, 19 de julho de 2016).

⁶² Todos os nomes são fictícios, com exceção do jornalista Aluísio, um dos fundadores do JNT.

Eusébio destacou práticas de lazer canônico do público jovem: frequentar postos de gasolina e locais públicos para ouvir som⁶³, beber e paquerar; soltar pipa; e tomar banhos de rio. Acrescentou, ainda, informações importantes sobre práticas de lazer que não são enquadradas pelas Políticas Públicas de Foz do Iguaçu e que envolvem “ilegalismos”: jogar nos cassinos e frequentar bares (durante a Lei Seca) na Argentina e no Paraguai, participar de circuitos *underground* de bandas, além de práticas de ecoturismo e pescaria, promovidas por moradores locais e que não são controladas pelo Estado. Assemelha-se ao relato de Eusébio, a mensagem de Lauro:

Acredito que tenho que te fazer alguns relatos. [...] Vou te citar alguns que me vem à memória agora: caça de pássaros com espingarda ou mesmo estilingue; motos e jipes que fazem trilhas em reservas e até mesmo mata ciliar, cruzando rios; encontros de som automotivos; cervejadas, onde os jovens pagam o ingresso e têm bebidas livres (LAURO, Agente Político, 20 de julho de 2016).

Embora a maior parte das práticas seja diferente, há semelhanças na questão relacionada ao som (automotivo) e consumo de álcool (cervejadas); e no aspecto relacionado ao impacto ambiental: caçar pássaros e fazer trilhas com motos e jipes em reservas e na mata ciliar dos rios, cruzando-os. Poucos dias depois, recebemos mais uma nova mensagem:

As pessoas frequentam pesque-pague (há muitos aqui – alguns mais simples, para a população geral, e outros de melhor nível, onde a comunidade árabe também aparece), tomam banho de cachoeira até em Porto Iguaçu (há grupos de ciclistas que vão até lá aos sábados ou domingos – já fui um dia), também soltam pipa e há um espaço no Gramadão, na Vila A, onde os de classe média descem o morrinho com papelão. Os que moram próximos à beira-rio, sim, se banham constantemente (os de classe mais baixa) e também pescam nas margens. Há também clubes de pesca mais elitizados, alguns até compram seus boxes para guardar seus barcos. Não poderia deixar, ainda, de mencionar as praias artificiais de municípios como Santa Terezinha de Itaipu, que é muito frequentada no verão e tem chalés ao redor para serem alugados; o Lago artificial de Itaipu (as famílias vão para passar o domingo e fazer churrasco nos quiosques); e, ainda, os que gostam de jogar nos cassinos no Paraguai e Argentina. Também, é claro, muitos gostam de prestigiar os restaurantes, hotéis, bares e boates dos países vizinhos. Há ainda a turma do rapel que desce na Ponte da Fraternidade (Brasil/Argentina) e também o *rafting* feito nas Cataratas (passeio turístico) (LILIAN, Agente Jurídica, 24 de julho de 2016).

⁶³ Essa prática está em nível intermediário (conflitivo), entre o canônico e o desviante.

Percebe-se que a resposta ao contato diz respeito predominantemente ao lazer canônico. Além das Cataratas do Iguaçu e da Usina de Itaipu, foram mencionadas as práticas de lazer: pesque-pague, ciclismo, soltar pipa, ir ao parque (Gramadão), descer o morrinho com papelão, participar de clubes de pesca, andar de barco, ir às praias artificiais dos municípios lindeiros⁶⁴, alugar chalés, fazer churrasco nos quiosques, jogar nos cassinos no Paraguai e na Argentina, prestigiar os restaurantes, hotéis, bares e boates dos países vizinhos, fazer rapel nas pontes e passeios turísticos (*rafting* nas Cataratas). Entre as informações de lazer canônico, reaparece a prática de utilização dos rios para banhos, as cachoeiras e a pesca nas suas margens como um lazer até comum para os moradores das proximidades dos rios.

Concomitante aos retornos dos e-mails, entramos em contato com o Batalhão de Polícia Ambiental do estado do Paraná (Batalhão de Polícia Ambiental Força Verde) solicitando acesso aos documentos públicos (autos de ocorrência). Naquele momento, fomos orientados a observar duas legislações: 1) A Lei n. 12.527 de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação)⁶⁵, que dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; e 2) O Decreto n. 10.285 de 25 de fevereiro de 2014 do estado do Paraná, que dispõe sobre os procedimentos do Poder Executivo, que garante o acesso à informação, nos termos da legislação vigente⁶⁶.

A partir da Lei n. 12.527 e do Decreto n. 10.285, tivemos novos desafios: 1) Todo cidadão tem direito a receber informações sobre a Administração Pública, “ressalvadas as hipóteses de sigilo previstas na Constituição e em legislação específica”. Ou seja, temos restrições no acesso às informações, as quais são inacessíveis nos portais oficiais; e 2) As informações que desejamos estão diluídas, pois algumas atribuições no uso/controlado das águas é responsabilidade da esfera municipal, outras, da esfera estadual e, outras ainda, da esfera nacional (Área de Segurança Nacional).

⁶⁴ Lindeiro é quem está na divisa, confrontante. Nesse contexto, município lindeiro é aquele que estabelece contato com o Lago de Itaipu.

⁶⁵ Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso: 03 ago. 2016.

⁶⁶ Disponível em: <<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao>>. Acesso: 03 ago. 2016.

O labirinto tornou-se ainda mais complexo: as leis são diversas e os dados (autos) que procuramos estão espalhados em rede. Esses aspectos revelaram que o trabalho requeria maior precisão. Dada complexidade e a especificidade do contexto, criamos algumas alternativas: 1) Por tratar-se de pesquisa acadêmica, a Instituição de Ensino Superior interessada (UEM) formalizou/protocolou um ofício⁶⁷, encaminhado pelo orientador (em nome da IES), justificando os motivos, além de descrever o(s) auto(s) que desejava consultar (o acesso aos autos é individual); 2) Buscaram-se informações na Agência Nacional de Recursos Hídricos (ANA)⁶⁸ e no Instituto das águas do Paraná⁶⁹; e 3) Procurou-se o Instituto Ambiental do Paraná da Secretaria de Estado do Meio Ambiente (IAP). Foram remetidos ofícios para a Superintendência do Parque das Cataratas, Itaipu Binacional e Marinha do Brasil, mas não obtivemos retorno.

As investigações científicas apresentam desafios e descobertas. Lidar com um objeto de estudo escorregadio, alicerçado em uma metodologia de pesquisa de sistema aberto e dados multissituados, compostos por um conjunto de dados difíceis de serem organizados, implicava assumir alguns riscos – significava lidar com o imprevisível, com constantes desencontros daquilo que se procura. De fato, localizar na região de fronteira um determinado fenômeno e poder observá-lo exige constantes ajustes, pois o observador é sempre um “observador observado” (BÉLIVEAU; MACAGNO; MONTENEGRO, 2011).

No decorrer do caminho, outras preocupações eram constantes. A tipologia⁷⁰ das formas anormais de lazer, criada por Rojek (méfítico, invasivo e selvagem), apresentava-se limitada frente à realidade observada, fator que nos levou a romper com o atual esquematismo e a trabalhar com um sistema interpretativo mais aberto. O lazer desviante, a partir do modelo europeu, precisou ser revisto, pois trazer categorias europeias requer devido cuidado quando estamos a tratar de uma condição particular

⁶⁷ Modelo de ofício, conferir Apêndice E.

⁶⁸ Disponível em: <<http://www2.ana.gov.br/Paginas/default.aspx>>. Acesso: 03 ago. 2016.

⁶⁹ Disponível em: <<http://www.aguasparana.pr.gov.br>>. Acesso: 03 ago. 2016.

⁷⁰ Trabalhos dessa natureza carecem de estudos. Conforme contato estabelecido com o pesquisador Chris Rojek, em outubro de 2015, ele declarou não ter desenvolvido estudos empíricos sobre o tema, desconhecendo quem os tenha feito. No Brasil, encontramos referenciais em Pimentel (2010a; 2010b).

fronteira em realidades latino-americanas. Nesse sentido, essa produção ocupa uma condição epistemológica que nega as narrativas lineares, pois, no percurso investigativo, tentamos confrontar os dados na tentativa de compreender as práticas e os discursos de um cenário de lazer desviante e/ou lazer canônico.

Quem desconhece a região de fronteira e a observa a distância, de fora, fará uma determinada leitura. Com a imersão no contexto, agora vista de dentro, mudam as percepções, permitindo-nos compreender melhor as alteridades⁷¹ – exercício que exige treino e desnaturalização, indispensável para ampliar o horizonte de análise de qualquer pesquisa de campo. Nessa esteira, questionamos ideias/noções que parecem evidentes e absolutas, como a máxima de que a região de fronteira é um local propício para os desvios. Os procedimentos que vínhamos desenvolvendo nesse estudo foram significativos para desmitificar a tese de que a relação desvio e fronteira sejam explícitas, como um afrouxamento dos modos, embora transmita outra impressão.

Os primeiros trabalhos foram importantes para obtermos um panorama da fronteira. Os procedimentos utilizados para o estudo até então se constituíram em uma reflexão sobre a relação de associação entre lazer desviante e região de fronteira, de modo que – por motivos teóricos e empíricos – conotam as dificuldades na obtenção das informações, levando-nos a redirecionar o estudo mais uma vez⁷².

Se a fronteira é provedora de desvios deixou de ser um tema central. Por esse motivo, abandonamos essa pergunta, uma vez que os referenciais, tampouco o empírico respondiam a essa indagação. Essa não é uma ideia negada, mas secundarizada. Enquanto categoria, obtivemos alguns conhecimentos, mas precisamos

⁷¹ Para Bauman (1999), passamos da modernidade, fase na qual a solidez era característica, para uma fase pós-moderna, na qual a liquidez é marcante – transitamos da “ordem” para o “caos” e, nesse percurso, substituímos as certezas pelas incertezas. Nessa direção, perdeu-se a ideia de identidade fixa para emergir a noção de alteridade. No processo de rupturas de concepções paradigmáticas da epistemologia moderna, torna-se produtiva uma epistemologia fundada nas diferenças.

⁷² O projeto inicial desse estudo tinha como objetivo geral analisar a construção das subjetividades dos diferentes agentes que intervinham nas práticas de lazer consideradas desviantes e de risco na Tríplice Fronteira. Os objetivos específicos consistiam em: caracterizar as práticas desviantes de lazer que emergiam na dinâmica desse território e discutir os fatores motivadores; identificar a tipologia, a frequência e a intensidade dessas práticas a partir das estatísticas judiciária e de outros dados sociodemográficos da região; identificar os dispositivos de autocontrole usados pelos agentes (ópticos, discursivos, morais e de domínio) e os dispositivos de heterocontrole e repressão dos agentes policiais e judiciários; analisar a percepção da população local, bem como a censura implícita sobre o lazer desviante na Tríplice Fronteira.

mudar o foco para fazer uma análise mais de dentro, pois a realidade permitiu visualizar fragilidades e revelou outros aspectos. Então, a empiria levou-nos a um novo problema (enquanto o problema originário do estudo é respondido, no limite teórico-empírico).

Tratar desse assunto exige sensibilidade teórico-prática frente à realidade contraditória, ou seja, não cabe simplificá-la pela imposição de uma “verdade” com explicações causais, mas se trata de participar dela, mencionar os seus problemas e dificuldades. Temas desconcertantes, questionadores de crenças dogmáticas e assuntos controversos na sociedade nem sempre têm respostas definidas e/ou definitivas. Compreendemos, portanto, que a história não é linear, nem caminha de progresso em progresso ou de decadência em decadência.

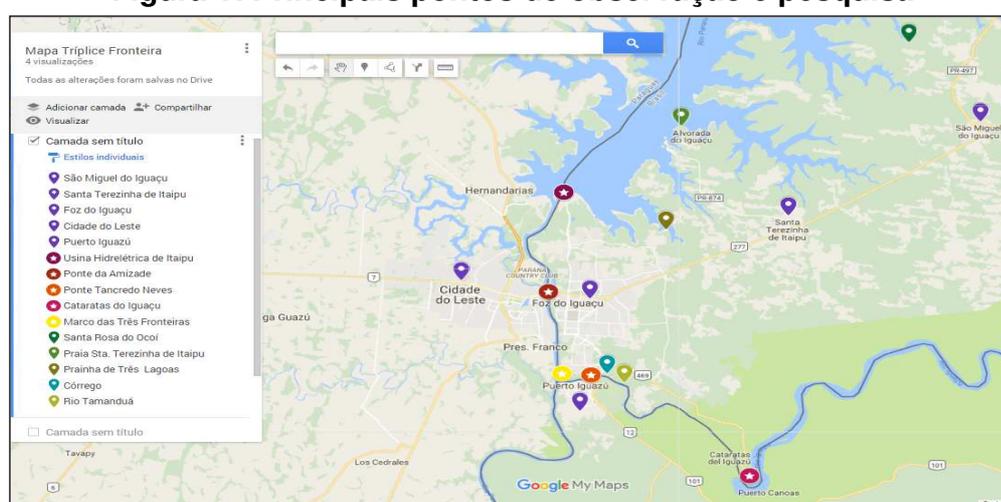
Nesse contexto, os enunciados vêm acompanhados da afirmação de que a transgressão é estimulada na fronteira, seguida de discursos destinados a dizer a “verdade” sobre o lazer (hipótese repressiva). Embora esse pensamento sirva à sociedade atual, podemos desconstruí-lo e formular novas hipóteses, mostrando que ainda que certas explicações funcionem, elas não podem ser encaradas como as únicas verdadeiras. Desconstruir essa hipótese repressiva é também um exercício de contestação ao metarrelato, pois nem tudo é estímulo ou repressão.

Embora a metanarrativa faça sentido, não explica a totalidade. O poder não está centralizado em um único ponto, está diluído/atravesado, passa por todos os lugares. Ou seja, entre o lazer canônico e o lazer desviante há uma zona de negociação composta por camadas em que o nível de tolerância permitirá a profundidade de “mergulho”. Tolerar-se enquanto possível tolerar. Esse movimento demonstra a coexistência de diferentes pontos de vista e até onde foi possível chegar. A nova abordagem toma a constituição de um acontecimento – a criação do Lago de Itaipu, um fato desencadeador de novas relações de forças, em que o que é lazer desviante e lazer canônico vai se compor em uma relação tênue no território fluvial, imbricada não somente na mudança da dimensão e do curso do rio, mas na mobilidade das fronteiras.

Por meio do Lago de Itaipu, chegamos aos rios. As novas incursões exigiam centrar esforços nas práticas corporais que envolvessem as águas da região, fazendo a pesquisa se rearranjar. Sondamos e vivenciamos, portanto, algumas práticas aquáticas,

pois pressupomos que os dispositivos de controle poderiam ser encontrados em grupos de resistência que praticavam essas atividades, na tentativa de fazer paralelos dos lazeres desviantes às formas convencionais – esse seria, de agora em diante, o fio condutor, pois o Lago de Itaipu criou uma nova disputa legítima de discursos pelo uso do lazer a partir do estabelecimento daquele atrativo. Na figura abaixo, demarcamos alguns dos principais locais onde realizamos o trabalho de campo:

Figura 1: Principais pontos de observação e pesquisa



Fonte: Google maps; adaptado pelo autor.

O empírico, portanto, teve dois momentos de observação direta: no primeiro momento, esteve focado nas relações de fronteira; no segundo momento, no Lago de Itaipu, que nos levou a observar com maior profundidade a relação da população com as águas. Como relata Magnani (2003), a promoção da “festa no pedaço” é possível em decorrência do contato que os moradores estabelecem com os outros indivíduos, emergindo um tipo particular de sociabilidade e apropriação dos espaços. Ao trazer essa ideia para a região de fronteira, podemos dizer que os distintos atores sociais exercem funções específicas na dinâmica do lazer desviante e que tais aspectos transcendem o *locus* da aplicação originária de pesquisa⁷³.

⁷³ O propósito do autor era estudar o circo-teatro, forma peculiar de entretenimento e dramaturgia, na periferia de São Paulo, nos anos 1980. Entretanto, a rede mais geral e o espaço onde essa forma de lazer se inseria despertaram mais interesse que o próprio objeto inicial de estudo.

4. O LAGO DE ITAIPU COMO ACONTECIMENTO NA PRODUÇÃO DE PRÁTICAS CANÔNICAS E DESVIANTES DE LAZER

Foz do Iguaçu, pacata cidade do interior, passou por rápidas mudanças, transformando-se em uma cidade “nervosa”. Catta (2002) afirma que, entre 1963 a 1973, a cidade praticamente ficou estagnada em termos de crescimento. Em 1974, ano de início da construção de Itaipu, Foz do Iguaçu possuía apenas duas praças públicas para atender, em termos de lazer, sua população urbana, sendo que eram as mesmas desde 1963. A concentração urbana, em limites geográficos, era bastante estreita, o que permitia intercâmbio entre as famílias, as quais eram basicamente se conheciam entre si, “mantendo-se uma sociabilidade em torno dos poucos locais de lazer que ali existiam, como o cinema, o cassino (do outro lado da fronteira, no Paraguai), as pescarias no Rio Paraná e Iguaçu e nas festas da comunidade e da Igreja” (p. 42-43).

Naquele mesmo ano, começaram a chegar à região os primeiros trabalhadores para a Obra. Sem uma infraestrutura capaz de absorver um contingente grande de trabalhadores, ocorrem os conflitos. Como resultado da modernidade implantada na selva subtropical, em sua configuração acabada pela Usina de Itaipu e pelo poder que dela emanava e que a todos envolvia, Catta (2002) destaca as principais consequências dessas transformações:

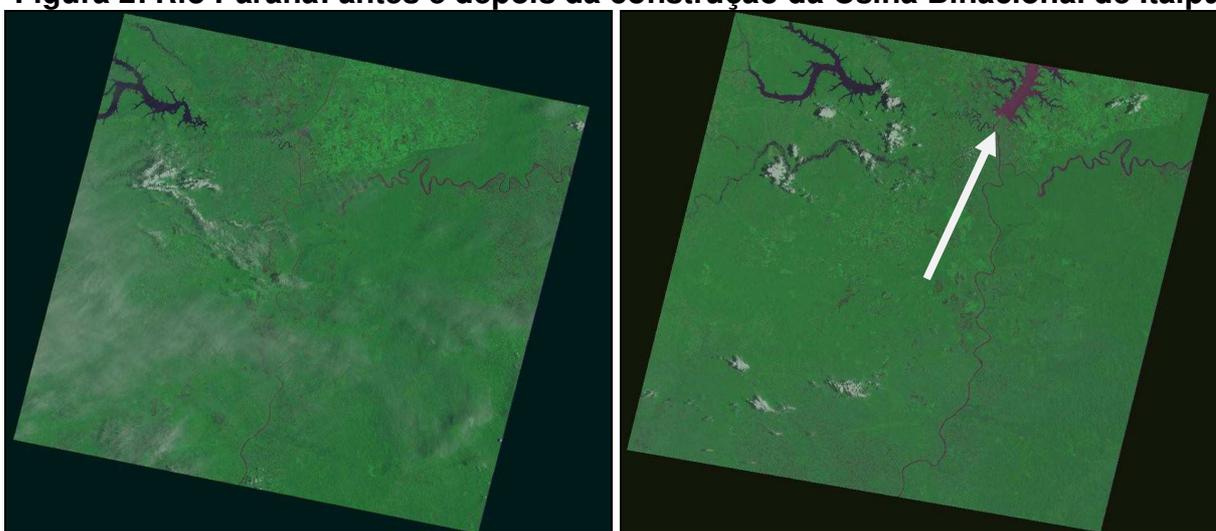
[...] uma massa heterogênea vinda de todas as partes do Brasil e dos países vizinhos que passou a sobreviver, quando não absorvido pela economia local, de trabalhos informais ou sub-empregos, sem a perspectiva de ver concretizado o sonho de enriquecimento ou independência financeira que os levou para aquelas paragens; a criminalização da atuação desse segmento da população pelas elites, com a anuência do Poder Público e com o devido controle e repressão pelas polícias que ali atuavam; um favelamento acelerado nas áreas periféricas da cidade e um vertiginoso aumento da especulação imobiliária; desorganização das áreas centrais com um trânsito caótico e acidentes constantes; formação de comércio paralelo de produtos diversificados nas principais ruas da cidade; alto índice de criminalidade (assaltos, arrombamentos, homicídios, furto de automóveis que eram levados para desmanche ou comercializados no Paraguai) e narcotráfico (CATTÁ, 2002, p. 37-38).

A história da região é caracterizada por um crescimento acelerado e desordenado, fora do controle do poder público. A construção de Itaipu, associada ao

turismo às Cataratas, o incremento ao comércio e a expansão agrícola proporcionaram um vertiginoso desenvolvimento, mas também geraram inúmeras desigualdades em amplos segmentos da sociedade, excluindo inúmeras pessoas desse processo, precarizando relações de trabalho e de lazer.

A instalação do projeto de Itaipu representou um novo ordenamento espacial, responsável por redimensionar a fronteira, conforme podemos verificar por meio de imagens⁷⁴ de satélite:

Figura 2: Rio Paraná: antes e depois da construção da Usina Binacional de Itaipu



Fonte: *United States Geological Survey (USGS)*.

Identificamos na parte superior dessas duas imagens, o visível contraste do antes e do depois da criação da Usina Binacional de Itaipu no Rio Paraná. A imagem esquerda é de junho de 1980; da direita, de abril de 1984. Não há como negar que a construção da Usina Binacional tenha sido um acontecimento marcante, e não foi apenas pelo tamanho da obra.

No cenário de construção de barragens brasileiras, Itaipu teve especificidades que destoaram dos demais empreendimentos. Nos estudos de Catta (2002) encontramos essas particularidades: 1) o porte – a obra demorou 18 anos para entrar

⁷⁴ Disponível em: <<https://earthexplorer.usgs.gov/>>. Acesso em: 13 ago. 2017.

em funcionamento. Essa situação resultou na fixação de muitos dos barrageiros na cidade, tempo suficiente para se estabelecerem e até mesmo se aposentarem ou adquirirem algum patrimônio, criando outra dinâmica social; 2) a recessão – Itaipu foi a última grande Usina Hidrelétrica construída no Brasil no final dos anos 1980. O país passou por um frágil momento econômico que fez com que todos os projetos das novas Usinas ficassem parados, o que limitou a possibilidade dos barrageiros seguirem seu destino, estabelecendo-se nas circunvizinhanças. Esses trabalhadores eram provenientes de lugares diversos e traziam consigo culturas regionais que, muitas vezes, já eram híbridas com outras culturas em outros lugares, consequência do modo itinerante de vida; e 3) A Tríplice Fronteira – a usina foi uma das poucas a serem construídas nas proximidades de núcleos populacionais assentados e com uma dinâmica própria.

A representatividade política da usina na região e sua onipresença em toda a sociedade local tornou-se praticamente um referencial para todos os passos a serem dados pelo Poder Público Municipal e pelos empresários que investiam ali, fatores que lhes permitiram o controle daquela nova conjuntura que estava se moldando, sempre articulados em um jogo pendular nos subterrâneos da sociedade local. Nas palavras de Catta:

O que existe é uma relação de circularidade entre as práticas cotidianas das camadas populares e das elites locais, no sentido de que o comportamento, as lutas travadas e a resistência dos setores desfavorecidos estão diretamente envolvidas com o processo de normatização das práticas sociais, o controle social, a disciplinarização espacial da cidade, a ampliação ou retração do mercado de trabalho, a atuação legislativa visando à manutenção de seus privilégios e à repressão policial. Nesse sentido, os projetos das elites são adaptados de acordo com o jogo de forças que vão se estabelecendo (CATTÁ, 1994, p. 55).

Nesse processo, a cidade se readaptava com rapidez em seus modos de vida, frente ao novo ritmo que a remodelava para atender às exigências dos empreendimentos, que se faziam cada vez mais complexos. A remodelação social, pautada pela empresa, fez com que, em curto espaço de tempo, a região criasse outras identidades culturais. Além das mudanças nos aspectos físico, estético e espacial,

mudaram também as perspectivas – as referências já não eram mais somente as Cataratas, mas a própria Itaipu.

A vida dentro de Itaipu pode ser analisada pelo menos em dois aspectos complementares ao que tange à criação de dispositivos: a invenção de um modo de vida próprio, criado pela Empresa com o intuito de torná-la eficiente e controlável, e os seus desdobramentos, assimilados pela população da cidade. A construção de Itaipu reinventou a organização da vida social e dos espaços, não somente para os trabalhadores da obra, mas se alastrou por toda a sociedade.

O controle social exercido pela Empresa Binacional de Itaipu tornou-se uma prática recorrente dentro e fora dela, presente até mesmo na estruturação das suas moradias. Uma das primeiras providências que foram tomadas pela Itaipu, em sua instalação, foi a construção das habitações para os trabalhadores (Vila B – para os diretores e chefes; Vila A – para os cargos técnicos; e Vila C – para os operários da construção). Os conjuntos habitacionais possuíam dinâmicas próprias pertinentes à sua realidade, que refletiam as expectativas de seus moradores de morar gratuitamente, com água, luz, saneamento, segurança e infraestrutura de lazer.

Naturalmente cada trabalhador via-se incorporado e envolvido com a sua vila, através da participação de atividades comunitárias, no conselho da escola, na diretoria do clube, nas competições esportivas da empresa, nas festas cívicas, a que a todo momento eram chamados. Além disso, carregava impresso na sua profissão ou função, o espaço em que estava inserido (CATTÁ, 2002, p.102).

Na esfera do esporte e lazer, na época, existiam dois clubes estruturados, porém diferenciados. Um deles, melhor estruturado, destinado para os moradores das vilas A e B; e outro, para os barrageiros menos graduados da vila C. Para os operários da construção, havia um centro comunitário. Em todas as vilas, mesmo com estratégias de integração promovidas por meio de jogos, gincanas e atividades beneficentes, existiam problemas de alcoolismo e drogas. Além desses dispositivos, as relações públicas de Itaipu foram pródigas em criar e difundir um discurso persuasivo por meio da utilização de recursos audiovisuais.

A todos os turistas, antes de se dirigirem à obra, era apresentado um filme ou dois, tratando de todo o processo de construção da Usina, dentro dos limites técnicos e da transformação daquele espaço que viria a ser ocupado por ela, sempre aparecendo nas imagens a participação dos peões. Deixava gravado na memória o tom da grandiloquência que perpassava por toda aquela projeção, reforçando-se o poder do homem no domínio da natureza, justificando-se a todo o momento a necessidade de tal empreendimento e os benefícios por ele produzidos (CATTÁ, 2002, p. 79).

A equipe responsável pelo setor envolvia os visitantes por meio do ilusionismo tecnológico, tendo importância na reprodução de um imaginário social de pujança arquitetônica e da necessidade de interferência humana no ambiente que, de certa forma, ainda ocorre quando é visitada a obra. Por meio dos discursos, foram construídos os sujeitos e, paulatinamente, moldadas as suas relações com a sociedade.

O processo de transformação formou uma estrutura de controle da sociedade, cujo poder é exercido no sentido de reprimir os desvios que, porventura, viessem a ocorrer.

Se a Usina organizou espacialmente a cidade com a construção de "vilas" diferenciadas para cada nível de trabalhador, com toda a infra-estrutura possível (clubes de lazer, hospitais e postos de saúde, escolas, etc. em cada uma delas); se moldou o comportamento de seus habitantes; se garantiu a segurança de seus trabalhadores e seu patrimônio com a formação de uma polícia própria a qual passou a controlar rigidamente toda a área de sua influência e fazendo refletir sua atuação em toda a cidade; desempenhou também o papel de transformadora fundamental do cotidiano da população local (CATTÁ, 1994, p. 53).

A tentativa de uniformizar a população ou de enquadrá-la em um conjunto homogêneo de pessoas poderia tornar a vida mais prática para o mundo produtivo, mas a imposição de uma ordem socioeconômica não correspondia exatamente às expectativas da população, gerando movimentos inevitáveis de desvios. É nesse pêndulo constante de controle e desvio que podemos atribuir à região certa unidade e características próprias.

Antes mesmo do encerramento das obras de construção da represa, milhares de trabalhadores eram dispensados, gerando o que Catta (2009) chama de "a face da desordem" urbana e social. O crescimento da região forçou setores da sociedade a

desenvolver estratégias de sobrevivência para obterem acesso às condições básicas de vida, dentre os quais estão o lazer nos cursos d'água.

4.1 Os discursos oficiais dos agentes de Itaipu

Após consultarmos o *site* eletrônico e o folder publicitário da Itaipu Binacional, agendamos entrevista com dois dos seus agentes. Por compreendermos que os agentes de controle contribuem na própria produção dos desviantes, precisávamos desses colaboradores para fornecer pistas que nos levassem a encontrar possíveis agentes do desvio.

O discurso dos agentes explicita que as políticas institucionais visam contemplar toda comunidade regional. Inicialmente, as visitas à Itaipu Binacional eram institucionais; posteriormente, passaram a ser abertas aos municípios localizados no entorno do parque e aos turistas do Brasil e do mundo.

Quando Itaipu muda a sua missão, o turismo passou a ter outro patamar de importância e a responsabilidade passa da equipe de relações públicas para a Fundação do Parque Tecnológico de Itaipu. Nessa fase de transição, a comunidade resistia em aceitar, afinal um atrativo gratuito passava a ser cobrado. A solução foi criar o “Dia da comunidade” para garantir a gratuidade para todos os moradores dos municípios limneos brasileiros, além dos municípios paraguaios e argentinos. A comunidade poderia visitar gratuitamente doze dias (uma vez por mês), mais o dia do aniversário de Itaipu. Nessa primeira fase, foram proporcionadas visitas gratuitas, com o intuito de estimular a vinda das pessoas. O transporte foi oferecido e algumas ações pontuais foram desenvolvidas, como anúncios durante dias da semana nos bairros, comunicando: – “Domingo é dia da comunidade! Venham visitar a Itaipu”! Nos últimos cinco anos, o Dia da Comunidade, que era uma vez por mês, passou a ser diário.

As visitas são divididas em dois segmentos: as visitas institucionais – gratuitas e administradas pela área de relações públicas da Itaipu Binacional, que contemplam visita técnica ou visita ao interior da usina ou parte externa, guiadas por funcionários. Isso é feito há mais de trinta anos (no período de 1977-2016 foram mais de vinte

milhões de turistas); e as visitas turísticas – atualmente com cinco atrativos gratuitos, ou seja, a comunidade tem acesso à usina, à Visita Panorâmica, ao Refúgio Ecológico, ao Ecomuseu e ao Pólo Astronômico. Os outros dois passeios têm custos, mas morador tem desconto de cinquenta por cento, no caso do circuito especial e navegação no barco “Kattamaran”; há também o passeio com o veículo elétrico, sendo o único atrativo que não tem desconto.

Os agentes convidam a conhecer o “Refúgio Biológico”, um trabalho desenvolvido na região com os moradores, especialmente com os lindeiros, em relação às áreas de limite e de acesso:

Então, se eu estou com um jet ski, por exemplo, eu não posso chegar em determinadas áreas, são áreas de segurança, mas daí, depois dessa área, as atividades seguem normais, seguem normais. Mas tem bastante coisa aqui, [...] no “Refúgio Biológico”, aqui nós temos uma vila que é separada por uma cerca e tem pessoas. Eu já tive oportunidade de acompanhar pessoas que nasceram e foram criadas, assim, do lado do refúgio, tem vinte e cinco anos, e nunca conheceram o refúgio. Engraçado, né?! Pessoas vizinhas, assim, você olha da janela de casa e vê o refúgio e nunca foi visitar. Então, existe esse compromisso de tentar estimular essas pessoas a irem. A gente se esforça pra trazer as pessoas pra cá, pra sensibilizar, realmente a visitar (MATEUS, Agente de Itaipu).

Os agentes entrevistados enfatizam que a Fundação sempre teve a preocupação em poder disponibilizar acesso à comunidade. Lembram que, do lado brasileiro, são os únicos que oferecem o atrativo com essas condições. De fato, se comparado a outros passeios, é um diferencial, pois o “Parque das Aves” e o “*Dreamland*” (museu de cera) têm descontos; já, no Parque das Cataratas, instituíram o “Passe Comunidade”, porém é cobrada uma taxa.

O fato do Lago de Itaipu ser área de Segurança Nacional e parte dos passeios serem pagos não dificultou o acesso a esse novo espaço. Segundo os agentes, as formas convencionais de lazer foram fortalecidas, decorrentes de uma política eficiente de inclusão da comunidade com a Itaipu, que iniciou a cobrança de ingressos em 2007 (antes eram gratuitas).

Os agentes recordam que a região oeste do Paraná, antes de Itaipu, era pouco povoada. Naquele período, as opções de lazer formal eram limitadas e focadas nos

atrativos naturais, ainda assim, com pouca estrutura. Com o processo de desenvolvimento e crescimento, valorizou-se aquilo que já existia como algo natural, por exemplo, as Cataratas. No caso da própria Itaipu, que não é um atrativo natural, pois foi construída, tornou-se uma atração turística, que não se limita à produção de energia e ao desenvolvimento do turismo local – é a valorização do próprio atrativo. Posteriormente são criados os clubes, com serviços aos associados e fomento à pesca esportiva.

Nesse caso, percebemos que os discursos constroem estratégias sofisticadas para contemplar os seus empreendimentos. As formas de enunciar possibilita identificar o lazer como um dispositivo de disciplinamento da sociedade de consumo – uma tentativa de standardizar as práticas de lazer. O poder aqui é compreendido como uma vasta tecnologia que atravessa o conjunto de relações sociais, inscrita nos corpos dos indivíduos e que está presente em cada relação individual. De acordo com esta lógica, o poder se difunde cotidianamente mediante infinitos mecanismos e práticas sociais que, ao atuar, produzem um conjunto de relações móveis sempre assimétricas (GERLERO, 2007, p. 56).

Outrossim, o surgimento do Lago de Itaipu não gerou apenas novas formas de lazer, mas possibilitou outras dinâmicas, outros conflitos. Os moradores nem sempre visitam, ou sequer conhecem os pontos de lazer mencionados pelos agentes de Itaipu. Por exemplo, a população de baixa renda, que vive em regiões periféricas, tem dificuldade de deslocamento e/ou prefere frequentar as margens dos rios próximos às suas residências. A gratuidade e as taxas diferenciadas dos passeios não asseguraram, necessariamente, a assimilação de determinados dispositivos e a reprodução dos mesmos discursos.

Sobre apropriações e vivências do lazer em Foz do Iguaçu, especificamente em rios urbanos, Narita (2015) verificou que as apropriações e vivências de lazer tornaram-se pontuais à medida que as mudanças urbanísticas e no meio natural secundarizaram o sentido integrativo entre a cidade e o meio fluvial. Ao entrevistar pescadores, Narita (2015) percebeu que os depoentes significam os rios, sobretudo no âmbito das lutas territoriais de sobrevivência e de práticas ilegais. Por outro lado, eles também imprimem

o significado por meio de vivências lúdicas, contemplativas interativas e espirituais com as águas. As práticas de pesca por lazer e de esportes de aventura associadas às transformações urbanas são analisadas, entrelaçando os contextos históricos, ambientais, sociopolíticos e culturais de Foz do Iguaçu, levando-a a perceber a existência de diferentes discursos e embates de distintas classes, que entram em disputas pela ordenação da cidade. Destaca, ainda, que houve na cidade uma opção que privilegia o turista, que impacta nos espaços públicos e democráticos do lazer para os moradores. Ou seja, a racionalidade mercantil disputa espaço com o valor de uso e os encontros socioculturais de diferentes identidades.

Fenômeno similar é analisado no estudo de Jorge (2016), ao referir-se à criação da represa em Santo Amaro – São Paulo. A construção da represa acelerou o processo de urbanização, predatória e especulativa, marcada pela desigualdade social. Em ambos os casos, percebemos que os rios não são apenas uma referência espacial na cidade, mas constituem um território fluvial que integra o cotidiano e a história dos indivíduos, o que explica a recusa da população em abandoná-los.

4.2 Movimentos de agregação ou segregação?

A construção da Usina Binacional de Itaipu intensificou em Foz do Iguaçu a influência cultural. A criação dos clubes étnicos contribuiu para a preservação das tradições, bem como para a criação e organização de um ambiente amistoso de acolhida, muitas vezes, hostil para os recém-chegados. Esses clubes eram relativamente fechados. À época, não era comum, por exemplo, nordestino participar do Centro de Tradições Gaúchas (CTG) ou gaúcho frequentar o Centro de Tradições Nordestinas. Por algum tempo, os CTGs tiveram muita força (eram os clubes predominantes), mas perderam hegemonia com a ampliação da diversidade cultural.

Além dos clubes tradicionais já existentes, começam a surgir outros clubes. O Clube Floresta agregava “um povo diferente do povo do oeste”, segundo Aluísio. Ou seja, as camadas mais tradicionais de Foz do Iguaçu não costumavam frequentá-lo. Neste clube, o público predominante era composto pelos técnicos de classe média da

Itaipu. “Mas aquela classe média não se misturava. Parecia que era outro país”. Ademais, a população da cidade precisava se identificar para os Seguranças de Itaipu para ingressar nas Vilas. Esse excessivo controle dificultava a integração dos funcionários com o restante da população. A chegada de “barrageiros” para trabalhar na usina não cessava, sendo muitos deles da região nordeste do Brasil. A consequência foi a criação do Centro de Tradições Nordestinas (CTN) e o surgimento de alguns conflitos.

O Centro de Tradição Nordestina era o seguinte: era um terreno que o cara pegou, alugou. Montou ali um barracão e nesse barracão ele fornecia algumas comidas baianas, principalmente, e tinha uma estátua do Padrinho Cícero (risos), sempre ali. Pra você ver, o cara não era concorrência, nunca, com o CTG! O negócio dele era vender a comida baiana, acarajé, tapioca, essas coisas assim, e tinha uma estátua e uma caixinha de som tocando um xaxado, um baião. E não é que fizeram um quebra-quebra, uma turma mais radical e fundamentalista gaúcha. Foram lá pra derrubar a estátua do padre Cícero, foram lá! Fizeram quebra-quebra no bar do Raimundo! [...] a cidade naquela época, tinha uma dificuldade muito grande de entender e aceitar. Talvez de não aceitar por não entender. Com o tempo a cultura nordestina chegou em Foz e hoje você tem aqui carnavais semelhantes, com maracatu, com frevo; é um negócio multifacetado mesmo por aqui (ALUÍSIO, jornalista).

O intenso fluxo (i)migratório tornou o território fronteiriço diverso e pluriétnico, mas, também, intensificou a intolerância. As dificuldades de aceitação existiam mesmo com vizinhos próximos, no caso os paraguaios. Inicialmente os iguaçuenses resistiram em frequentar os eventos da “Casa Paraguaia”, clube étnico que funcionou no centro de Foz do Iguaçu e que, após ganhar um terreno, teve a sede deslocada para a região periférica da cidade.

Participar dessas associações implica investimento. Sobre esse assunto, Carmem, lojista e filha de colonizador sulista, que possui uma clientela constituída por consumidores estabelecidas na cidade, há bastante tempo, recorda, ao ser entrevistada, que os seus pais começaram os negócios como pequenos agricultores; hoje têm fazendas no Paraguai e lojas em Foz do Iguaçu. Embora não goste de frequentar o Paraguai, afirma que, em épocas de câmbio favorável, gostava de passar os finais de semana em hotéis e restaurantes. Em seu relato, também destacou que para as pessoas que não têm condições financeiras de se inserir nos clubes

tradicionais da cidade, resta-lhes ficar em casa aos finais de semana para repor as energias ou, ainda, frequentar parques públicos, como o Gramadão, um dos maiores da cidade; mas quem não mora nas redondezas terá dificuldade logística. Em sua narrativa, expressa o corporativismo, não apenas comercial, mas também cultural, pois adentra outras searas, na forma de guetos étnicos (no caso, os clubes).

Se, por um lado, a região fronteiriça é liberal e cosmopolita, por outro, é também conservadora e provinciana. Esse paradoxo serve como gradiente no controle e no desvio do lazer, pois revela uma relação de poder, que é o estabelecimento da população local em redes.

Outro fenômeno do tempo presente que nos levou a refletir sobre o assunto foi a criação da UNILA em Foz do Iguaçu, que resultou na instalação de diversos estudantes latino-americanos na região. A chegada desses estudantes revelou a face do preconceito, do racismo e da xenofobia. Uma situação que vai ao encontro desse raciocínio e que repercutiu na imprensa foi o espancamento recente de um estudante proveniente do Haiti⁷⁵. Ao ser entrevistada, uma estudante estrangeira descreve o que pensa sobre o assunto:

[...] a gente é visível, mas para algumas pessoas, nós somos vistos de forma pejorativa em alguns setores. Os estrangeiros não são aceitos por todos, querendo ou não. As pessoas expressam a sua cultura e isso é visto de forma pejorativa, querendo ou não, sei lá, tem preconceito, sim! Não foi um caso isolado o caso do haitiano. Provavelmente sofrem xenofobia ou racismo diariamente, só não chega às mídias (CAMILA, estudante universitária).

É interessante destacar que, em uma cidade multicultural, ocorrem tentativas de silenciar o multiculturalismo. Os conflitos demonstram que as mudanças podem ter sido rápidas em alguns aspectos em Foz do Iguaçu, mas em outras esferas ainda estão em trânsito. O tratamento dado ao i(migrante) não é muito diferente de outrora; a sua presença soa como provocação, capaz de abalar a cultura local.

Nem todos os espaços são para todos. Existem lazeres para os estabelecidos e lazeres para aqueles que chegam. Os espaços continuam em disputa – estudantes

⁷⁵ Disponível em: <<http://g1.globo.com/pr/oeste-sudoeste/noticia/2016/05/haitiano-e-vitima-de-agressao-no-centro-de-foz-do-iguacu-no-parana.html>>. Acesso em: 16 jul. 2016.

tentam se estabelecer, ao passo que a população local resiste em aceitar. Por exemplo, anteriormente, os shows latino-americanos estavam monopolizados nas mãos de poucos grupos econômicos (Churrascaria Rafain), mais recentemente, os “forasteiros” começam a ocupar os espaços – surgem estabelecimentos comerciais latino-americanos especializados em culinária, bebidas, música e dança típica.

A repressão social é uma das características cotidianas na vida dos jovens estudantes que chegam a Foz do Iguaçu, que têm dificuldades de adaptação porque a cidade, embora turística, pode não ser tão receptiva e acolhedora. Sobre esse assunto, Laura, psicóloga que atende estudantes em uma universidade de Foz do Iguaçu, observa que os acadêmicos resistem em falar sobre esses assuntos. “Não abrem de cara o jogo”, pois sabem que estão arriscando, podem ser mal interpretados e ridicularizados. Quem vem de fora, mesmo brasileiro, poderá passar pela experiência de sentir-se estrangeiro. Para preservar os costumes e os modos de vida, a organização da vida social em grupo é fundamental.

Parece-nos que a convivialidade entre diferentes grupos sociais não pode ser tomada por desigualdades incorrigíveis, tampouco, por perspectivas românticas, em que as relações somente são interculturais se pacíficas e amistosas, como destaca Joel, político e funcionário aposentado da Itaipu, ao se referir aos clubes e suas interações com a sociedade, percebidas por ele como “tranquilas” e “pacíficas”. Ele justifica, em seu comentário, que atualmente árabes, chineses, coreanos e outros grupos étnicos vivem em harmonia e integrados com os demais, sendo possível presenciar baiano com pilcha (indumentária tradicional da cultura gaúcha) em bailes do CTG, o que significa que “praticamente criou-se uma cultura própria da região”. As agremiações reúnem indivíduos com interesses em comum, evitando que as culturas não se percam. Entretanto, afirmar que todas as culturas convivem em paz sempre é questionável. Sobre esse assunto, chamamos a atenção para a produção de diferentes discursos, bem como “a relação, o que há entre tensões e equilíbrios, resistências e negociações, conflitos e acordos, rompimentos e alianças, examinando como estas oposições se conectam e consubstanciam-se em interculturalidades” (OLIVEIRA, 2012, p. 57).

Há quase 40 anos, o Oeste do Paraná era uma fronteira que estava sendo “desbravada” pelos colonizadores. As florestas eram derrubadas e as terras férteis eram aradas para a plantação. A percepção de Joel, acima mencionada, é de que o progresso é decorrência da abrangência do agronegócio. Os migrantes chegavam para trabalhar na agricultura e nas obras da Usina de Itaipu. Nas suas palavras, “a grandiosidade da obra de Itaipu abriu muitas vagas para mão-de-obra, trazendo muitos migrantes, que levaram a região, principalmente Foz do Iguaçu e Santa Terezinha de Itaipu, a ter um crescimento demográfico muito acima da média em pouco tempo”.

Segundo Oliveira (2012, p. 51), os migrantes nacionais e estrangeiros pensam o lugar diferentemente dos nativos, sendo que a condição de transitoriedade interfere nas suas formas de relacionamento. Nesse sentido, é incógnita saber como desenvolver relações ou vínculos mais consistentes com pessoas e lugares em meio a uma realidade que está em permanente movimento.

A população que se estabelecia raramente buscava alguma forma de lazer na Argentina ou no Paraguai. A relação que predominava com esses países era majoritariamente comercial. Quem vivia do pesado serviço da agricultura, ainda pouco mecanizada, tinha pouco tempo para o lazer. Naquela época, a agricultura e as obras de Itaipu estavam em expansão e os operários trabalhavam muito. Grande parte trabalhava em Foz do Iguaçu; principalmente aqueles que moravam em Santa Terezinha de Itaipu pegavam o ônibus cedo da manhã e voltavam tarde da noite. Muitos trabalhadores faziam hora extra e trabalhava até quatorze horas diárias. Eventualmente, os moradores do então distrito de Foz do Iguaçu iam para as Cataratas do Iguaçu, para o Marco das Três Fronteiras ou, então, para o aeroporto ver os aviões pousarem e decolarem. Esses lugares, localizados longe dali (30 a 40 quilômetros) desestimulavam as pessoas; por esse motivo, reuniam-se muito na comunidade, divertiam-se ali mesmo, “procuravam ficar no seu gueto”.

Parece haver nesse discurso a associação positiva das práticas de lazer como recompensa pelo trabalho e o situa como libertador, devendo, portanto, evitar a quebra das regras. Entretanto, “o lazer não pode ser apresentado de forma acrítica, como uma

panaceia universal, embora haja relação do lazer com benefícios econômicos, fisiológicos, ambientais, psicológicos e sociais” (ROJEK, 2011, p. 139).

Por outro lado, carecia de conforto – não tinha asfalto, as estradas eram de terra, havia poeira ou barro; e a cidade era escura, com pouca iluminação. Segundo Joel, na época em que as pessoas chegavam para trabalhar na Itaipu e na agricultura, divertiam-se assistindo a televisão, que já existia, porém com baixa qualidade. Às vezes, aos finais de semana, iam ao cinema. Em toda a região, cada cidade tinha o seu cinema e a sua discoteca. A discoteca de Santa Terezinha era muito famosa e atraía pessoas de toda a região. Os bailes de “discoteque” era um dos divertimentos nos finais de semana. Nos clubes de campo, a diversão consistia em ir aos bailes, festas de igrejas, torneios de futebol (campo e salão) e o vôlei.

Ainda, segundo Joel, quem está na região, há bastante tempo, percebe mudanças em relação ao lazer, uma vez que os costumes e os perfis mudaram. O lazer era um luxo, diferente da diversidade de opções que existem hoje, publicizadas amplamente pelos meios de comunicação. A juventude ainda joga futebol de campo e de salão, mas é menor a sua presença nesses espaços. “Quando jogávamos um campeonato municipal, ia todo mundo pro campo domingo à tarde”, relata. Hoje os bailes tradicionais são raros e as “discoteques” não existem mais. Os jovens se encontram nas ruas, tomam cerveja, dançam, brincam e ouvem som alto em seus veículos, principalmente aos domingos de verão à tarde. Quem não está na rua está em casa em frente ao computador ou televisão.

Muita riqueza foi produzida decorrente do aquecimento econômico alavancado pela Itaipu. Entretanto, o “desenvolvimento” fomentou o processo de expansão urbana, que gerou o surgimento de novos bairros de forma desordenada, carentes de água e luz; atropelou direitos e destruiu o meio ambiente; também acirrou a disputa pelo uso das águas. Catta (2002) refere-se à construção da Usina de Itaipu como a “obra do século” e destaca que o empreendimento passou a gerar grandes recursos e ser considerada como símbolo pleno de progresso e modernidade para a região. Entretanto, à medida que as obras eram concluídas, a empresa demitia milhares de trabalhadores.

Na Usina de Itaipu, permaneceram o corpo técnico e os trabalhadores vinculados à produção de energia e à manutenção dos sistemas operacionais. Para os desempregados, não restaram muitas alternativas senão o mercado informal, em rápido crescimento, bem como a ocupação das favelas que se expandiam e se multiplicavam na cidade. Atualmente a Itaipu Binacional emprega pessoal de maior qualificação, se comparado ao comércio, este com visível e explícita informalidade.

Para a população que morava nesses locais, a localização é imprescindível para a sobrevivência, exatamente pela água. Para as camadas sem ou de baixa renda, o rio fornecia a água para beber, lembrando que na época não tinha distribuição de água encanada; fornecia comida, por meio da pesca; era o lugar para lavar roupa; permitia o plantio do alimento, pois a área é úmida e permite irrigação; e o lazer gratuito, para nadar e brincar. As águas eram essenciais para a sobrevivência, por isso da proximidade de população com esse ambiente. Essa rotina perdurou até meados dos anos 1990, quando surgiram e se intensificaram os conflitos decorrentes da remoção das favelas das barrancas dos rios (desfavelamento). Os motivos para essa remoção são apresentados, especialmente, sob o pretexto do combate ao contrabando, ao passo que o objetivo era transformar as margens dos rios em circuitos comerciais e turísticos.

Como ilustração do tempo presente, referenciamos o “Projeto Beira Foz” do Governo Federal brasileiro, elaborado com o propósito de urbanizar 21 quilômetros das margens do Rio Paraná, o qual, com a participação da iniciativa privada, prevê a criação de parques e a definição de áreas para restaurantes, hotéis e condomínios. A proposta inclui a revitalização dos 17 quilômetros de margem do Rio Iguaçu, entre o Marco das Três Fronteiras e a entrada do Parque Nacional do Iguaçu (PNI). O projeto objetiva realocar os moradores que vivem em áreas irregulares. A urbanização é uma forma de mitigar e/ou eliminar os portos clandestinos, usados pelos contrabandistas para trazer do Paraguai mercadorias, drogas e armas para o Brasil. O “Projeto Beira

Foz” está em andamento, iniciou com a revitalização da Ponte da Amizade e concessão⁷⁶ do Marco das Três Fronteiras e Espaço das Américas.

Esse local ainda é frequentado por grupos de escaladores aos finais de semana, pois o paredão de pedra existente nas beiras dos rios privilegia essa prática. Com a sua privatização, os praticantes de esportes querem que os gestores disponibilizem o acesso público para continuarem a praticar os esportes ao seu entorno. O ambiente deixa de ser interativo e passa a ser contemplativo. Nos dias de calor, até mesmos as crianças tiram os sapatos para desfrutar da água do chafariz. Como não podem ir ao rio, eles usam a fonte.

Para analisarmos essa dinâmica entrevistamos uma pessoa que nasceu em Foz do Iguaçu e que hoje mora no Bairro Cidade Nova II: Marcos, um líder comunitário. Nesse caso, ele foi removido do Bairro Jardim Paraná, localizado na barranca do Rio Mathias Almada, afluente do Rio Paraná, local destinado à construção posterior de um condomínio fechado. Não é um caso isolado, pois algo semelhante ocorre em outras localidades, conforme relatado:

[...] tinha um bairro operário ali, a galera que trabalhava na pedreira. A pedreira tinha as casas e agora é um clube de hipismo, então é particular, mas, assim... a gente *corta* por dentro igual, até hoje nunca falaram nada. A aí tu faz uma trilha *maneirinha*, assim, e vai nas cachoeirinhas, tem duas, e dali também a trilha pra ir pro Rio Paraná que você vai sair perto do Jupira (Bairro Jardim Jupira) do Rio Paraná, mais perto da Ponte da Amizade, assim, perto da Ilha (Acará) [...] (MARCOS, líder comunitário).

Segundo Marcos, a criação dos condomínios residenciais fechados e de clubes privativos é pautada pelos discursos da segurança e desenvolvimento turístico. Os projetos turísticos da cidade, que envolvem a apropriação do rio, também são apresentados sob a égide da preservação ambiental – recuperação da bacia hidrográfica e criação de novas áreas de lazer.

⁷⁶ O edital de licitação para outorga de uso remunerado de área pública Marco das Três Fronteiras está disponível em: <<http://www.pmf.pr.gov.br/ArquivosDB?idMidia=80411>>. No dia 10/06/2015, aniversário de Foz do Iguaçu, autoridades se reuniram no Marco das Três Fronteiras para oficializarem a concessão à empresa Cataratas do Iguaçu S.A. Acesso em: 21 mar. 2017.

No caso do Bairro Vila C, localizado nas proximidades do Córrego Brasília⁷⁷, os moradores irregulares estão sendo removidos e a área cercada. Nesse sentido, o relato de Marcos diverge da óptica institucional de Itaipu:

[...] tem umas três pessoas que são agricultoras que resistiram que tá lá ainda, inclusive um senhor que sempre cuidou das nascentes que tem ali. Se não fosse ele cuidar não teria mais nascente, a maioria morreu. Ele cuidou de uma das nascentes do Córrego Brasília, mas a Itaipu cercou de alambrado, colocou umas placas de área de preservação e desde então tá fechado. Fizeram uma calçadinha do lado e vão meio que incluir no circuito turístico do Refúgio Biológico⁷⁸, que é do lado ali, assim, vai ser meio esse circuito. Vai passar por essa preservação o rio, mas tá em obras, assim, esse processo. Ali foi removida a galera e espalhada por Foz. Um pouco tá num bairro aqui do lado, um pouco veio pra Cidade Nova. Ali no Jardim Paraná também teve uma desculpa de recuperação do rio, mas depois construíram um condomínio lá em frente, um condomínio fechado [...] (MARCOS, líder comunitário).

A força econômica e política das empresas e instituições encontram resistências temporárias. Os moradores momentaneamente são contrários, mas acabam por ceder, pois não querem viver em condições precárias, propícias aos alagamentos. Parte das reclamações pairam nas indenizações ou nos acordos que são parcialmente cumpridos. Por outro lado, os moradores são incluídos em programas populares de habitação, contudo existem aqueles que retornam ao local, perpetuando o movimento. As pessoas mudam de residência, são deslocadas e cria-se a expectativa de vida nova, mas há que se destacar a territorialidade daqueles que foram criados perto dos rios, daqueles que se identificam com aquele lugar e hoje não podem mais acessá-lo.

O redirecionamento dos espaços de lazer, entretanto, não elimina totalmente o uso do rio pelos moradores, uma vez que, mesmo sendo proibida a entrada, ainda fazem trilhas, pescam e acampam:

O meu vizinho é pescador. A gente outro dia foi acampar e pescar com ele no Rio Paraná. Ele sabe o circuito dos rios onde tem peixe, mas ali em Itaipu ele tem problemas de pescar no lago, tem que se esconder, mas a galera vai igual,

⁷⁷ A iniciativa é promovida pela Itaipu Binacional por meio do Programa Cultivando Água Boa. São parceiras: a Prefeitura de Foz de Iguaçu e a concessionária Ecocataratas. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pr/parana/videos/v/area-proxima-ao-corrego-brasilia-em-foz-sera-transformada-em-parque/3729872/>>. Acesso em: 17 abr. 2017.

⁷⁸ O Refúgio Biológico é uma unidade de proteção ambiental, criada e mantida pela Itaipu na margem paraguaia e brasileira e aberta à visitação turística.

mas teve os caras dando tiro atrás essas coisas, essas loucuras, aprendendo material da galera de pesca e tal, mesmo sendo pesca amadora, né (MARCOS, líder comunitário).

O lazer poderá estimular os indivíduos a desenvolverem a sua capacidade crítica e questionadora ao refletirem sobre as suas realidades, ajudando-os a valorizarem as diversas manifestações socioculturais lúdicas. Na situação mencionada, percebe-se que nem toda a população simpatiza com a ideia de ter um lugar determinado para o lazer. Alguns frequentadores de cachoeiras abominam a venda da natureza como um produto turístico, possivelmente porque neste lazer as correntes que os prendem a esses lugares estão relaxadas e liberadas (ROJEK, 2011).

Nesse sentido, merece menção outro relato de Marcos sobre um churrasco que ele fez na barranca do Rio Paraná, nas proximidades da Ponte da Amizade. Durante os preparativos, despontou um pequeno barco do outro lado da margem, que vinha ao encontro deles. Ficaram preocupados com a aproximação do grupo paraguaio. O que eles pretendiam era algo simples – comer churrasco e beber cerveja com os brasileiros. Quando acabou a bebida, pegaram o barco e se deslocaram até o Paraguai para buscar cerveja; de lá foram para outra barranca e continuaram a confraternização.

Uma vez que existem disputas identitárias permanentes, é preciso resguardo para evitar essencialismos. O “inferno” e o “paraíso” podem sobrepor-se, sem que isso cause, aparentemente, alguma estranheza (MACAGNO, 2011). Essa conciliação dos contrários se produz e se reproduz, justamente, em um espaço peculiar, impondo aparentemente a necessidade de uma perpétua reatualização de si mesma. Sob esse aparente paradoxo, reside uma tensão iminente entre o “nacional” e o “transnacional”.

Na região fronteira, articulam-se fluxos de pessoas, de bens e de significados cuja circulação e permanência fundamentam-se nas assimetrias existentes entre as cidades e os países que convergem nela. Na periferia, surgem alternativas de lazer que estão segregadas dos tradicionais pontos de visita da cidade. A intervenção econômica no meio natural não emoldura a todos; são distintos modos de vida. O jogo entre os discursos externos e contradiscursos locais assumem formas específicas, produzindo, portanto, localidades particulares.

Eu gosto da prainha não privatizada, que não tem muita interferência, porque eles colocam cimento em tudo, velho! Tu quer ir pro mato, aí tu vai pro mato e chega lá e tem uma guarita da Guarda Municipal na entrada. Aí já tem um cimento aqui, constrói ali..., daí virou mais um salão de baile. Em Três Lagoas, que é (uma praia artificial) do lago aqui de Foz, né, vão nos bailão e tal. Construíram um *pisão* gigante. Eu vou lá pra ficar na natureza de boa. Ah, velho, não dá! (MARCOS, líder comunitário).

Evidenciamos pelo discurso de Marcos a tentativa do governo instituir um lazer canônico em vista da prática minoritária. O cimento na praia do lago é uma forma do governo afirmar que nesse território há civilização, e que ele está a exercer o Biopoder, inculcando práticas canônicas por meio de processos de subjetivação. Ainda, pelo relato de Marcos, as praias artificiais do lago têm proporcionado políticas de lazer pouco atraentes. Nem todos os membros da comunidade se movem nessa direção, pois apreciam ambientes rústicos e gostam de se banhar ao lado de casa. Entretanto, a contaminação dos rios, seja pelos resíduos de defensivos agrícolas utilizados nas lavouras, ou pelos dejetos humanos, afasta banhistas e pescadores. Ainda assim, as crianças do Bairro Jardim Paraná entram nessas águas com a chegada do calor durante os meses de verão, sendo comum no mês de janeiro termômetros marcar temperaturas acima dos 33° C, com sensação térmica próxima dos 40° C.

As praias artificiais demandam constante manutenção, apesar de algumas unidades aparentarem certo abandono. Atualmente a praia artificial mencionada atende às condições básicas: água, cozinha, banheiro e churrasqueiras. Esses espaços e arredores, quando carecem de manutenção, acabam por serem propensos aos desvios do lazer.

A gente foi acampar uma vez lá e tava uma *rave* do lado de fora, na rua do lado de fora da prainha. Cara, falar a real pra tu, mais de cem carros. Assim, carro de som, bebida pra c., sabe como é esses encontros de carro de som? Aí colou pra cada carro, acho que colou umas duas viaturas, muita polícia. Nós tava do lado de dentro e essa galera tava do lado de fora. Aí caramba velho, aí menor de idade, essas coisas, e levaram uma galera e os outros foram entrando no carro, porque todo mundo bebendo, velho. Imagina: vai passar o bafômetro ali, o motorista perde tudo e já vai preso, já perde o carro. A galera começou a se arrumar, ir embora e deixou um monte de bebida, e a gente foi lá. Oh, velho! A galera deixou as bebidas e era uma época que não podia entrar depois de tal horário, então a gente tava dentro e essa galera de fora não podia entrar (MARCOS, líder comunitário).

Percebe-se que os aparatos de segurança dos balneários nem sempre conseguem impedir a promoção de circuitos de festas *raves*. Vai ao encontro desse relato notícia veiculada no Jornal Tribuna Popular (09-15/06/2015, p. 21) de Foz do Iguaçu, ao mencionar que a Guarda Municipal (GM) havia intensificado as ações em uma das “prainhas”, pois o local estava sendo utilizado na madrugada para festas regadas a álcool e drogas. Por esse motivo, as dependências permaneceram fechadas por um período à noite e as operações da Guarda Municipal passaram a ser diárias, com a intenção de surpreender os “arruaceiros” e “acabar com a bagunça”.

A adesão de indivíduos a padrões de comportamento desviantes envolve não somente atos isolados, mas aprendizagens específicas, as quais Becker (2008, p. 21) chamou de “carreiras desviantes” nos estudos no campo da “sociologia do desvio”. Ao discutir limite e transgressão, o autor centra o seu interesse no papel dos agentes que contribuem para a definição do desvio. Para ele, desvio é “a infração de alguma regra geralmente aceita”, produto de um “empreendimento” dirigido por aqueles que criam as normas, que empreendem uma “cruzada” para a reforma de costumes; e por aqueles que as fazem aplicar as normas, que são os agentes institucionais encarregados de fazer respeitar as novas leis estabelecidas.

4.3 A formação do Lago de Itaipu e a disputa do rio: a geração de novos dispositivos

O Rio Paraná é um rio piscoso. As suas águas fortes e violentas são propícias para a criação do “rei do rio” – o dourado. Porém, a construção da Usina e a formação do Lago de Itaipu no Rio Paraná em Foz do Iguaçu impactaram a pesca:

[...] Com o enchimento do lago, nossa paisagem mudou. Daqui até Guaíra, antes era uma área que se agricultava, com cidades, não cidade grande, cidade pequena. De uma hora pra outra, virou uma planície de água e se formou os braços. Então, grande parte dos riachos nossos aqui, numa grande parte de sua extensão, virou lago. A pesca no lago continuou, mas não com aqueles mesmos peixes que se pescava antes. Dourado, pintado e surubi não existem mais. Então se passou a pescar uns peixes próprios de água parada, que chamam de perna-de-moça, a corvina... um pouco mais, um pouco menos o pacu, e depois de um certo tempo pra cá, também começou dá mais o peixe da Amazônia, que é o tucunaré (JOEL, político e funcionário aposentado da Itaipu).

Além das mudanças relacionadas à pesca, a criação do Lago de Itaipu representou uma nova formatação no contrabando e no tráfico de drogas oriundas do Paraguai, e as cidades que hoje estão à beira do lago deixaram de ser pacatas. Cresceu vertiginosamente o aliciamento nas cidades lindeiras, intensificou-se a fiscalização na rodovia (BR) e o lago tornou-se a principal rota.

Agora, se você vai dar um passeio de barco, um passeio no lago com barco, hoje você não vai mais passar com a tranquilidade que você ia antes, mas só porque antes o contrabando passava pela BR. Como agora há a Polícia Federal e a Receita Federal estão mais presentes, eles estão saindo pelo lago. Então volta e meia você encontra algum companheiro nosso dizendo que o pessoal mandou se mandar, que eles não querem eles no caminho ocupando a área, então isso não existia antigamente (JOEL, agente político).

Praticamente quase todos os municípios banhados pelo lago criaram praias artificiais. Essa particularidade mudou o divertimento na região, anteriormente concentrado na cidade, que passou a ser à beira lago, com pescarias e passeios náuticos. O lago formou ramificações, “braços” que se constituíram balneários, que passaram a ser frequentados aos finais de semana, principalmente nos dias de verão.

A criação do lago alterou não apenas a paisagem, mas também os costumes e criou outros hábitos na região.

[...] é claro que as pessoas não têm a mesma tranquilidade de antes, mas não chegou ao ponto de dizer: – Vamos acampar na prainha? Oh! Não, nós não vamos porque é perigoso! Não, isso ainda não ocorreu! O pessoal faz o acampamento, fica ali, quem vai mexer com droga, vai passar por ali, mas não vai mexer com você. Agora, tem regiões que é mais perigosa porque o pessoal está nas margens do lago, principalmente nos pontos de saída, então as pessoas não ficam, mas a prainha de Santa Helena, a prainha de São Miguel, prainha de Itaipulândia, a prainha de Santa Terezinha, elas continuam sendo frequentadas sem problema nenhum. A prainha de Entre Rios, agora, há hoje o tráfico de drogas e de armas, né. Então, obviamente, se expandiu ao longo do lago em função do cerco, que foi feito nas fronteiras [...] (JOEL, agente político e funcionário aposentado da Itaipu).

As cidades de Foz do Iguaçu e Guaíra estão próximas ao Paraguai; são duas cidades nucleares do contrabando, o qual se dilui por toda a extensão do lago. Por um lado, a construção da Usina torna o acesso ao rio mais acessível, se considerarmos que, antes do seu represamento, a população estava de costas para ele, olhando em

outra direção, para centros urbanos distantes (São Paulo, Curitiba, por exemplo). A percepção da população muda a partir do momento que se começa a girar em direção ao rio e a olhá-lo de frente. Essa virada ocorre no momento em que o rio é domado e domesticado, com o surgimento do lago.

O rio antes era um obstáculo entre nós e os argentinos, entre nós e os paraguaios. A gente via o rio como um obstáculo e como uma água profunda, onde não havia muita possibilidade de lazer no rio. O rio não propiciava o lazer, mas obstáculo e perigo, a não ser para os pescadores, que viviam do rio e vivem até hoje. As notícias que vinham do rio, ou dos rios, porque são dois, eram notícias de afogamento, devido às águas profundas, essa coisa toda, porque não tem remansos nesses rios. Com a Itaipu, mudou um pouco a nossa relação com o rio (ALUÍSIO, jornalista).

A Itaipu é motivo de desenvolvimento social e de alargamento das cadeias de interdependência e, portanto, de novas dinâmicas sociais. Com ela, surgem os “braços” do lago e as opções de lazer são ampliadas, proporcionando à população da região outras opções de lazer – as praias. Agora, com maior segurança, muda também a percepção e a funcionalidade em relação ao Rio Paraná. As famílias começam a frequentar as praias e os clubes de lazer do lago. As alternativas de esportes náuticos são ampliadas. O que até então era inimaginável que a água pudesse proporcionar em termos de lazer passa a ser encontrado no Lago de Itaipu, sendo possível avistar, principalmente no verão, inúmeras lanchas, barcos e motos aquáticas.

As atividades de lazer não se limitam ao sítio da usina, pois se estendem às localidades próximas ao reservatório, tendo em conta que o nível de água do reservatório permanece praticamente inalterado durante o ano, proporcionando assim, uso regular da linha costeira com balneários e marinas. Estes, por sua vez, requerem investimentos, ou seja, a construção de instalações nas suas proximidades destinadas aos esportes náuticos e de pesca, hotéis, áreas de *camping* e clubes campestres. Esses empreendimentos acabam por constituir-se em atividades econômicas, ao fomentarem o consumo propiciado pela circulação contínua na orla do reservatório.

A atratividade que a represa exerce sobre os turistas impressiona, a tal ponto de ter sido visitada por cerca de 16 milhões de pessoas, de 1977 a 2010, média aproximada de meio milhão de pessoas por ano (SÓRIA, 2012, p. 113). A Itaipu

contribui, portanto, para a maior permanência de turistas na região da fronteira trinacional Argentina-Brasil-Paraguai, com reflexos socioeconômicos locais, o que coopera também para o processo de desenvolvimento da região, aliado ao fato da Itaipu ter sido construída na região que abriga as turísticas Cataratas do Iguaçu, mundialmente famosas.

Por outro lado, como já observado anteriormente, o represamento resultou na criação de pontos fixos para banho e restringiu a liberdade dos moradores às suas águas, uma vez que as margens do Lago de Itaipu são Áreas de Preservação Permanente (APPs), sendo o monitoramento ostensivo dessa área a cargo não apenas da Polícia Militar e Marinha, mas também da vigilância privada da Itaipu Binacional⁷⁹.

Para compreendermos, um pouco mais, o impacto nas práticas de lazer que a criação da Usina de Itaipu gerou na vida da população, fomos até Santa Rosa do Ocoí, distrito do interior do município limero de São Miguel do Iguaçu. Nessa localidade, alguns pontos do lago ainda são frequentados de forma clandestina. Em um dos pontos, está afixada uma placa de advertência mencionando ser o acesso restrito. Segundo um dos moradores:

Lá embaixo, onde a gente foi antes, no ponto de pesca, nós fomos proibidos de tomar banho. Na verdade, a gente não podia nem ter entrado. Ninguém pode entrar, mas se a Itaipu vir, onde nós *tava* olhando lá, e se tiver tomando banho também, eles não vão expulsar, mas que é proibido é. Eles não vão expulsar porque, às vezes, acho que não compensa pra eles. Mas se tivesse uma festinha acontecendo ali embaixo, umas vinte ou trinta pessoas tomando banho, eles simplesmente mandariam todo mundo embora. Agora, um ou dois, eles não iam falar nada. Se tivesse uma turma, fazendo festa, eles iam retirar a turma, não só da água, mas do ponto de pesca (GABRIEL, agricultor).

⁷⁹ Segundo a Procuradoria Geral da República, a Itaipu Binacional é um Organismo Internacional Privado, dotado de natureza empresarial, que surgiu de um tratado internacional bilateral, com participação de capitais brasileiros e paraguaios, em situação absolutamente igualitária e equivalente. Pareceres disponíveis em: <<http://www.olhardireto.com.br/juridico/noticias/exibir.asp?id=16841¬icia=para-pgr-itaipu-binacional-e-um-organismo-internacional-privado>>. Acesso em: 12 abr. 2017.

É importante compreendermos que nessa fala está implícita uma política de coexistência entre os agentes de segurança e a população local em relação ao uso do rio. Se naquela ocasião entrássemos no rio, não teríamos problemas, dificilmente alguém iria nos tirar daquele espaço, ainda que todos estivessem cientes de que essa conduta não era permitida. O contexto coloca em discussão as implicações do deslocamento das fronteiras entre o canônico e o desviante; isso significa que devemos tomar como ponto de partida de análise os próprios discursos.

FIGURA 3: Ponto de pesca em São Miguel do Iguaçu - PR



Foto: acervo do autor – 16/10/2016

Os indivíduos transitam com habilidade nas tênues fronteiras do canônico e do desviante, pois sabem lidar com os códigos de ambos os lados e jogar com as diversas identidades que remetem aos universos superpostos e embaralhados nas circunstâncias cotidianas. Essa característica cultural sempre esteve presente na região de fronteira, porém, tais práticas se redefinem a todo instante, à medida que surgem dispositivos que tentam conter a capilarização do repertório dos lazeres.

A criação de normas próprias estabelece os limites permitidos, por vezes contornados ou negociados com os agentes de controle. Existem pontos específicos de

pesca, com casas feitas de madeira destinadas aos pescadores profissionais. Caso a fiscalização chegar, solicitará necessariamente a apresentação da carteira de pescador. Após averiguação, se a documentação não estiver em dia, possivelmente irão tolerar, mas farão “vistas grossas”. Às margens do lago, barracas também são montadas para acampar à noite, embora não seja uma prática muito recorrente. Quando isso ocorre e a fiscalização flagra, ordenará o recolhimento do equipamento.

Em que pese o lazer espontâneo nas margens do rio tenha se tornado cada vez mais difícil, almoços e piqueniques continuam ocorrendo, pois não foram totalmente eliminados. Pequenos grupos ou famílias que não chamem atenção são tolerados; em alguns casos, as regras são flexibilizadas:

[...] se nós não tiver uma carteira de pescador, nós somos expulsos daquela área. Claro que se nós estiver em dois ou três e a Itaipu vier com uma fiscalização, ela não vai expulsar, mas se tiver vinte ou trinta fazendo festa eles expulsam ou, senão, chamam a polícia, que é proibido isso, né. Agora se tiver dois, três, uma família, eles não expulsam porque é de bom senso, é uma flexibilidade, mas é totalmente proibido. Antigamente não existia isso aí, se você queria fazer uma festinha, vinte ou trinta pessoas, se fazia, tu tava na tua terra (GABRIEL, agricultor).

A população procura acessar de maneira camuflada as melhores áreas para o lazer às margens do Lago de Itaipu, geralmente conhecidas e limitadas, pois, em muitos pontos, existem tocos e galhos de árvores. Tendo em vista que tal ato configura infração, quando necessário se escondem, mas são cientes de que essa é uma transgressão consentida, pois há o “bom senso” das autoridades.

A Itaipu, o Instituto Ambiental do Paraná (IAP) e a Força Verde (Polícia Ambiental) são favoráveis ao fechamento dos pontos e à proibição da entrada nessas águas. Por outro lado, a população compreende que ninguém é “bandido”, mas sim cidadãos que estão apenas passando o dia com a família ou amigos. Apesar disso, a maior preocupação dos órgãos fiscalizadores está relacionada à depredação, “fechando um pouco os olhos” quando o assunto é o lazer, pois entendem o aspecto cultural da região. Ademais, não querem confronto direto com a população, isso criaria um “mal-estar”.

Essa situação assemelha-se às trilhas de bicicleta que são percorridas nas áreas verdes às margens do lago. Possivelmente, se o grupo solicitasse autorização à Itaipu Binacional para realizar o percurso, o pedido seria negado ou, para obtê-la, muitos seriam os encaminhamentos burocráticos. Entretanto, esses aspectos não são impeditivos para a realização de eventos. Os ciclistas se organizam e, com o apoio daqueles que conhecem o terreno, analisam a área com antecedência, mapeiam o trecho e os pontos de passagem, a exemplo de uma árvore centenária. Assim, fazem o percurso por conta própria, com a sorte de não se deparar com a fiscalização. Essas condutas levam-nos a pensar que

[...] o lazer pode gerar experiências de abertura marcadas por uma atitude que rompa e transgrida o lícito e o permitido, situando-se, muitas vezes, à margem do socialmente adequado e aceito. Isso evidencia um dos grandes perigos que o lazer representa para a manutenção do *status quo*. Daí surge, em parte, a intenção de silenciar e proibir a disruptividade, a alteridade e a inovação subversiva, e tudo aquilo que pode expressar um lazer problematizador, contra-hegemônico e transformacional (ELIZALDE; GOMES, 2012, p. 84).

Nessa localidade, não existem muitas trilhas para o circuito de bicicleta. Pelos relatos dos agricultores, a fiscalização tem conhecimento da existência de algumas delas, mas “fecha o olho, vai dar uma olhada se não estragou nada e deixa passar por isso mesmo”. Eventos como esses não poderiam ser promovidos sem prévia autorização nas matas ciliares que estão à beira do lago, mas as pessoas o fazem. Mesmo proibido, os ciclistas percorrem a trilha com tranquilidade, pois compreendem que não degradaram o ambiente e, se flagrados, sabem que dificilmente serão penalizados, afinal o impacto é mínimo e não se apresentam como uma ameaça.

Nessa mesma localidade, conhecemos Nadir, agricultor aposentado, que nos recebeu na varanda de sua casa e nos contou sobre as coisas de antigamente, de quando chegaram à região. Faz-se importante contextualizar o espaço colonial no Oeste do Paraná, nas décadas de 1940 a 1960, em que os colonos, oriundos de um contexto cultural, social e político europeu, continuaram a ser migrantes no Brasil e construíram sociedades e espaços que proporcionaram condições de vivência e de modo-de-ser. Essas características levaram à denominação “eurobrasileiros”, ou seja,

“homens, cuja tradição, resistência e incorporação de novos elementos vivenciais ao seu cotidiano colonial, fizeram-nos euros e brasileiro” (GREGORY, 2002, p. 248). A colonização dos confins do oeste do Paraná se reveste dessa peculiaridade, momento em que começaram a ocorrer intensas e profundas transformações no meio rural brasileiro, que afetaram o espaço colonial e o estilo de viver e de ser dos eurobrasileiros. Este fato exigiu novos papéis e proporcionou resistências, adaptações e mudanças. Mesmo sendo constantemente afetado, eles resistiram e se adaptaram.

Nadir, colono eurobrasileiro, relata que o Rio Ocoí⁸⁰ descia de Guaíra em direção a Foz do Iguaçu, desaguando no “Paranazão” (Rio Paraná). Ele aponta na direção de onde passava o Rio Ocoí e menciona que, no lugar do lago, havia uma estrada e uma ponte, relatando uma experiência recente:

Que nem essa mina (fonte d'água) que tem lá embaixo. Domingo retrasado nós tava lá. Eu e o Cinésio. Em 75, achei essa mina [...]. A nossa terra tava fraca d'água, daí nós *buscava* água de garrafão lá embaixo, tomava banho lá embaixo. Tu vê, domingo o Cinésio falou: – *vamo* ver, *vamo* achar essa mina. Eu tinha na época colocado, em 75, um cano plástico, e tá lá até hoje. E *limpemo* de novo a mina. Isso é coisa linda! Ali nós lavava nossa roupa. Ali nós buscava água. Ela cai num riozinho, e esse riozinho caía no Rio Ocoí. Era ali perto da árvore grande, onde vocês *tavam* hoje, ali pra cima, ali pra cima da entrada. Eu *ponhei* o cano lá na época pra encher os garrafão, porque na época não tinha plástico, só tinha garrafão, era só no garrafão de vidro. *Limpemo* ela de novo, *tomemo* água, mas é coisa linda. Isso não podia terminar. E assim tinha bastante mina, mas foram afundada, o lago cobriu. Cascata, então! Tudo! Nesse Rio Ocoí tinha cascata! Pra baixo dessa estrada de Guaíra, tinha uma usina que fizeram antigamente, pra fazer luz, sabe. Afundou. A escola que tava lá na época, tiraram só as janelas, o resto ficou debaixo d'água. Tá lá até hoje, debaixo d'água (NADIR, agricultor aposentado e pioneiro da região).

O surgimento repentino do grande lago, em uma época e lugar ainda pouco acostumado a essas grandes intervenções no mundo natural, deve ter sido algo difícil de assimilar. A paisagem da região passou por uma transformação radical e ir às águas tornou-se um problema. O saudosismo do relato de Nadir expressa uma relação que ia

⁸⁰ O Rio Ocoí é um afluente do Rio Paraná que deságua diretamente na barragem de Itaipu. Quando a Itaipu fechou a represa, grande parte dele desapareceu, ficou tapado, sendo possível identificá-lo somente há dez quilômetros de distância acima. O Rio Ocoí capta vários rios menores, que desapareceram com a represagem da Itaipu, bem como muitas das suas cascatas e olhos d'água.

além do lazer (banhos), supria condições de subsistência (peixe), água potável para consumo e para lavar roupas.

No “Paranazão”, antes de ser construída a represa, havia muitos peixes grandes, como surubis de até seis quilos, possíveis de serem capturados na “linhada”. Na época, a pescaria, fosse a lazer ou para subsistência, exigia bastante esforço físico. Os barcos eram pesados, pois eram feitos de madeira, que exigia força para remar, uma tarefa braçal. Havia peixes em abundância e a pesca não era predatória, mas para alimentação (consumo próprio), uma vez que não havia condições para conservar o peixe, pois não era comum ter energia elétrica nas residências. Não podendo guardá-lo congelado, a opção era fritá-lo e consumi-lo. Hoje o volume d’água é maior, mas a quantidade e o tamanho dos peixes são menores. Os pescadores se profissionalizaram, possuem barcos bem equipados, com motores e tecnologias capazes de rastrear cardumes com precisão, como o sonar; além disso, possuem redes em escalas que atendem às demandas comerciais.

Atualmente os jovens não têm demonstrado muito interesse por tais práticas:

Eu e a minha relação com o matinho, com essa sanguinha ali, era muita intensa. Ia pesca, demais. Hoje meus filhos não vão mais, eles vão ir se eu for junto, mas eles sozinhos, por conta não vão, não têm nem experiência de fazer isso. A gente tinha sete, oito anos e ia pesca sozinho, no meio destes matos, não precisava de ninguém pra ir junto (GABRIEL, agricultor).

A história destacada acima menciona a possibilidade que as crianças tinham em sua infância de pescar sozinhos no pequeno Rio Ocoí. Em dias de chuva, vários grupos de crianças iam pescar os jundiás. Hoje esse cenário é raro – não se vê mais crianças com a vara na mão, “a piazada nova não vai mais pescar”. Obviamente que os tempos são outros e as práticas mudam, mas não podemos nos furtar de destacar que a relação do indivíduo com o rio mudou abruptamente com a criação da Usina de Itaipu.

Mesmo que o rio passe pela propriedade dos moradores, eles já não se podem mais interagir como antes. As águas que subiram e cobriram as terras, também ocultaram parte do pequeno Rio Ocoí, o que resultou no desaparecimento de alguns pontos de lazer e na criação de outros. Como medida compensatória, praias artificiais

foram criadas, as quais, de tempos em tempos, entram em decadência, posto que a estrutura requer investimento permanente, somado ao fato da juventude ter outros valores e modos de vida. Os tempos mudaram e os jovens estão conectados a outras redes e são atraídos para lazeres sedentários. Até mesmo o futebol, que outrora reunia multidões, já não provoca a mesma motivação.

Além das praias artificiais, cresceu, em toda a região, o número de parques aquáticos particulares que, para operar, requerem licença do Instituto Ambiental do Paraná (IAP). Mesmo com as praias artificiais e clubes privados, a população ainda sente-se atraída pelo rio e o utiliza, uma vez que a relação com o rio é espontânea:

Antes era no grito, era aberto ao público, não tinha pontos definidos, não era explorado economicamente como eram os balneários agora. Era pular na água, toma uns banhos e assar uma carne ali. Tomar umas “braba” ali ao redor, e ficar de boa. Não tinha um ponto. Na época, não existia essa coisa de lugar específico para banho (NADIR, agricultor aposentado e pioneiro da região).

As resistências do lazer aparecem, na maioria das vezes, como práticas espontâneas e individuais e, em menor medida, como organizadas e coletivas. Nessa fala, compreende-se como “lugar específico” as praias artificiais, destinadas à população, que tem clareza que esses são os espaços oficiais de banho, uma vez que o acesso ao rio foi limitado. O ingresso para os moradores é gratuito, ao passo que é pago para quem vem de fora, com o controle realizado por meio da conferência da placa do veículo.

Esse contexto nos remete a um significativo aporte de Foucault – a permanente articulação de poder e saber. As rotinas cotidianas da vida estão sustentadas em múltiplas relações sociais, nas quais se assentam o poder; o lazer, portanto, não escapa à sua influência. Se o poder cria objetos de saber no campo do lazer, isso implica que o lazer pode ser mais um dispositivo de disciplinamento dentre aqueles que atuam na sociedade normalizada.

Além de interferir sobre o lazer, a instalação da usina também gerou diversos problemas à população, dentre eles, a desapropriação, visto que, no primeiro momento, nem todos os moradores tinham a intenção de sair das suas áreas, fosse pelo motivo

do valor indenizatório estar abaixo do esperado, ou por não possuírem mais recursos para adquirir outro imóvel e se instalarem em outra região (MAZZAROLLO, 2003).

Antes do represamento do Rio Paraná e expansão do Lago de Itaipu, os agricultores acessavam outros afluentes além do Rio Ocoí, mas eles desapareceram. Caminhos foram alagados e poucas pessoas tinham a exatidão de onde seriam construídas as novas residências. A represa ocuparia uma grande área rural, forçando muitos proprietários a deixarem suas terras sem, assim, o desejarem, ou nem sempre concordando com os valores que seriam pagos por elas. A família de Nadir, por exemplo, teve 16,5 alqueires de terra inundados.

Quando da formação do Lago de Itaipu, milhares de agricultores se viram forçados a deixarem as suas terras, acarretando em um problema social. A indenização paga aos proprietários pelas terras alagadas era questionada (se era um valor justo ou não). Com o passar do tempo, a propriedade valorizou. Ainda assim, na época, os agricultores consideraram prejuízo financeiro, uma vez que as indenizações pagas cobriram basicamente a metade do valor, sendo possível comprar apenas sete alqueires com a indenização.

Em alguns casos, a represa dividiu as propriedades, aumentou a distância entre a vizinhança e dividiu famílias. Antes, era possível chegar com rapidez em determinadas localidades, mas com o desaparecimento de algumas estradas na inundação, o percurso chegou a 25 quilômetros. Se antes era fácil visitar os parentes, e as visitas ocorriam uma vez por semana, com a criação do lago, passaram a se visitar com menos frequência, mesmo após meses, uma vez que uns ficaram em uma margem do rio, e outros do lado oposto a ela.

Somados a esse fato, intensificou-se outro problema ainda longe de ser resolvido: a territorialidade dos povos indígenas⁸¹. O agricultor Nadir, ao se referir às águas, explicita: “O nosso pessoal ia direto ali, agora não vão mais, nem conseguem entrar lá. Mesmo sendo proibido, a gente usava o rio, mas agora, com o índio ali,

⁸¹ Os indígenas também foram afetados, sendo alocados nessa localidade em decorrência da inundação de suas terras. Há que se considerar que essas raízes são profundas, anteriores ao movimento migratório e ao Lago de Itaipu. Para avançarmos nessa direção, seria necessário aprofundamento em pesquisas sobre o nomadismo indígena, os desdobramentos dos territórios da Tríplice Fronteira após a Guerra do Paraguai e os “Brasiguaios”.

complicou”. O agricultor argumenta que, atualmente, não conseguem reagir, e reitera que a “época certa” para reivindicar o território era no período da demarcação do Parque do Iguaçu, quando os colonos tinham as escrituras das terras. Lembra que foram despejados pelo governo e sintetiza esse dramático período da história de vida do colonizador em poucas palavras: “jogaram nós pra cá do mapa; deram as terras aqui, mas não deu pra todo mundo. Daí deram essa beirada de reserva pra nós. Depois a Itaipu veio logo em cima, tomou de nós pela metade do preço, pela metade. Agora os índios entraram ali [...]”.

A criação da Usina de Itaipu impõe novos conflitos na dinâmica societária em desenvolvimento e o lazer é mais uma dessas esferas imbricadas a essa dinâmica. O lazer é paradigmático para a leitura dos deslocamentos provocados durante o período pós-criação do Parque Nacional do Iguaçu e Itaipu Binacional, bem como para analisar os problemas territoriais gerados entre agricultores e indígenas. Houve a tentativa de acomodação de agricultores e indígenas, porém os desdobramentos não surtiram como o desejado pelos seus idealizadores, pois a população se manteve em movimento, produzindo novos discursos. Para Silva (2011, p. 278), “mover-se no espaço é também um modo de constituir território”. Talvez esse seja o significado específico daqueles que não se fixam.

4.4 Nas águas paraguaias e argentinas

A Cidade do Leste é conhecida por ser um destino internacional de compras, mas também pelos cassinos luxuosos e pelos prédios modernos. De maneira célere, passou a receber além de consumidores de mercadorias, consumidores de serviços, no caso, turistas. Os novos centros de compras possuem além de lojas, espaços diferenciados para o lazer, como pista de gelo para patinação. Os investidores projetam a cidade para o futuro e, com os novos serviços, os turistas permanecem por mais tempo, embora tal crescimento tenha elevado o custo de vida.

Por meio das incursões de campo e observações sistemáticas, percebemos que, geralmente, quem se desloca da Cidade do Leste para Foz do Iguaçu em busca de

serviços são aquelas pessoas com maior poder aquisitivo. O valor do ingresso nos parques naturais de Cidade do Leste é menor, se comparado aos balneários brasileiros, aproximadamente cinco reais. Novos parques aquáticos no Paraguai estão a surgir no Km 12, Km 16 e Km 65 da Rodovia *Supercarretera*, sendo responsabilidade da municipalidade a disponibilização da estrutura básica, como banheiros e churrasqueiras.

A construção da Usina Binacional de Itaipu (1984) também foi um marco histórico para os paraguaios, pois criou condições para novas práticas de lazer nos arredores do lago, ampliando a oferta de lazer canônico, bem como o surgimento de práticas desviantes de lazer. Na sequência, a inauguração da Ponte da Fraternidade (1985) provocou o aumento do trânsito de pessoas em Foz do Iguaçu, oriundas principalmente do interior do Paraguai e da Argentina, com a intenção de acampar na beira do lago, atraídas seja pela beleza natural ou pela economia, pois esse roteiro é basicamente mais acessível que ir ao Lago de Ypacaraí (Paraguai) ou litoral catarinense, os quais são destinos elitizados de lazer muito procurados.

Com o passar do tempo, *resorts*, hotéis, *campings* e clubes particulares melhoraram a infraestrutura, atraindo indivíduos de vários níveis econômicos. Ainda assim, o contexto força a população a se banhar nas margens do Lago de Itaipu. Existem lugares como o Refúgio Biológico *Tatí Yupí* (Km 10), com muitas atrações gratuitas, contudo não é permitido banhos. Nas proximidades, há lugares virgens, com monitoramento ostensivo, mas “[...] sempre têm aqueles que buscam o proibido. Também têm margens do que você pode fazer ou não fazer, aonde ir e aonde não ir. Há quem busque diversão, adrenalina, descobrir...”, comenta João, professor paraguaio de Educação Física, que reside na Cidade do Leste, há vinte anos.

A geração de dispositivos criou uma dinâmica a qual possibilitou a formação de discursos utilizados por distintos grupos que disputam o poder para o uso do lazer aquático, utilizados também nas águas do lado argentino. Nas proximidades do lago, estão localizados os Saltos do Rio Monday, conhecidos como as “cataratas paraguaias”. Nessa mesma região do Alto Paraná, encontra-se o Salto Cristal, com uma queda d’água de setenta e dois metros. Segundo João, para chegar ao Salto é

necessário passar por uma área privada, mas isso não é um problema para os paraguaios, pois não é de costume dificultar a passagem: “[...] aqui tem lugares que têm que passar de uma estância a outra para chegar onde querem ir, num lugar bonito, numa cascata e se banhar. Mas a gente deixa passar”. Esse discurso leva-nos a compreender que o fato de os indivíduos não lesarem ou fazerem mal às pessoas, pelo menos diretamente, apenas “pedirem passagem”, é uma forma de justificar o ingresso às propriedades para acessar as águas.

O ingresso na Argentina é exigente se comparado ao Paraguai, que não impõe restrições. A cotação da moeda e a logística são fatores consideráveis, que influenciam na decisão do roteiro. Aqueles que iniciam o percurso no centro de Foz do Iguaçu estão próximos aos atrativos de entretenimento da Cidade do Leste, enquanto que, para chegar a *Puerto Iguazú*, demandará mais tempo. Não é um trajeto muito convidativo para ser feito a pé ou de ônibus, dada a distância, embora seja comum encontrar no caminho mochileiros percorrendo o trecho.

Ainda, por meio das observações sistemáticas, percebemos que atualmente o controle aduaneiro do lado argentino tem sido ostensivo, sendo obrigatória a apresentação da Carteira de Identidade ou Carteira Nacional de Habilitação para ingressar no país⁸². Segundo a Polícia Federal, mesmo em constante vigilância, produtos da indústria alimentícia de origem animal e vegetal ingressam no Brasil, camuflados nos carros convencionais. Essas mercadorias geralmente passam escondidos pela Aduana, sendo que os condutores evitam ingressar no corredor exclusivo de importação/exportação.

Antes da inauguração da Ponte Internacional da Fraternidade (Ponte Tancredo Neves) sobre o Rio Iguaçu, que liga Brasil-Argentina, para chegar a *Puerto Iguazú*, era necessária a travessia do rio de barco ou de lancha, por esse motivo o trânsito de pessoas e produtos era limitado. A população de *Puerto Iguazú* era pequena, se comparada às cidades paraguaias da fronteira, pois a mesma passou por um processo

⁸² O controle, somado à atual desvalorização da moeda (pesos argentinos), tem atraído para *Puerto Iguazú* brasileiros com maior poder econômico, geralmente casais com filhos, que buscam restaurantes e praças e prezam pela segurança. Em contrapartida, o ingresso no Paraguai é facilitado, pois raramente algum agente de controle paraguaio solicitará apresentação de documentos e, comercialmente, é mais atraente que Argentina pelo câmbio da moeda.

de refluxo econômico com a conseqüente redução demográfica, o que fez com que poucos argentinos tentassem se fixar em Foz do Iguazu (CATTÁ, 2009).

A ponte facilitou o deslocamento e, somente nos últimos trinta anos, *Puerto Iguazú* passou a ser uma área de lazer para os iguaçuenses, que frequentam principalmente os seus restaurantes e as suas casas noturnas. *Puerto Iguazú* tem atraído visitantes pela sua tranquilidade e higiene alimentícia em restaurantes e feiras abertas noturnas. Com frequência, encontramos casais, jovens e crianças circulando pelas ruas. Aparentam estar aproveitando o momento de lazer após carregar sacolas de compras durante o dia, na Cidade do Leste. Não é à toa que há um ditado local que diz: “Foz do Iguazu é para dormir; Paraguai (*Ciudad del Leste*) é para comprar; e Argentina (*Puerto Iguazú*) é para comer”.

A passagem de veículos na Aduana argentina geralmente é lenta, tanto na entrada como para a saída, decorrente da fiscalização. O congestionamento aumenta nas sextas e sábados à noite, decorrente do público que se desloca à Argentina para frequentar casas de shows, bares, cassinos, restaurantes e danceterias, sendo compreensível que o controle do lado argentino seja tão rigoroso. O fluxo de veículos e pessoas aumenta, não raro com direção associada ao consumo de bebidas alcoólicas.

Na Argentina, quando o assunto são as águas, é recorrente a menção às Cataratas, que diferem em alguns aspectos em relação ao passeio brasileiro. A impressão que passa é de que, no Brasil, a relação é mais contemplativa, enquanto que, na Argentina, a relação é mais interativa.

Estivemos no Parque Nacional do Iguazú, no mês de outubro de 2016. Nesse período, chovia muito e o volume d'água nas cataratas era imenso. Foi perguntado a uma agente de turismo que estava a vender o passeio Gran Aventura⁸³: – “com todo esse volume d'água, é seguro fazer o passeio?”. O agente prontamente respondeu em língua portuguesa: – “sim, tranquilo. Vai se molhar ainda mais, mas é seguro. Não tem problema, se tivesse, não seria autorizado. Não daria para fazer o passeio. Leve uma sacola porque pode se molhar muito. Aqui dá pra deixar mochila, tênis, máquinas de

⁸³ No Parque Nacional do Iguazu é comercializado um passeio semelhante: o Macuco Safári, que consiste em um passeio de barco que chega muito próximo às quedas d'água.

foto [...]”. A tentativa de entrevista com os agentes do passeio “Gran Aventura” encerra. Sugerem falar com a Administração do Parque, na central de informações turísticas.

Ao chegarmos à administração, conhecemos a agente de turismo Luíza. Ela explicou o passeio e as normas de segurança; também mostrou, no mapa, o percurso terrestre realizado de caminhão. Descreveu que os passageiros são acomodados sentados, com cinto de segurança e a velocidade do veículo é baixa. Quando este chega ao leito do rio, os turistas ingressam na embarcação, com capacidade de lotação aproximada para sessenta pessoas. Todos vão sentados, com cinto de segurança e colete salva-vidas; não é permitido partir, caso alguém esteja de pé ou sem o colete salva-vidas na embarcação. Para quem nunca fez o passeio, a impressão é de uma atividade de risco, mas, na verdade, é seguro. O Parque Nacional exige o cumprimento de certas regulamentações, que devem ser rigorosamente seguidas, sob pena de as atividades não serem iniciadas. Além do mais, na Argentina, a Prefeitura Naval, que tem a custódia do rio (opera como polícia), verifica as condições do rio, da embarcação e conversa com a equipe que fará o serviço. O fato de ter ocorrido apenas um acidente em cinquenta anos dá credibilidade ao passeio. A tecnologia das embarcações melhorou com o tempo.

No parque, é perceptível a atenção dada às normas de segurança e controle. Ainda assim, há histórico de turistas que tentam passar dos limites impostos – tentam nadar ou sair do trecho permitido, muitos conseguem. Na ilha do parque, a Ilha de *San Martín*, no momento fechado para visitação, assim como outros trechos (mostra no mapa), independente das normas, a população ultrapassa os limites:

Tem uma trilha que vai dentro da mata, de três horas, termina numa cachoeira. Nesta cachoeira, você pode descer até o final e daí chega ao rio, mas ninguém pode ir ao rio, mas a maioria das pessoas passam. O registro deste, somente quem tem é a “oficina de guarda parque”, o guarda parque, como polícia do parque, eles registram todos os delitos e vão para seus livros, as suas atas (LUÍZA, agente de turismo).

Fomos ao escritório policial do Parque Nacional do Iguazú e conversamos com Patrícia. A Agente Policial declarou que acidentes no parque são raros, embora inevitavelmente eles ocorram. Os mais recorrentes são com os animais, com o quati,

que é carnívoro. Quando as pessoas tentam dar comida ao animal, correm o risco de ter mão e dedos mordidos. Menciona, também, que acidentes ocorrem em dias de chuva – as pessoas correm na passarela, distraem-se, resvalam e caem.

A policial revela que, mesmo com normas de segurança e ampla oferta de atividades de aventura, são recorrentes as infrações e a fuga do roteiro oficial. Geralmente são jovens estrangeiros do sexo masculino, que querem uma experiência emocionante, ultrapassar os limites permitidos, principalmente nos dias de verão. Quase sempre que os agentes de segurança são acionados é para retirar pessoas da água. “Todo mundo tenta, todo mundo quer. Se eles querem fazer, fazem!”, afirma.

As diferentes formas de apropriação dos pontos de lazer são dinâmicas e demonstram níveis de satisfação emocional singulares. Os visitantes do parque são seduzidos a desfrutar dos lugares proibidos ao ponto de entrar nas quedas “*Dos Hermanas*” (parte inferior). Em alguns lugares do parque, existe essa tradição:

O único sítio que não é proibido, na verdade, é proibido, mas todo mundo entra é o Sandero Macuco. Termina numa queda e embaixo tem um poço. Ali todo mundo entra na água, a gente deixa. É o único lugar que a gente pode entrar na água. Ou na Ilha (San Martín), mas não é permitido, ali tem muita gente olhando, é proibido. Lá não tem acompanhamento, por isso é proibido. Temos que advertir para que tenham cuidado ao subir nas pedras (PATRÍCIA, Policial do Parque do Iguazú).

O Sandero Macuco⁸⁴ é uma região do parque que conta com uma trilha na mata, distante três quilômetros e meio das quedas. Nesta localidade, há uma única queda d’água, isolada. Na descrição da policial, nesse lugar, “[...] tem um poço muito lindo que a gente sempre toma banho, mas na verdade está proibido”. Percebe-se nessa fala que, embora exista uma consciência coletiva de regulação, o indivíduo assume um comportamento que o satisfaz e o realiza (ROJEK, 2011). É interessante que, além da extrapolação das regras do parque pelos visitantes, os próprios agentes também as fazem. Aqueles que deveriam contê-los não resistem às águas. Aqui cabe o questionamento satírico do poeta romano Juvenal: “quem vigia o vigilante”?

⁸⁴ No período em que estivemos no local, a trilha estava fechada porque, naquelas redondezas, um puma havia sido avistado. Como o felino aparecia com frequência, a área estava sendo monitorada.

4.5 A apropriação das águas

As formas de resistência são variáveis, elas podem ser orgânicas ou espontâneas; pacíficas ou violentas; permanentes ou esporádicas; e coletivas ou individuais (GERLERO, 2007). Considerar o lazer desviante como uma forma de resistência implica admitir que seja um fenômeno, por vezes, difícil de ser localizado e capturado. As práticas de lazer desviantes são formas encontradas por diferentes grupos sociais para expressar resistência aos mecanismos de poder operantes em distintos âmbitos da vida cotidiana.

Não obstante, o lazer desviante pode ser identificado à medida que se sedimenta, afinal estão imbricadas na mesma natureza de poder, o desvio e o controle. Para elucidar essa afirmação, recorreremos a Yara, Administradora de um Parque Aquático em Foz do Iguaçu. Relata que, anterior a esse emprego, trabalhou no Parque Nacional do Iguaçu. Nesse local, mediante autorização, fazia escalada e rapel em seu tempo livre com um grupo que tem acesso ao parque. Nessas ocasiões, aproveitavam para tomar banho de cachoeira escondidos dos turistas. Embora admita que a fiscalização tenha conhecimento dessa prática, há um “acerto” entre eles – podem escalar, mas não podem se deixar mostrar aos turistas; quando estão saindo ou entrando nas trilhas, caso alguém passar ou estiver no rio, escondem-se debaixo das quedas das cataratas, debaixo do véu.

Após esse relato percorremos com ela dois percursos. No primeiro trecho do percurso, fomos até uma cascata de um arroio que deságua no Rio Iguaçu, próximo da Ponte da Fraternidade. Não sabíamos a quem pertencia aquela propriedade, pois não existia identificação, tampouco cercas ou placas, apenas um carreiro de chão batido que adentrava a mata. No percurso da trilha, apoiamos-nos em um corrimão improvisado feito de fios de cobre, pois o acesso ao rio é declive. Ao lado da cascata, em um dos galhos de uma grande árvore, uma corda amarrada de improviso, que servia de balanço para embalar a experiência de saltar no poço d’água. As figuras 3 e 4 remetem aos acessos que, embora perceptíveis, não são explícitos, aspectos que os diferenciam

da trilhas turísticas. Eis um elemento territorial que demarca as diferenças entre o desviante e o canônico.

FIGURA 4: Propriedade privada - acesso a um dos afluentes do Rio Iguaçu



Foto: acervo do autor - 17/10/2016

**FIGURA 5: Trilhas
População acessa a cascata**



Foto: acervo do autor – 17/10/2016

**FIGURA 6: Cascata
Destaque para a corda presa na árvore**



Foto: acervo do autor – 17/10/2016

A figura 5 reporta a um pêndulo preso a um galho de árvore, que consiste na utilização de uma corda para os praticantes se deslocar de um ponto ao outro, com a possibilidade de saltar ao final do trajeto. Em nossa percepção, o atrativo cênico da cachoeira, aliado à emoção (sensação de vertigem) da prática do pêndulo, produz uma experiência gratificante.

As atividades de aventura são práticas corporais de risco, entretanto é possível afirmar que o risco deliberadamente escolhido para ser vivenciado nessa prática corporal é mais aceitável que o imposto pelas circunstâncias que possam surgir na vida cotidiana. Da Paixão *et al.* (2011, p. 423), com base nos resultados dos seus estudos, afirmam que o maior desafio a ser vencido pelo praticante/instrutor está em não perder o sentido e as implicações do risco para sua integridade física. Além do domínio da técnica, da posse e da manipulação de sofisticados equipamentos específicos de uma dada modalidade, “[...] o praticante precisa conscientizar-se de que o êxito na aventura buscada nessas práticas físicas no meio natural precisa ser buscado na mesma proporção do que o são as fortes emoções, a vertigem e o risco”.

Na segunda parte do percurso, entrevistamos um grupo composto por cinco pessoas, experientes em atividades de aventura (*rafting*, canoagem e paraquedismo) e conhecedores dos cursos d’água da região. Alguns deles iniciaram nessas práticas como lazer, enquanto outros trabalharam profissionalmente com esse segmento há mais de uma década. Segundo o grupo, eles acessavam aos rios em Foz do Iguaçu há bastante tempo, como “*hobby*”, até emergir a ideia de transformá-los em produto, uma atividade comercial.

A perspectiva do grupo é aproveitar o momento atual, de revitalização do Marco das Três Fronteiras, para promover os esportes aquáticos no curso do rio, especificamente com os serviços de caiaque⁸⁵. Embora estejam operando profissionalmente há poucos meses, a intenção era antiga, conforme explicitado:

⁸⁵ O caiaque é uma pequena embarcação a remos utilizada para lazer, transporte e competições. Na vertente desportiva, compreende várias modalidades.

Antes da licença, a gente não fazia, só por *hobby*. A gente fazia já com a ideia. Eu trabalhei com empresas aqui com o Macuco (Safari). Lá em Brotas-SP, por exemplo, tem um rio onde oito empresas trabalham juntas e não têm problema nenhum se tem guias, infraestrutura e investimento. Lá saía um ônibus com vinte botes e sessenta pessoas. Se faz preço mais barato pra população, para que pratiquem esse tipo de esporte, se tem o rio perto. Lá é de tirar o chapéu! Tem todo tipo de segmento, boia-cross, caiaque, *speed*, *rafting*, rapel, tem (FRANCISCO, Guia de Aventura).

A prática profissional do caiaque surgiu na região há pouco tempo e tornou-se uma atividade de lazer para a população local e para os turistas que visitam a região. Ao sermos convidados para fazer o percurso, deslocamo-nos até os fundos de um hotel para acessar o Rio Iguaçu. Parte do trecho foi percorrida de carro, posteriormente tivemos que prosseguir por uma trilha e carregar os equipamentos até as margens.

Durante a prática, remamos rio acima. No percurso, o grupo composto por seis pessoas passou por uma placa de sinalização que alertava que estávamos a adentrar uma área que pertence ao Parque Nacional do Iguaçu, distante nove quilômetros das cataratas. Acessar a um território sem autorização não intimidou os praticantes, que disseram: – “[...] não estamos fazendo nada demais, a gente não tá fazendo fogueira, soltando rojão ou deixando um monte de lata espalhada”. Logo, parece haver um poder difuso de fiscalização. Na percepção do grupo, a prática não é desviante, pois o desvio está na avaliação social mais ampla que recrimina práticas como essas.

A Política Ambiental tem tolerado a prática no rio e não tem repreendido o grupo. Esse é um ponto em que a territorialidade nacional ou a fiscalização sobre outros aspectos não está em questão. É interessante ressaltar nesse momento o gráfico 22 (p. 87), em que os participantes da pesquisa mostraram-se pouco ou nada tolerantes em relação ao uso dos rios em área protegida ou proibida. As práticas do grupo, que se pretendem ecológicas, revelam a convivência com esses contrapontos.

Consideremos que essa atividade de lazer não seria ilegal, se limitada ao não ingresso no Parque Nacional do Iguaçu, com o sabor da permissividade e da descarga de inibições, ao funcionar como fator liberador de inibições inculcadas pela rotina. Esse ambiente favorece a descontração e o esquecimento das restrições físicas e psicológicas da vida diária, mas essas atividades “quadradas” também podem assumir

formas “transgressoras” com implicações não convencionais, segundo os objetivos dos participantes (PARKER, 1978, p. 58).

Figura 7: Canoístas em direção ao Parque Nacional do Iguaçu



Foto: acervo do autor – 17/10/2016

Figura 8– Momento de vivência



Foto: acervo do autor – 17/10/2016

Nesse roteiro, a principal atração é o banho de cascata no Rio São João, afluente do Rio Iguaçu. Um pouco acima dela, ainda no interior do Parque Nacional do Iguaçu, foi construída a primeira usina hidrelétrica de Foz do Iguaçu, atualmente desativada. Eventualmente a fiscalização desce o rio ou aparece no meio da floresta; ou a Marinha surge de barco. Também existe uma sede do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) nas proximidades. Se acontecerem algazaras que chamem a atenção dos guardas, estes descem pelos rios e os envolvidos se escondem na mata, pois conhecem as trilhas. A tranquilidade de realização do percurso está ancorada na certeza de que terão tratamento diferenciado, pois dificilmente terão indisposição com os fiscalizadores. Conforme seus discursos: – “os agentes sabem distinguir a navegação sadia da predatória”, portanto um breve mergulho não é motivo de problemas.

Os vigias do parque “fecham um olho” para o grupo, evidenciando o “afrouxamento das proibições” (ROJEK, 2011, p. 146). Aqui as principais preocupações não residem no sistema de segurança, mas nas dificuldades logísticas e provimentos de recursos para manter o negócio, por isso reúnem grupos com, pelo menos, cinco ou seis participantes. Em alguns períodos, é possível reunir grupos de quinze turistas estrangeiros, ingressá-los em um ônibus e levá-los para os passeios.

Para conhecer as cachoeiras da região por conta própria, é preciso pesquisar e persistir no assunto, pois, do contrário, dificilmente se encontrarão os roteiros. Essas cachoeiras estão localizadas nos pequenos rios que deságuam nos rios Paraná e Iguaçu. Ao serem marcadas, conseqüentemente, tornar-se-ão pontos monitorados e explorados economicamente. À medida que as cachoeiras começam a ser divulgadas como produtos, a população passará a encontrá-las com maior facilidade, porém mediante pagamento.

Os interessados aderem ao pacote, contratam o guia e pagam aproximadamente duzentos reais para ter a experiência. Em alguns casos, o pacote contempla hotel e almoço. Alguns eventos, como a “trilha das cachoeiras”, são promovidos. Nesse percurso da trilha, os participantes conhecem quatro cachoeiras. Uma das cachoeiras “marcadas” é a Carimã (acesso pelo Bairro Carimã). Para acessá-la, é possível chegar

de carro até a “boca da trilha”, depois é necessário passar pelo terreno de uma propriedade que tem alguns moradores e, por fim, entra na área de preservação. Não é comum a população saber quem são os proprietários das terras por onde passam. Nos bosques, existem trilhas antigas e os trilheiros desconhecem se a propriedade é pública ou privada. A passagem é feita com discrição e tranquilidade e, por enquanto, ninguém reclamou.

O mapeamento das cachoeiras, os serviços e os produtos que começam a ser prestados são tendências que agregam pessoas com interesses comuns, não apenas pelas atividades de aventura como lazer, mas vinculado, também, ao apelo econômico. Não se trata de um ataque ao informal em si, mas uma forma de obter lucro. Até então, essa era uma das poucas possibilidades de acesso gratuito ao rio.

Alguns indivíduos (moradores e turistas) desejam visitar outros pontos, além dos tradicionais, mas não têm informações das rotas alternativas. Com a privatização do circuito das águas, tornando-o fechado, restará o enfrentamento – acessar ao rio de forma clandestina. O acesso aos cursos d’água é uma prática antiga, parte de uma cultura pertencente àqueles que nasceram e foram criados na beira do rio.

4.6 Descubram-me ou paguem-me

Quando andamos pela região, visualizamos, no horizonte, uma abundância de vegetação verde, principalmente às margens dos rios Iguaçu e Paraná, onde é possível encontrar vasta mata ciliar, porém parte da população as desconhece:

Os rios? Quando eu cheguei aqui eu não via o rio! Não é possível! Onde está o rio? Está escondido?! Até que um dia eu peguei um ônibus errado e fui lá pra trás, no meio das favelas e achei o rio (*risos*), daí eu me dei por conta do quanto o rio aqui é invisível. Há um discurso oficial: – essas são as cataratas! O pessoal vem de fora, vê as cataratas, vira as costas e vai embora. O referencial são as cataratas, que é pago (SUZANA, jornalista).

No processo de estruturação urbana de Foz do Iguaçu, houve uma preocupação acentuada em relação aos futuros visitantes que, atraídos pelo turismo, tornar-se-iam uma lucrativa fonte de renda. Como tradicionalmente ocorre nessas situações, as

camadas populares foram sendo deslocadas para lugares distantes, sem a existência de uma política eficiente que atendesse às necessidades de lazer desses setores, como por exemplo, a criação de praças públicas como espaços cotidianos de sociabilidade. Catta (2009) destaca que, com o passar do tempo, o processo de higienização das áreas centrais da cidade viria a se incumbir da população mais carente, com a atuação da administração pública e do aparato de repressão, atendendo aos anseios da especulação imobiliária que lucrou com a sua remodelação.

Nas beiras do lago e dos rios, multiplicaram-se os clubes privados e as casas de campo; instalaram-se hotéis e condomínios de alto padrão. A “camarotização” forçou o deslocamento dos antigos moradores ou dos seus frequentadores para outras áreas, parte deles pobres. Quem não tem acesso aos clubes sociais ou qualquer outro tipo de lazer barato e de fácil acesso na condição de consumidor, transformar-se-ia transgressor.

Seja propriedade privada, ou áreas localizadas nas beiras dos rios pertencentes à União, a população não poderia acessá-las sem prévia autorização. Porém, a comunidade se apropria delas, usa as trilhas, faz escalada, banha-se nos rios, faz churrasco, usa barco, pesca e caça. Em muitos casos, mais que isso, a população edifica e estabelece moradia, especialmente ao longo das barrancas. A população pobre, sem recursos para pagar aluguel ou adquirir um lote de terra, acaba por desmatar e ocupar áreas ribeirinhas, formando núcleos de residência que abrigam um contingente de pessoas que chega continuamente à cidade.

O entorno das águas e as próprias águas são disputadas por vários grupos sociais, inclusive no campo das práticas corporais. As diferentes formas de apropriação desses espaços revelam contrastes dos distintos interesses envolvidos, como evidenciamos na seguinte situação: atualmente nas proximidades das Cataratas existem várias áreas que foram liberadas para a construção de condomínios. Assim que uma série de trabalhos de preparação do terreno ficou pronta, a área foi cercada e portões foram colocados. Entretanto, em seguida, o resultado gerou problemas para os atuais proprietários, pois pescadores invadiram a área para chegar até o rio. A propriedade onde está localizado o condomínio dá acesso ao rio. É uma antiga zona de

passagem de pescadores. Por esse motivo, os portões têm sido constantemente violados. Anteriormente às obras, os pescadores tinham acesso irrestrito a essas áreas, mas hoje eles se tornaram invasores, chegam discretamente de moto ou de carro e efetuam o arrombamento.

Nessa situação, as dimensões da construção de novas tecnologias de subjetivação e os diferentes dispositivos de monitoramento (GOMES, 2009) são parcialmente aplicáveis, pois os indivíduos se subjetivam no modo como apreendem o território fluvial para o lazer.

A criação dos condomínios privados fomentou os desvios à medida que desconsiderou a territorialidade dos grupos tradicionais de pescadores, conforme destaca uma Agente Jurídica:

Essa propriedade que eu te falei antes, eles cansaram de colocar cadeado, fizeram até um muro e eles continuaram quebrando, é como se eles dissessem assim: – isso aqui é nosso, a gente estava aqui antes de vocês, a gente quer um caminho! Eu acho que eles ainda continuam lateralmente entrando. Parece que não vão parar enquanto não colocarem uma guarita com vigia (LILIAN, Agente Jurídica).

A vida comum e as atividades transgressoras são mais tênues do que podemos imaginar. Podemos nos dirigir para formas de atividades que violem a lei, ao adotar algumas regras de vida comuns, transgredindo-as (ROJEK, 2011). Na situação supracitada, alguns moradores obtiveram o registro e a carteira de pescador; aqueles que não conseguiram, continuaram na informalidade. Diferente do que ocorreu com os caçadores – parte da sociedade entende que o momento histórico não permitia mais a caça, embora eles ainda sejam presos na região do Parque do Iguaçu. Estes praticantes inventam novas estratégias, deslocando-se em pontos e horários menos vigiados ou, ainda, agem sob tráfico de influência:

O pior ainda é você escutar que os políticos do Paraná, de Curitiba, vêm fazer isso aqui dentro. O pessoal que é da rede hoteleira escuta que grandes políticos vêm caçar aqui dentro. Essa lei existe, mas o fulano veio caçar, está comendo a caça, a carne de caça no hotel tal, na região tal, e tá lá. É ilegal, mas existe. O pessoal da rede hoteleira denuncia tudo isso, quem trabalha nos hotéis tem relatos incríveis, eles acompanham tudo dentro dos bastidores,

quem tá, quem não tá, quem passa, quem não passa. Eles sabem de todas essas coisas (LILIAN, Agente Jurídica).

Depois da inauguração da Ponte da Amizade e da Ponte da Fraternidade, os portos oficiais de transporte por meio de balsas caíram em desuso. Por outro lado, intensificou-se o circuito clandestino às suas margens. Sobre esse assunto, uma jornalista argumenta que:

[...] antigamente o pessoal utilizava para esporte de aventura, mas agora parece que colocaram cadeados. Iam lá, falavam com os caras, mas agora parece que trancaram. É uma empresa privada que explora extração de areia. Fechou o acesso das pessoas, que as pessoas utilizavam para o parquinho porque, assim, tinha o acesso mesmo, físico (SUZANA, jornalista).

Os acessos nem sempre são interrompidos. Em alguns lugares, isso pode ser negociado. Estabelecer acordos verbais e monetários pode resultar em situações que sejam “boas para todos”, como ocorre em um estacionamento às margens do rio por um antigo marinho, que permite acesso de forma extraoficial:

Aqui tem um lugar no Rio Paraná, bem pertinho, que você entra. Só que pra parar o carro lá você tem que pagar. É tipo um Porto Oficial, ao lado da Marinha. Quem tá lá é um “marinho”, um cara mais antigo, um cara legal. Ele diz: – olha, você pode estacionar aqui, paga dez reais e pode ficar à vontade. Tá, mas isso é permitido ou não? Ele não quis falar isso, [...] ele tem um acordo com a Marinha, que ele foi da Marinha, deixam ele lá e cuida do local, mas há uma política de boa vizinhança (SUZANA, jornalista).

Também há acordos de pagamento de taxas para obter acesso aos rios pelos ciclistas:

[...] tem um amigo meu, que é paraguaio, ele explora cachoeiras urbanas e tal. Aí eles montaram um grupo de ciclistas para fazer um passeio pelas cachoeiras de Foz do Iguaçu. A gente montou um grupo informal, de amigos, “os caçadores de cachoeiras” (*risos*). A gente “caçava” cachoeiras na cidade, sem dinheiro nenhum. Às vezes pagando uns quatro reais para o “*carinha*” lá da entrada, só que agora estão fazendo a formalização, pagando cem pila (*reais*) (SUZANA, jornalista).

[...] tem um grupo aqui que faz ciclismo. Eles saem daqui, atravessam a aduana com a Argentina e vão até uma cachoeira lá, mas é uma cachoeira que dizem: – nossa, de onde acharam a cachoeira? Tem que passar uma ruazinha de terra, cheia de pedra, aí passa por uma fazendinha. Tem um tiozinho, aí você

diz: – você olha a bicicleta? Dá uns cinco reais que ele cuida a bicicleta e você desce a cachoeira. Aí, você diz: – como é que as pessoas acham essa cachoeira? É só quem sabe, quem faz pra achar. Isso não tá no mapa (LILIAN, Agente Jurídica).

O controle dos acessos é uma forma de corrigir o indivíduo, aparentemente um fenômeno normal; entretanto, o indivíduo é espontaneamente incorrigível, o que demanda a criação de tecnologias para a sua reeducação e regramento, uma forma de “sobrecorreção” que lhe permita a vida em sociedade (FOUCAULT, 2001).

Nem todos os indivíduos se enquadram às normas ou querem/podem se submeter ao pagamento das tarifas – querem liberdade de acesso e gratuidade. Por mais que existam discursos que evoquem segurança, conforto, boa prestação de serviço, há indivíduos que não se enquadram – almejam usufruir do rio espontaneamente:

Aquela coisa, assim... a gente queria justamente isso. A gente queria estar lá, com liberdade, sem roteiro. Por outro lado, as pessoas vão se fechando. Esse é o problema, quando você vê tá na ilegalidade. O local lá, você não pode entrar, ou tem que ir por um caminho que você vai por meio dos hotéis, mas tem que negociar: – A gente pode ou não pode entrar? Daí você pergunta pro “carinha” que atende e ele diz: – é, agora a gente tá explorando, você tem que vir aqui e fazer isso (SUZANA, jornalista).

Em alguns pontos dos rios, para se obter passagem pelas propriedades particulares, acordos informais são firmados com os proprietários. Estes, mediante pagamento, tentam manter o controle do fluxo, permitindo a liberação apenas dos conhecidos. A triagem, justificada em decorrência dos assaltos ocorridos, nem sempre é eficaz, pois, mesmo quando a área é murada, a população acaba por fazer trilha ao lado. Isto exige discrição, afinal quando circulam muitas pessoas, os donos aparecem. Ainda assim, é possível barganhar:

[...] se você chegar lá humilde” e disser: – oh, eu quero fazer (acessar o rio), então... (risos). Porque a gente não precisaria pagar, né? Porque o rio é o rio (DANIEL, Guia de Aventura).

Ao lado do Parque do Iguaçu, tem uma área de *camping*. Se você for amigo do guarda, se você conhecer ele desde criança, ele libera pra você (entrar). É aquela coisa (LILIAN, Agente Jurídica).

Sabendo que os “amigos do rei” têm privilégios, as contravenções parecem adquirir naturalidade – quem não dribla a fiscalização coexiste em acordos com elas, em uma espécie de embaralhamento das fronteiras do legal e ilegal, do formal e informal. Nessa outra cartografia das circulações de bens e pessoas, vive-se na ilegalidade, em maior ou menor grau. As prisões mais comuns são por contrabando e descaminho. O desdobramento disso geralmente é o cumprimento de pequenas penas ou prestação de serviços à comunidade, que resultam no regressamento às mesmas atividades porque, segundo Lilian, eles compreendem que isso não é errado e pensam que não estão a cometer crimes – apenas estão a viver, a trabalhar e a ganhar a vida, como a coisa mais normal daquele lugar.

Na Ponte da Amizade⁸⁶, antes mesmo da alvorada, ocorre um intenso trânsito de trabalhadores brasileiros que passam para o outro lado da fronteira. Pinheiro-Machado (2011) verificou as transformações ocorridas a partir de um crescente controle exercido pelo Brasil para bloquear a passagem ilegal de mercadorias pela Ponte da Amizade e as consequências destas transformações na vida cotidiana dos habitantes da fronteira (comerciantes, imigrantes e laranjas). A alteração da “normalidade da Tríplice Fronteira” produzida pela fiscalização repercutiu no aumento dos índices de violência, desemprego e redirecionamento dos fluxos migratórios.

4.7 A ressignificação das águas

A questão também é complexa quando transposta para as mutações do lazer e as suas confluências com as águas. Na região de Foz do Iguaçu, foram mapeadas quarenta cachoeiras, com acesso ainda não privatizado. No caminho percorrido, os praticantes da modalidade aproveitaram a antiga amizade com as donas de um hotel para facilitar o acesso ao Rio Iguaçu. Essa parceria foi reafirmada, agora mediante contrato, após apresentarem uma proposta de projeto para a gerente e as proprietárias.

⁸⁶ A Ponte da Amizade, inaugurada em 1965, atraiu imigrantes do mundo todo, pois abriu a perspectiva de se transitar com maior facilidade entre Brasil e Paraguai, permitindo o comércio de fronteira.

A entrada é uma propriedade privada, ali a gente tem um acordo com as propriedades privadas, então a gente tinha um acordo de passagem. E, nesses últimos anos, a gente pensou como, então, de repente, em fazer um produto e tal pra também agregar no destino [...], agregar um produto a mais no roteiro pra poderem ter acesso aquilo, entendeu? Ter acesso àquele cânion, à natureza, ter esse contato (FRANCISCO, Guia de Aventura).

O grupo está em uma fase de transição, reorganizando profissionalmente a atividade. Existem algumas evidências de acomodação cultural (ROJEK, 2011, p. 146): “em alguns casos, os valores da sociedade mudam, e o que é tido como atividade anormal em um período se torna normalizado”. Se no passado essa prática era um passatempo com características desviantes, atualmente, elas estão em fase de regulamentação.

A profissionalização da atividade inseriu o hotel, que apresentava sinais de decadência, na obtenção dos ganhos. Após a participação, ainda que indireta, no negócio, o hotel revitalizou os acessos, soube aproveitar a parceria. Embora o objetivo principal não seja a preservação do meio ambiente, é presente o discurso de preservá-lo e melhorá-lo, de combater a caça e a pesca predatória, do recolhimento do lixo e da conexão com a natureza (mesmo sendo uma propriedade privada).

Na construção de novos discursos, a responsabilidade pelos danos ambientais recai sobre os pescadores, que atualmente precisam passar pela recepção do hotel e se identificar:

Quando a gente chegava ali e não operava como opera hoje, ou seja, na forma de produto, tinha gente que deixava muito lixo. Você não tem noção. Lixo de tudo que é tipo. A gente recolhia lixo ali, mas eram dois sacos assim, cada dia. Esse era um ponto. Agora começou a filtrar os pescadores. Ali agora tem umas diferenças: os pescadores não deixam mais lixo. A gente foi aos poucos trabalhando isso. Mas com o tempo isso não comporta esse tipo de atividade junto. A gente não pode impactar porque é gente que pesca há anos (FRANCISCO, Guia de Aventura).

Os discursos possuem suporte histórico e institucional que permite ou proíbe a sua realização. Quando um sujeito ocupa um lugar institucional, faz uso dos enunciados de determinado campo discursivo, segundo os interesses de cada trama momentânea, de maneira descontínua (MACHADO, 1981). À medida que são inventadas classificações e categorias, são gerados tipos de indivíduos, de ações e sensações.

Nessa dinâmica, indivíduos e objetos não existem *a priori*, pois são construídos discursivamente sobre o que se fala deles.

Concomitante à premissa preservacionista presente na fala de Francisco, está embutido o discurso da segurança e da gestão de risco. Pelos argumentos, está explícita a disputa pelo território, ao ponto de o grupo entrevistado questionar o uso do rio pelos pescadores e atribuir os créditos pela melhoria do ambiente a si. Ou seja, alguns indivíduos não podem cometer determinadas práticas porque estariam supostamente prejudicando o meio ambiente, mas quando apresentadas com nova roupagem, como um produto licenciado, poderão ser permitidas, pressupondo um credenciamento que as qualificam.

Não obstante, Francisco comenta que existem outras trilhas nas áreas de proteção, através das quais os pescadores poderiam chegar ao rio. A disputa não é somente com os antigos pescadores, mas também com os “invasores” da área. Entretanto, contam com a influência de agentes públicos:

A gente fez um negócio com a Tropa de Choque (Polícia), a gente fez uma atividade na água com eles e a gente participou como instrutor guia, sabe. E aí, um dos focos era eliminar esse tipo de invasão. Tem algumas pessoas que invadem propriedades particulares pra poder acessar isso. De certa forma, é algo que não tem como fugir disso. A gente pensa: ah, o mundo não devia ter propriedade privada, então, porque tem aquela cachoeira, aquele rio maravilhoso e tal, e todo mundo tem que passar pela propriedade privada? Cabe ao poder público usar as áreas dele e fazer o acesso às pessoas. É algo mais de poder do que qualquer outra coisa (FRANCISCO, Guia de Aventura).

No caso da prática de caiaque, alguns grupos já haviam tentado desenvolver o projeto que, por inúmeras razões, não avançava, ora por causa da burocracia, ora pelas dificuldades de operação. A sugestão de Francisco não é desapropriar as áreas por meio da justiça, como já aconteceu e ainda vem ocorrendo, mas de expandi-las para além do Parque do Iguaçu. Nas áreas pertencentes ao Poder Público, sugere a construção de piers e instalação de outros serviços que atendessem a essa demanda, como policiamento. Enquanto isso não ocorre, a população desbrava trilhas, passa por estradas vicinais, adentra a mata e chega a lugares como o Rio Tamanduá. As margens são públicas e de preservação, portanto, os acessos não são preparados; as pessoas

estacionam aleatoriamente, não há lixeiras, placas de sinalização ou segurança. O discurso imperativo é o de beneficiar os usuários, valorizar o destino, preparar e qualificar o terreno para vender os seus serviços.

Essas práticas já existiam, mas não como um produto organizado voltado ao ecoturismo. O que está sendo proposto é a criação de um circuito semelhante ao “*Iguassu Secret Falls*”, um passeio novo que conduz os interessados pela rota das cachoeiras, com saídas diárias de van de um shopping. Os negócios não estão mais apenas centralizados no Parque Nacional do Iguaçu e na Usina de Itaipu. Está em curso a capilarização de um novo nicho de mercado, com rotas alternativas.

O grupo está ciente das dificuldades em relação à documentação para operacionalizar, pois a beira do rio é Área de Preservação Permanente (APP), ou seja, os 150 metros da crista da barranca e os 50 metros da nascente não podem ter impacto (construir prédios, cortar árvores, por exemplo), e, para evitar a burocracia e a rigorosidade da nova Lei Ambiental (Lei n. 12.651, de 25 de maio de 2012), enquadraram-se em um regime de liberação para conseguir a Licença Ambiental, que não exigiu muito mais que a descrição dos equipamentos utilizados.

Francisco conta que, certa vez, o vidro do carro foi quebrado enquanto estavam no rio. Era comum a circulação de indivíduos que vinham por outras trilhas. A solução foi chamar a Polícia de Choque, com quem já possuíam tratativas de acordos, e fazer o Boletim de Ocorrência. Esses contatos não são apenas formais, mas uma parceria que perdura entre diferentes agentes. Alguns policiais nadam e praticam o remo com o grupo. O ambiente tornou-se seguro, trouxe e distinguiu o público. Para Francisco, os “bandidos” invadem as propriedades privadas, acampam e pescam nas margens dos rios, destroem o ambiente, deixam lixo, ficam bêbados e roubam as coisas:

Da Argentina pode vir bandido de barco. Antigamente acontecia muito, hoje não porque a Polícia Federal fez um porto no Rio Paraná e a Marinha Argentina sempre está controlando o Rio Iguaçu. Então, os caras não assaltam mais de barco, mas acontecia. Você tava ali e chegava uma embarcação pra roubar você. Isso há muito tempo atrás, eram piratas. Principalmente no Rio Paraná, também por causa da muamba. A gente nunca foi confundido, mas é que a gente sempre faz o acesso ali pelo hotel e o pessoal nos conhece (FRANCISCO, Guia de Aventura).

O discurso hegemônico nomeia as experiências culturais de lazer, carrega-as de valores morais que, uma vez consideradas negativas, devem ser evitadas. No momento que os rios passam a ser intensamente monitorados pelas polícias, que os pescadores começaram a se cadastrar e que a atividade passa a ser normatizada, que os grupos de aventura legalizam as suas atividades, ocorre o afunilamento de quem e como pode acessar aos rios. Os perfis desejados, as “pessoas de bem”, não trarão problemas, inclusive de vandalismo.

À medida que o grupo se estabelece, pode apoitar os caiaques sem risco – a pretensão futura é de deixar armários para guardar equipamentos. O grupo tem a pretensão de trabalhar com outras atividades de aventura nos rios, como o *rafting*. Caso consigam fazer parcerias com grandes empresas de turismo com *hostels* da região, pretende-se montar grupos, no método informal. A demanda está sendo muito rápida – naquelas semanas, vários grupos haviam fechado passeios.

Para a prática de *rafting*, são fundamentais boas corredeiras. Para tanto, os grupos deslocam-se até a cidade de Capanema, Paraná; ou em algum lugar mais próximo, como no Paraguai, no Rio Acaray. É cobrada uma parcela antecipada para abastecer o carro, comprar suprimentos e pagar pelos serviços.

Para sabermos mais sobre as atividades, entrevistamos Carlos, presidente da Associação de Desenvolvimento de Esportes Radicais e Ecologia (ADERE), que há mais de dezesseis anos trabalha na promoção e desenvolvimento dos esportes radicais no Paraná. As atividades de lazer que a associação promove em Foz do Iguaçu são relativamente pequenas no âmbito comercial. A região demorou muito tempo para lançar “produtos alternativos”. Eis a explicação dos motivos:

Por mais que nós estejamos em regiões com bastante água, nós temos uma dificuldade muito grande de acesso às águas, né. Por que isso? Nós estamos em zona de fronteira, a barranca do rio é 150 metros, a barranca do rio é área da União, então os acessos para a água se dão por propriedades privadas até a divisa com a área da união. Então isso é um fator muito complicado pra poder desenvolver um produto turístico sustentável na borda dos rios, mas as pessoas foram aí driblando, encontrando soluções e hoje tem um produto fora da rede das Cataratas, essa que é o Aguarai, muito bom por sinal. Hoje também depois de 16 anos, você tem outro rapaz que tá desenvolvendo [...], que são as cachoeiras secretas da cidade. Também, depois de 16 anos alguém, um visionário, que já sabia que tinha alguém estudando as cachoeiras,

foi lá em parceria com essa pessoa que estudou todas as cachoeiras da cidade, foi lá e montaram um produto turístico, né. São produtos que não estão na mão de grandes redes, são pessoas visionárias e que visualizaram uma oportunidade de ganhar dinheiro de forma sustentável (CARLOS, ADERE).

Percebemos que emerge o sucesso de um recorte turístico e de eventos da aventura, embora isso não tenha refletido de maneira imediata como política de lazer na região. As corporações, tradicionalmente, buscam investir em áreas com grande densidade de pessoas, já que o lucro é maior, a exemplo do Parque das Cataratas, em que o volume de clientes é elevado. A reflexividade institucional da ADERE visualizou uma nova oportunidade, ao abrir alguns campos nas atividades de lazer e aventura. A estratégia utilizada para conseguirem praticar as modalidades foi por meio da criação da ONG. Ao entrar em outra área e se organizar em forma de associação, houve fomento das atividades esportivas e ecológicas.

Outra estratégia utilizada é a participação política nas reuniões dos Conselhos Municipais que estão relacionadas às várias atividades de interesse, por exemplo, no campo ambiental, para influenciar diretamente na construção das políticas públicas para o município. A intenção não paira apenas no plano da idealização, pelo contrário, a associação e os simpatizantes avançam nessa direção. No último pleito das eleições municipais, quase conseguiram eleger um representante na Câmara de Vereadores.

Além da esfera municipal, a instituição conta com as parcerias de outras entidades. Algumas empresas da cidade colaboram quando preciso desenvolver atividades de campo. A própria Itaipu Binacional é uma dessas parceiras. Em 2016, a Associação, em parceria com a Itaipu Binacional, lançou um calendário composto por nove eventos, realizados ao longo do ano em diferentes modalidades, todos gratuitos, abertos ao público e realizados em Foz do Iguaçu, Santa Helena, Santa Terezinha de Itaipu, Londrina e Curitiba.

Outro caminho que se desenha é a construção de parques às margens dos rios, não apenas do Rio Paraná ou Rio Iguaçu e do Lago, mas diversos outros pequenos rios da região. O desejo dos envolvidos nesse projeto é que o Poder Público facilite a exploração comercial dessas atividades:

Pra nós como ONG, nós avaliamos que uma das alternativas pra poder ocupar positivamente essas áreas de forma sustentável é a transformação dessas áreas em parques e pra isso eu cito modelos argentinos aqui no campo de toda nossa fronteira, aqui em Foz do Iguaçu saindo até trezentos quilômetros, diversos parques provinciais, municipais extremamente ativos, extremamente bem organizados e bonitos, então pra nós a solução de acessibilidade para os rios no Brasil, não só em Foz do Iguaçu, é a partir da vigência das leis que constituem essas áreas importantes em áreas de parques de proteção permanente e atividade (CARLOS, ADERE).

Na região de fronteira, existe um potencial nicho de mercado quando o assunto é o território fluvial, particularmente os afluentes dos rios Iguaçu e Paraná. Aquilo que era periférico começa a ter destaque e, gradativamente, começa a ser explorado e a ganhar novos contornos. Distante trezentos quilômetros da fronteira, na cidade argentina de *Encarnación*, um projeto semelhante foi implementado às margens do Rio Paraná, com praias artificiais, hotéis, *resorts*, enfim, várias atividades que atendem ao circuito turístico. Porém, houve um efeito colateral: a população que ali vivia foi removida e realocada em uma parte afastada da cidade. Esse tipo de deslocamento pode gerar problemas, mesmo mediante indenização, pois as condições básicas para recomeçar a vida em outro lugar nem sempre são proporcionadas. Especificamente, em Foz do Iguaçu, à medida que a cidade crescia de maneira desordenada, as favelas que estavam localizadas na beira de algum rio, inclusive as favelas do centro (próximas ao Rio Paraná) e região norte (próximas ao Rio M'Boicy) foram deslocadas de lugar. A ocupação às margens dos rios continuou ao longo do tempo, portanto os problemas de demarcação estão longe de serem resolvidos.

As políticas públicas de intervenção urbana têm privilegiado a refuncionalização (turistificação) dos espaços, sinalizando a modificação dos lugares a partir de padrões elitistas, expulsando as populações tradicionais. O aspecto da segregação social e espacial decorrente do processo de gentrificação⁸⁷ geralmente apresenta o discurso da valorização do patrimônio histórico-cultural como valorização dos espaços urbanos.

⁸⁷ A gentrificação (ou enobrecimento) começa pelo interesse de elites intelectuais ou econômicas em áreas ou edifícios degradados, porém com localização privilegiada, geralmente, próxima aos centros das grandes cidades que, após processos de intervenção e reutilização, tem aumentado o seu valor de troca, atraindo a especulação imobiliária. Em detrimento do valor de uso, atrai interesse para a região, podendo desencadear a reforma de bairros inteiros e, a partir de parceria entre setores público-privado, promover uma reforma urbana com características de reforma social pela seletividade econômica (SILVA, 2004).

Especificamente nesse estudo, é possível pensar em um processo de gentrificação do território fluvial, com a retirada das ocupações ilegais vindas da população pobre. Esse é mais um elemento de tensionamento das práticas corporais no território fluvial em Foz do Iguaçu que precisa ser considerado, fenômeno cada vez mais característico em regiões turísticas⁸⁸ e em situações de promoção de megaeventos⁸⁹.

Não se trata de opor à análise da gentrificação do espaço com a normalização das práticas de um lado, e, de outro, os desvios e a resistência. Se o processo de gentrificação apenas gerasse proibições, o lazer desviante seria alimentado pela aventura da infração. Os aparatos estatais (Polícia, IBAMA, entre outros) e paraestatais (como as empresas de turismo, a exemplo do Macuco Safari) também lançam suas estratégias. Parece-nos, portanto, que a dimensão construtiva do poder visa fornecer uma experiência estético-sensorial coerente, de tal modo que as subjetividades do sujeito sejam marcadas pelo discurso da aventura segura das operadoras, até a sua naturalização.

⁸⁸ Passam por esse processo cidades como Berlim, São Francisco, Paris e Barcelona. Disponível em: <<http://www.esquerda.net/printpdf/44838>>. Acesso em: 23 jul. 2017.

⁸⁹ Sobre esse assunto, Gaffney (2015) analisou a gentrificação prévia aos Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro (2016), destacando a conexão entre turismo e esporte na especulação imobiliária, a ocupação de favelas estratégicas pela Polícia Militar e a implementação de projetos públicos de desenvolvimento urbano que atendem aos interesses do Capital.

5. CONCLUSÃO: HORA DO MERGULHO

Os limites geográficos nem sempre dialogam com as fronteiras linguísticas/discursivas, portanto requerem interpretação. Podemos considerar que, na região de fronteira, existem inúmeros dispositivos de controle sobre o indivíduo. Em muitos casos, os agentes reguladores são relativamente flexíveis com os fronteiriços (moradores), desde que as suas condutas não apresentem riscos ao poder instituído. No contexto em destaque, o Estado exerce eventualmente um controle menos rigoroso, uma vez que há certa naturalização das práticas desviantes. Em contrapartida, os indivíduos apropriam-se das normas locais da região de fronteira, as quais possuem dinâmicas distintas, para usufruírem de condutas sociais que, eventualmente, extrapolam as leis, existindo uma dinâmica interrelacional entre motivação, localização e contexto, cuja transgressão é praticamente inevitável.

Ao considerar que certas práticas de lazer são ilegais e desviantes apenas no país de origem (pois, no país vizinho, são permitidas), os indivíduos têm a oportunidade de experiências diferenciadas (por exemplo, alguns jogos de azar e o uso de drogas ilícitas no Brasil são regulamentados em outros países). Entretanto, os mecanismos e dispositivos de controle imbricados pela sociedade remetem ao autocontrole e autovigilância. Mesmo que o indivíduo esteja ciente de que algumas experiências sejam permitidas, elas poderão gerar inúmeros sentimentos, como se estivesse infringindo alguma lei, decorrente do controle do Estado exercido sobre o corpo.

Aqueles que desconhecem a região de fronteira poderão ter a ilusória impressão de ser um local desprovido de regramento e pouco controle estatal, devido à sua localização periférica. Engana-se, pois além da presença física do Estado, as penalidades nos países vizinhos são rigorosas. Constantemente o Estado brasileiro reformula os mecanismos de controle do indivíduo (novas legislações, acordos bilaterais, policiamento ostensivo com pessoal, tecnologia eletrônica e mecânica,

serviço de inteligência, revitalização de espaços, entre outros) e determina as condutas e os tipos de práticas de lazer que podem ser vivenciados. A rigorosidade ou a flexibilidade da legislação, em distintas regiões fronteiriças, por si só não explicam o fenômeno do desvio. A tentativa de controle é exercida, mas a população tem demonstrado que o poder não é algo centralizado, restrito apenas às instituições, pois o lazer é parte integrante das múltiplas relações sociais em que se assenta o poder.

É nítida a existência de múltiplos sistemas de contenção: do Estado sobre os indivíduos, aplicados em diferentes esferas (Municipal, Estadual e Federal); o controle do indivíduo sobre o indivíduo (denúncia anônima); e o autocontrole introjetado. Porém, por mais que sejam diversificados os mecanismos, incluindo parcerias, como iniciativas governamentais e políticas públicas que visam fortalecer e compartilhar os laços entre os países latino-americanos, em formato de redes integradas, certos aspectos fogem ao controle e à regulação.

Os indivíduos reinventam estratégias e contornam os dispositivos de vigilância. Em contrapartida, a estratégia governamental tem sido a de criar estimulações, porque a proibição não tem sido eficaz, gerando constantes deslocamentos. Indivíduos que não internalizam as tecnologias de controle, sejam elas desenvolvidas pelo Estado, ou por grupos sociais, criam uma situação desestabilizadora – em um período de acentuado consumo do lazer canônico, emergem variações do lazer com características de contestação. Não obstante, em uma perspectiva foucaultiana, o poder toma um aspecto que é muito mais de estimular que proibir o desvio.

A peculiaridade da região revelou um ambiente dinâmico, no qual as ambiguidades são constitutivas das relações sociais e das práticas corporais no território fluvial. Os rios criam limites naturais contornáveis na região da Tríplice Fronteira, sendo parte do cotidiano a criação de dispositivos para tornar algumas práticas de lazer viáveis, enquanto outras são inviáveis. Quando o assunto é o acesso aos cursos d'água pela população, constatamos que, mesmo com a normatividade do lazer canônico e o forte domínio do turismo regional, emergem estratégias para contorná-los – os desvios não são eliminados, no máximo, silenciados, pois a população constrói resistências, são conhecedores das malícias e das estratégias e

raramente as contam. Eles possuem as chaves dos acessos, driblam os mecanismos de controle e fazem o enfrentamento.

O usufruto dos rios para as práticas de lazer na região de fronteira, pontualmente nas áreas de preservação (Parque Nacional do Iguaçu) e de Segurança Nacional (Itaipu Binacional), tem relação direta com o processo de apropriação e institucionalização, ressignificando as práticas. Nesse processo, ocorre um trabalho de “domínio de si” (autodomínio), embora os dispositivos de monitoramento não correspondam, necessariamente, a uma lógica de submissão do indivíduo aos aparelhos externos, emissores de regras e normas. Pelo contrário, estimulam o processo de alargamento dessas regras e normas, tornando-as mais amplas que as próprias normas externas que são emitidas pelos órgãos de controle.

Gradativamente, a fruição lúdica do território fluvial está sendo dificultada concomitantemente à sua comercialização como atrativo. Chegar às águas tem sido um comportamento de resistência e de desvio à medida que os usuários passam pelas propriedades privadas ou áreas de preservação sem autorização, apesar do ocasional avistamento de policiais e/ou contrabandistas, os quais se tornaram os “monstros” do lago. No território fluvial, quem é monstro para quem? Precisamos, então, considerar a participação de múltiplas realidades em um jogo de poder, que envolve de maneiras desiguais vários componentes na Tríplice Fronteira. Estamos a tratar de uma disputa histórica pelo uso legítimo das águas. O grupo que proporcionou a interação no Rio Iguaçu tornou-se culturalmente desviante em decorrência das transformações que ocorreram no entorno dos rios. Eles não abandonaram o rio, resistiram ao longo do tempo. Na atualidade, o grupo encontra-se em fase de transição: do lazer desviante para o lazer canônico (desmarginalização) e começa a explorar a atividade economicamente. Essas relações mudam à medida que os indivíduos profissionalizam a prática (processo de normatização), tornando-a um produto.

A criação do Lago de Itaipu obrigou os usuários a se deslocarem para outros afluentes, menos visados. O Estado e a iniciativa privada tentam delimitar e direcionar os cursos d'água como uma tentativa de impor o controle dos corpos no lazer e criar subjetividades. Ao definir quais são as práticas e os locais de lazer onde os indivíduos

poderão ou não se divertir, induz à criação de processos de subjetivação e à cultura do lazer consumo. As terras e os rios não estão mais à disposição, livres, tampouco o indivíduo. Tudo é vigiado, controlado e espionado. A vida é exposta e explorada sob o discurso da segurança e do bem-estar social, engendrada em um jogo financeiro que nem sempre beneficia a população regional.

Os modos de regulação do mercado das águas caracterizam-se como um conjunto de práticas e dispositivos sociopolíticos abertos a uma geometria variável de relações, envolvendo lazeres desviantes e canônicos. Estamos a tratar da configuração de campos de força, contornados por práticas que oscilam entre acordos velados e negociações abertas na disputa por territórios e pelos modos de apropriação de capitais que circulam nesses mercados.

A criação de roteiros canônicos de lazer e a criação de diversos aparatos de controle não são suficientes para impedir os indivíduos, que se reorganizam e encontram alternativas de apropriação das águas, pois elas são partes constituintes de suas vidas. Convenhamos que seja, no mínimo, contraditório viver/estar na cidade das águas e não ter acesso a elas.

A transitividade entre lazer canônico, lazer conflitivo e lazer desviante se configura nas relações de poder que oscilam nas dobras do formal e informal, em meio a um jogo de atores que transita entre a repressão, a transgressão consentida e a criação de novos nichos de mercado. A composição variada desses arranjos sociais demonstra que a dinâmica da região de fronteira é porosa, o que torna difícil sustentar de forma permanente categorias normativas fixas.

Com o estudo, percebemos a existência de uma relação de poder (correlação de forças) que coloca em disputa diferentes sujeitos na determinação de quais são os usos “verdadeiros” das águas. Em um jogo tensional e dinâmico de oposições, tolerâncias e alianças, é contestado o uso dos cursos d’água para o lazer, em que cada ator social defende esse uso a partir dos seus interesses, elaborando diferentes discursos.

Assim, as práticas de lazer operam como dispositivos locais de gestão da ordem, que passa por protocolos, mediações e negociações. Nesse plano, nas maneiras de contornar a própria lei, pode-se conferir a trama de práticas e dispositivos de poder. Nos

territórios mutáveis e incertos de fronteira, as regras e os jogos de poder estão constantemente se redefinindo, restabelecendo nexos que se estruturam ora em campos de tensão e conflitos, ora em acordos pactuados. Assim sendo, assumimos o ponto de vista teórico de que essas relações de poder são dinâmicas, não são engessadas, acontecem a todo o momento. Constituem, assim, uma construção social que tem como resultado indissociáveis formas de lazer.

As análises e as contribuições desse estudo demonstram que as transformações na dinâmica social da região propiciaram uma notável expansão da validade dos dispositivos envolvendo o Lago de Itaipu, bem como os cursos d'água da região. O lazer é, portanto, uma resposta paradigmática e criativa na arena do tempo livre, capaz de gerar tanto experiências negativas, quanto positivas, em estreita relação com os dilemas sociais e a criação de discursos.

Frente a essas conclusões, as práticas e os discursos constituintes dos lazeres desviantes, no território fluvial da Tríplice Fronteira (Brasil-Argentina-Paraguai), estão relacionados à dinâmica contextual que engendra um campo de disputas em constante deslocamento e demarcação, o qual se configura em meio à ordem e à desordem, ao canônico e ao desviante, à satisfação e à repressão. A construção da Usina Binacional de Itaipu produziu limites para o uso do território e, com ele, insatisfação: de moradores, de pescadores e frequentadores. O sentimento de terem sido lesados ao serem retirados do local de moradia, a sensação de perda da liberdade de acesso ao rio, a transformação da região fluvial em grande centro turístico e mercadológico, o desejo de aventurar-se (individual ou coletivamente) e a satisfação pela transgressão podem ser lidos como fatores que levam ao lazer desviante, que merecem novas investigações.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor Wiesengrund; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- ALBUQUERQUE, José Lindomar C. Fronteiras em movimento: os brasiguaios na região da tríplice fronteira. In: BÉLIVEAU, Verónica Giménez; MACAGNO, Lorenzo; MONTENEGRO, Silvia (Orgs). **A Tríplice Fronteira: espaços nacionais e dinâmicas locais**. Ed. UFPR, 2011 (p. 233-260).
- AZAÏS, Christian; KESSLER, Gabriel; TELLES, Vera da Silva (Orgs.). **Ilegalismos, cidade e política**. Coleção Sociedade e cultura. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.
- BARROS, Adriane dos Santos de. A informalidade dos laranjas na fronteira Brasil/Paraguai. In: **História na fronteira**, Foz do Iguaçu, v. 1, n. 1, p. 61-88, jul./dez.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e ambivalência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- BECKER, Howard Saul. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 2008.
- BÉLIVEAU, Verónica Giménez; MACAGNO, Lorenzo; MONTENEGRO, Silvia (Orgs). **A Tríplice Fronteira: espaços nacionais e dinâmicas locais**. Curitiba: Editora UFPR, 2011.
- BLASS, Leila Maria; PAIS, José Machado (orgs.). **Tribos urbanas: produção artística e identidades**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2004.
- BRASIL. Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. **Código Penal**. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, promulgada em 05 de outubro de 1988. Contém as emendas constitucionais posteriores. Brasília: Senado, 1988.
- CARROLL, Lewis. **Aventuras de Alice no País das Maravilhas & Através do espelho e o que Alice encontrou lá**. Rio de Janeiro: Fontana: Summus, 1977.
- CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores**. Tradução Ingrid Müller Xavier. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- CATTA, Luiz Eduardo. O cotidiano de uma fronteira: a criminalidade e o controle social. In: **Revista Esboços**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 51-59, jan. 1994. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/401/9724%3E>>. Acesso em: 08 mar. 2017.

CATTA, Luiz Eduardo. **A face da desordem: pobreza e estratégias de sobrevivência em uma cidade de fronteira (Foz do Iguaçu/1964-1992)**. São Paulo: Blucher Acadêmico, 2009.

CATTA, Luiz Eduardo. **O cotidiano de uma fronteira: a perversidade da modernidade**. Cascavel, EDUNIOESTE, 2002.

COSTA, E. T.; UVINHA, R. R. Lazer e trabalho: novos significados na sociedade contemporânea. In: Nelson Carvalho Marcellino; Hélder Ferreira Isayama. (Org.). **Enarel: 21 anos de história**. Belo Horizonte: UFMG, 2010, p. 142-159.

DA PAIXÃO, Jairo Antonio; GABRIEL, Ronaldo Eugênio Calçada Dias; TUCHER, Guilherme; KOWALSKI, Marizabel; DE MENEZES COSTA, Vera Lucia. Risco e aventura no esporte na percepção do instrutor. In.: **Psicologia & Sociedade**, 2011, n. 23 (Maio-Agosto), p. 415-425. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=309326470023>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. São Paulo: Editora 34 Ltda, 1992.

DIAS, Cleber Augusto Gonçalves; MONTEIRO, Mônica Borges (orgs.). **Lazer e periferia: um olhar a partir das margens**. São Gonçalo, RJ: Instituto Usina Social, 2009.

DUMAZEDIER, Joffre. **Sociologia empírica do lazer**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. **A busca da excitação**. Lisboa: Difel, 1992.

ELIZALDE, Rodrigo; GOMES, Christianne Luce Gomes. Tempo livre: entendimentos enunciados por participantes de mestrados latino-americanos em lazer e *recreación*. **Movimento**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 569-591, abr./jun. 2014.

ELIZALDE, Rodrigo; GOMES, Christianne Luce Gomes. **Horizontes latino-americanos do lazer**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

ESTANQUE, Elísio. O lazer e a cultura popular entre a regulação e a transgressão: um estudo de caso. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. n. 43, Out. 1995, p. 123-145.

ESTANQUE, Elísio. Lazer, Desigualdades e Transformação Social. In: GOMES, Rui Machado (org.). **Os Lugares do Lazer**. Lisboa: Instituto do Desporto de Portugal, 2005. p. 87-104.

ESTANQUE, Elísio. Jovens, estudantes e 'repúblicas': culturas estudantis e crise do associativismo em Coimbra. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. n. 81. Jun. 2008. p. 09-41.

FERNÁNDEZ, José Fernando Tabares; BEDOYA, Victor Alonso Molina. Pensamento crítico latino-americano e produção de conhecimento em lazer. In.: GOMES, Christiane L.; ELIZALDE, Rodrigo. (Orgs.). **Horizontes Latino-americanos do lazer**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012. p. 09-25.

FOUCAULT, Michel. **História da loucura na idade clássica**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade III: O cuidado de si**. Ed. Graal: Rio de Janeiro, 1985.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1987.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. 13. ed. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Os anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 2002.

FOUCAULT, Michel. **História da loucura**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

FOUCAULT, Michel. **A hermenêutica do sujeito**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população: curso no Collège de France (1977-1978)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009a.

FOUCAULT, Michel. Prefácio à transgressão. In: Michael Foucault. **Ditos e Escritos III: Estética: literatura e pintura, música e cinema**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009b. p. 28-46.

FOUCAULT, Michel. Conversa com Michel Foucault. In: Michael Foucault. **Ditos e Escritos VI: repensar a política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. p. 289-347.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos VIII: Segurança, penalidade, prisão**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 28. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.
- GAFFNEY, Christopher. Gentrifications in pre-Olympic Rio de Janeiro. **Urban Geography**, v. 37, n. 8, 2016.
- GERLERO, Julia C. Las formas de residencia en la recreación. *In: Cuadernos de ocio y sociedad*. Vol. 1, n. 3, Medellín, Colômbia: Soluciones Editoriales, 2007. p. 49-62.
- GIRALDI, Rita de Cássia; MARTINEZ, Regina Célia. A questão do lenocínio no turismo sexual. *In: GARCIA, José Ailton; MARTINEZ, Regina Célia (Orgs.). Direito e Turismo*. São Paulo: Saraiva, 2014, p. 155-192.
- GOMES, Rui Machado. O método: das estruturas ao discurso. *In: GOMES, Rui Machado. O governo da Educação em Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2005. p. 141-182.
- GOMES, Rui Machado. Os lazeres e as práticas culturais: da ética do trabalho à estética do consumo. *In: GOMES, Rui Machado (org.). Olhares sobre o lazer*. Coimbra: Centro de Estudos Biocinéticos, 2007. p. 11-23.
- GOMES, Rui Machado. Habeas Corpus. *In: RODRIGUES, David (org.). Os valores e as atividades corporais*. São Paulo: Summus, 2008. p. 147-178.
- GOMES, Rui Machado. A política da vida e a transparência do corpo. *In: GOMES, Rui Machado (org.). O corpo e a política da vida*. Coimbra: Centro de Estudos Biocinéticos, 2009.
- GREGORY, Valdir. **Os eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no oeste do Paraná (1940-1970)**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2002.
- GRIMSON, Alejandro. Pensar fronteras desde las fronteras. **Nueva Sociedad**. n. 170. Noviembre-diciembre, 2000, p. 162-166.
- GUTIERREZ, Gustavo Luis. **Lazer e prazer: questões metodológicas e alternativas políticas**. Campinas: Autores Associados, 2001.
- HENRIQUES, Susana. Risco cultivado no consumo de novas drogas. *In: Sociologia, Problemas e Práticas*. Oeiras, n. 40, set. 2002, p. 63-85. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S087365292002000300005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 18 out. 2015.
- HIME, Gisely Valentim Vaz Coelho. **História da imprensa em São Paulo: Inventário Crítico do Conhecimento Histórico**. Programa de Iniciação Científica das Faculdades

Integradas Alcântara Machado, 2002. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/sipec/ix/trab58.htm>. Acesso em: 02 ago. 2016.

HIME, Gisely Valentim Vaz Coelho. História da imprensa paulista: inventário bibliográfico analítico. In: I Encontro da Rede Alfredo de Carvalho, 2003. **Anais da Rede Alcar**. Rio de Janeiro, p. 01-19.

HIME, Gisely Valentim Vaz Coelho. Construindo a Profissão de Jornalista: Cásper Líbero e a Criação da Primeira Escola de Jornalismo do Brasil. In: V Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: UERJ, 2005. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/125406421967807345272755170441800930965.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2016.

HUIZINGA, Johan. **Homo ludens: o jogo como elemento da cultura**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.

JORGE, Janes. A represa do Guarapiranga e os esportes na região de São Paulo (1905-1963). In: SOAREZ, Carmen Lúcia (org.). **Uma educação pela natureza**. Campinas: Autores Associados, 2016. p.181-204.

JORNAL NOSSO TEMPO. Foz do Iguaçu: 1980-1989. Periodicidade semanal.

JOSGRILBERT, Alessandra Viegas. **Escolarização na fronteira Brasil Paraguai: 1901-1927**. 2015. 129 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados. 2015.

LABRONICI, Rômulo Bulgarelli. **Para todos vale o escrito: uma etnografia do jogo do bicho**. 2012. 166 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de Antropologia, Rio de Janeiro. 2012.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Sociologia Geral**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LORO, Alexandre Paulo. As crianças de origem boliviana nas escolas municipais de Corumbá - MS. In: I Encontro de História da Educação do Centro-Oeste: Fontes, pesquisas e escrita da História da Educação, 2011. **Anais**. Cuiabá: UFMT, 2011. v. 1. p. 1-6.

LORO, Alexandre Paulo. A Educação Física escolar na fronteira Brasil/Bolívia: um olhar sobre os jogos populares. In: GOLIN, Carlo Henrique; LORO, Alexandre Paulo, VINHA, Marina (Org.). **Educação Física: enfoques contemporâneos**. Dourados: Editora UFGD, 2013a, p. 37-56.

LORO, Alexandre Paulo. Docentes em região de fronteira: uma análise sociológica das relações de poder. In: V Seminário Processos Civilizadores: Educação, História e Sociedade, 2013. **Anais**. Dourados: UFGD, 2013b, p. 01-05.

LORO, Alexandre Paulo. O brincar na educação física escolar: um contexto fronteiriço. **Revista Teias** (UERJ. *Online*), v. 16, p. 190-203, 2015.

LORO, Alexandre Paulo; GEBARA, Ademir. Situações de fronteira nos jogos infantis. In: GOLIN, Carlo Henrique (Org.). **Educação Física, fronteira e formação**: os distintos olhares investigativos. Campo Grande - MS: Editora UFMS, 2013, p. 112-127.

LORO, Alexandre Paulo; GEBARA, Ademir. Os jogos infantis na região fronteiriça. In: XIII Congresso Brasileiro de História do Esporte, Lazer e Educação Física (CHELEF), 2014. **Anais**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2014. p. 22-29.

LORO, Alexandre Paulo; PIMENTEL, Giuliano Gomes de Assis. Deslocamentos entre o lazer ilícito e lícito nas fronteiras sul-americanas. In: IV Seminário de Estudos do Lazer, 2014. **Anais**. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2014a, v. 1. p. 24-24.

LORO, Alexandre Paulo; PIMENTEL, Giuliano Gomes de Assis. Displacements between illicit and licit leisure in South American Borders. In: Summer Conferenc of the Leisure Studies Association (LSA) – Sport Festivity and Digital Cultures, 2014. **Abstracts**. Paisley - Glasgow: University of the West Scotland, 2014b. v. 1. p. 46-46.

LORO, Alexandre Paulo; PIMENTEL, Giuliano Gomes de Assis. Lazer desviante em região de fronteira. In: IV Seminário de Estudos do Lazer, 2014. **Anais**. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2014c. v. 1. p. 37-37.

LORO, Alexandre Paulo; PIMENTEL, Giuliano Gomes de Assis. O Lazer nas fronteiras do MERCOSUL. In: XIII Congresso Brasileiro de História do Esporte, Lazer e Educação Física (CHELEF), 2014. **Anais**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2014d. p. 30-35.

LORO, Alexandre Paulo; PIMENTEL, Giuliano Gomes de Assis. Leisure and Infancy in Brazil - Bolivia Border. In: 19 Annual Congress of the European College of Sport Science, 2015. **Book of abstract**. Alemanha: Sportools, 2015a. v. 1. p. 410-411.

LORO, Alexandre Paulo; PIMENTEL, Giuliano Gomes de Assis. Foucault: uma referência para os estudos do 'lazer não-usual' em regiões fronteiriças, 2015. In: III Jornada Internacional de Estudos do discurso e II Encontro Internacional de Imagens em discurso. **Anais**. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2015b, p. 71.

LORO, Alexandre Paulo; PIMENTEL, Giuliano Gomes de Assis. O lazer nas fronteiras brasileiras: um território propício para os desvios? In: XIX Congresso Brasileiro de

Ciências do Esporte (CONBRACE) e VI Congresso Internacional de Ciências do Esporte (CONICE). 2015c. **Anais**. Vitória: CBCE, 2015, p. 01-14.

MACAGNO, Lorenzo. Representações (trans)nacionais e trajetórias: uma reflexão preliminar. In: BÉLIVEAU, Verónica Giménez; MACAGNO, Lorenzo; MONTENEGRO, Silvia (Orgs.). **A Tríplice Fronteira: espaços nacionais e dinâmicas locais**. Curitiba: Editora UFPR, 2011 (p.19-38).

MACHADO, Afonso Antônio; MARCHESE, Daniella; VILELA JUNIOR, Guanis de Barros. O lazer como possível espaço/tempo para o consumo de drogas. In: **Licere**. Belo Horizonte, v.14, n.4, dez. 2011, p. 1-22. Disponível em: <http://www.anima.eefd.ufrj.br/licere/pdf/licereV14N04_ar3.pdf>. Acesso em: 23 out. 2015.

MACHADO, Lia Osório. Limites, Fronteiras e Redes. In: STROHAECKER, T. M. et al. **Fronteiras e Espaço Global**, AGB, Porto Alegre, 1998, p. 41-49. Disponível em: <<http://www.igeo.ufrj.br/teste/laboratorios-geografia>>. Acesso em: 14 mar. 2015.

MACHADO, Roberto. **Ciência e saber: a trajetória da arqueologia de Foucault**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981.

MAFFESOLI, Michel. **A Sombra de Dionísio: contribuição a uma sociologia da orgia**. 2 ed. São Paulo: Zouk, 2005.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade** 3. ed. São Paulo: Hucitec/UNESP, 2003.

MARCUSE, Hebert. **Eros e Civilização: uma interpretação filosófica ao pensamento de Freud**. 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

MAZZAROLLO, Juvêncio. **A taipa de injustiça: esbanjamento econômico, drama social e holocausto ecológico em Itaipu**. 2 ed. São Paulo: Loyola, 2003.

MEZZADRI, Fernando Marinho; STAREPRAVO, Fernando Augusto; BASSO, Daniel; GUIMARÃES, Luisiana; REIS, Robson Privado dos. Políticas públicas para o esporte e o lazer nas cidades do Estado do Paraná. In: Fernando Marinho Mezzadri; Fernando Renato Cavichioli; Doralice Lange de Souza. (Org.). **Esporte e lazer: subsídios para o desenvolvimento e a gestão de políticas públicas**. Jundiaí: Fontoura, 2006, p. 43-60.

MOTTA, Manoel Barros da (Org.). **Michel Foucault: segurança, penalidade e prisão**. Ditos e Escritos. Vol. VIII. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

NARITA, Sandra Akemi. **Apropriações sociais e vivências de lazer nos rios urbanos de Foz do Iguaçu e suas margens**. 2015. 147 f. Dissertação (Mestrado em Estudos do Lazer). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

OKSALA, Johanna. **Como ler Foucault**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

OLIVEIRA, Nara. **Foz do Iguaçu intercultural: cotidiano e narrativas da alteridade**. Foz do Iguaçu: Epígrafe, 2012.

PACHECO, Clecia Simone Gonçalves Rosa; PEREIRA, Sabrina Yasmin Rodrigues. Território fluvial urbano e a sustentabilidade local: a importância da geomorfologia para análise das implicações socioambientais. In: **XIV Encontro de Geógrafos Latino Americanos**, 2013, Lima - Peru. Reencuentro de Saberes Territoriales Latinoamericano. Lima - Peru: Egal, 2013. V. 14. p. 01-16.

PAIS, Jose Machado. **Traços e riscos de vida: uma abordagem qualitativa a modos de vida juvenis**. 3. ed. Porto: Âmbar, 2005.

PARKER, Stanley R. **A sociologia do lazer**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

PERES, Wiliam Siqueira. Travestis: corpos nômades, sexualidades múltiplas e direitos políticos. In: SOUZA, Luís Antonio Francisco de; SABATINE, Tiago Teixeira; MAGALHÃES, Bóris Ribeiro de (Org.). **Michel Foucault: sexualidade, corpo e direito**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011, p. 69-104.

PIMENTEL, Giuliano Gomes de Assis. Sobre os desvios no lazer: questões para se pensar a corrupção no lúdico. In: LARA, Larissa Michelle (org.). **As abordagens socioculturais em educação física**. Maringá: Eduem, 2010a. p. 81-112.

PIMENTEL, Giuliano Gomes de Assis. Leituras pós-modernistas nos estudos do lazer. In: PIMENTEL, Giuliano Gomes de Assis (Org.). **Teorias do lazer**. Maringá: Eduem, 2010b. p. 117-139.

PIMENTEL, Giuliano Gomes de Assis. Pornolazer na sociedade contemporânea. In.: ISAYAMA, Helder Ferreira *et al.* (org.). **Congresso Brasileiro de Estudos de Lazer**. Coletânea do I Congresso Brasileiro de Estudo do Lazer, XV Seminário "O Lazer em Debate". Belo Horizonte: UFMG/EEFFTO/DEF, 2014, p. 283-286.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana: Caminhos do descaminho: etnografia da fiscalização na Ponte da Amizade e seus efeitos no cotidiano da Tríplice Fronteira. In: BÉLIVEAU, Verónica Giménez; MACAGNO, Lorenzo; MONTENEGRO, Sílvia (Orgs). **A Tríplice Fronteira: espaços nacionais e dinâmicas locais**. Curitiba: Editora UFPR, 2011, p. 127-145.

ROJEK, Chris. **Decentring Leisure**. London: Sage, 1995.

ROJEK, Chris. Deviant Leisure: The dark side of free-time activity. In: Jackson, E. L.; BURTON, T. L. (Ed.) **Leisure Studies**: prospects for the twenty-first century. Pennsylvania: Venture Publishing, 1999.

ROJEK, Chris. **Leisure theory**: principles and practices. Great Britain: MACMILLAN, 2005.

ROJEK, Chris. O lado obscuro do lazer: formas anormais. In: FORTINI, Janice Lúce Martins; GOMES, Christianne L.; ELIZALDE, Rodrigo. **Desafios e perspectivas da educação para o lazer**. Belo Horizonte: Editorial SESC/Otium, 2011. p. 137-148.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi. **O prazer justificado**: história e lazer (São Paulo, 1969/1979). São Paulo: Marco Zero/MCT-CNPq, 1994.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. Entre a serpente e a toupeira: transitando pelas idéias de Foucault e Deleuze. In: BRUHNS, Heloisa Turini (Org.). **Lazer e Ciências Sociais**: diálogos pertinentes. Coleção Lazer, Esportes & Sociedade. São Paulo: Chronos, 2002, p. 43-56.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: **OSAL**: observatório Social de América Latina, ano 6. n. 16, p. 251-261, 2005. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

SAQUET, Marcos Aurelio. As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i)materialidade. **Geosul**, Florianópolis, v. 22, n. 43, p. 55-76, jan./jun. 2007.

SCHEMBERGER, Marcos Aurelio. *Jogos mundiais na natureza*: atletas estudantes e moradores na costa oeste do Paraná. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba. 2003.

SILVA, Débora Alice Machado da Silva [et al.]. **A Importância da recreação e do lazer**. Cadernos interativos: elementos para o desenvolvimento de políticas, programas e projetos intersetoriais, enfatizando a relação lazer, escola e processo educativo, n. 04. Brasília: Gráfica e Editora Ideal, 2011.

SILVA, Evaldo Mendes da. “A terra é nosso Caminho”: espaço e território entre os Guarani na Tríplice Fronteira. In: BÉLIVEAU, Verónica Giménez; MACAGNO, Lorenzo; MONTENEGRO, Silvia (Orgs). **A Tríplice Fronteira**: espaços nacionais e dinâmicas locais. Curitiba: Editora UFPR, 2011 (p. 261-280).

SILVA, Maria da Glória Lanci. **Cidades turísticas**: identidades e cenários de lazer. Série Turismo. São Paulo: Aleph, 2004.

SÓRIA, Miguel Augusto Zydán. **Usina de Itaipu**: integração energética entre Brasil e Paraguai – uma síntese histórica da Itaipu Binacional. Foz do Iguaçu: Itaipu Binacional, 2012.

TADEU, Tomaz. (Org.). **O Panóptico/Jeremy Bentham**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

TRIVINUS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

TURNER, F. J. **The Frontier in American History**. Madison: Proceeding of the Wisconsin Historical Society, 1996.

APÊNDICES

APÊNDICE A: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



Universidade Estadual de Maringá - UEM
Programa de Pós-Graduação Associado de Educação Física

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Gostaríamos de convidá-lo a participar da pesquisa intitulada “**LAZER NA REGIÃO DATRÍPLICE FRONTEIRA**”, que faz parte de um estudo de tese de doutorado vinculado ao Programa de Pós-graduação Associado em Educação Física UEM-UEL, orientada pelo professor **Giuliano Gomes de Assis Pimentel da Universidade Estadual de Maringá**. O objetivo da pesquisa será analisar como são construídas as subjetividades dos diferentes agentes que intervêm nas práticas de lazer na região da Tríplice Fronteira (Brasil-Paraguai-Argentina). Para isto a sua participação é muito importante, e será realizada na forma de entrevista. Informamos que nem todas as perguntas precisam ser respondidas, caso o entrevistado não desejar. Destacamos que *não “há riscos ou desconfortos envolvidos na pesquisa”*. Gostaríamos de esclarecer que sua participação é totalmente voluntária, podendo você: recusar-se a participar, ou mesmo desistir a qualquer momento sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa. Informamos ainda que as informações serão utilizadas somente para os fins desta pesquisa, e serão tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar a sua identidade. Os registros gravados serão descartados, após a sua utilização. Esperamos que este estudo resulte em políticas públicas de lazer na região de fronteira. Esclarecemos que o retorno dos eventuais benefícios e/ou resultados da pesquisa aos participantes serão por meio de publicações em periódicos da área.

Eu,....., declaro que fui devidamente esclarecido e concordo em participar **VOLUNTARIAMENTE** da pesquisa coordenada pelo Professor Giuliano Gomes de Assis Pimentel (pesquisador responsável).

_____ Data: ____/____/2016.

Assinatura

Eu,....., declaro que forneci todas as informações referentes ao projeto de pesquisa supra-nominado.

Data: ____/____/2016.

Assinatura do pesquisador

AÊNDICE B: O JORNAL COMO FONTE



Título do artigo/matéria: “Surge um novo esporte em Foz”.

Data (dia, mês, ano e número do jornal): 19 de agosto de 1983 – n. 82

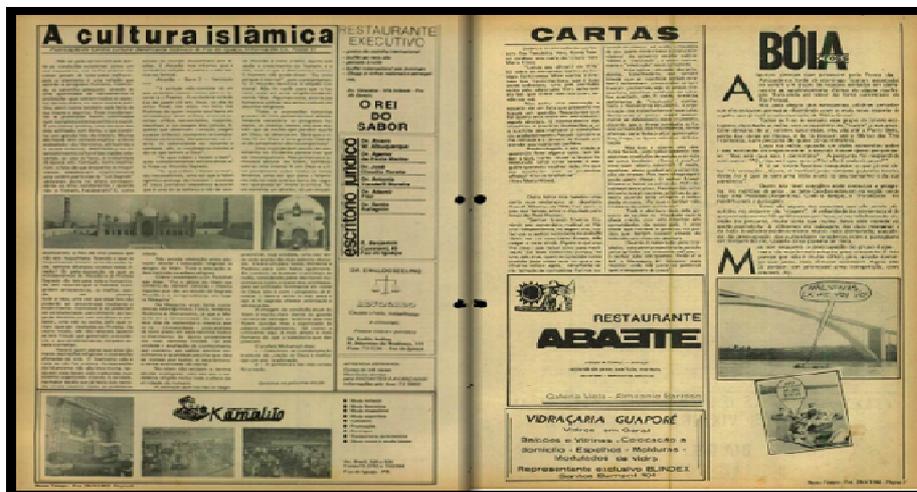
Localização da matéria: p. 08

Objetivo: divulgar o campeonato de barco à vela no Lago de Itaipu.

Referentes: Lago de Itaipu, campeonato, barco à vela.

Conclusões: divulgar a classificação das provas de barco à vela e convidar o público prestigiar a prova final na semana seguinte.

Frases-chave: etapa classificatória, competições de barco a vela na região.



Título do artigo/matéria: “Bóia Cross”.

Data (dia, mês, ano e número do jornal): 29 de abril de 1982 – n. 47.

Localização da matéria: p. 07

Objetivo: divulgar o surgimento de uma nova prática de lazer na região.

Referentes: Rio Paraná, Ponte da Amizade, Bóia Cross.

Conclusões: a atividade provocou estranheza daqueles que passavam pela ponte.

Frases-chave: reunir mais adeptos; “mas será que isso é permitido”?

APÊNDICE C: Modelo de investigação por questionário virtual⁹⁰



Universidade Estadual de Maringá - UEM
Programa de Pós-Graduação Associado de Educação Física

PESQUISA SOBRE A PERCEPÇÃO SOCIAL DO COMPORTAMENTO DE PRÁTICAS DESVIANTES DE LAZER

Este questionário destina-se a produzir fontes de pesquisa para a tese de Doutorado em Educação Física – Universidade Estadual de Maringá, sobre o tema em estudo:

LAZER NA TRÍPLICE FRONTEIRA

Agradecemos a sua participação. A sua opinião é importante para nós. Todas as informações obtidas a partir das fontes de pesquisa serão tratadas de forma a manter a confidencialidade e o anonimato dos participantes. Por favor, não escreva o seu nome em nenhuma parte do questionário.

Questionário n.º _____

PARTE I – PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO

(Este grupo de questões diz respeito às características dos inquiridos).

1. Idade: ____ anos.
2. Sexo: Masculino Feminino
3. Nacionalidade: Brasil Paraguai Argentina
4. Zona: urbana rural

PARTE II – PERCEPÇÕES DO COMPORTAMENTO DESVIANTE

[Para cada uma das questões apresentadas com uma escala de resposta de 1 a 5, assinale a sua opção considerando que na escala o valor 1 representa um nível muito elevado da característica avaliada (ex.: muito tolerante), enquanto o valor 5 representa um nível mais baixo (ex.: não sabe)].

6. Como classifica o seu grau de tolerância em relação aos seguintes comportamentos relacionados ao lazer?

(marque com um X, a opção que considera mais adequada do seu ponto de vista)

CONTEXTOS E COMPORTAMENTOS	1. Muito Tolerante	2. Tolerante	3. Pouco Tolerante	4. Nada Tolerante	5. Não sabe
1. Jogar no cassino, em casas oficiais					
2. Jogar com animais					
3. Apostar no 'jogo do bicho'					
4. Fumar Narguilé com substâncias senão o tabaco					
5. Consumir substâncias ilegais para fins					

⁹⁰ Questionário adaptado a partir de modelo criado no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP) da Universidade de Lisboa (UL).

recreativos					
6. Participar em festas <i>raves</i>					
7. Ingerir bebidas alcoólicas					
8. Caçar animais silvestres em área protegida					
9. Usar arma de fogo para fins recreativos					
10. Pescar em área protegida					
11. Banhar-se nos rios em área protegida					
12. Frequentar casa de shows eróticos					
13. Participar de <i>swings</i>					
14. Sair de casa sem consentimento					
15. Fazer pichação					
16. Participar de clubes de luta					
17. Soltar balão de fogo					
18. Apropriar-se de algo alheio para se divertir					
19. Beber em bancos e jardins privados					
20. Conduzir veículo sem carta de condução					
21. Participar de racha automotivo					
22. "Surfar" nos meios de transportes					
23. Saltar no rio de cima de pontes					
24. Saltar de <i>Bungee jump</i>					
25. Ouvir música alta durante a noite					

Perguntas abertas:

1. Das práticas mencionadas, quais delas são mais corriqueiras na região da fronteira de Foz do Iguaçu?

2. Em sua opinião, quais são os principais motivos que levam os indivíduos a se envolverem nessas práticas?

3. Conhece outras "práticas pouco convencionais de lazer" existentes na região de fronteira de Foz do Iguaçu? Quais?

MUITO OBRIGADO PELA SUA COLABORAÇÃO.

APÊNDICE D – Modelo de entrevista⁹¹



Universidade Estadual de Maringá – UEM
Programa de Pós-Graduação Associado de Educação Física

PESQUISA SOBRE AS PRÁTICAS DE LAZER NA REGIÃO DA FRONTEIRA
Esta entrevista destina-se a produzir fontes de pesquisa para a tese de Doutorado em Educação Física – Universidade Estadual de Maringá, sobre o tema em estudo:

LAZER NA REGIÃO DA TRÍPLICE FRONTEIRA

Entrevista n. _____

PARTE I – PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO

(Este grupo de questões diz respeito às características dos inquiridos).

1. Idade: ____ anos.
2. Sexo: Masculino Feminino
3. Tipo de agente: _____

PARTE II – ROTEIRO DE ENTREVISTA

Sobre a região de fronteira e os lazeres

1. Quais são os principais atrativos da região para o lazer?
2. Além dessas práticas, existem alternativas que sejam menos populares?
3. Que tipo de lazer é possível desfrutar em relação aos rios da região?
4. Com a urbanização da região, mudaram as práticas de lazer?
5. A construção da Usina Binacional de Itaipu, na década de 1980, influenciou nas práticas de lazer?
6. Desfrutar os rios para o lazer em sua extensão ainda é possível?

Sobre o lazer (geral)

1. Diria que as características da região favorecem as práticas de lazer?
2. O clima da região contribui para as práticas de lazer?

⁹¹ Roteiro de entrevista adaptado a partir de modelo criado no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP) da Universidade de Lisboa (UL).

3. A rápida urbanização da região trouxe impactos negativos ou positivos para o lazer?
4. As tecnologias utilizadas pela instituição são as mais indicadas para prever o efeito de práticas “ilícitas” de lazer?
5. Quais são os recursos que a instituição dispõe para o monitoramento?
6. Considera que estamos à beira de um descontrole ou controle da situação?
7. Quais são as perspectivas em relação ao sistema de vigilância da instituição?
8. É possível elaborar estratégias para combater os efeitos dos desvios?
9. Quais são os efeitos dessas práticas de lazer?

Comentários gerais

1. Qual é a sua opinião sobre a construção de uma nova ponte internacional que liga Brasil-Paraguai?
2. Comente sobre os principais problemas enfrentados em relação às operações que ocorrem nos rios.
3. Como controlar as constantes transgressões na região?
4. Por qual razão a população continua a transgredir, mesmo com o monitoramento do estado?
5. Quais são as principais barreiras no trabalho dos agentes?
6. Descreva a forma como os meios de comunicação social local/regional/internacional noticiam o trabalho das instituições de segurança?

MUITO OBRIGADO PELA SUA COLABORAÇÃO

Maringá - PR, 05 de agosto de 2016.

APÊNDICE E – Ofício

Prezado Senhor(a),

O Programa de Pós-Graduação Associado em Educação Física da Universidade Estadual de Maringá está realizando uma pesquisa sociocultural, por meio da qual busca compreender como ocorre a utilização do Rio Paraná para fins de lazer pela população. Seu objetivo consiste na compreensão das motivações pelas quais as pessoas utilizam os rios para o lazer, lícita e ilicitamente.

Tendo em vista que o leito do rio adentra o Parque Tecnológico Itaipu (PTI), a pesquisa apenas será completa com a análise da referida extensão. Para os resultados serem fidedignos, mostra-se necessário conhecer as infrações que ocorrem relacionadas ao Rio de Paraná.

Convém esclarecer que não interessa aos objetivos da citada pesquisa, informações relacionadas ao infrator ou ao auto de infração, mas tão somente informações relacionadas às espécies de infração cometida, bem como o número de ocorrências que foram autuadas nos últimos ___ anos.

Diante do exposto, solicitamos que sejam disponibilizadas informações (preferencialmente por meio eletrônico) informações relativas às ocorrências explicitadas no parágrafo supracitado.

Atenciosamente,

GIULIANO GOMES DE ASSIS PIMENTEL

Coordenador do Programa de Pós-Graduação Associado em Educação Física da
Universidade Estadual de Maringá